



Universidade do Sul de Santa Catarina
Campus Virtual

Plano de Ensino

Disciplina: Libras - DAD - 4C
Turma: 3701 - LIBRAS - DAD - 2013A

Modalidade:

a distância

Professor(es) Conteudista(s):

- Idavania Maria de Souza Basso
- Deonísio Schmitt

Professor(es):

- ROSE CLÉR ESTIVALETE BECHE - rose.bech@unisul.br

Créditos:

4

Carga Horária: (Hora-aula)

60

Ementa:

Cultura surda. História dos surdos. A Língua Brasileira de Sinais. A Importância da aquisição da LIBRAS. Formas de utilização da LIBRAS no processo de aprendizagem.

Justificativa:

A disciplina tem como principal preocupação possibilitar aos futuros pedagogos o contato com a Libras, considerando-a como manifestação da cultura surda. Além de objetivar a familiaridade com a língua, a disciplina visa a compreensão e conhecimento da cultura surda.

Objetivos:

Geral

Proporcionar aos alunos informações básicas sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Específicos

Contribuir para o reconhecimento da LIBRAS como uma língua que possui todas as características linguísticas de qualquer outra.

Proporcionar informações básicas sobre a comunidade surda, sua cultura e história.

Refletir sobre a LIBRAS no processo de ensino-aprendizagem.

Facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes.

Conteúdo Programático:

- História e cultura da comunidade surda
- LIBRAS : Aspectos gerais
- LIBRAS : Aspectos linguísticos
- LIBRAS no processo ensino-aprendizagem

Sistema de Avaliação:

A avaliação semestral (AS) do aluno será calculada da seguinte forma:

Avaliação Presencial (AP)- 70%

Atividade de Avaliação a Distância 1 (AD1) - 15%

Atividade de Avaliação a Distância 2 (AD2) - 15%

Será considerado aprovado o aluno que obtiver avaliação semestral maior ou igual a sete (7,0). O aluno que não conseguir a média semestral necessária para a aprovação terá o direito de fazer a avaliação final (AF). Neste caso, a nota final (NF) relativa à disciplina será calculada por:

$$NF = (AS + AF) / 2$$

Neste caso será considerado aprovado o aluno que obtiver a nota final (NF) maior ou igual a seis (6,0).

Crítérios de Avaliação:

- Fundamentação teórica: demonstrar capacidade analítica e crítica em dialogar com os autores e os conceitos discutidos utilizando, além de idéias próprias, referências a outros autores por meio de citações e paráfrases;

demonstrar lógica e coerência na argumentação.

- Habilidades de comparação e aplicabilidade de conceitos na vida pessoal/profissional
- Utilização apropriada dos conceitos discutidos atentando para a linguagem apresentada pela disciplina
- As respostas apresentadas na AD devem ser individuais, exceto quando houver solicitação explícita para realização em grupo. Da mesma forma não é permitido a cópia parcial ou integral de conteúdos sem a devida referência às fontes utilizadas (plágio). Em caso de identificação de cópia ou forte semelhança das respostas com outros alunos da turma ou fontes externas, o professor da disciplina é autônomo para tomar as providências que julgar necessárias.
- A AD entregue após o prazo estabelecido no cronograma não será aceita (o próprio sistema impedirá o envio), salvo casos previstos em Lei, devidamente justificados e comprovados.
- O professor poderá solicitar revisão e definir um novo prazo para o reenvio da AD que não alcançar os objetivos propostos.
- Após o envio da AD é responsabilidade do aluno acessar e conferir se o arquivo enviado para a ferramenta Avaliação corresponde ao documento da respectiva atividade e não apresenta problemas técnicos. Em caso de impossibilidade de acesso as respostas da atividade o professor deverá definir um novo prazo para o reenvio da AD e poderá aplicar um desconto de até 2,0 pontos na nota da AD.

Bibliografia Básica

CASTRO, Nelson Pimenta de. **Curso de língua brasileira de sinais para ouvintes: livro do professor – nível 1 básico**. Rio de Janeiro: LBS Vídeo, 2001.

QUADROS, Ronice Müller de; PERLIN, Gladis. **Estudos Surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a Cultura Surda**. 2 ed.rev. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009.

Bibliografia Complementar

GÓES, M. C **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____, Ronice Muller de, PERLIN, Gladis (orgs). **Estudos Surdos II**. Petrópolis, RJ: arara azul, 2007.

_____, Ronice Muller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SACKS, O. **Vendo Vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos**. Companhia das letras: São Paulo, 1998.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

Cronograma:

Unidade	CH Atividade	Data
	Data limite para envio da AD Início (MinhaUnisul) no Programa Inicial Obrigatório	27/02/2013 a 01/04/2013
	Leitura da mensagem do Professor no Mural.	
	Leitura do Plano de ensino.	27/03/2013
	Leitura do Cronograma.	
Unidade 1	Estudo da Unidade 1 do livro didático.	
	Realizar atividades de autoavaliação (livro didático e EVA).	28/03/2013 a 09/04/2013
Unidade 2	Estudo da Unidade 2 do livro didático.	
	Realizar atividades de autoavaliação (livro didático e EVA).	10/04/2013 a 23/04/2013
Unidade 1 até Unidade 3	Atividade de Avaliação a Distância 2 (AD2). Período de participação no Fórum. Observe as orientações do Professor disponibilizadas no Fórum. (a nota será publicada 5 dias úteis após a data de envio)	16/04/2013 a 09/05/2013
Unidade 1 até Unidade 2	Data limite para envio da Avaliação a Distância 1 (AD1) (a nota será publicada 5 dias úteis após a data de envio).	24/04/2013
Unidade 3	Estudo da Unidade 3 do livro didático.	
	Realizar atividades de autoavaliação (livro didático e EVA).	24/04/2013 a 08/05/2013
	Acessar objeto multimídia.	
Unidade 4	Estudo da Unidade 4 do livro didático.	
	Realizar atividades de autoavaliação (livro didático e EVA).	09/05/2013 a 17/05/2013
	Finalização do Estudo das Unidades.	17/05/2013
Unidade 1 até Unidade 4	Avaliação Presencial 1 (AP1) - 1ª chamada.	18/05/2013
	Envio da pesquisa de Autoavaliação Institucional.	20/05/2013
	Avaliação Presencial 1 (AP1) - 2ª chamada.	
Unidade 1 até Unidade 4	Obs: Esta avaliação é destinada apenas aos alunos que não compareceram para realizar a AP1 de primeira chamada.	25/05/2013
	Data limite para a publicação das notas da AP1 - 1ª chamada.	03/06/2013
	Data limite para a publicação das notas da AP1 - 2ª chamada.	03/06/2013

Cronograma:

Unidade	CH Atividade	Data
Unidade 1 até Unidade 4	Avaliação Final (AF).	
	Obs: Avaliação destinada apenas aos alunos que não atingiram média 7,0 na disciplina. Não haverá segunda chamada para esta avaliação.	15/06/2013
	Data limite para a publicação das notas da AF.	04/07/2013

[Imprimir](#)[Fechar](#)



Universidade do Sul de Santa Catarina
Campus Virtual

Plano de Ensino

Disciplina: Psicologia Social - DAD - 4C
Turma: 92 - PSICOLOGIA SOCIAL - DAD - 2013A

Modalidade:

a distância

Professor(es) Conteudista(s):

- LIGIA MARIA SOUFEN TUMOLO
- CAROLINA HOELLER DA SILVA BOEING

Professor(es):

- REGINA PANCERI - reginapanceri@gmail.com

Créditos:

4

Carga Horária: (Hora-aula)

60

Ementa:

A psicologia como campo científico. As relações indivíduo-sociedade. Fundamentação das questões relativas à formação e desenvolvimento da personalidade e dos grupos sociais. Tipos clássicos de organização humana: comunidade e sociedade. A questão do controle social em diferentes modelos institucionais.

Justificativa:

O nosso modo de agir é constantemente influenciado pelo grupo social e instituições das quais participamos. A disciplina contribui para a compreensão da formação histórico-social de grupos e instituições visando analisar o controle que as mesmas exercem sobre o indivíduo a nível psicossocial. A Psicologia Social, área da Psicologia que estuda o comportamento de indivíduos enquanto seres socialmente influenciados mostra como se forma nossa concepção de mundo, sua vinculação à linguagem que aprendemos e aos valores que assimilamos. Justifica-se por nos fazer compreender o que transforma os indivíduos em agentes da história de sua sociedade.

Objetivos:

Geral

Apropriar-se das contribuições das ciências da Psicologia e da Psicologia Social para a compreensão dos fenômenos psicossociais envolvidos nos processos de constituição dos indivíduos e dos grupos. Compreender diferentes tipos de organizações humanas e as principais formas de controle social exercida por elas.

Específicos

- Compreender a evolução da Psicologia como ciência e seu objeto de estudo;
- Conhecer a história e a epistemologia da Psicologia Social;
- Conhecer as principais concepções e teorias em Psicologia Social no Brasil;
- Compreender os diferentes tipos de organização humana e analisar aquelas que são predominantes na sociedade da atualidade, considerando sua influência na sociedade;
- Conhecer diferentes formas de poder e controle social.

Conteúdo Programático:

- Unidade Início
- O desenvolvimento da Psicologia como ciência e o campo de atuação da Psicologia Social
- Psicologia Social: Uma perspectiva Tradicional
- Psicologia Social: uma perspectiva Histórico - Crítica
- Psicologia Social: a perspectiva da Teoria das Representações Sociais
- As relações humanas em comunidade e sociedade
- O controle social e a participação da sociedade

Sistema de Avaliação:

A avaliação semestral (AS) do aluno será calculada da seguinte forma:

Avaliação Presencial (AP)- 70%;

Atividade de Avaliação a Distância 1 (AD1) - 15%

Atividade de Avaliação a Distância 2 (AD2) - 15%

Será considerado aprovado o aluno que obtiver avaliação semestral maior ou igual a sete (7,0). O aluno que não conseguir a média semestral necessária para a aprovação terá o direito de fazer a avaliação final (AF). Neste caso, a nota final (NF) relativa à disciplina será calculada por:

$$NF = (AS + AF) / 2$$

Neste caso será considerado aprovado o aluno que obtiver a nota final (NF) maior ou igual a seis (6,0).

Bibliografia Básica

DAVIDOFF, Linda. **Introdução à Psicologia**. São Paulo: Makron Books, 2004.

FADIMAN, J.L. & Frager, R. **Teorias da personalidade**. São Paulo: Harbra, 2002.

MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento interpessoal: treinamento em grupo**. 13. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

Bibliografia Complementar

LANE, Silvia T. M. & CODO, Wanderley (orgs). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 13ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LANE. Silvia T. Maurer. **O que é Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

ALVAREZ. Marcos César. **Controlo Social: notas em torno de uma noção polêmica**. São Paulo: Perspectiva. 2004.

STREY, Marlene. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FARR, Robert. **As raízes da Psicologia Social Moderna**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Cronograma:

Unidade	CH	Atividade	Data
		Data limite para envio da AD Início (MinhaUnisul) no Programa Inicial Obrigatório	27/02/2013 a 01/04/2013
	2	Leitura da mensagem do Professor no Mural. Leitura do Plano de ensino. Leitura do Cronograma.	27/03/2013
Unidade 1	9	Estudo da Unidade 1 do livro didático. Realizar atividades de autoavaliação (livro didático e EVA).	28/03/2013 a 03/04/2013
Unidade 2	9	Estudo da Unidade 2 do livro didático. Realizar atividades de autoavaliação (livro didático e EVA).	04/04/2013 a 09/04/2013
Unidade 1 até Unidade 2	2	Data limite para envio da Avaliação a Distância 1 (AD1) . (a nota será publicada 5 dias úteis após a data de envio)	10/04/2013
Unidade 3 até Unidade 5	2	Atividade de Avaliação a Distância 2 (AD2). Período de participação no Fórum. Observe as orientações do Professor disponibilizadas no Fórum (a nota será publicada 5 dias úteis após a data de envio)	10/04/2013 a 09/05/2013
Unidade 3	9	Estudo da Unidade 3 do livro didático. Realizar atividades de autoavaliação (livro didático e EVA). Assistir objeto multimídia. Abertura do Fórum Avaliativo.	11/04/2013 a 18/04/2013
Unidade 4	9	Estudo da Unidade 4 do livro didático. Realizar atividades de autoavaliação (livro didático e EVA).	19/04/2013 a 26/04/2013
Unidade 5	9	Estudo da Unidade 5 do livro didático. Realizar atividades de autoavaliação (livro didático e EVA).	29/04/2013 a 07/05/2013
Unidade 6	9	Estudo da Unidade 6 do livro didático. Realizar atividades de autoavaliação (livro didático e EVA).	09/05/2013 a 16/05/2013
		Finalização do Estudo das Unidades.	17/05/2013
		Avaliação Presencial 1 (AP1) - 1ª chamada.	18/05/2013
		Envio da pesquisa de Autoavaliação Institucional.	20/05/2013
		Avaliação Presencial 1 (AP1) - 2ª chamada.	
		Obs: Esta avaliação é destinada apenas aos alunos que não compareceram para realizar a AP1 de primeira chamada.	25/05/2013
		Data limite para a publicação das notas da AP1 - 1ª chamada.	03/06/2013
		Data limite para a publicação das notas da AP1 - 2ª chamada.	03/06/2013
		Avaliação Final (AF).	
		Obs: Avaliação destinada apenas aos alunos que não atingiram média 7,0 na disciplina. Não haverá segunda chamada para esta avaliação.	15/06/2013
		Data limite para a publicação das notas da AF.	04/07/2013





Disciplina:		008447	Direito Empresarial I			
Ciclo Letivo:	2012 - 2º Semestre		Oferta	6	Turma	2518
Carga Horária:	60		Creditos:			4
Curso(s): Direito BC N FP						
Professor	FATIMA KAMEL ABED DEIF ALLAH MUSTAFA					

EMENTA

Introdução ao estudo do direito empresarial. O empresário. A empresa. Direito da empresa no Código Civil. Registros da empresa. Colaboradores da empresa. Introdução ao estudo do direito societário. Sociedade limitada. Sociedade anônima. Fundo de comércio: elementos, propriedade industrial e concorrência desleal.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de disciplina indispensável à formação profissional do bacharel em Direito, cujo conteúdo constituirá a base do conhecimento necessário ao estudo dos sistemas processuais vigentes no ordenamento jurídico brasileiro proporcionando aos acadêmicos os conhecimentos fundamentais para solução de questões referentes ao direito societário em seus aspectos teóricos, formais e práticos, habilitando-o na operacionalização dos instrumentos jurídicos aplicáveis à área de estudo.

OBJETIVO GERAL

Propiciar ao aluno os conhecimentos fundamentais que possibilitem conhecer, constituir e acompanhar o empresário seja em sua forma individual ou coletiva, suas especificidades, bem atuar na solução de questões referentes aos empresários individuais, as sociedades personificadas e não personificadas, empresariais ou não empresariais bem como seus institutos complementares.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523122135

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1

Conteúdo

3

1. Introdução ao estudo do direito empresarial.
 - a) Apresentação e Discussão do Programa de Disciplina.
 - b) Introdução ao estudo do direito empresarial.

Objetivos Específicos

Conhecer o conteúdo do Direito Empresarial, a sua história, finalidade e objeto, bem como a definição jurídica de algumas expressões utilizadas na prática jurídica empresarialista.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada para apresentação do conteúdo (3h/a)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- a) Pela participação dos acadêmicos contribuindo na exposição, perguntando, respondendo, questionando com pertinência à temática estudada. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, para a avaliação do processo ensino-aprendizagem.
- b) Prova escrita (3h/a) englobando as Unidades 1 a 7. (Questões: múltipla escolha; caso-problema e dissertativa) Peso e demais critérios estabelecidos no campo AVALIAÇÃO.
- c) Serão utilizados como critérios de avaliação o correto emprego da norma culta da língua portuguesa, coerência na exposição de idéias, coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

2

Conteúdo

3

2. Direito de Empresa no Código Civil. A empresa. A empresa X o empresário.
 - a) Moderna teoria jurídica da empresa.
 - b) Teoria da empresa no Código Civil de 2002.
 - c) Concepção atual de "empresa".
 - d) Atividade empresarial.
 - e) Conceito de empresário.

Objetivos Específicos

Entender a expressão "Empresa", considerando a orientação legislativa. Distinguir atividade empresarial e não empresarial. Distinguir a empresa do empresário.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada para apresentação do conteúdo (3h/a)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- a) Pela participação dos acadêmicos contribuindo na exposição, perguntando, respondendo, questionando com pertinência à temática estudada. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, para a avaliação do processo ensino-aprendizagem.
- b) Prova escrita (3h/a) englobando as Unidades 1 a 7. (Questões: múltipla escolha; caso-problema e dissertativa) Peso e demais critérios estabelecidos no campo AVALIAÇÃO.
- c) Serão utilizados como critérios de avaliação o correto emprego da norma culta da língua portuguesa, coerência na exposição de idéias, coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523122135

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



3

Conteúdo

2

3. Registros da Empresa. Colaboradores da Empresa.

- a) Registro Público de Empresas Mercantis.
- b) Obrigações comuns a todos os empresários.
- c) Colaboradores da empresa.

Objetivos Específicos

Conhecer as obrigações do empresário (individual e coletivo) previstas em lei, especialmente no que diz respeito à obrigatoriedade de seu registro e escrituração dos livros empresariais, conhecimento fundamental ao exercício da atividade empresarial.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada para apresentação do conteúdo (1h/a)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- a) Pela participação dos acadêmicos contribuindo na exposição, perguntando, respondendo, questionando com pertinência à temática estudada. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, para a avaliação do processo ensino-aprendizagem.
- b) Prova escrita (3h/a) englobando as Unidades 1 a 7. (Questões: múltipla escolha; caso-problema e dissertativa) Peso e demais critérios estabelecidos no campo AVALIAÇÃO.
- c) Serão utilizados como critérios de avaliação o correto emprego da norma culta da língua portuguesa, coerência na exposição de idéias, coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Elaboração de resumo sobre colaboradores da empresa. (1h/a) Demais orientações encontram-se no campo AVALIAÇÃO.

4

Conteúdo

5

4. Fundo de comércio: elementos, propriedade industrial e concorrência desleal.

- a) O fundo de comércio ou estabelecimento empresarial.
- b) Título de estabelecimento.
- c) Invenção.
- d) Modelo de utilidade.
- e) Desenho industrial.
- f) Aviamento.
- g) Clientela.
- h) Ponto empresarial.

Objetivos Específicos

Assimilar a distinção entre os conceitos de fundo de comércio e estabelecimento empresarial. Conhecer as modalidades de nomes empresariais. Distinguir os principais conceitos relativos a propriedade industrial bem como identificar hipóteses de concorrência desleal.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada para apresentação do conteúdo (3h/a)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- a) Pela participação dos acadêmicos contribuindo na exposição, perguntando, respondendo, questionando com pertinência à temática estudada. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, para a avaliação do processo ensino-aprendizagem.
- b) Prova escrita (3h/a) englobando as Unidades 1 a 7. (Questões: múltipla escolha; caso-problema e dissertativa) Peso e demais critérios estabelecidos no campo AVALIAÇÃO.
- c) Serão utilizados como critérios de avaliação o correto emprego da norma culta da língua portuguesa, coerência na exposição de idéias, coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523122135

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Elaboração de resumo sobre CONCORRÊNCIA DESLEAL. (1,0 h/a)

Elaboração de resumo sobre PROPRIEDADE INDUSTRIAL. (1,0 h/a)

Orientações para a realização do resumo estão no campo AVALIAÇÃO.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

5

Conteúdo

5. O empresário.

a) Conceito e noções gerais.

b) Empresário individual.

c) Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

Objetivos Específicos

Conhecer o empresário individual, suas obrigações, proibições e limitações legais ao exercício de sua atividade, bem como sua responsabilidade. Aprender os conceitos e a prática relativa ao Empresário Individual de Responsabilidade Limitada.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada para apresentação do conteúdo (2 h/a)

Estudo dirigido (1h/a)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

a) Pela participação dos acadêmicos contribuindo na exposição, perguntando, respondendo, questionando com pertinência à temática estudada. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, para a avaliação do processo ensino-aprendizagem.

b) Prova escrita (3h/a) englobando as Unidades 1 a 7. (Questões: múltipla escolha; caso-problema e dissertativa) Peso e demais critérios estabelecidos no campo AVALIAÇÃO.

c) Serão utilizados como critérios de avaliação o correto emprego da norma culta da língua portuguesa, coerência na exposição de idéias, coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

6

Conteúdo

6. Introdução ao Estudo do Direito Societário.

a) A atividade empresarial desenvolvida de forma coletiva.

b) Classificação das sociedades.

c) Sociedades Personificadas e Não-Personificadas.

d) Sociedade em comum.

e) Sociedade em conta de participação.

Objetivos Específicos

Diferenciar empresário individual de empresário coletivo.

Conhecer os requisitos para constituição de sociedade.

Identificar os impedimentos para constituição de sociedade.

Identificar as sociedades despersonificadas.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada para apresentação do conteúdo (2,5 h/a)

Estudo dirigido (0,5 h/a)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

a) Pela participação dos acadêmicos contribuindo na exposição, perguntando, respondendo, questionando com pertinência à temática estudada. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, para a avaliação do processo ensino-aprendizagem.

b) Prova escrita (3h/a) englobando as Unidades 1 a 7. (Questões: múltipla escolha; caso-problema e dissertativa) Peso e demais critérios estabelecidos no campo AVALIAÇÃO.

c) Serão utilizados como critérios de avaliação o correto emprego da norma culta da língua

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523122135

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



portuguesa, coerência na exposição de idéias, coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

7 **Conteúdo** 9

7. Sociedade Simples.
- a) Contrato social.
 - b) Dos direitos e obrigações dos sócios.
 - c) Da administração.
 - d) Das relações com terceiros.
 - e) Da resolução da sociedade em relação a um sócio.
 - f) Da dissolução, liquidação e extinção da sociedade.

Objetivos Específicos

Compreender o conceito e as características da sociedade simples, como também a responsabilidade dos sócios pela sociedade assim como o processo de constituição, funcionamento e dissolução, liquidação e modificação estrutural da sociedade.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada para apresentação do conteúdo (5h/a)

Solução de problema (1h/a)

Prova escrita englobando as unidades 1 a 7. (3h/a) Demais informações no campo AVALIAÇÃO.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- a) Pela participação dos acadêmicos contribuindo na exposição, perguntando, respondendo, questionando com pertinência à temática estudada. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, para a avaliação do processo ensino-aprendizagem.
- b) Produção escrita, tendo em vista as habilidades de compreensão, análise, síntese, julgamento, inferências e interpretação dos conteúdos fundamentais e as conclusões a que chegou. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, como complementação de nota da segunda avaliação.
- c) Prova escrita (3h/a) englobando as Unidades 1 a 7. (Questões: múltipla escolha; caso-problema e dissertativa) peso e critérios definidos no campo acerca da AVALIAÇÃO.
- d) Serão utilizados como critérios o correto emprego da norma culta da língua portuguesa, coerência na exposição de idéias, coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

8 **Conteúdo** 1

8. Tipos Societários Menores.
- a) Sociedade em Nome Coletivo.
 - b) Sociedade em Comandita Simples.

Objetivos Específicos

Compreender os fundamentos teóricos com sua aplicação prática.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada para apresentação do conteúdo (1h/a)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- a) Pela participação dos acadêmicos contribuindo na exposição, perguntando, respondendo, questionando com pertinência à temática estudada. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, para a avaliação do processo ensino-aprendizagem.
- b) Prova escrita (3h/a) englobando as Unidades 8 a 10. (Questões: múltipla escolha; caso-problema e

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523122135

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



dissertativa) peso e demais critérios constam no campo AVALIAÇÃO.

c) Serão utilizados como critérios o correto emprego da norma culta da língua portuguesa, coerência na exposição de idéias, coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

9

Conteúdo

9. Sociedade Limitada

a) A sociedade limitada - visão histórica.

b) As quotas.

c) A administração.

d) Conselho Fiscal

e) Deliberações dos sócios.

f) Aumento e redução de capital social.

g) Resolução da sociedade em relação a sócios minoritários.

h) Dissolução, liquidação e extinção da sociedade limitada.

Objetivos Específicos

a) Compreender os fundamentos teóricos aplicando-os às situações fáticas.

b) Entender o conceito e as características da sociedade limitada, como também a responsabilidade dos sócios pela sociedade e os processos de constituição, dissolução, liquidação e modificação estrutural da sociedade.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada para apresentação do conteúdo (6h/a)

Solução de problemas. (3h/a)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

a) Pela participação dos acadêmicos contribuindo na exposição, perguntando, respondendo, questionando com pertinência à temática estudada. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, para a avaliação do processo ensino-aprendizagem.

b) Produção escrita, tendo em vista as habilidades de compreensão, análise, síntese, julgamento, inferências e interpretação dos conteúdos fundamentais e as conclusões a que chegou. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, como complementação de nota da segunda avaliação.

c) Prova escrita (3h/a) englobando as Unidades 8 a 10. (Questões: múltipla escolha; caso-problema e dissertativa) peso e critérios definidos no campo acerca da AVALIAÇÃO.

d) Serão utilizados como critérios o correto emprego da norma culta da língua portuguesa, coerência na exposição de idéias, coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

9

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523122135

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo

10. Sociedade por Ações
 - a) Sociedades anônimas.
 - b) Caracterização e natureza da companhia.
 - c) Capital social.
 - d) Valores mobiliários:
 - e) Ações, partes beneficiárias, debêntures, bônus de subscrição.
 - f) Constituição da companhia.
 - g) Formalidades complementares à constituição.
 - h) Livros sociais.
 - i) Os acionistas.
 - j) Órgãos societários:
 - k) Lucros, Reservas e Dividendos.
 - l) Dissolução, Liquidação e extinção.
 - m) Grupos de sociedades.
 - n) Consórcios.
 - o) Subsidiária integral.
 - p) Sociedade em comandita por ações.
 - q) Operações societárias: Transformação; Incorporação; Fusão e Cisão.

Objetivos Específicos

Compreender e aplicar os conhecimentos jurídicos

Distinguir as sociedades por ações, as normas que as disciplinam, sua constituição, seus órgãos constituintes, seus valores mobiliários, seu funcionamento e dissolução.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositivo dialogada (9 h/a)

Solução de problemas (2 h/a)

Estudos de casos (2h/a)

Prova escrita das unidades 8 a 10 (3 h/a)

Semana de Monografias do Curso de Direito (3h/a)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- a) Pela participação dos acadêmicos contribuindo na exposição, perguntando, respondendo, questionando com pertinência à temática estudada. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, para a avaliação do processo ensino-aprendizagem.
- b) Produção escrita, tendo em vista as habilidades de compreensão, análise, síntese, julgamento, inferências e interpretação dos conteúdos fundamentais e as conclusões a que chegou. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, como complementação de nota da segunda avaliação.
- c) Prova escrita (3h/a) englobando as Unidades 8 a 10. (Questões: múltipla escolha; caso-problema e dissertativa) peso e critérios definidos no campo acerca da AVALIAÇÃO.
- d) Serão utilizados como critérios o correto emprego da norma culta da língua portuguesa, coerência na exposição de idéias, coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

AVALIAÇÃO

A avaliação do conteúdo dar-se-á mediante a realização de 2 (duas) provas escritas podendo, de acordo com a possível necessidade detectada pelo professor, haver exercícios em sala de aula e/ou extra classe. Também serão considerados, se houver, a apresentação de trabalhos, comportamento em sala de aula, participação e frequência.

A PRIMEIRA NOTA será obtida pela soma da nota conquistada na primeira prova e no resumo:

(PROVA 1) + (RESUMO) = PRIMEIRA NOTA

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523122135

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



A primeira prova terá nota máxima de 8,0 (oito) e aos resumos, serão conferidas notas máxima de 2,0 (dois) pontos. Assim, a nota da primeira prova somada à nota dos resumos, resultam na primeira nota relativa ao aproveitamento semestral (nota que será lançada no sistema acadêmico).

A SEGUNDA NOTA será resultante da nota obtida na segunda prova.

O aproveitamento semestral (média do semestre) será obtido a partir da soma da primeira e segunda notas divididas por 2.
 $NOTA\ 1 + NOTA\ 2 = APROVEITAMENTO\ SEMESTRAL$

Serão utilizados como critérios de avaliação de TODAS as atividades escritas desenvolvidas o correto emprego da norma culta da língua portuguesa, coerência na exposição de ideias e coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Além disso, PARA O RESUMO, deverá ser observado o seguinte:

"O resumo é a apresentação concisa das principais ideias de um texto. Resulta da capacidade analítica e compreensiva que o leitor adquire no momento em que faz sua leitura. Quanto mais se tem domínio e compreensão do texto, maior será a capacidade de síntese e de apresentação de forma breve. No meio acadêmico, o desenvolvimento de um resumo é importante, por que permite "[...] em rápida leitura, recordar o essencial do que se estudou e [apresentar] a conclusão a que se chegou" (GALLIANO, 1986, p. 89)." (disponível em <http://www.redimovel.com.br/nisul/fase11/monog/Unidade%205.pdf>)

"O resumo é útil para difundir as idéias contidas em obras de diversos tipos, como também, para favorecer ao leitor a possibilidade de escolha ou consulta do texto no original." (disponível em <http://www.redimovel.com.br/nisul/fase11/monog/Unidade%205.pdf>)

O aluno deverá apresentar o trabalho sob a forma de RESUMO em, no MÁXIMO, 10 páginas e deverão ser consultados no MÍNIMO três autores de bibliografia devidamente referenciadas de acordo com as normas da ABNT.

Ao aluno que deixar de realizar resumo será atribuída nota ZERO. Também, ao trabalho em que for identificado qualquer espécie de plágio, será atribuída nota ZERO.

A entrega do resumo será na data estabelecida abaixo e, após esta não será conhecido. A entrega deve ser realizada em sala e no horário de aula enquanto a docente nesta se encontrar sob pena de não ser recebido.

Sugere-se a observância de etapas para a realização da atividade

- a) Leitura integral para adquirir uma visão de conjunto da unidade (capítulo);
- b) Delimitação das unidades de leitura do texto.
- c) Esquematização (na forma de tópicos) ou preparação das anotações da leitura.
- d) Redação do resumo com frases breves e objetivas

Inicialmente as avaliações ficam programadas para as datas apresentadas a seguir e previstas no cronograma (Informações), podendo ocorrer alteração das datas no decorrer do semestre, se o professor entender conveniente:

1ª avaliação: 18 de setembro

2ª avaliação: 20 de novembro

Entrega do resumo: a partir da segunda aula até o dia 18 de setembro (PRAZO DECADENCIAL)

A avaliação final, para os que não atingirem média 7,00 (sete), será realizada na data estabelecida no calendário acadêmico, qual seja, 11 de dezembro.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BULGARELLI, Waldírio. Manual das sociedades comerciais. São Paulo: Atlas, 2003.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523122135

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 2003.
MIRANDA JÚNIOR, Darcy Arruda. Breves comentários à lei das sociedades por ações. São Paulo: Saraiva, 2003.
NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa. Vol. I. São Paulo: Saraiva, 2003.
REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABRAÃO, Eduardo Lysias Maia. Acordos de acionistas: típicos e atípicos. Curitiba: Juruá, 2011.
ALMEIDA, Amador Paes. Manual das Sociedades Comerciais. Direito de Empresa. 20 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.
BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito societário. 10. ed. rev., aum. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.
BULGARELLI, Waldírio. Fusões, incorporações e cisões de sociedades. 6. ed. atual. de acordo com a Lei n. 9.457/97 -. São Paulo: Atlas, 2000.
CARVALHOSA, Modesto. Comentários à lei de sociedades anônimas: lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as modificações da lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 4 v.
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. Direito de Empresa. Vol. 2. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
_____. Manual de Direito Comercial. São Paulo : Saraiva. 2012.
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil. Vol. 8. 4 ed. São Paulo : Saraiva, 2012.
GUSMÃO, Mônica. Lições de Direito Empresarial. 7. Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.
LAZZARESCHI NETO, Alfredo Sérgio. Lei das sociedades por ações anotada. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.
MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro: direito societário : sociedades simples e empresárias. Vol. 2. 5 ed. São Paulo : Atlas, 2011.
_____. Manual de Direito Empresarial. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2012.
NERILO, Lucíola Fabrete Lopes. Manual da sociedade limitada no novo código civil. Curitiba: Juruá, 2004.
REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. v. 1. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
_____. Curso de Direito Comercial. v. 2. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
RIZZARDO, Arnaldo. Direito de empresa: Lei n.º 10.406, de 10.01.2002. Rio de Janeiro : Forense, 2012.
TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 3 v.
ZANETTI, Robson. Manual da sociedade limitada. Curitiba: Juruá, 2007.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1. **CRONOGRAMA:**
01/ago Conteúdo programático
31/jul Conteúdo programático
07/ago Conteúdo programático
14/ago Conteúdo programático
21/ago Conteúdo programático
28/ago Conteúdo programático
04/set Conteúdo programático
11/set Conteúdo programático
18/set 1ª AVALIAÇÃO
25/set Conteúdo programático
02/out Conteúdo programático
09/out Conteúdo programático
16/out RECESSO ACADÊMICO - DIA DO
23/out Conteúdo programático S S O R
30/out Conteúdo programático
06/nov Conteúdo programático
13/nov Conteúdo programático
20/nov 2ª AVALIAÇÃO
27/nov Devolução e correção da avaliação e revisão geral do semestre
04/dez Semana de Monografias do Curso de Direito
11/dez Avaliação Final

2. ACORDOS

B) São objetos da avaliação: a frequência de 75% e o desempenho progressivo do estudante em todas as atividades desenvolvidas ao longo do semestre;

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523122135

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



- b) Durante o desenvolvimento das aulas PODERÃO acontecer estudos dirigidos e outras formas de avaliação A CRITÉRIO DO PROFESSOR e SEM DEFINIÇÃO PREVIA, ou seja, não será informada a sua realização anteriormente;
- c) Estas atividades PODERÃO VALER nota;
- d) Se entender conveniente e no intuito de obter melhores resultados de aprendizagem, o PROFESSOR poderá alterar o plano de disciplina, incluindo trabalhos e refazendo a distribuição da carga horária inicial prevista para cada assunto a ser tratado;
- e) A ausência na sala de aula mesmo tendo respondido a chamada, poderá implicar, conforme o caso, em uma ou mais faltas;
- f) Os trabalhos serão aceitos nas datas pré-estabelecidas e fora destas não serão conhecidos.
- g) O estudante que não realizar as avaliações previamente agendadas deverá requerer prova de 2ª chamada no prazo e forma regimental. Qualquer outra forma e prazos não serão aceitos. A Avaliação assim realizada será totalmente discursiva e sem direito a qualquer consulta da legislação e ou outros materiais.
- h) O professor devolverá as avaliações discutindo-as com os estudantes, visando o aprender a aprender, no PRAZO DE ATÉ 30 DIAS APÓS a realização da mesma;
- i) O professor divulgará a frequência e as notas de todas as atividades no sistema acadêmico, ao longo do semestre;
- j) Havendo trabalhos em equipe, nem todos os participantes terão, necessariamente, notas iguais;
- k) A avaliação em geral deverá ser realizada de forma progressiva, versando sobre os conteúdos já trabalhados, enfatizando a reflexão e a interpretação; As avaliações serão realizadas SEM qualquer espécie de consulta.
- l) Sempre que um estudante sentir-se prejudicado na avaliação, seja individual ou em grupo, deverá apresentar recurso ESCRITO dirigido ao professor. O recurso deve obedecer a forma correta e ter requisitos mínimos (identificação do acadêmico/fatos/direito/pedido) e deverá demonstrar ser capaz de argumentar a sua versão sem utilizar argumentos de outros ou fazer comparações com outras avaliações;
- m) É PROIBIDO o uso de telefone celular no período de aula. Portanto, não esqueça de desligá-lo. Não serão aceitos celulares sobre as carteiras, todos que assim forem encontrados serão recolhidos pela Docente e devolvidos tão somente ao final das aulas ou deixados no Apoio Docente/Coordenação. Ficando todos, desde já, devidamente cientificados quanto à questão.
- n) a utilização de equipamentos eletrônicos somente será autorizada para a pesquisa e anotações pertinentes à aula. Qualquer outra forma de utilização ensinará o RECOLHIMENTO do equipamento pela docente.
- o) é PROIBIDA a gravação de imagem ou voz da docente.
- p) Precisando contatar com a Professora ela estará disponível para tal em todos os dias de aula na Unidade e ou quando estiver na Instituição, bem como e também por e-mail - favor enviar mensagem para fatima.mustafa@unisul.br - horários e locais em que todas as dúvidas poderão ser dirimidas. Favor respeitar a privacidade familiar da docente, não telefonando para a residência desta em hipótese alguma, tendo em vista haver outros meios para contato.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523122135

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		008459	Direito Financeiro		
Ciclo Letivo:	2012 - 2º Semestre	Oferta	4	Turma	4307
Carga Horária:	60	Creditos: 4			
Curso(s): Direito BC N FP					
Professor	MOISÉS HOEGENN				

EMENTA

Princípios constitucionais. Direito Financeiro: noções introdutórias. Atividade financeira do Estado. Despesas públicas. Receitas públicas. Orçamento. Crédito público. Responsabilidade fiscal.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de disciplina indispensável à formação profissional do bacharel em Direito, cujo conteúdo constituirá a base do conhecimento necessário ao estudo dos principais conceitos de direito financeiro e habilitá-lo a operacionalizar os instrumentos jurídicos aplicáveis à área de estudo, bem como analisar criticamente a construção do sistema tributário brasileiro. É disciplina introdutória à disciplina direito tributário e possui estreita relação com as cadeiras de direito administrativo e de direito penal.

OBJETIVO GERAL

- * Abordar os conceitos fundamentais e permanentes que estruturam o Direito Financeiro.
- * Tratar dos aspectos estruturais e funcionais no ordenamento jurídico da administração pública, suas instituições e forma de gerência do patrimônio público.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

1	<p>Conteúdo</p> <p>Direito Financeiro - Aspectos Gerais; As necessidades públicas e a atividade financeira do Estado; a receita pública; a despesa pública.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Compreender os aspectos gerais do Direito Financeiro; identificar as necessidades públicas e a relação destas com a atividade financeira do Estado; conhecer e classificar a receita pública; conhecer e classificar a despesa pública.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aula expositiva dialogada, com utilização de data show, e realização de exercícios de fixação do conteúdo. Todo conteúdo ministrado será avaliado através de prova individual escrita e atividade orientada/supervisionada.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>A avaliação de aprendizagem desta unidade será realizada por intermédio de uma prova escrita, em sala de aula, individual e sem consulta, com peso de 60%; e uma Atividade Orientada/Supervisionada (AOS) com peso de 40%.</p> <p>A nota da AOS será composta 60% pela parte escrita e 40% pela participação no debate.</p>	18
---	---	----

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523122135

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



A AOS, na modalidade Resenha Crítica, deverá ser elaborada e entregue individualmente, com posterior debate em sala sobre o tema, o qual será definido pelo professor.

O somatório das duas notas corresponderá a Nota 1. A Nota 1 corresponderá à 33% da nota do semestre.

Os critérios de avaliação serão:

Da prova escrita:

- Clareza e objetividade,
- Demonstração de conhecimento suficiente,
- Capacidade de sistematização das idéias,
- Ausência de dispersão ou de redundância das informações,
- Observância das regras da norma culta.

Da Atividade Orientada/Supervisionada (Resenha Crítica):

- Apresentação das características mais relevantes,
- Síntese e objetividade,
- Informações sobre o autor (da obra),
- Discussão sobre as conclusões do autor,
- Pertinência e fundamentação da interpretação crítica,
- Respeito à norma culta e à ABNT.

Do debate em sala quanto ao tema da resenha crítica:

- Clareza e coerência na apresentação
- Domínio do conhecimento na exposição
- Participação do grupo durante a exposição
- Utilização de dinâmicas e/ou recursos audiovisuais
- Relação teoria-prática, crítica da realidade.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Será elaborada uma atividade supervisionada, a qual consiste na elaboração de uma resenha de um artigo relacionado à disciplina para entrega ao professor, sendo que na data de entrega será realizado um debate sobre o tema parecer jurídico. Carga horária da atividade: 6 horas

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

2 Conteúdo

24

Conhecer os aspectos históricos e gerais do orçamento público; princípios do orçamento público; elaboração dos instrumentos do orçamento público; a execução orçamentária; o controle orçamentário.

Objetivos Específicos

Conhecer os aspectos históricos e gerais do orçamento público; compreender e identificar os princípios do orçamento público; compreender a elaboração dos instrumentos do orçamento público; compreender a execução orçamentária; identificar e compreender os instrumentos de controle orçamentário.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva dialogada, com utilização de data show, e realização de exercícios de fixação do conteúdo. Todo conteúdo ministrado será avaliado através de prova individual escrita.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

A avaliação de aprendizagem desta unidade será realizada por intermédio de uma prova escrita, em sala de aula, individual e sem consulta, com peso de 60%; e uma Atividade Orientada/Supervisionada (AOS) com peso de 40%.

A nota da AOS será composta 60% pela parte escrita e 40% pela participação no debate.

A AOS, na modalidade Resenha Crítica, deverá ser elaborada e entregue individualmente, com posterior debate em sala sobre o tema, o qual será definido pelo professor.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523122135

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



O somatório das duas notas corresponderá a Nota 2. A Nota 2 corresponderá à 33% da nota do semestre.

Os critérios de avaliação serão:

Da prova escrita:

- Clareza e objetividade,
- Demonstração de conhecimento suficiente,
- Capacidade de sistematização das idéias,
- Ausência de dispersão ou de redundância das informações,
- Observância das regras da norma culta.

Da Atividade Orientada/Supervisionada (Resenha Crítica):

- Apresentação das características mais relevantes,
- Síntese e objetividade,
- Informações sobre o autor (da obra),
- Discussão sobre as conclusões do autor,
- Pertinência e fundamentação da interpretação crítica,
- Respeito à norma culta e à ABNT.

Do debate em sala quanto ao tema da resenha crítica:

- Clareza e coerência na apresentação
- Domínio do conhecimento na exposição
- Participação do grupo durante a exposição
- Utilização de dinâmicas e/ou recursos audiovisuais
- Relação teoria-prática, crítica da realidade.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Será elaborada uma atividade supervisionada, a qual consiste na elaboração de uma resenha de um artigo relacionado à disciplina para entrega ao professor, sendo que na data de entrega será realizado um debate sobre o tema parecer jurídico. Carga horária da atividade: 6 horas

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

3

Conteúdo

18

Lei de Responsabilidade Fiscal e Crédito Público.

Objetivos Específicos

Conhecer e aplicar os princípios e principais disposições da Lei Complementar n. 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Conhecer as modalidades de crédito público e a legislação básica que o regulamenta.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva dialogada, com utilização de data show, e realização de exercícios de fixação do conteúdo.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

A avaliação de aprendizagem desta unidade será realizada por intermédio de uma Atividade Orientada/Supervisionada, individual, com tema a ser definido pelo professor. A nota desta atividade corresponderá a Nota 3, com peso de 33% da nota do semestre.

Os critérios de avaliação serão:

- Aplicação de conceitos teóricos
- Clareza na descrição dos problemas
- Consistência na apresentação das hipóteses
- Consistência da argumentação
- Pertinências das conclusões estabelecidas
- Criatividade.

Caso o trabalho venha a ser apresentado em sala, também serão considerados os seguintes critérios de avaliação:

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523122135

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



- Clareza e coerência na apresentação
- Domínio do conhecimento na exposição
- Participação do grupo durante a exposição
- Utilização de dinâmicas e/ou recursos audiovisuais
- Relação teoria-prática, crítica da realidade.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Será elaborada uma Atividade Orientada/Supervisionada, na modalidade Solução de Problemas, cuja elaboração exigirá consulta e fundamentação na doutrina, em especial nas fontes bibliográficas da disciplina. Carga horária da atividade: 4 horas.

AVALIAÇÃO

a) A avaliação compor-se-á de 03(três) notas, a serem obtidas da seguinte forma:

- Nota 1: uma prova escrita a ser realizada em sala de aula, individual e sem consulta, com peso de 60%; e uma atividade orientada/supervisionada, com tema a ser definido pelo professor, com peso de 40%.
- Nota 2: uma prova escrita a ser realizada em sala de aula, individual e sem consulta, com peso de 60%; e uma atividade orientada/supervisionada, com tema a ser definido pelo professor, com peso de 40%.
- Nota 3: uma atividade orientada/supervisionada, com tema a ser definido pelo professor.

b) Para composição das notas do semestres, as Notas 1 e 2 terão peso de 0,33% cada, e a nota 3 terá peso 0,34% ($NS = (N1 \times 0,33) + (N2 \times 0,33) + (N3 \times 0,34)$)

c) As provas de 2ª chamada serão realizadas nos dias 18/05/2012 e 22/06/2012, das 14:00 as 17:00 hs., conforme determinação da coordenação do curso.

d) Avaliação final para os alunos que não alcançarem a média englobará toda a matéria será realizada em data a ser designada pelo professor, devendo necessariamente ocorrer entre os dias no dia 02 e 07 de julho/2012, as 19:00 hs.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ATALIBA, Geraldo. Elementos de direito tributário. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.
 BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito financeiro e tributário. 9 ed., São Paulo: Celso Bastos Editor, 2002.
 ROSA JUNIOR, Luiz Emydio F. Manual do direito financeiro e direito tributário. Rio de Janeiro. Renovar, 2001.
 TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AGUIAR, Afonso Gomes. Lei de Responsabilidade Fiscal - questões práticas. 2ª Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2006.
 ARAÚJO, Eugênio Rosa de. Resumo de Direito Financeiro. Niterói : Impetus, 2008. 272p.
 BALEEIRO, Aliomar. Uma Introdução à Ciência das Finanças, 15ª.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
 BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e Direito Tributário. Saraiva.
 BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.
 BRASIL, Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.
 BRASIL, Portaria conjunta STN/SOF nº 2 de 06 de agosto de 2009. <http://www.stn.fazenda.gov.br>
 BRASIL, Portaria Interministerial nº 688, de 04 de outubro de 2005. Altera Anexo II da Portaria nº 163/01. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/2005/08/00053.htm

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
 e utilize o código de validação: 1604523122135

*A falsificação deste documento
 constitui-se em crime previsto no
 Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
 autor(a) à respectiva ação penal.*



//www.stn.fazenda.gov.br

BRASIL, Portaria n.º 163, de 04 de maio de 2001. <http://www.stn.fazenda.gov.br>

BRASIL, Portaria n.º 59, de 1º de março de 2001. <http://www.stn.fazenda.gov.br>

BRASIL, Portaria n.º 10, de 22 de agosto de 2002. <http://www.stn.fazenda.gov.br>

BRASIL, Portaria n.º 9, de 28 de abril de 2005. <http://www.stn.fazenda.gov.br>

BRASIL. Lei 4.320, de 17 de março 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

BREGALDA, Gustavo. Direito financeiro e econômico. São Paulo : Saraiva, 2008.115p.

CAMPOS, Dejalma de. Direito Financeiro e Orçamentário. Atlas, 2ªed.2001.

CARNEIRO, Cláudio. Curso de Direito Tributário e Financeiro, volume 1. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

AGUIAR, Afonso Gomes. Lei de Responsabilidade Fiscal - questões práticas. 2ª Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. Editora Malheiros, 15ª edição, 2000.

Constituição do Estado de Santa Catarina.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Direito Financeiro: teoria e prática. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

CRETELLA, José Júnior. Curso de Direito Tributário Constitucional. Forense Universitária, 2ª edição, 1999.

CRUZ, Flávio da, et al. Comentários a Lei 4.320, de 17 de março de 1964. São Paulo: Atlas, 2006.

CRUZ, Flávio da; VICCARI Jr. Adauto; GLOCK, José Osvaldo; HERZMANN, Nélcio; TREMEL, Rosângela. Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CUNHA, André Luiz Nogueira da. A questão da irretroatividade da Lei de Crimes de Responsabilidade Fiscal. Boletim IBCCRIM, nº 98, jan.20001, p.10.

FERREIRA, Pinto. A Inflação. 4a ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993. 151 p.

FIGUEIREDO, Carlos Maurício, et al. Comentários à lei de responsabilidade fiscal. 2a ed. rev. at. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. 320 p.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HARADA, Kiyoshi Direito Financeiro e Tributário.6ª.ed., São Paulo: Atlas, 2000,

HOEGENN, Moisés. A importância da Obediência ao Princípio da Publicidade nas prestações de contas da Administração Pública em face da Lei de Responsabilidade Fiscal. 2003. Direito. Bacharelado. UNIVALI. São José.

LINO, Pedro. Comentários à lei de responsabilidade fiscal: lei complementar 101/2000. São Paulo Atlas, 2000. 354 p.

MACHADO JR., José Teixeira, REIS, Heraldo da Costa. A Lei 4.320 comentada. 32ª ed. rev e atual. Rio de Janeiro: IBAM, 2008.

MARTINS, Ives Gandra; NASCIMENTO, Carlos Valder do (org.). Comentários à lei de responsabilidade fiscal. São Paulo: Saraiva, 2001. 640 p.

NASCIMENTO. Edson Ronaldo, DEBUS, Ilvo. Lei complementar n.º 101/2000: entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasília: ESAF, 2002.

NASCIMENTO. Edson Ronaldo, Gestão Pública: tributação e orçamento; lei de responsabilidade fiscal; tópicos em contabilidade pública; gestão pública no Brasil; de JK a Lula; administração financeira e orçamentária; finanças públicas nos três níveis de governo. São Paulo: Saraiva, 2006.

NASCIMENTO. Carlos Valder (Coord).Comentários ao Código Tributário nacional:lei 5.172, de 25.10.1966.Rio de Janeiro: Forense, 1997.

NEVES, Wanderlei Pereira das. Lei de Responsabilidade Fiscal em slides. Florianópolis: Centro de Estudos Temáticos de Administração Pública - CETEM. 2001. Mimeo.

NÓBREGA, Marcos. Lei de responsabilidade fiscal e leis orçamentárias. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002. 216 p.

OLIVEIRA, Régis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. 4. ed.rev. atual. e amp. - São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2011. 732p.

PAULSEN, Leandro.Direito Tributário: constituição e Código Tributário á Luz da Doutrina e jurisprudência.Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

PEREIRA, José Matias. Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil. 2a ed. São Paulo : Atlas, 2003.

PETTER, Lafayette Josué. Direito financeiro. Porto Alegre : Verbo Jurídico, 2008. 360p.

ROSA, Luiz Emygdio .Manual de Direito Financeiro & Direito Tributário, Renovar.

ROSSETI, José Paschoal. Introdução à economia. 16a ed. São Paulo: Atlas, 1995. 810 p.

SANCHES, Osvaldo Maldonado. Dicionário de Orçamento, Planejamento e Áreas Afins. 2ª ed. Brasília: Prisma, 2004, 394p.

Santa Catarina. Tribunal de Contas. Guia: lei de responsabilidade fiscal : lei complementar nº 101/2000. - 2. ed.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523122135

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



rev. e ampl. - Florianópolis : Tribunal de Contas, 2002. 176p.

SKIDMORE, Thomas E. Uma história do Brasil. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 356 p.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário, Rio de Janeiro, Renovar, 2002.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Será disponibilizado aos alunos, para cópia, material didático elaborado pelo professor, o qual abrange todo o conteúdo da disciplina.

Cronograma do semestre:

	Dia	Atividades
1	03/08/2012	Apresentação do Programa da Disciplina e do Cronograma, Unidade 1 do Material Didático
2	10/08/2012	A O
3	17/08/2012	Unidade 2 do Material Didático - Entrega do 1º Trabalho - Resenha Crítica e Debate (AOS)
4	24/08/2012	Unidade 3 do Material Didático
5	31/08/2012	Unidade 4 do Material Didático
6	07/09/2012	Feriado Nacional
7	14/09/2012	1ª Prova
8	21/09/2012	Unidades 5 e 6 do Material Didático
9	28/09/2012	Unidade 7 do Material Didático
10	05/10/2012	Unidade 8 do Material Didático
11	12/10/2012	Feriado Nacional
12	19/10/2012	2ª Prova
13	26/10/2012	Unidade 9 do Material Didático e 2ª AOS
14	02/11/2012	Feriado Religioso - Finados
15	09/11/2012	Unidade 10 do Material Didático
16	16/11/2012	Unidade 10 do Material Didático
17	23/11/2012	Entrega do 3º Trabalho (AOS)
18	30/11/2012	Divulgação das notas do 3º Trabalho e finalização da disciplina
	03/12/2012	Semana de Monografia
	07/12/2012	Data limite de publicação do aproveitamento semestral

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523122135

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		008443	Sociologia do Direito		
Ciclo Letivo:	2011 - 1º Semestre	Oferta	4	Turma	1641
Carga Horária:	30	Creditos: 2			
Curso(s): Direito BC N TJ					
Professor	JACIR LEONIR CASAGRANDE				

EMENTA

Sociologia e Sociologia do Direito. Principais representantes da Sociologia do Direito: Gurvitch, Ehrlich. Tendências e debates contemporâneos em Sociologia do Direito: acesso à justiça e a democratização do judiciário; trabalho e globalização; diferenças entre o monismo e o pluralismo jurídico; crise do Direito e a emergência de jurisprudência alternativa.

JUSTIFICATIVA

A disciplina Sociologia do Direito busca construir um espaço de reflexão sobre a realidade sócio-jurídica contemporânea que possibilite abrir caminhos para a compreensão política, cultural, econômica e social das relações humanas na complexidade dos saberes produzidos sobre a sociedade. A disciplina Sociologia do Direito justifica-se na medida em que abre um espaço para a análise crítica e a discussão do Direito enquanto teoria e método formal de controle social normativo. O conteúdo programático aberto da Sociologia do Direito, buscando também um enfoque de natureza filosófica e antropológica, permitirá produzir uma teorização crítica da prática do Direito, capaz não somente de atingir um conhecimento mais acurado da complexidade do fenômeno jurídico, bem como compreender a sua manifestação enquanto estrutura normativa de controle social.

OBJETIVO GERAL

- * Esta disciplina objetiva oferecer instrumentos ao acadêmico para que ele possa compreender as relações sociais constitutivas da sociedade moderna e contemporânea. Com isso espera-se que o acadêmico desenvolva a sua capacidade de reflexão e de criticidade perante os fenômenos sociais e suas próprias ações como cidadão e estudante.
- * Promover uma visão crítica do Direito de modo a permitir que o discente se aproprie de idéias e conceitos que fundamentam a teoria sociológica do direito, a fim de que possa pensar, raciocinar e posicionar-se criticamente sobre a realidade sócio-histórica.
- * Permitir que, enquanto atores sociais em preparação, imbuídos do senso crítico, possam atuar como agentes de transformação através da utilização e aplicação do direito, visando o engajamento no processo de construção da cidadania.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1	Conteúdo 01/03 15/03 22/03 29/03 1 SOCIOLOGIA E SOCIOLOGIA DO DIREITO 1.1. A ciência do direito encontro da sociologia. 1.1.1 A divisão do trabalho social e o direito: Émile Durkheim 2.2 Ordem Jurídica e econômica, direito estatal e extra - estatal: Max Weber 2.3 O determinismo econômico e seu mecanismo de transformação da sociedade: Karl Marx 1.4. Definição da sociologia jurídica	12
---	--	----

Objetivos Específicos

Ampliar a concepção sociológica do direito a respeito de temas importantes da sociedade contemporânea. Identificar as correlações existentes entre os temas propostos e a prática da justiça na sociedade brasileira atual. Identificar perspectivas e projeções da Sociologia do Direito para as próximas décadas, a fim de buscar uma preparação mais consistente e adequada para melhor enfrentar os desafios da sociedade globalizada.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- Aulas expositivas dialogadas seguindo esquema apresentado com uso de data show.
- Discussão em equipes, de questões apresentadas sobre o conteúdo seguido de plenária e amarrações necessárias.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- Será considerada a capacidade reflexiva do aluno referente às idéias (fundamentos) da Sociologia do Direito, apresentadas em aula e as possíveis correlações com a sociedade contemporânea.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

2	Conteúdo 05/04 12/04 2 PRINCIPAIS REPRESENTANTES DA SOCIOLOGIA DO DIREITO: GURVITCH E EHRLICH. 1.2 A teoria do "direito vivo" de Eugen Ehrlich 2.3 A teoria do pluralismo jurídico: George Gurvitch 2.7 O direito como generalização congruente.	9
---	---	---

Objetivos Específicos

Ampliar a concepção sociológica do direito a respeito de temas importantes da sociedade contemporânea. Identificar as correlações existentes entre os temas propostos e a prática da justiça na sociedade brasileira atual. Identificar perspectivas e projeções da Sociologia do Direito para as próximas décadas, a fim de buscar uma preparação mais consistente e adequada para melhor enfrentar os desafios da sociedade globalizada.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- Aulas expositivas dialogadas seguindo esquema apresentado com uso de data show.
- Discussão em equipes, de questões apresentadas sobre o conteúdo seguido de plenária e amarrações necessárias.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



- Será considerada a capacidade reflexiva do aluno referente às idéias (fundamentos) da Sociologia do Direito, apresentadas em aula e as possíveis correlações com a sociedade contemporânea.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Leitura de texto em preparação para o debate em sala de aula. (03 h).

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

3 Conteúdo

9

19/04
26/04

3 TENDÊNCIAS E DEBATES CONTEMPORÂNEOS EM SOCIOLOGIA DO DIREITO

- 3.1 O acesso à justiça
- 3.2 Democratização do judiciário
- 3.3 Trabalho e globalização
- 3.4 Diferenças entre o monismo e o pluralismo jurídico
- 3.5 Crise do Direito e a emergência de jurisprudência alternativa.
- 3.6 A justiça como equidade: em busca de uma práxis alternativa do direito
- 3.7 O conceito jurídico e sociológico de cidadania
- 3.8 Direito das minorias
- 3.9 Direito dos excluídos
- 3.10 Sociologia e Direito na era da microeletrônica e da Informática.
- 3.11 Descompasso entre fato social, norma jurídica e hermenêutica.

Objetivos Específicos

Ampliar a concepção sociológica do direito a respeito de temas importantes da sociedade contemporânea. Identificar as correlações existentes entre os temas propostos e a prática da justiça na sociedade brasileira atual. Identificar perspectivas e projeções da Sociologia do Direito para as próximas décadas, a fim de buscar uma preparação mais consistente e adequada para melhor enfrentar os desafios da sociedade globalizada. Identificar os descompassos entre o fato social, a norma jurídica e a hermenêutica.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- Cada equipe apresentará um tema da unidade. Ao final da apresentação a equipe terá que propor três questões relacionadas ao tema apresentado para a discussão. Após as discussões serão apresentadas as considerações do professor.

As equipes poderão escolher a melhor forma de apresentação, podendo utilizar qualquer recurso tecnológico ou formas artístico-criativas.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Será desenvolvida uma atividade avaliativa referente ao Projeto Integrador.

- Será considerada a capacidade reflexiva do aluno referente às idéias (fundamentos) da Sociologia do Direito, apresentadas em aula e as possíveis correlações com a sociedade contemporânea.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Estudo de texto para discussão em sala de aula (3,0)

AValiação

Para efeitos de avaliação da disciplina serão consideradas três notas para o Aproveitamento do Semestre: a) uma avaliação resultará de cinco pequenas avaliações/reflexões (individuais ou em grupos), produzidas no segundo período das aulas, com valores atribuídos de até 2,0 pontos; b) apresentação de um seminário com duração de até 30 minutos, seguido de discussão e entrega de um Position Paper. c) Haverá uma quarta nota referente ao Projeto Integrador. Esta será resultante de uma discussão que ocorrerá na sala de aula, a respeito da Situação do Sistema Penitenciário Brasileiro. Até cinco pontos serão atribuídos pela participação nos debates e o complemento desta nota, perfazendo até dez pontos, sairá de uma atividade individual escrita durante a segunda

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



parte da aula. O peso a ser atribuído a esta nota será definido com a turma no início do semestre, porém, nunca menor que a metade do peso das outras notas.

Também serão considerados os seguintes critérios para a correção das avaliações: adequação da linguagem científica acadêmica; ortografia correta e legível; utilização das regras gramaticais; coesão e coerência textual, clareza na redação; originalidade nas idéias (autoria); informação e argumentação (capacidade crítica); objetividade nas respostas; utilização e adequação das regras da ABNT; a capacidade do acadêmico em interpretar as questões (identificando seus aspectos principais); a explicação da compreensão dos textos estudados; respostas com clareza lógica e precisão. Será considerado aprovado o aluno que obtiver índice de frequência as aulas igual ou superior a 75% e Aproveitamento Semestral igual ou superior a 7,0.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de. Introdução à Sociologia Jurídica Alternativa. São Paulo: Editora Acadêmica, 1993.
- _____. MAX WEBER: Direito e Modernidade. São Paulo: Letras Contemporâneas, 1996.
- BARROS, Wellington Pacheco. A Interpretação Sociológica do Direito. Porto Alegre: Editora do Advogado, 1995.
- DELLA CUNHA, Djacon B. Sociologia do Direito: Temas e Perspectivas. Natal: Ágape, 1997.
- _____. Sociologia Jurídica: Direito- Cultura- Cidadania. Natal:Ágape, 1998.
- EHRlich, Eugen. Fundamentos Da Sociologia Do Direito. Brasília:UnB, 1986.
- KRISCHKE, Paul J. (Org) O Contrato Social: Ontem e Hoje : São Paulo: Cortez, 1992.
- LOPES, Mônica Sette. A Equidade e os Poderes do juiz. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.
- MORAIS, Bolzan de. A Idéia de Direito Social: O Planejamento de Georges Gurvitch. Porto Alegre: Editora do Advogado, 1997.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- CASAGRANDE, Jacir L; AMORIM, Tade-Ane. Sociologia. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.
- FESTER, Antônio Carlos Ribeiro. (Org.) Direito Humanos. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005
- QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O. de; OLIVEIRA, M. G. de. Um toque de clássicos. Belo Horizonte: UFMG, 1995. [Biblioteca UNISUL].
- SELL, Carlos Eduardo. Sociologia Clássica: Durkheim, Weber e Marx. Itajaí: Ed. UNIVALI, 2001. p. 25-39 [Biblioteca UNISUL].

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Datas	C	a	r	g	a	H	o	r	á	r	i	a
	Conteúdos											

01/03
15/03
22/03
29/03

12 h

1 SOCIOLOGIA E SOCIOLOGIA DO

1.1 A ciência do direito e o encontro da sociologia.

1.1.1 A divisão do trabalho social e o direito: Émile Durkheim

2.2 Ordem Jurídica e econômica, direito estatal e extra - estatal: Max Weber

2.3 O determinismo econômico e seu mecanismo de transformação da sociedade: Karl Marx

1.4. Definição da sociologia jurídica

Pesquisa em equipes para a preparação dos conteúdos a serem apresentados nos seminários (03 horas aula).

05/04

12/04 09h

2 PRINCIPAIS REPRESENTANTES DA SOCIOLOGIA DO DIREITO: GURVITCH E

2.2 A teoria do direito vivo de Eugen Ehrlich

2.3 A teoria do pluralismo jurídico: George Gurvitch

2.7 O direito como generalização congruente.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



19/04
26/04 09h

3 TENDÊNCIAS E DEBATES CONTEMPORÂNEOS EM SOCIOLOGIA DO D I R E I T O

- 3.1 O acesso à justiça
 - 3.2 Democratização do judiciário
 - 3.3 Trabalho e globalização
 - 3.4 Diferenças entre o monismo e o pluralismo jurídico
 - 3.5 Crise do Direito e a emergência de jurisprudência alternativa.
 - 3.6 A justiça como equidade: em busca de uma práxis alternativa do direito
 - 3.7 O conceito jurídico e sociológico de cidadania
 - 3.8 Direito das minorias
 - 3.9 Direito dos excluídos
 - 3.10 Sociologia e Direito na era da microeletrônica e da Informática
- Estudo de texto preparatório para discussão em sala de aula (3,0 hs)

05/07 Avaliação Final

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:	008444	Direito Constitucional IV	
Ciclo Letivo:	2011 - 2º Semestre	Oferta 5	Turma 3044
Carga Horária:	60		Creditos: 4
Curso(s):	Direito BC N TJ		
Professor	GUILHERME DE ALMEIDA BOSSLE		

EMENTA

Direito constitucional econômico. Da ordem econômica. Dos atos das disposições constitucionais transitórias. Ações constitucionais. Controle de constitucionalidade.

JUSTIFICATIVA

Completando o conteúdo das disciplinas de direito constitucional I, II e III esta disciplina dá continuidade ao estudo da Constituição, proporcionando ao acadêmico uma análise da organização econômica do Estado, dentre outros temas de fundamental importância para a ideal compreensão do constitucionalismo. Possui relação com praticamente todas as disciplinas do núcleo base do Curso de Direito, bem como busca desenvolver noções fundamentais acerca da Economia.

OBJETIVO GERAL

Estimular no acadêmico o compromisso com uma visão crítica do direito constitucional, tendo presente que, no fenômeno jurídico, ao contrário do que se verifica nas ciências empíricas, é perfeitamente possível a convivência de posições jurídicas ou soluções hermenêuticas completamente antagônicas, obrigando-o a sempre se manter vigilante contra opiniões, categorias e conceitos pré-concebidos.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

1	<p>Conteúdo</p> <p>BASES CONSTITUCIONAIS DA ORDEM ECONÔMICA</p> <p>Constitucionalização da ordem econômica</p> <p>Elementos sócio-ideológicos</p> <p>Fundamento e natureza da ordem econômica instituída</p> <p>Fim da ordem econômica</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Compreender as bases constitucionais da ordem econômica.</p> <p>Identificar os elementos sócio-ideológicos que norteiam a ordem econômica brasileira.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aula expositiva e dialogada para a apresentação do conteúdo.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Instrumento: estudo de texto.</p> <p>Critérios: observar a capacidade de interpretação dos conteúdos fundamentos oferecidos pelo texto,</p>	10
---	---	----

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



tendo em vista o conteúdo ministrado e sala de aula, e discussão dos resultados.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Atividade orientada/supervisionada: estudo de texto para complementação do tema (1 hora/aula).

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

2 **Conteúdo** 15

CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E SEUS PRINCÍPIOS

Idéia de constituição econômica

Princípios da constituição econômica formal

Soberania nacional econômica

Liberdade de iniciativa econômica

Livre concorrência e abuso do poder econômico

Princípios de integração

Empresa brasileira e capital estrangeiro

Objetivos Específicos

Compreender os princípios da constituição econômica formal.

Assimilar os conceitos de livre concorrência e abuso do poder econômico.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada para a apresentação do conteúdo.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Instrumento 1: estudo dirigido.

Critérios: leitura do texto indicado, apresentação de questionamentos, autonomia na busca de respostas e socialização das descobertas.

Instrumento 2: avaliação.

Critérios: a avaliação será composta de questões objetivas e discursivas, onde será avaliada a demonstração de conhecimento suficiente acerca do conteúdo ministrado, inclusive o uso da língua portuguesa.

Instrumento 3: exercício de fixação.

Critérios: leitura e resolução das questões formuladas.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Estudo dirigido de texto sobre a liberdade de iniciativa econômica (1 hora/aula).

Exercícios para fixação dos temas (1 hora/aula).

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

3 **Conteúdo** 10

ATUAÇÃO ESTATAL NO DOMÍNIO ECONÔMICO

Capitalismo, socialismo e estatismo

Serviço público e atividade econômica estatal

Modos de atuação do Estado na economia

Exploração estatal de atividade econômica

Monopólios

Intervenção no domínio econômico

Planejamento econômico

Objetivos Específicos

Identificar os modos de atuação do Estado na economia.

Identificar os casos de monopólio na economia brasileira.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada para a apresentação do conteúdo.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Instrumento: estudo dirigido.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Critérios: leitura do texto indicado, apresentação de questionamentos, autonomia na busca de respostas e socialização das descobertas.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Leitura dirigida de obras e artigos indicados (2 horas/aula).

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
4	Conteúdo AÇÕES CONSTITUCIONAIS Habeas corpus Habeas data Mandado de Segurança (preventivo, individual e coletivo) Mandado Coletivo Direito de Petição Ação Popular Objetivos Específicos Compreender a natureza das ações constitucionais. Identificar a adequação dos remédios constitucionais no direito constitucional e no processo civil brasileiro. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem Aula expositiva e dialogada para a apresentação do conteúdo. Instrumentos e Critérios de Avaliação Instrumento: produção escrita de pesquisa. Critérios: variedade de fontes de pesquisa, objetividade, a observância da norma culta e a capacidade de sistematização das idéias. Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Estudo dirigido sobre Habeas Corpus (1 hora/aula).	11

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
5	Conteúdo CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE Conceito Espécies de controle de constitucionalidade Controle preventivo Controle repressivo Ação Direta de Constitucionalidade Ação Declaratória de Constitucionalidade Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Objetivos Específicos Compreender a origem dos sistemas de controle de constitucionalidade. Distinguir as diferentes espécies de controle de constitucionalidade. Analisar as ações de controle concentrado de constitucionalidade. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem Aula expositiva e dialogada para a apresentação do conteúdo. Instrumentos e Critérios de Avaliação Instrumento 1: avaliação das unidades 3, 4 e 5. Critérios: a avaliação será composta de questões objetivas e discursivas, onde será avaliada a demonstração de conhecimento suficiente acerca do conteúdo ministrado, inclusive o uso da língua portuguesa. Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas	14

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



AVALIAÇÃO

A avaliação do acadêmico, além de obedecer ao estabelecido regimentalmente pela UNISUL, levará em conta:

1. Aplicação de 2 (duas) provas objetivas e discursivas sobre o conteúdo das unidades para avaliação individual (Nota 0 a 10) - A1 e A2 (cada avaliação com peso 1). As avaliações serão aplicadas nos dias 22 de setembro e 17 de novembro.
2. A Média Final será obtida: $A1 + A2 / 2 = X$ (se X for igual ou superior a 7,0 (sete), o aluno estará aprovado).
3. O acadêmico que não obtiver média final 7,0 (sete) prestará avaliação final, no dia 09 de dezembro, que abrangerá todo o conteúdo do semestre.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2002.
- BRANDÃO, Paulo de Tarso. Ações constitucionais. Florianópolis: Obra Jurídica, 2003.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de segurança. Ação popular. Ação civil pública. Mandado de injunção. "Habeas data". São Paulo: Malheiros, 1995.
- MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil Interpretada. São Paulo: Atlas, 2002.
- NAZAR, Nelson. Direito Econômico. Bauru, SP: Edipro, 2004.
- TAVARES, André Ramos. Direito Constitucional Econômico. São Paulo: Método, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- AFONSO DA SILVA, José. Curso de direito constitucional positivo. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.
- ALEX, Robert. Teoría de los derechos fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional. 3. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.
- DENIZE STUMM, Raquel. Princípio da proporcionalidade no direito constitucional brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995.
- FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Mandado de segurança. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.
- TOLEDO DE BARROS, Suzana. O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais. 2. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A segunda chamada de avaliação será realizada conforme disposto no Regimento da UNISUL. Ao faltar uma avaliação, o acadêmico deverá procurar a Secretaria Acadêmica e protocolizar requerimento de segunda chamada

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



de avaliação. Ao ser deferido o pedido, a avaliação será realizada na data firmada pela Congregação do Curso de Direito do Campus.

As notas de avaliação e do semestre desta disciplina serão divulgadas pelo docente no prazo regimental.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		000684	Direito do Trabalho I	
Ciclo Letivo:	2011 - 2º Semestre	Oferta	10	Turma 3019
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC N TJ				
Professor	PATRÍCIA SANTOS E COSTA			

EMENTA

CURRÍCULO 1996

Origem histórica do Direito do Trabalho. Fontes do Direito do Trabalho. Interpretação e aplicação do Direito do Trabalho. Relação de trabalho. Caracterização da relação de emprego. Importância do assunto. Critérios para a caracterização. Sujeitos da relação do emprego. O empregador. Contrato de trabalho. Remuneração. Nacionalização do trabalho. Trabalho do menor e da mulher.

CURRÍCULO 2007 e 2011/2

Origem histórica do Direito do Trabalho. Natureza jurídica e princípios do Direito do Trabalho. Fontes do Direito do Trabalho. Interpretação e aplicação do Direito do Trabalho. Relação de trabalho e relação do emprego. Contrato de trabalho e contratos afins. Elementos e objeto do contrato de trabalho. Sujeitos da relação de emprego. Remuneração e salário. Nacionalização do trabalho. Trabalho do menor e da mulher. Flexibilização das relações de trabalho.

JUSTIFICATIVA

Introduzir o acadêmico no estudo e desenvolvimento do Direito do Trabalho, explanando acerca de sua formação, justificação e posição no universo jurídico, bem como dotando-o de conceitos indispensáveis a esta compreensão.

OBJETIVO GERAL

Fornecer ao acadêmico conhecimento específico do Direito do Trabalho, proporcionando-o uma visão clara e objetiva da legislação trabalhista vigente, desafiando a argúcia dos operadores jurídicos, estimulando assim o espírito crítico destes com referência aos temas abordados.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1	Conteúdo Apresentação da disciplina e discussão do programa da disciplina; . Iniciação ao conteúdo programático Objetivos Específicos Apresentação geral/docente e discente Estratégias de Ensino e de Aprendizagem Aula expositiva/dialogada 3h/a Instrumentos e Critérios de Avaliação Não informado Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Não informado	3
---	---	---

2	Conteúdo 1.Introdução do Direito do Trabalho 1.1 História geral do direito do trabalho e 1.2 História do direito do trabalho no Brasil Objetivos Específicos Analisar a evolução histórica do direito do trabalho no mundo e no Brasil. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem (1) de aulas expositivas dialogadas; (2) de estudos dirigidos em grupo, sobre texto ou questionário de revisão dos conteúdos, que serão distribuídos e desenvolvidos em aula, com a síntese final a ser apresentada na mesma aula; (3) de estudos dirigidos individuais, efetuados primeiramente mediante leitura e fichamento de textos, desenvolvidos fora da sala de aula, para posterior escrita de trabalho planejado, com a síntese final a ser apresentada em aula específica previamente marcada; (4) de avaliações individuais, sob as formas escrita e oral, com correção das provas escritas em até 14 dias de sua realização sempre que possível for; (5) de atividades orientadas/supervisionadas, realizadas extraclasse, com resumos críticos a serem apresentados em aula específica previamente marcada, e que equivalem a horas aula. 3h/a Instrumentos e Critérios de Avaliação Não informado Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Não informado	3
---	---	---

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
3	<p>Conteúdo</p> <p>Terminologia e objetivo do direito do trabalho e fontes do direito do trabalho.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>enumerar as definições atribuídas a disciplina, apreender as fontes do direito do trabalho.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Idem aula anterior - 3h/a</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Não informado</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Atividade Orientada - RESENHA CRITICA (3h/a).</p>	3

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
4	<p>Conteúdo</p> <p>Princípios do direito do trabalho.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Elencar e interpretar os princípios do direito do trabalho.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Idem aula anterior - 3h/a</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Não informado</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	3

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
5	<p>Conteúdo</p> <p>Relação de emprego, subordinação, sujeitos, tipos especiais.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Conhecer e dominar os conceitos operacionais da relação de emprego, identificando sua classificação e sujeitos (empregado e seus direitos e deveres).</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Idem aula anterior - 3h/a</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Não informado</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	3

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
6	<p>Conteúdo</p> <p>Trabalho avulso, eventual, temporário e autônomo.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Identificando alguns tipos de trabalhos.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Idem aula anterior - 3h/a</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Não informado</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	3

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
7	<p>Conteúdo</p> <p>Empregador: responsabilidade solidária.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Conhecer e dominar os conceitos operacionais da relação de emprego, identificando sua classificação e sujeitos (empregador e sua responsabilidade).</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Idem aula anterior - 3h/a</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Não informado</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	3

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
8	<p>Conteúdo</p> <p>Sucessão de empresas e terceirização</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>assimilar o instituto da sucessão de empresas e da terceirização</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Idem aula anterior - 3h/a</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Não informado</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Atividade Orientada - ASSISTIR AUDIÊNCIAS - 3h/a.</p>	6

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
9	<p>Conteúdo</p> <p>Salário, remuneração e formas e meios de pagamentos</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Diferenciar salário e remuneração e suas formas de pagamento</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Idem aula anterior - 3h/a</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Não informado</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Atividade Supervisionada: SIMULADO COM QUESTÕES DA OAB E DE CONCURSOS, sem consulta - 3h/a.</p>	6

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
10	<p>Conteúdo</p> <p>Formas de proteção e formas de meios especiais de salário</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Identificar as formas de proteção e meios especiais de salário</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Idem aula anterior - 3h/a</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Não informado</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	3

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
11	<p>Conteúdo</p> <p>Trabalho da mulher</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Identificar as peculiaridades da proteção do trabalho da mulher estabelecida na legislação trabalhista.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Idem aula anterior - 3h/a</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Não informado</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	3

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
12	<p>Conteúdo</p> <p>Trabalho do menor</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Identificar as peculiaridades da proteção do trabalho do menor estabelecida na legislação trabalhista</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Idem aula anterior - 3h/a</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Não informado</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	6

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
13	<p>Conteúdo</p> <p>Flexibilização das relações de trabalho</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Investigar a aplicabilidade do mecanismo da flexibilização nas relações de trabalho</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Idem aula anterior - 6h/a</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Não informado</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	6

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
14	<p>Conteúdo</p> <p>Nacionalização do trabalho</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Conhecer a nacionalização do trabalho</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Idem aula anterior - 6h/a</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Não informado</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	6

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo

Feed Back - encerramento

Objetivos Específicos

Revisão geral de todo conteúdo ministrado e feed back do semestre

Estratégias de Ensino e de AprendizagemIdem aula anterior -
3h/a**Instrumentos e Critérios de Avaliação**

Não informado

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

AValiação**VI- AVALIAÇÃO**

De acordo com o estabelecido pela Congregação do Curso de Direito e pelo Regimento da UNISUL, o acadêmico será avaliado com base nos seguintes critérios:

- PROVA CUMULATIVA (1) (PC (1)) - individual com questões objetivas e dissertativas, sem permissão de consulta - 3h/a - peso 1.
- PROVA CUMULATIVA (2) (PC (2)) - individual com questões objetivas e dissertativas, permitida a consulta à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, sem anotações de conteúdo pelo acadêmico. (PC (2) - valor total 10 / nota 0-10). - 3h/a - peso 1.
- RESENHA CRÍTICA (RC) - texto para leitura, repassado no decorrer do semestre - valor total 10 / nota 0-10). - 3 h/a - peso 1.
- APRESENTAÇÃO DE TRABALHO (AP) - peso 1.
- ATIVIDADE CURRICULARES E EXTRA-CURRICULARES (AC) - individuais e/ou em dupla, repassadas no decorrer do semestre peso 1.
- AUDIÊNCIA TRABALHISTA (AT) - 3h/a - peso 1.
- SIMULADO COM QUESTÕES DA OAB E DE CONCURSOS (SQO), sem consulta - 3h/a - peso 1.

O aluno deverá alcançar aproveitamento na disciplina mínimo de 7.0 pontos, que é calculado da seguinte maneira:

Avaliação da disciplina = $(PC1 + PC2 + RC + AP + AC + AT + SQO) / 7$

O aluno que não conseguir o aproveitamento na disciplina necessário para a aprovação (7,0) terá o direito de fazer a avaliação final (AF). Neste caso, o resultado final (RF) relativo à disciplina será calculado por: Resultado Final = $(Avaliação da disciplina + Avaliação Final) / 2$ e será considerado aprovado caso o Resultado Final (RF) seja maior ou igual a 6,0.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A AVALIAÇÃO :

A avaliação do acadêmico, além de obedecer ao estabelecido regimentalmente pela UNISUL, levará em conta:

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1. Provas escritas individuais, atividades curriculares em duplas e atividades extracurriculares individuais (nota 0 a 10).
2. São consideradas atividades curriculares e extracurriculares: fichamentos, questionários, exercícios de fixação, estudos dirigidos, micro-provas, relatórios de bancas de monografia, etc.
3. As notas atribuídas às provas e atividades serão divulgadas na semana seguinte de suas realizações.
4. As datas, métodos e matérias objeto de estudo para tais avaliações serão estipuladas no decorrer do semestre. Assim, quando das aulas do cronograma que contiverem conteúdo teórico, poderão ocorrer eventualmente atividades curriculares.
5. Em todas as avaliações serão rigorosamente observados o aspecto formal da apresentação, a coerência do desenvolvimento, a objetividade, a redação (uso correto da língua portuguesa) e a utilização de vocabulário adequado.
6. Atividade entregue em data posterior a estipulada, independentemente de justificativa, será recebida com diminuição de nota, ou seja, um ponto por cada dia de atraso.
7. As produções escritas, realizadas extraclasse, somente serão aceitas e corrigidas pela docente se digitadas, sendo impresso o original de acordo com os procedimentos estabelecidos em sala de aula e acompanhado de disquete quando solicitado, não sendo permitida a entrega à docente de qualquer atividade via e-mail, nem por meio magnético.
8. A segunda chamada de avaliação será realizada mediante apresentação pelo acadêmico de requerimento, conforme disposto no Regimento da UNISUL. Ao faltar uma avaliação, o acadêmico deve procurar a Secretaria Acadêmica e protocolar requerimento de segunda chamada de avaliação. Ao ser deferido o pedido, deverá apresentá-lo ao docente e preparar-se para realizar a avaliação na data firmada pelo docente ou pela Congregação do Curso de Direito, divulgada pela Coordenação Adjunta do Curso de Direito nesta Unidade ou neste Campus.

- Ética - A utilização da Internet tornou mais fácil cópia de textos para trabalhos e provas. Todo e qualquer tipo de plágio, desde que comprovado, acarreta nota zero.

Os pedidos de revisão de avaliação, devidamente fundamentados, deverão ser protocolados na Secretaria Acadêmica no prazo regimental.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
GOMES, Orlando, GOTTCHALK, Elson. Curso de direito do trabalho: de acordo com a Constituição de 1988. 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
MARTINS, Pinto. Direito do trabalho. 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.
RODRIGUES, Américo Plá. Princípios de direito do trabalho. 3. ed. São Paulo: LTr, 2000.
SUSSEKIND, Arnaldo et al. Instituições de direito do trabalho. 19. ed. São Paulo: LTr, 2000. 2 v.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT);
Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988;
Cópias de textos indicados e distribuídos pela docente.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Este plano de ensino pode sofrer alterações.
A bibliografia poderá ser complementada no decorrer do semestre.
É aconselhável a leitura da Legislação Institucional da UNISUL.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		000661	Direito Administrativo I	
Ciclo Letivo:	2011 - 2º Semestre	Oferta	15	Turma 3045
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC N TJ				
Professor	ALEXANDRE EVANGELISTA NETO			

EMENTA

CURRÍCULO 1996

Noções Introdutórias. Princípios gerais informativos. Poderes administrativos. Atos administrativos. Contratos administrativos. Licitações. Administração pública.

CURRÍCULO 2007 e 2010/1

Conceito, origem e fontes do direito administrativo. Interpretação do direito administrativo. Sistemas administrativos. Princípios do direito administrativo. Administração pública. Poderes administrativos. Atos administrativos. Contratos administrativos. Licitações.

JUSTIFICATIVA

Introduzir o acadêmico no estudo do direito administrativo através da análise dos princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades pertencentes à administração pública.

Trata-se de disciplina indispensável à formação profissional do bacharel em Direito, cujo conteúdo reflete diretamente nas relações com o Estado.

OBJETIVO GERAL

Busca a aplicação do conteúdo segundo a missão da UNISUL, buscando a compreensão da matéria segundo tal missão e de acordo com os valores da instituição; analisando a dogmática e, de forma crítica, o conteúdo da disciplina em seus aspectos teóricos, formais e práticos e políticos, compreendendo a interligação do Direito Administrativo com os demais ramos da ciência jurídica e da ciência política; de forma a despertar o gosto pelo estudo da "coisa pública", dada à importância do tema na vida diária do País, mas de igual forma preparando-o para o ingresso em qualquer carreira jurídica.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1	Conteúdo Configuração do Direito Administrativo: conceito de Direito Administrativo; legislação e ausência de codificação; interpretação das normas de Direito Administrativo, o Direito Administrativo os outros ramos do Direito. Objetivos Específicos Revisar aspectos destacados da Teoria do Estado para situar o Estado brasileiro como modelo de estado social, com foco na sua função social. Fundamentar todo o estudo da coisa pública e do interesse público, como base do princípio republicano. Deduzir o conceito de Direito Administrativo como ramo autônomo de direito e como instrumento de controle do Estado, desenvolvendo-o de forma vinculada à noção de Democracia. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem Aula expositiva e dialogada Instrumentos e Critérios de Avaliação Não informado Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Não informado	3
---	---	---

2	Conteúdo Princípios do Direito Administrativo: Supremacia do Interesse Público e Indisponibilidade do Interesse Público. Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Razoabilidade, Proporcionalidade e Auto-tutela. Objetivos Específicos Compreender a base jurídica e filosófica da matéria, desenvolvendo as demais unidades à luz dos princípios estudados. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem Aula expositiva e dialogada. Instrumentos e Critérios de Avaliação Prova escrita. Critérios de avaliação da Prova escrita: demonstração de conhecimento; capacidade de sistematização de idéias; raciocínio, observância das regras da norma culta. Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Não informado	9
---	--	---

- 3 **Conteúdo** 9
- Função Administrativa e Poderes Administrativos: conceito de função administrativa, poderes administrativos (dever-poder + poder-dever do Estado), desvio de poder, poder discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar, de polícia.
- Objetivos Específicos**
- Compreender o conceito de função administrativa;
Compreender os diversos poderes administrativos como instrumento para o desenvolvimento da função pública e alcance das finalidades públicas.
- Estratégias de Ensino e de Aprendizagem**
- Aula expositiva para a apresentação do conteúdo.
- Instrumentos e Critérios de Avaliação**
- Prova escrita. Critérios de avaliação da Prova escrita: demonstração de conhecimento; capacidade de sistematização de idéias; raciocínio, observância das regras da norma culta.
- Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas**
- Exercícios extra classe, relativos à matéria, com a finalidade de revisar o conteúdo e preparar os alunos para a prova (3,0 h/a)

- 4 **Conteúdo** 6
- Estrutura Administrativa do Estado: desconcentração e descentralização, administração direta e indireta, entidades, agentes administrativos e órgãos da administração.
- Objetivos Específicos**
- Compreender a formação básica da Administração Pública Brasileira, em seu sentido subjetivo, vinculando esta estrutura à moderna dimensão da administração pública, focada no princípio da eficiência, como corolário da emenda constitucional nº 19 de 1998 (Reforma do Estado Brasileiro).
- Estratégias de Ensino e de Aprendizagem**
- Aula expositiva e dialogada.
- Instrumentos e Critérios de Avaliação**
- Não informado
- Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas**
- Não informado

5	Conteúdo Entes da administração indireta: autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista; pessoas jurídicas que não fazem parte da Administração, mas possuem importância para o Estado: serviços sociais autônomos, organizações sociais; Objetivos Específicos Compreender a formação básica da Administração Pública Brasileira, em seu sentido subjetivo, vinculando esta estrutura à moderna dimensão da administração pública, focada no princípio da eficiência, como corolário da emenda constitucional nº 19 de 1998 (Reforma do Estado Brasileiro). Estratégias de Ensino e de Aprendizagem Aula expositiva e dialogada. Instrumentos e Critérios de Avaliação Não informado Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Não informado	6
---	---	---

6	Conteúdo Dos Atos Administrativos: conceito, caracterização, competência, finalidade, forma, motivo, objeto; Atributos do ato administrativo: presunção de legitimidade e auto-executoriedade; Classificação dos Atos Administrativos, tipos de atos administrativos, vinculados e discricionários; Controle dos atos administrativos: invalidação e revogação dos atos administrativos; Objetivos Específicos Conceituar a manifestação de vontade praticada pela administração pública. Delimitar a natureza jurídica desta manifestação de vontade e situá-la nas atividades desenvolvidas pela Administração Pública Classificar os atos administrativos. Identificar o regime jurídico próprio para a determinação de invalidação e, revogação e convalidação dos atos administrativos. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem Aula expositiva e dialogada Instrumentos e Critérios de Avaliação Não informado Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Não informado	9
---	--	---



7	Conteúdo Contratos Administrativos: conceito, aspectos especiais, revisão do contrato (teoria do equilíbrio econômico), fiscalização do contrato, extinção do contrato, tipos. Objetivos Específicos Revisar a teoria geral dos contratos Estabelecer a natureza jurídica dos contratos celebrados pela Administração Pública Classificar os contratos celebrados no âmbito da Administração Pública. Limitar a natureza jurídica e o campo de atuação dos contratos administrativos. Identificar o regime jurídico próprio dos contratos administrativos propriamente ditos. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem Estudo dirigido Instrumentos e Critérios de Avaliação O aluno será avaliado através da 2ª avaliação semestral. Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Estudo Dirigido sobre o tema 3 h/a	6
---	--	---

8	Conteúdo Licitação: conceito, princípios, obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade; Modalidades de Licitação: concorrência, tomada de preço, convite, leilão, concurso, pregão; tipos, recursos; Objetivos Específicos Estabelecer o conceito de procedimento licitatório; Apresentar os fundamentos da licitação, sua finalidade e limitar a sua aplicação; Conhecer o procedimento de forma particularizada, em todas as suas fases, conhecendo o seu regime jurídico Estratégias de Ensino e de Aprendizagem Aula expositiva e dialogada. Instrumentos e Critérios de Avaliação Critérios de avaliação da Prova escrita: demonstração de conhecimento; capacidade de sistematização de idéias; raciocínio, observância das regras da norma culta. Critério de avaliação do Relatório sobre a Semana de Monografia: demonstração de conhecimento sobre os temas expostos nas defesas de monografia. Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Exercício complementar para fixação da matéria. (3 h/a)	12
---	---	----

AVALIAÇÃO

De acordo com o estabelecido pela Congregação do Curso de Direito e pelo Regimento da UNISUL, o acadêmico será avaliado com base nos seguintes critérios:

1 - Primeira Avaliação -A1 - Prova individual com questões objetivas e dissertativas.

2 - Segunda Avaliação - A2 - Prova individual com questões objetivas e dissertativas.

A Média Final será obtida: $A1 + A2 / 2 = X$

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



(se X = ou superior a 7 o aluno estará aprovado). O acadêmico que não obtiver média final 7.0 (sete) prestará avaliação final, que abrangerá todo o conteúdo do semestre.

Nas avaliações desenvolvidas no semestre, em sala de aula, os alunos poderão fazer uso de legislação, desde que sem qualquer anotação ou comentário. Nas avaliações suplementares, requeridas à Secretaria do Curso em virtude de ausência do acadêmico na avaliação feita em sala de aula, não se possibilitará qualquer consulta à legislação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARVALHO FILHO, José dos Santos. manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2004.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2004.
GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2004.
JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de, Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Edmir Netto de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva.
MADEIRA, José Maria Pinheiro. Administração Pública. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo, Saraiva, 2011.
PASOLD, Cesar Luiz. Função Social do Estado Contemporâneo. Santa Catarina: Editora da OAB/SC,

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

OBSERVAÇÃO: Este Programa de Disciplina está disponível no sistema MINHA UNISUL, e poderá ser modificado no curso de sua execução quando for identificada a necessidade de adaptação pedagógica à peculiaridade de cada turma de sala de aula.

O cronograma poderá ser alterado se houver modificação no planejamento pedagógico, convocação do docente para participar de atividade não prevista no calendário acadêmico ou evento acadêmico.

Nas avaliações em sala de aula o aluno DEVERÁ estar de posse de Constituição Federal e Legislação Complementar.

Nas avaliações suplementares não será facultado ao acadêmico qualquer consulta à legislação.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:	010977	Direito Tributário I	
Ciclo Letivo:	2012 - 1º Semestre	Oferta	1 Turma 396
Carga Horária:	60	Creditos:	4
Curso(s):	Direito BC M PB		
Professor	TANIA MARIA FRANCOSI SANTHIAS		

EMENTA

CURRÍCULO 2007 e 2010/1

Noções introdutórias. Sistema tributário brasileiro. Obrigação tributária. Relação tributária: sujeitos ativo e passivo. Crédito tributário e fato gerador. Garantias e privilégios do crédito tributário. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Noções em tributos federais. Noções em tributos estaduais. Noções em tributos municipais. Sistema tributário no Mercosul.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de disciplina indispensável à formação profissional do bacharel em Direito, cujo conteúdo constituirá a base do conhecimento necessário ao estudo do sistema tributário nacional, como principal fonte de recursos públicos, enfocando as normas gerais e o relacionamento fisco-contribuinte. Esta disciplina possui conteúdos afins com as disciplinas de direito administrativo e direito constitucional.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver e apreender os conceitos fundamentais e permanentes que estruturam o Direito Tributário constantes das normas gerais de direito tributário, assim como introduzir a análise dos tributos em espécie, inclusive aqueles ligados ao comércio exterior.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1

Conteúdo

1. Sistema Tributário Brasileiro:
 - 1.1. Conceito.
 - 1.2. Características.
 - 1.3. Princípios do Sistema Constitucional Tributário.
 - 1.4. Competência privativa, concorrente e residual.
 - 1.5. Imunidade e Isenção.
 - 1.4. Repartição das Receitas.

Objetivos Específicos

tratar dos aspectos estruturais e funcionais da ordem jurídica tributária.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

aulas expositivas e dialogadas

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Execícios e debates de forma dirigida:
Aplicação de conceitos teóricos(5 pontos)
Consistência da Argumentação (5 pontos)

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

realização de exercícios(1 hora-aula)

8

2

Conteúdo

2. Legislação Tributária.
 - 2.1. Leis Complementares à Constituição.
 - 2.2. Leis Ordinárias e medidas provisórias.
 - 2.3. Atos Normativos infralegais
 - 2.4. Vigência e Aplicação da Legislação Tributária
 - 2.5. Interpretação e aplicação da legislação tributária.
 - 2.6. Princípios de Direito Tributário, de Direito Público e de Direito Privado e normas de colisão.
 - 2.7. Analogia
 - 2.8. Equidade.

Objetivos Específicos

identificar as fontes ,vigência , aplicação e interpretação das normas tributárias,

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

aulas expositivas e dialogadas

Instrumentos e Critérios de Avaliação

realização de exercícios e resoluções de estudo de caso
aplicação de conceitos teóricos (5 pontos)
consistência da Argumentação (5 pontos)

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

realização de exercícios, estudos de caso , estudos dirigidos (2horas-aulas)

9



3 11

Conteúdo

3.Obrigação Tributária:

3.1.Conceito.

3.2. Obrigação Principal e Acessória.

3.3. Hipótese de incidência e fato gerador.

3.4. Aspectos da Norma Tributária impositiva.

3.5. Relação Tributária - sujeito ativo e Passivo

3.6. Cadastro de Contribuintes.

3.7. Domicílio Tributário .

3.8. Responsabilidade Tributaria.

Objetivos Específicos

conhecer a natureza jurídica da obrigação tributária e sua importância no desempenho dos objetivos do Estado.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

aulas expositivas e dialogadas

Instrumentos e Critérios de Avaliação

1) realização de exercícios para comparar as interpretações (jurisprudência) identificando qual a interpretação se aplica ao caso concreto(2 horas-aulas) .

2) prova escrita(3 horas-aula)

clareza e objetividade (2 pontos)

demonstração de conhecimento suficiente (5 pontos)

capacidade de sistematização das idéias(2 ponto)

observância das regras da norma culta (1 ponto)

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

interpretação e discussão de textos e artigos científicos, e análise de jurisprudência (2 horas-aula)

4 12

Conteúdo

4.Crédito Tributário:

4.1.natureza jurídica do crédito tributário.

4.2.Constituição- lançamento tributário.

4.3. Suspensão da Exigibilidade.

4.4. Extinção e Exclusão do Crédito Tributário.

4.5. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário.

4.6.Administração Tributária .

Objetivos Específicos

identificar o procedimento e ato relativo ao lançamento tributário

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

aulas expositivas e dialogadas

Instrumentos e Critérios de Avaliação

1) realização de exercícios com análise de jurisprudência .

aplicação de conceitos teóricos (5 pontos)

consistência da argumentação (5 pontos)

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

interpretação e discussão das normas constantes do Código Tributário Nacional e análise de jurisprudência com realização de estudos de caso. (3horas-aulas)

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



5	<p>Conteúdo</p> <p>5. Espécies Tributárias</p> <p>5.1. Características e regime jurídico específicos.</p> <p>5.2. critérios para identificação das espécies tributárias.</p> <p>5.3. classificação quinquipartida e seus desdobramentos.</p> <p>5.4. Imposto, Taxa, Contribuição de Melhoria, Empréstimo Compulsório , Contribuições Sociais, Contribuição para o custeio do Serviço de iluminação Pública - COSIP .</p> <p>5.5. Classificação dos Impostos no Sistema Tributário Nacional: Impostos da União, dos Estados e Distrito Federal, e dos Municípios.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>conhecer e identificar as espécies tributárias do sistema tributário nacional quanto ao fato gerador e competência segundo a finalidade de cada uma das espécies.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>aula expositiva e dialogada</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>1) realização de exercícios para comparar as interpretações (jurisprudência) identificando qual a interpretação se aplica ao caso concreto(3 horas-aula) .</p> <p>2) prova escrita(3 horas-aula)</p> <p>clareza e objetividade (2 pontos)</p> <p>demonstração de conhecimento suficiente (5 pontos)</p> <p>capacidade de sistematização das idéias(2 ponto)</p> <p>observância das regras da norma culta (1 ponto)</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>realização de seminários de leitura, estudos de caso e estudos dirigidos (3 horas -aulas)</p>	13
---	--	----

6	<p>Conteúdo</p> <p>6. Sistema Tributário no Mercosul: Integração Regional.</p> <p>6.1. Inexistência de uma Ordem Jurídica comunitária.</p> <p>6.2. Eficácia das normas oriunda do Mercosul .</p> <p>6.3. Necessidade de aprofundamento da Integração econômica.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Realização de exercícios para demonstrar ter compreendido a relevância da Integração da América Latina no âmbito de um ordenamento jurídico autônomo (2 horas-aula) .</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>aulas expositivas e dialogadas (3 horas-aula)</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>realização de exercícios para demonstrar ter compreendido a relevância da Integração da América Latina no âmbito de um ordenamento jurídico autônomo (1 hora-aula) .</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>dinâmica de grupo, com apresentação oral dos alunos, com base em leituras prévias indicadas(1 hora-aula)</p>	7
---	--	---

AValiação

O aluno será avaliado :

a) pelo seu desempenho durante as atividades desenvolvidas consistentes em estudo de caso realizado individualmente, resoluções de questões e exercícios, fichamentos individuais e ou/ trabalhos/ seminários, resultando em uma nota , com peso 1(um) .

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



b) mediante duas PROVAS ESCRITAS INDIVIDUAIS que terão peso 2(dois) .

c) O aluno também será avaliado pela participação individual e coletiva nas aulas e atividades solicitadas pela professora, sendo que poderá ser atribuído até 0,5 (meio ponto) pela participação individual e coletiva (cada) à terceira nota(somatória das atividades)

d) os critérios utilizados para a avaliação das provas serão a clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das idéias, ausência de dispersão ou de redundância das informações, observância das regras da norma culta .

e)As provas deverão ser realizadas na data designada , ou seja , a primeira em 08/05/2012, e a segunda em 12/06/2012.

As provas deverão ser realizadas a caneta com tinta azul ou preta. Não serão corrigidas as provas entregues a lápis.

Os três (3) últimos alunos só poderão entregar a prova ao mesmo tempo.

f) As provas de 2ª chamada deverão ser realizadas em único dia, na data específica designada pela coordenação do curso(18/05/12 e dia 22/06/12, sexta-feira -14h às 17h00). Não haverá consulta a qualquer material;

g) Serão realizados dois simulados: Prova ENADE (dia 09/05/2012) e Prova OAB (dia 21/05/2012).

g) Avaliação final para os alunos que não alcançarem a média englobará toda a matéria e será realizada no período reservado para aplicação de avaliação final(02 a 06 de julho) , na terça-feira, dia 3/07/11 .

considerando três instrumentos básicos: AP1, AP2 e AP3, sendo:

*AP1 corresponde à primeira prova escrita, com peso 2.

*AP2 corresponde à segunda prova escrita, com peso 2.

*AP3 corresponde ao somatório das notas de realização dos exercícios, com peso 1.

A fórmula para cálculo da média é a seguinte: $(AP1 \times 2) + (AP2 \times 2) + (AP3 \times 1) / 5$ (soma dos pesos) .

A aprovação do acadêmico estará condicionada à obtenção de média igual ou superior a sete(7) pontos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

Bibliografia básica:

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 2. ed. São Paulo, Saraiva, 1998. CARRAZA, Roque Antônio. Princípios Constitucionais Tributários. São Paulo: 11.ed. Malheiros, 1998.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

GRAU, Eros Roberto. A Ordem Econômica na Constituição de 1988. Interpretação e Crítica. 4.ed. Atual. São Paulo: Malheiros, 1998.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 22.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

1.PAULSEN, Leandro.Curso de Direito Tributário.Editora Livraria do Advogado, Porto Alegre, 2008.

2.KIYOSHI HARADA. Direito Financeiro e Tributário. São Paulo, Editora Atlas S.A. 2009.

3. CARVALHO, Paulo de Barros.Curso de Direito Tributário, São Paulo: Saraiva.

4. MARTINS, Sérgio Pinto. Manual de direito Tributário. São Paulo: Editora Atlas.

5. ROSA, Luiz Emygdio. Manual de Direito Financeiro & Direito Tributário, Renovar.

6. AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. Editora Saraiva 5ª edição, 2000.

7. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Malheiros.

8. PAULSEN, Leandro. Direito Tributário: constituição e Código Tributário á Luz da Doutrina e jurisprudência. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

9. SABBAG, Eduardo de Moraes. Elementos do Direito Tributário, Premier máxima, 8ª edição, 2006.

10. Código Tributária Nacional, Editora Saraiva ou similar.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



11. Constituição da República Federativa do Brasil, editora Saraiva ou similar.
12. TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário, Rio de Janeiro, Renovar, 2002.
13. CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. Editora Malheiros, 15ª edição, 2000.
14. CRETELLA, José Júnior, Curso de Direito Tributário Constitucional. Forense Universitária, 2ª edição, 1999.
16. BECKER, Augusto Alfredo. Teoria Geral do Direito Tributário. Legus, 1998.
17. COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Editora Forense, 1999.
18. NASCIMENTO, Carlos Valder (Coord). Comentários ao Código Tributário nacional: lei 5.172, de 25.10.1966. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
19. NOGUEIRA, Ruy Barbosa. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva.
20. GARCIA, Armando Álvares Júnior. Mercosul. Hoje. Novos e Dífceis Caminhos. LTR, 1998.
21. SANTHIAS, Tânia Maria Françosi. Implicações dos Tratados Internacionais Tributários no Contrato de Federalização. Editora Insular, 2005
22. JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. Dicionário Jurídico Tributário. 3ª ed. São Paulo: Dialética, 200.

10. SITES INDICADOS PARA CONSULTA:

Supremo Tribunal Federal : WWW.stf.gov.br

Senado Federal: WWW.cjf.gov.br

www.Sociesc.org.br

www.impostometro.com.br

www.conjur.com.br

www.tce.sc.gov.br

www.fazenda.sc.gov.br

www.cgu.gov.br/olhovivo/ - Olho Vivo no Dinheiro Público

www.portaldatransparencia.gov.br - Portal da Transparência

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Para obter um melhor resultado no processo de ensino aprendizagem os alunos deverão:

Trazer, em todas as aulas, exemplares atualizados da Constituição Federal e Código Tributário Nacional .

Manter desligados os aparelhos celulares enquanto permanecerem em sala de aula, serem pontuais quanto ao horário (entrada e saída);

Também deverão realizarem as atividades recomendadas pela professora, inclusive leituras.

Será descontado 1 ponto de cada trabalho /atividade que for entregue fora do prazo (somando-se o desconto de 0,1 ponto por dia de atraso.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*





Disciplina:		000662	Direito Administrativo II	
Ciclo Letivo:	2012 - 1º Semestre	Oferta	7	Turma 338
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC M PB				
Professor	GIGLIONE EDITE ZANELA			

EMENTA

CURRÍCULO 1996

Serviços públicos. Servidores públicos. Domínio público. Intervenção do Estado na propriedade e atuação no domínio público. Controle de administração. Organização da administração pública brasileira. Responsabilidade civil do Estado.

CURRÍCULO 2007 E 2011/2

Organização da administração pública brasileira. Serviços públicos. Servidores públicos. Processo administrativo. Domínio público. Intervenção do Estado na propriedade privada e a atuação no domínio econômico. Controle da administração.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de disciplina indispensável à formação profissional do bacharel em Direito, cujo conteúdo constituirá a base do conhecimento necessário ao estudo das diversas questões jurídicas que envolvem os serviços públicos, a intervenção do Estado na propriedade privada, a organização da administração pública brasileira e outros temas fundamentais para a adequada formação dos acadêmicos do direito.

OBJETIVO GERAL

Com fundamento nos princípios e fundamentos da Ciência Jurídica, compreender os aspectos gerais da organização da Administração Pública brasileira, seus serviços públicos e servidores, através da análise de obras doutrinárias, lei, jurisprudência e casos práticos, para contribuir com a formação de uma postura crítica e analítica acerca dos temas abordados.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1

Conteúdo

30

Organização da administração pública brasileira.
Serviços públicos.
Servidores públicos.
Processo administrativo.
Domínio público.

Objetivos Específicos

Identificar a estrutura e organização da administração pública brasileira;
Compreender a importância dos serviços públicos e o papel dos servidores públicos brasileiros;
Estudar e distinguir as diversas fases do processo administrativo.
Analisar o conceito e os aspectos principais do domínio público.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada e discussão de jurisprudência.

Instrumentos e Critérios de Avaliação**a) PROVA ESCRITA:**

Instrumento de Avaliação: Prova escrita, com questões objetivas, discursivas, contemplando o estudo realizado até a última aula que antecede a prova e que será realizada mediante consulta à legislação sem qualquer anotação.

Critérios de Avaliação: Clareza e objetividade nas respostas; Demonstração de conhecimento suficiente; Capacidade de sistematização das ideias; Ausência de dispersão ou de redundância nas informações, bem como a observância das regras da norma culta.

b) ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA

Instrumento de Avaliação: Após o estudo do tópico "Servidores Públicos", os acadêmicos deverão pesquisar duas jurisprudências relacionadas com o tema, que serão discutidas em sala de aula no encontro seguinte. Nesta oportunidade, os acadêmicos deverão entregar à docente as jurisprudências pesquisadas, bem como uma análise crítica acerca destes precedentes.

Critérios de Avaliação: Clareza e objetividade do texto; capacidade de interpretação e a observância das regras da norma culta.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

a) Análise de Jurisprudência: pesquisa, discussão em sala de aula e entrega ao docente do resultado da pesquisa e análise crítica (4 horas/aula).

b) Estudo de texto para complementação do tema, de leitura obrigatória, com discussão em sala de aula (2 horas/aula).

2

Conteúdo

30

Intervenção do Estado na propriedade privada e a atuação no domínio econômico.
Controle da administração.

Objetivos Específicos

Compreender quais as modalidades de intervenção do Estado na propriedade privada e a atuação no domínio econômico, bem como seus aspectos principais.
Identificar as espécies de controle que sofre a Administração Pública brasileira.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada e aplicação de simulado.

Instrumentos e Critérios de Avaliação**a) PROVA ESCRITA:**

Instrumento de Avaliação: Prova escrita, com questões objetivas, discursivas, contemplando o estudo realizado até a última aula que antecede a prova e que será realizada mediante consulta à legislação sem qualquer anotação.

Critérios de Avaliação: Clareza e objetividade nas respostas; Demonstração de conhecimento

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



suficiente; Capacidade de sistematização das ideias; Ausência de dispersão ou de redundância nas informações, bem como a observância das regras da norma culta.

b) SIMULADO

Instrumento de Avaliação: Os alunos deverão se preparar, através do estudo do conteúdo ministrado e de obras doutrinárias que serão indicadas pela docente, para a realização de um simulado, em sala de aula, com questões objetivas acerca de todo o conteúdo ministrado até a data da realização da atividade. Logo após o término do simulado, as questões serão corrigidas e discutidas em sala de aula através da divulgação do gabarito.

Critérios de Avaliação: participação através da resolução de todas as questões propostas e na correção oral do simulado no momento da divulgação do gabarito. Obs.: os acertos e erros não serão computados para pontuação, apenas a efetiva participação do aluno na resolução das questões e na correção do simulado.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

a) Simulado: preparação, através do estudo do conteúdo ministrado e de obras doutrinárias que serão indicadas pela docente, e participação no simulado explicitado (5 horas/aula).

b) Estudo de texto para complementação do tema, de leitura obrigatória, com discussão em sala de aula (1hora/aula).

AValiação

A avaliação do acadêmico, além de obedecer ao estabelecido regimentalmente pela UNISUL, levará em conta:

1. Prova escrita - A1 (nota 0 a 10).
2. Prova escrita - A2 (nota 0 a 10).
3. Análise de jurisprudências + Simulado - AOS (nota 0 a 10).

O acadêmico deverá alcançar aproveitamento na disciplina no mínimo de 7.0 pontos, que é calculado da seguinte maneira:
Avaliação da disciplina = $(A1 + A2 + AOS / 03)$.

O aluno que não conseguir o aproveitamento na disciplina necessário para a aprovação (7,0) terá o direito de fazer a avaliação final (AF) (exceção para o estudante de estágio ou de monografia), que abrangerá todo o conteúdo do semestre. Neste caso, o resultado final (RF) relativo à disciplina será calculado por: Resultado Final = $(Avaliação da disciplina + Avaliação Final) / 2$ e será considerado aprovado caso o Resultado Final (RF) seja maior ou igual a 6,0.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2003.
GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2001.
MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.
MELLO, Celso Antônio Bandeira. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. rev. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.
ARAUJO, Edmir Netto de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005.
BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito administrativo. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2002.
BITTENCOURT, Marcus Vinicius Corrêa. Manual de direito administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2005.
CARLIN, Volnei Ivo. Manual de direito administrativo: doutrina e jurisprudência. 4. ed. rev., atual. e ampli. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.
COELHO, Paulo Magalhães da Costa. Manual de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2004.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
FARIA, Edimur Ferreira de. Curso de direito administrativo positivo. 5. ed. rev. e ampli. Belo Horizonte: Del Rey,

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



2004.

FERRAZ, Sérgio; DALLARI, Adilson Abreu. Processo administrativo. São Paulo: Malheiros, 2001.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de direito administrativo. 6. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2004.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional administrativo. São Paulo: Atlas, 2002.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

* É proibido usar o celular em sala de aula. Favor desligá-lo.

* O presente Programa de Disciplina poderá sofrer eventuais ajustes no decorrer do semestre, sendo os alunos previamente avisados.

* As notas de avaliação e do semestre desta disciplina serão divulgadas pelo docente no prazo regimental.

* Para eventual contato com a docente, favor enviar e-mail para: zanela@tjsc.jus.br

* Conforme PPC do Curso de Direito, a realização de 'prova de segunda chamada' está condicionada ao pedido protocolado no SAIAC (presencial ou on-line, no máximo até 72 horas depois da realização da mesma) e pelo (in)deferimento da respectiva Coordenação.

* Não haverá consulta a qualquer material nas provas de segunda chamada, exceto nas provas de estágio, limitando-se esta à legislação não comentada.

* Todo e qualquer tipo de plágio, desde que comprovado, acarretará nota zero no trabalho/atividade, ficando o estudante passível de responder pelo ato nas instâncias administrativa, civil e criminal, conforme disposto no Regimento Interno da UNISUL (No conceito de plágio não se deve verificar a boa-fé ou a malícia dos estudantes, razão pela qual o "uso indevido de idéias, frases ou palavras alheias como se fosse de autoria própria" já caracterizam por si só o plágio, independente da má-fé. Nesse sentido, adota-se a definição de plágio do dicionário Houaiss: "apresentação feita por alguém, como de sua própria autoria, de trabalho, obra intelectual etc. produzido por outrem").

CRONOGRAMA

02 - MARÇO - CONTEÚDO TEÓRICO

09 - MARÇO - CONTEÚDO TEÓRICO

16 - MARÇO - CONTEÚDO TEÓRICO

23 - MARÇO - CONTEÚDO TEÓRICO

30 - MARÇO - CONTEÚDO TEÓRICO

06 - ABRIL - FERIADO

13 - ABRIL - CONTEÚDO TEÓRICO

20 - ABRIL - PROVA ESCRITA 01

27 - ABRIL - CONTEÚDO TEÓRICO

04 - MAIO - CONTEÚDO TEÓRICO

11 - MAIO - SIMULADO

18 - MAIO - CONTEÚDO TEÓRICO

25 - MAIO - CONTEÚDO TEÓRICO

01 - JUNHO - CONTEÚDO TEÓRICO

08 - JUNHO - RECESSO

15 - JUNHO - PROVA ESCRITA 02

22 - JUNHO - FINALIZAÇÃO CONTEÚDO; ENTREGA NOTAS E REVISÃO AVALIAÇÃO FINAL

29 - JUNHO - SEMANA MONOGRAFIAS

06 - JULHO - AVALIAÇÃO FINAL

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522601518

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		008459	Direito Financeiro		
Ciclo Letivo:	2012 - 2º Semestre	Oferta	4	Turma	4307
Carga Horária:	60	Creditos: 4			
Curso(s): Direito BC N FP					
Professor	MOISÉS HOEGENN				

EMENTA

Princípios constitucionais. Direito Financeiro: noções introdutórias. Atividade financeira do Estado. Despesas públicas. Receitas públicas. Orçamento. Crédito público. Responsabilidade fiscal.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de disciplina indispensável à formação profissional do bacharel em Direito, cujo conteúdo constituirá a base do conhecimento necessário ao estudo dos principais conceitos de direito financeiro e habilitá-lo a operacionalizar os instrumentos jurídicos aplicáveis à área de estudo, bem como analisar criticamente a construção do sistema tributário brasileiro. É disciplina introdutória à disciplina direito tributário e possui estreita relação com as cadeiras de direito administrativo e de direito penal.

OBJETIVO GERAL

- * Abordar os conceitos fundamentais e permanentes que estruturam o Direito Financeiro.
- * Tratar dos aspectos estruturais e funcionais no ordenamento jurídico da administração pública, suas instituições e forma de gerência do patrimônio público.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

1	<p>Conteúdo</p> <p>Direito Financeiro - Aspectos Gerais; As necessidades públicas e a atividade financeira do Estado; a receita pública; a despesa pública.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Compreender os aspectos gerais do Direito Financeiro; identificar as necessidades públicas e a relação destas com a atividade financeira do Estado; conhecer e classificar a receita pública; conhecer e classificar a despesa pública.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aula expositiva dialogada, com utilização de data show, e realização de exercícios de fixação do conteúdo. Todo conteúdo ministrado será avaliado através de prova individual escrita e atividade orientada/supervisionada.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>A avaliação de aprendizagem desta unidade será realizada por intermédio de uma prova escrita, em sala de aula, individual e sem consulta, com peso de 60%; e uma Atividade Orientada/Supervisionada (AOS) com peso de 40%.</p> <p>A nota da AOS será composta 60% pela parte escrita e 40% pela participação no debate.</p>	18
---	---	----

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.



A AOS, na modalidade Resenha Crítica, deverá ser elaborada e entregue individualmente, com posterior debate em sala sobre o tema, o qual será definido pelo professor.

O somatório das duas notas corresponderá a Nota 1. A Nota 1 corresponderá à 33% da nota do semestre.

Os critérios de avaliação serão:

Da prova escrita:

- Clareza e objetividade,
- Demonstração de conhecimento suficiente,
- Capacidade de sistematização das idéias,
- Ausência de dispersão ou de redundância das informações,
- Observância das regras da norma culta.

Da Atividade Orientada/Supervisionada (Resenha Crítica):

- Apresentação das características mais relevantes,
- Síntese e objetividade,
- Informações sobre o autor (da obra),
- Discussão sobre as conclusões do autor,
- Pertinência e fundamentação da interpretação crítica,
- Respeito à norma culta e à ABNT.

Do debate em sala quanto ao tema da resenha crítica:

- Clareza e coerência na apresentação
- Domínio do conhecimento na exposição
- Participação do grupo durante a exposição
- Utilização de dinâmicas e/ou recursos audiovisuais
- Relação teoria-prática, crítica da realidade.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Será elaborada uma atividade supervisionada, a qual consiste na elaboração de uma resenha de um artigo relacionado à disciplina para entrega ao professor, sendo que na data de entrega será realizado um debate sobre o tema parecer jurídico. Carga horária da atividade: 6 horas

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

2 Conteúdo

24

Conhecer os aspectos históricos e gerais do orçamento público; princípios do orçamento público; elaboração dos instrumentos do orçamento público; a execução orçamentária; o controle orçamentário.

Objetivos Específicos

Conhecer os aspectos históricos e gerais do orçamento público; compreender e identificar os princípios do orçamento público; compreender a elaboração dos instrumentos do orçamento público; compreender a execução orçamentária; identificar e compreender os instrumentos de controle orçamentário.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva dialogada, com utilização de data show, e realização de exercícios de fixação do conteúdo. Todo conteúdo ministrado será avaliado através de prova individual escrita.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

A avaliação de aprendizagem desta unidade será realizada por intermédio de uma prova escrita, em sala de aula, individual e sem consulta, com peso de 60%; e uma Atividade Orientada/Supervisionada (AOS) com peso de 40%.

A nota da AOS será composta 60% pela parte escrita e 40% pela participação no debate.

A AOS, na modalidade Resenha Crítica, deverá ser elaborada e entregue individualmente, com posterior debate em sala sobre o tema, o qual será definido pelo professor.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



O somatório das duas notas corresponderá a Nota 2. A Nota 2 corresponderá à 33% da nota do semestre.

Os critérios de avaliação serão:

Da prova escrita:

- Clareza e objetividade,
- Demonstração de conhecimento suficiente,
- Capacidade de sistematização das idéias,
- Ausência de dispersão ou de redundância das informações,
- Observância das regras da norma culta.

Da Atividade Orientada/Supervisionada (Resenha Crítica):

- Apresentação das características mais relevantes,
- Síntese e objetividade,
- Informações sobre o autor (da obra),
- Discussão sobre as conclusões do autor,
- Pertinência e fundamentação da interpretação crítica,
- Respeito à norma culta e à ABNT.

Do debate em sala quanto ao tema da resenha crítica:

- Clareza e coerência na apresentação
- Domínio do conhecimento na exposição
- Participação do grupo durante a exposição
- Utilização de dinâmicas e/ou recursos audiovisuais
- Relação teoria-prática, crítica da realidade.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Será elaborada uma atividade supervisionada, a qual consiste na elaboração de uma resenha de um artigo relacionado à disciplina para entrega ao professor, sendo que na data de entrega será realizado um debate sobre o tema parecer jurídico. Carga horária da atividade: 6 horas

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

3

Conteúdo

18

Lei de Responsabilidade Fiscal e Crédito Público.

Objetivos Específicos

Conhecer e aplicar os princípios e principais disposições da Lei Complementar n. 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Conhecer as modalidades de crédito público e a legislação básica que o regulamenta.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva dialogada, com utilização de data show, e realização de exercícios de fixação do conteúdo.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

A avaliação de aprendizagem desta unidade será realizada por intermédio de uma Atividade Orientada/Supervisionada, individual, com tema a ser definido pelo professor. A nota desta atividade corresponderá a Nota 3, com peso de 33% da nota do semestre.

Os critérios de avaliação serão:

- Aplicação de conceitos teóricos
- Clareza na descrição dos problemas
- Consistência na apresentação das hipóteses
- Consistência da argumentação
- Pertinências das conclusões estabelecidas
- Criatividade.

Caso o trabalho venha a ser apresentado em sala, também serão considerados os seguintes critérios de avaliação:

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



- Clareza e coerência na apresentação
- Domínio do conhecimento na exposição
- Participação do grupo durante a exposição
- Utilização de dinâmicas e/ou recursos audiovisuais
- Relação teoria-prática, crítica da realidade.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Será elaborada uma Atividade Orientada/Supervisionada, na modalidade Solução de Problemas, cuja elaboração exigirá consulta e fundamentação na doutrina, em especial nas fontes bibliográficas da disciplina. Carga horária da atividade: 4 horas.

AVALIAÇÃO

a) A avaliação compor-se-á de 03(três) notas, a serem obtidas da seguinte forma:

- Nota 1: uma prova escrita a ser realizada em sala de aula, individual e sem consulta, com peso de 60%; e uma atividade orientada/supervisionada, com tema a ser definido pelo professor, com peso de 40%.
- Nota 2: uma prova escrita a ser realizada em sala de aula, individual e sem consulta, com peso de 60%; e uma atividade orientada/supervisionada, com tema a ser definido pelo professor, com peso de 40%.
- Nota 3: uma atividade orientada/supervisionada, com tema a ser definido pelo professor.

b) Para composição das notas do semestres, as Notas 1 e 2 terão peso de 0,33% cada, e a nota 3 terá peso 0,34% ($NS = (N1 \times 0,33) + (N2 \times 0,33) + (N3 \times 0,34)$)

c) As provas de 2ª chamada serão realizadas nos dias 18/05/2012 e 22/06/2012, das 14:00 as 17:00 hs., conforme determinação da coordenação do curso.

d) Avaliação final para os alunos que não alcançarem a média englobará toda a matéria será realizada em data a ser designada pelo professor, devendo necessariamente ocorrer entre os dias no dia 02 e 07 de julho/2012, as 19:00 hs.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ATALIBA, Geraldo. Elementos de direito tributário. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.
 BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito financeiro e tributário. 9 ed., São Paulo: Celso Bastos Editor, 2002.
 ROSA JUNIOR, Luiz Emydio F. Manual do direito financeiro e direito tributário. Rio de Janeiro. Renovar, 2001.
 TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AGUIAR, Afonso Gomes. Lei de Responsabilidade Fiscal - questões práticas. 2ª Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2006.
 ARAÚJO, Eugênio Rosa de. Resumo de Direito Financeiro. Niterói : Impetus, 2008. 272p.
 BALEEIRO, Aliomar. Uma Introdução à Ciência das Finanças, 15ª.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.
 BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Financeiro e Direito Tributário. Saraiva.
 BRASIL, Constituição da Republica Federativa do Brasil, Brasília, 1988.
 BRASIL, Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.
 BRASIL, Portaria conjunta STN/SOF nº 2 de 06 de agosto de 2009. <http://www.stn.fazenda.gov.br>
 BRASIL, Portaria Interministerial nº 688, de 04 de outubro de 2005. Altera Anexo II da Portaria nº 163/01. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/2005/08/00012.htm

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
 e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
 constitui-se em crime previsto no
 Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
 autor(a) à respectiva ação penal.*



//www.stn.fazenda.gov.br

BRASIL, Portaria n.º 163, de 04 de maio de 2001. <http://www.stn.fazenda.gov.br>

BRASIL, Portaria n.º 59, de 1º de março de 2001. <http://www.stn.fazenda.gov.br>

BRASIL, Portaria n.º 10, de 22 de agosto de 2002. <http://www.stn.fazenda.gov.br>

BRASIL, Portaria n.º 9, de 28 de abril de 2005. <http://www.stn.fazenda.gov.br>

BRASIL. Lei 4.320, de 17 de março 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

BREGALDA, Gustavo. Direito financeiro e econômico. São Paulo : Saraiva, 2008.115p.

CAMPOS, Dejalma de. Direito Financeiro e Orçamentário. Atlas, 2ªed.2001.

CARNEIRO, Cláudio. Curso de Direito Tributário e Financeiro, volume 1. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

AGUIAR, Afonso Gomes. Lei de Responsabilidade Fiscal - questões práticas. 2ª Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2006.

CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. Editora Malheiros, 15ª edição, 2000.

Constituição do Estado de Santa Catarina.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Direito Financeiro: teoria e prática. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

CRETELLA, José Júnior. Curso de Direito Tributário Constitucional. Forense Universitária, 2ª edição, 1999.

CRUZ, Flávio da, et al. Comentários a Lei 4.320, de 17 de março de 1964. São Paulo: Atlas, 2006.

CRUZ, Flávio da; VICCARI Jr. Adauto; GLOCK, José Osvaldo; HERZMANN, Nélito; TREMEL, Rosângela. Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CUNHA, André Luiz Nogueira da. A questão da irretroatividade da Lei de Crimes de Responsabilidade Fiscal. Boletim IBCCRIM, nº 98, jan.20001, p.10.

FERREIRA, Pinto. A Inflação. 4a ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993. 151 p.

FIGUEIREDO, Carlos Maurício, et al. Comentários à lei de responsabilidade fiscal. 2a ed. rev. at. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. 320 p.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HARADA, Kiyoshi Direito Financeiro e Tributário.6ª.ed., São Paulo: Atlas, 2000,

HOEGENN, Moisés. A importância da Obediência ao Princípio da Publicidade nas prestações de contas da Administração Pública em face da Lei de Responsabilidade Fiscal. 2003. Direito. Bacharelado. UNIVALI. São José.

LINO, Pedro. Comentários à lei de responsabilidade fiscal: lei complementar 101/2000. São Paulo Atlas, 2000. 354 p.

MACHADO JR., José Teixeira, REIS, Heraldo da Costa. A Lei 4.320 comentada. 32ª ed. rev e atual. Rio de Janeiro: IBAM, 2008.

MARTINS, Ives Gandra; NASCIMENTO, Carlos Valder do (org.). Comentários à lei de responsabilidade fiscal. São Paulo: Saraiva, 2001. 640 p.

NASCIMENTO. Edson Ronaldo, DEBUS, Ilvo. Lei complementar n.º 101/2000: entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasília: ESAF, 2002.

NASCIMENTO. Edson Ronaldo, Gestão Pública: tributação e orçamento; lei de responsabilidade fiscal; tópicos em contabilidade pública; gestão pública no Brasil; de JK a Lula; administração financeira e orçamentária; finanças públicas nos três níveis de governo. São Paulo: Saraiva, 2006.

NASCIMENTO. Carlos Valder (Coord).Comentários ao Código Tributário nacional:lei 5.172, de 25.10.1966.Rio de Janeiro: Forense, 1997.

NEVES, Wanderlei Pereira das. Lei de Responsabilidade Fiscal em slides. Florianópolis: Centro de Estudos Temáticos de Administração Pública - CETEM. 2001. Mimeo.

NÓBREGA, Marcos. Lei de responsabilidade fiscal e leis orçamentárias. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002. 216 p.

OLIVEIRA, Régis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. 4. ed.rev. atual. e amp. - São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2011. 732p.

PAULSEN, Leandro.Direito Tributário: constituição e Código Tributário á Luz da Doutrina e jurisprudência.Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

PEREIRA, José Matias. Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil. 2a ed. São Paulo : Atlas, 2003.

PETTER, Lafayette Josué. Direito financeiro. Porto Alegre : Verbo Jurídico, 2008. 360p.

ROSA, Luiz Emygdio .Manual de Direito Financeiro & Direito Tributário, Renovar.

ROSSETI, José Paschoal. Introdução à economia. 16a ed. São Paulo: Atlas, 1995. 810 p.

SANCHES, Osvaldo Maldonado. Dicionário de Orçamento, Planejamento e Áreas Afins. 2ª ed. Brasília: Prisma, 2004, 394p.

Santa Catarina. Tribunal de Contas. Guia: lei de responsabilidade fiscal : lei complementar nº 101/2000. - 2. ed.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



rev. e ampl. - Florianópolis : Tribunal de Contas, 2002. 176p.

SKIDMORE, Thomas E. Uma história do Brasil. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 356 p.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário, Rio de Janeiro, Renovar, 2002.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Será disponibilizado aos alunos, para cópia, material didático elaborado pelo professor, o qual abrange todo o conteúdo da disciplina.

Cronograma do semestre:

	Dia	Atividades
1	03/08/2012	Apresentação do Programa da Disciplina e do Cronograma, Unidade 1 do Material Didático
2	10/08/2012	A O
3	17/08/2012	Unidade 2 do Material Didático - Entrega do 1º Trabalho - Resenha Crítica e Debate (AOS)
4	24/08/2012	Unidade 3 do Material Didático
5	31/08/2012	Unidade 4 do Material Didático
6	07/09/2012	Feriado Nacional
7	14/09/2012	1ª Prova
8	21/09/2012	Unidades 5 e 6 do Material Didático
9	28/09/2012	Unidade 7 do Material Didático
10	05/10/2012	Unidade 8 do Material Didático
11	12/10/2012	Feriado Nacional
12	19/10/2012	2ª Prova
13	26/10/2012	Unidade 9 do Material Didático e 2ª AOS
14	02/11/2012	Feriado Religioso - Finados
15	09/11/2012	Unidade 10 do Material Didático
16	16/11/2012	Unidade 10 do Material Didático
17	23/11/2012	Entrega do 3º Trabalho (AOS)
18	30/11/2012	Divulgação das notas do 3º Trabalho e finalização da disciplina
	03/12/2012	Semana de Monografia
	07/12/2012	Data limite de publicação do aproveitamento semestral

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*





Disciplina:		008447	Direito Empresarial I	
Ciclo Letivo:	2012 - 2º Semestre	Oferta	6	Turma 2518
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC N FP				
Professor	FATIMA KAMEL ABED DEIF ALLAH MUSTAFA			

EMENTA

Introdução ao estudo do direito empresarial. O empresário. A empresa. Direito da empresa no Código Civil. Registros da empresa. Colaboradores da empresa. Introdução ao estudo do direito societário. Sociedade limitada. Sociedade anônima. Fundo de comércio: elementos, propriedade industrial e concorrência desleal.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de disciplina indispensável à formação profissional do bacharel em Direito, cujo conteúdo constituirá a base do conhecimento necessário ao estudo dos sistemas processuais vigentes no ordenamento jurídico brasileiro proporcionando aos acadêmicos os conhecimentos fundamentais para solução de questões referentes ao direito societário em seus aspectos teóricos, formais e práticos, habilitando-o na operacionalização dos instrumentos jurídicos aplicáveis à área de estudo.

OBJETIVO GERAL

Propiciar ao aluno os conhecimentos fundamentais que possibilitem conhecer, constituir e acompanhar o empresário seja em sua forma individual ou coletiva, suas especificidades, bem atuar na solução de questões referentes aos empresários individuais, as sociedades personificadas e não personificadas, empresariais ou não empresariais bem como seus institutos complementares.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1

Conteúdo

3

1. Introdução ao estudo do direito empresarial.
 - a) Apresentação e Discussão do Programa de Disciplina.
 - b) Introdução ao estudo do direito empresarial.

Objetivos Específicos

Conhecer o conteúdo do Direito Empresarial, a sua história, finalidade e objeto, bem como a definição jurídica de algumas expressões utilizadas na prática jurídica empresarialista.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada para apresentação do conteúdo (3h/a)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- a) Pela participação dos acadêmicos contribuindo na exposição, perguntando, respondendo, questionando com pertinência à temática estudada. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, para a avaliação do processo ensino-aprendizagem.
- b) Prova escrita (3h/a) englobando as Unidades 1 a 7. (Questões: múltipla escolha; caso-problema e dissertativa) Peso e demais critérios estabelecidos no campo AVALIAÇÃO.
- c) Serão utilizados como critérios de avaliação o correto emprego da norma culta da língua portuguesa, coerência na exposição de idéias, coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

2

Conteúdo

3

2. Direito de Empresa no Código Civil. A empresa. A empresa X o empresário.
 - a) Moderna teoria jurídica da empresa.
 - b) Teoria da empresa no Código Civil de 2002.
 - c) Concepção atual de "empresa".
 - d) Atividade empresarial.
 - e) Conceito de empresário.

Objetivos Específicos

Entender a expressão "Empresa", considerando a orientação legislativa. Distinguir atividade empresarial e não empresarial. Distinguir a empresa do empresário.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada para apresentação do conteúdo (3h/a)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- a) Pela participação dos acadêmicos contribuindo na exposição, perguntando, respondendo, questionando com pertinência à temática estudada. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, para a avaliação do processo ensino-aprendizagem.
- b) Prova escrita (3h/a) englobando as Unidades 1 a 7. (Questões: múltipla escolha; caso-problema e dissertativa) Peso e demais critérios estabelecidos no campo AVALIAÇÃO.
- c) Serão utilizados como critérios de avaliação o correto emprego da norma culta da língua portuguesa, coerência na exposição de idéias, coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



3

Conteúdo

2

3. Registros da Empresa. Colaboradores da Empresa.

- a) Registro Público de Empresas Mercantis.
- b) Obrigações comuns a todos os empresários.
- c) Colaboradores da empresa.

Objetivos Específicos

Conhecer as obrigações do empresário (individual e coletivo) previstas em lei, especialmente no que diz respeito à obrigatoriedade de seu registro e escrituração dos livros empresariais, conhecimento fundamental ao exercício da atividade empresarial.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada para apresentação do conteúdo (1h/a)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- a) Pela participação dos acadêmicos contribuindo na exposição, perguntando, respondendo, questionando com pertinência à temática estudada. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, para a avaliação do processo ensino-aprendizagem.
- b) Prova escrita (3h/a) englobando as Unidades 1 a 7. (Questões: múltipla escolha; caso-problema e dissertativa) Peso e demais critérios estabelecidos no campo AVALIAÇÃO.
- c) Serão utilizados como critérios de avaliação o correto emprego da norma culta da língua portuguesa, coerência na exposição de idéias, coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Elaboração de resumo sobre colaboradores da empresa. (1h/a) Demais orientações encontram-se no campo AVALIAÇÃO.

4

Conteúdo

5

4. Fundo de comércio: elementos, propriedade industrial e concorrência desleal.

- a) O fundo de comércio ou estabelecimento empresarial.
- b) Título de estabelecimento.
- c) Invenção.
- d) Modelo de utilidade.
- e) Desenho industrial.
- f) Aviamento.
- g) Clientela.
- h) Ponto empresarial.

Objetivos Específicos

Assimilar a distinção entre os conceitos de fundo de comércio e estabelecimento empresarial. Conhecer as modalidades de nomes empresariais. Distinguir os principais conceitos relativos a propriedade industrial bem como identificar hipóteses de concorrência desleal.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada para apresentação do conteúdo (3h/a)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- a) Pela participação dos acadêmicos contribuindo na exposição, perguntando, respondendo, questionando com pertinência à temática estudada. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, para a avaliação do processo ensino-aprendizagem.
- b) Prova escrita (3h/a) englobando as Unidades 1 a 7. (Questões: múltipla escolha; caso-problema e dissertativa) Peso e demais critérios estabelecidos no campo AVALIAÇÃO.
- c) Serão utilizados como critérios de avaliação o correto emprego da norma culta da língua portuguesa, coerência na exposição de idéias, coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Elaboração de resumo sobre CONCORRÊNCIA DESLEAL. (1,0 h/a)

Elaboração de resumo sobre PROPRIEDADE INDUSTRIAL. (1,0 h/a)

Orientações para a realização do resumo estão no campo AVALIAÇÃO.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

5

Conteúdo

5. O empresário.

a) Conceito e noções gerais.

b) Empresário individual.

c) Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

Objetivos Específicos

Conhecer o empresário individual, suas obrigações, proibições e limitações legais ao exercício de sua atividade, bem como sua responsabilidade. Aprender os conceitos e a prática relativa ao Empresário Individual de Responsabilidade Limitada.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada para apresentação do conteúdo (2 h/a)

Estudo dirigido (1h/a)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

a) Pela participação dos acadêmicos contribuindo na exposição, perguntando, respondendo, questionando com pertinência à temática estudada. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, para a avaliação do processo ensino-aprendizagem.

b) Prova escrita (3h/a) englobando as Unidades 1 a 7. (Questões: múltipla escolha; caso-problema e dissertativa) Peso e demais critérios estabelecidos no campo AVALIAÇÃO.

c) Serão utilizados como critérios de avaliação o correto emprego da norma culta da língua portuguesa, coerência na exposição de idéias, coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

6

Conteúdo

6. Introdução ao Estudo do Direito Societário.

a) A atividade empresarial desenvolvida de forma coletiva.

b) Classificação das sociedades.

c) Sociedades Personificadas e Não-Personificadas.

d) Sociedade em comum.

e) Sociedade em conta de participação.

Objetivos Específicos

Diferenciar empresário individual de empresário coletivo.

Conhecer os requisitos para constituição de sociedade.

Identificar os impedimentos para constituição de sociedade.

Identificar as sociedades despersonificadas.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada para apresentação do conteúdo (2,5 h/a)

Estudo dirigido (0,5 h/a)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

a) Pela participação dos acadêmicos contribuindo na exposição, perguntando, respondendo, questionando com pertinência à temática estudada. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, para a avaliação do processo ensino-aprendizagem.

b) Prova escrita (3h/a) englobando as Unidades 1 a 7. (Questões: múltipla escolha; caso-problema e dissertativa) Peso e demais critérios estabelecidos no campo AVALIAÇÃO.

c) Serão utilizados como critérios de avaliação o correto emprego da norma culta da língua

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



portuguesa, coerência na exposição de idéias, coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

7 **Conteúdo** 9

7. Sociedade Simples.
- a) Contrato social.
 - b) Dos direitos e obrigações dos sócios.
 - c) Da administração.
 - d) Das relações com terceiros.
 - e) Da resolução da sociedade em relação a um sócio.
 - f) Da dissolução, liquidação e extinção da sociedade.

Objetivos Específicos

Compreender o conceito e as características da sociedade simples, como também a responsabilidade dos sócios pela sociedade assim como o processo de constituição, funcionamento e dissolução, liquidação e modificação estrutural da sociedade.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada para apresentação do conteúdo (5h/a)

Solução de problema (1h/a)

Prova escrita englobando as unidades 1 a 7.(3h/a) Demais informações no campo AVALIAÇÃO.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- a) Pela participação dos acadêmicos contribuindo na exposição, perguntando, respondendo, questionando com pertinência à temática estudada. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, para a avaliação do processo ensino-aprendizagem.
- b) Produção escrita, tendo em vista as habilidades de compreensão, análise, síntese, julgamento, inferências e interpretação dos conteúdos fundamentais e as conclusões a que chegou. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, como complementação de nota da segunda avaliação.
- c) Prova escrita (3h/a) englobando as Unidades 1 a 7. (Questões: múltipla escolha; caso-problema e dissertativa) peso e critérios definidos no campo acerca da AVALIAÇÃO.
- d) Serão utilizados como critérios o correto emprego da norma culta da língua portuguesa, coerência na exposição de idéias, coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

8 **Conteúdo** 1

8. Tipos Societários Menores.
- a) Sociedade em Nome Coletivo.
 - b) Sociedade em Comandita Simples.

Objetivos Específicos

Compreender os fundamentos teóricos com sua aplicação prática.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada para apresentação do conteúdo (1h/a)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- a) Pela participação dos acadêmicos contribuindo na exposição, perguntando, respondendo, questionando com pertinência à temática estudada. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, para a avaliação do processo ensino-aprendizagem.
- b) Prova escrita (3h/a) englobando as Unidades 8 a 10. (Questões: múltipla escolha; caso-problema e

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



dissertativa) peso e demais critérios constam no campo AVALIAÇÃO.

c) Serão utilizados como critérios o correto emprego da norma culta da língua portuguesa, coerência na exposição de idéias, coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

9

Conteúdo

9. Sociedade Limitada

a) A sociedade limitada - visão histórica.

b) As quotas.

c) A administração.

d) Conselho Fiscal

e) Deliberações dos sócios.

f) Aumento e redução de capital social.

g) Resolução da sociedade em relação a sócios minoritários.

h) Dissolução, liquidação e extinção da sociedade limitada.

Objetivos Específicos

a) Compreender os fundamentos teóricos aplicando-os às situações fáticas.

b) Entender o conceito e as características da sociedade limitada, como também a responsabilidade dos sócios pela sociedade e os processos de constituição, dissolução, liquidação e modificação estrutural da sociedade.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada para apresentação do conteúdo (6h/a)

Solução de problemas. (3h/a)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

a) Pela participação dos acadêmicos contribuindo na exposição, perguntando, respondendo, questionando com pertinência à temática estudada. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, para a avaliação do processo ensino-aprendizagem.

b) Produção escrita, tendo em vista as habilidades de compreensão, análise, síntese, julgamento, inferências e interpretação dos conteúdos fundamentais e as conclusões a que chegou. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, como complementação de nota da segunda avaliação.

c) Prova escrita (3h/a) englobando as Unidades 8 a 10. (Questões: múltipla escolha; caso-problema e dissertativa) peso e critérios definidos no campo acerca da AVALIAÇÃO.

d) Serão utilizados como critérios o correto emprego da norma culta da língua portuguesa, coerência na exposição de idéias, coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo

10. Sociedade por Ações
 - a) Sociedades anônimas.
 - b) Caracterização e natureza da companhia.
 - c) Capital social.
 - d) Valores mobiliários:
 - e) Ações, partes beneficiárias, debêntures, bônus de subscrição.
 - f) Constituição da companhia.
 - g) Formalidades complementares à constituição.
 - h) Livros sociais.
 - i) Os acionistas.
 - j) Órgãos societários:
 - k) Lucros, Reservas e Dividendos.
 - l) Dissolução, Liquidação e extinção.
 - m) Grupos de sociedades.
 - n) Consórcios.
 - o) Subsidiária integral.
 - p) Sociedade em comandita por ações.
 - q) Operações societárias: Transformação; Incorporação; Fusão e Cisão.

Objetivos Específicos

Compreender e aplicar os conhecimentos jurídicos

Distinguir as sociedades por ações, as normas que as disciplinam, sua constituição, seus órgãos constituintes, seus valores mobiliários, seu funcionamento e dissolução.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositivo dialogada (9 h/a)

Solução de problemas (2 h/a)

Estudos de casos (2h/a)

Prova escrita das unidades 8 a 10 (3 h/a)

Semana de Monografias do Curso de Direito (3h/a)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- a) Pela participação dos acadêmicos contribuindo na exposição, perguntando, respondendo, questionando com pertinência à temática estudada. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, para a avaliação do processo ensino-aprendizagem.
- b) Produção escrita, tendo em vista as habilidades de compreensão, análise, síntese, julgamento, inferências e interpretação dos conteúdos fundamentais e as conclusões a que chegou. Esta atividade não integrará o aproveitamento semestral e servirá, no entanto, como complementação de nota da segunda avaliação.
- c) Prova escrita (3h/a) englobando as Unidades 8 a 10. (Questões: múltipla escolha; caso-problema e dissertativa) peso e critérios definidos no campo acerca da AVALIAÇÃO.
- d) Serão utilizados como critérios o correto emprego da norma culta da língua portuguesa, coerência na exposição de idéias, coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

AVALIAÇÃO

A avaliação do conteúdo dar-se-á mediante a realização de 2 (duas) provas escritas podendo, de acordo com a possível necessidade detectada pelo professor, haver exercícios em sala de aula e/ou extra classe. Também serão considerados, se houver, a apresentação de trabalhos, comportamento em sala de aula, participação e frequência.

A PRIMEIRA NOTA será obtida pela soma da nota conquistada na primeira prova e no resumo:

(PROVA 1) + (RESUMO) = PRIMEIRA NOTA

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



A primeira prova terá nota máxima de 8,0 (oito) e aos resumos, serão conferidas notas máxima de 2,0 (dois) pontos. Assim, a nota da primeira prova somada à nota dos resumos, resultam na primeira nota relativa ao aproveitamento semestral (nota que será lançada no sistema acadêmico).

A SEGUNDA NOTA será resultante da nota obtida na segunda prova.

O aproveitamento semestral (média do semestre) será obtido a partir da soma da primeira e segunda notas divididas por 2.
 $NOTA\ 1 + NOTA\ 2 = APROVEITAMENTO\ SEMESTRAL$

Serão utilizados como critérios de avaliação de TODAS as atividades escritas desenvolvidas o correto emprego da norma culta da língua portuguesa, coerência na exposição de ideias e coerência da resposta com a proposição no enunciado das atividades.

Além disso, PARA O RESUMO, deverá ser observado o seguinte:

"O resumo é a apresentação concisa das principais ideias de um texto. Resulta da capacidade analítica e compreensiva que o leitor adquire no momento em que faz sua leitura. Quanto mais se tem domínio e compreensão do texto, maior será a capacidade de síntese e de apresentação de forma breve. No meio acadêmico, o desenvolvimento de um resumo é importante, por que permite "[...] em rápida leitura, recordar o essencial do que se estudou e [apresentar] a conclusão a que se chegou" (GALLIANO, 1986, p. 89)." (disponível em <http://www.redimovel.com.br/nisul/fase11/monog/Unidade%205.pdf>)

"O resumo é útil para difundir as idéias contidas em obras de diversos tipos, como também, para favorecer ao leitor a possibilidade de escolha ou consulta do texto no original." (disponível em <http://www.redimovel.com.br/nisul/fase11/monog/Unidade%205.pdf>)

O aluno deverá apresentar o trabalho sob a forma de RESUMO em, no MÁXIMO, 10 páginas e deverão ser consultados no MÍNIMO três autores de bibliografia devidamente referenciadas de acordo com as normas da ABNT.

Ao aluno que deixar de realizar resumo será atribuída nota ZERO. Também, ao trabalho em que for identificado qualquer espécie de plágio, será atribuída nota ZERO.

A entrega do resumo será na data estabelecida abaixo e, após esta não será conhecido. A entrega deve ser realizada em sala e no horário de aula enquanto a docente nesta se encontrar sob pena de não ser recebido.

Sugere-se a observância de etapas para a realização da atividade

- a) Leitura integral para adquirir uma visão de conjunto da unidade (capítulo);
- b) Delimitação das unidades de leitura do texto.
- c) Esquematização (na forma de tópicos) ou preparação das anotações da leitura.
- d) Redação do resumo com frases breves e objetivas

Inicialmente as avaliações ficam programadas para as datas apresentadas a seguir e previstas no cronograma (Informações), podendo ocorrer alteração das datas no decorrer do semestre, se o professor entender conveniente:

1ª avaliação: 18 de setembro

2ª avaliação: 20 de novembro

Entrega do resumo: a partir da segunda aula até o dia 18 de setembro (PRAZO DECADENCIAL)

A avaliação final, para os que não atingirem média 7,00 (sete), será realizada na data estabelecida no calendário acadêmico, qual seja, 11 de dezembro.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BULGARELLI, Waldírio. Manual das sociedades comerciais. São Paulo: Atlas, 2003.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 2003.
MIRANDA JÚNIOR, Darcy Arruda. Breves comentários à lei das sociedades por ações. São Paulo: Saraiva, 2003.
NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa. Vol. I. São Paulo: Saraiva, 2003.
REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. São Paulo: Saraiva, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABRAÃO, Eduardo Lysias Maia. Acordos de acionistas: típicos e atípicos. Curitiba: Juruá, 2011.
ALMEIDA, Amador Paes. Manual das Sociedades Comerciais. Direito de Empresa. 20 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.
BORBA, José Edwaldo Tavares. Direito societário. 10. ed. rev., aum. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.
BULGARELLI, Waldírio. Fusões, incorporações e cisões de sociedades. 6. ed. atual. de acordo com a Lei n. 9.457/97 -. São Paulo: Atlas, 2000.
CARVALHOSA, Modesto. Comentários à lei de sociedades anônimas: lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as modificações da lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 4 v.
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. Direito de Empresa. Vol. 2. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
_____. Manual de Direito Comercial. São Paulo : Saraiva. 2012.
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil. Vol. 8. 4 ed. São Paulo : Saraiva, 2012.
GUSMÃO, Mônica. Lições de Direito Empresarial. 7. Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.
LAZZARESCHI NETO, Alfredo Sérgio. Lei das sociedades por ações anotada. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.
MAMEDE, Gladston. Direito empresarial brasileiro: direito societário : sociedades simples e empresárias. Vol. 2. 5 ed. São Paulo : Atlas, 2011.
_____. Manual de Direito Empresarial. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2012.
NERILO, Lucíola Fabrete Lopes. Manual da sociedade limitada no novo código civil. Curitiba: Juruá, 2004.
REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. v. 1. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
_____. Curso de Direito Comercial. v. 2. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
RIZZARDO, Arnaldo. Direito de empresa: Lei n.º 10.406, de 10.01.2002. Rio de Janeiro : Forense, 2012.
TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 3 v.
ZANETTI, Robson. Manual da sociedade limitada. Curitiba: Juruá, 2007.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1. **CRONOGRAMA:**
01/ago Conteúdo programático
31/jul Conteúdo programático
07/ago Conteúdo programático
14/ago Conteúdo programático
21/ago Conteúdo programático
28/ago Conteúdo programático
04/set Conteúdo programático
11/set Conteúdo programático
18/set 1ª AVALIAÇÃO
25/set Conteúdo programático
02/out Conteúdo programático
09/out Conteúdo programático
16/out RECESSO ACADÊMICO - DIA DO
23/out Conteúdo programático S S O R
30/out Conteúdo programático
06/nov Conteúdo programático
13/nov Conteúdo programático
20/nov 2ª AVALIAÇÃO
27/nov Devolução e correção da avaliação e revisão geral do semestre
04/dez Semana de Monografias do Curso de Direito
11/dez Avaliação Final

2. ACORDOS

B) São objetos da avaliação: a frequência de 75% e o desempenho progressivo do estudante em todas as atividades desenvolvidas ao longo do semestre;

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



- b) Durante o desenvolvimento das aulas PODERÃO acontecer estudos dirigidos e outras formas de avaliação A CRITÉRIO DO PROFESSOR e SEM DEFINIÇÃO PREVIA, ou seja, não será informada a sua realização anteriormente;
- c) Estas atividades PODERÃO VALER nota;
- d) Se entender conveniente e no intuito de obter melhores resultados de aprendizagem, o PROFESSOR poderá alterar o plano de disciplina, incluindo trabalhos e refazendo a distribuição da carga horária inicial prevista para cada assunto a ser tratado;
- e) A ausência na sala de aula mesmo tendo respondido a chamada, poderá implicar, conforme o caso, em uma ou mais faltas;
- f) Os trabalhos serão aceitos nas datas pré-estabelecidas e fora destas não serão conhecidos.
- g) O estudante que não realizar as avaliações previamente agendadas deverá requerer prova de 2ª chamada no prazo e forma regimental. Qualquer outra forma e prazos não serão aceitos. A Avaliação assim realizada será totalmente discursiva e sem direito a qualquer consulta da legislação e ou outros materiais.
- h) O professor devolverá as avaliações discutindo-as com os estudantes, visando o aprender a aprender, no PRAZO DE ATÉ 30 DIAS APÓS a realização da mesma;
- i) O professor divulgará a frequência e as notas de todas as atividades no sistema acadêmico, ao longo do semestre;
- j) Havendo trabalhos em equipe, nem todos os participantes terão, necessariamente, notas iguais;
- k) A avaliação em geral deverá ser realizada de forma progressiva, versando sobre os conteúdos já trabalhados, enfatizando a reflexão e a interpretação; As avaliações serão realizadas SEM qualquer espécie de consulta.
- l) Sempre que um estudante sentir-se prejudicado na avaliação, seja individual ou em grupo, deverá apresentar recurso ESCRITO dirigido ao professor. O recurso deve obedecer a forma correta e ter requisitos mínimos (identificação do acadêmico/fatos/direito/pedido) e deverá demonstrar ser capaz de argumentar a sua versão sem utilizar argumentos de outros ou fazer comparações com outras avaliações;
- m) É PROIBIDO o uso de telefone celular no período de aula. Portanto, não esqueça de desligá-lo. Não serão aceitos celulares sobre as carteiras, todos que assim forem encontrados serão recolhidos pela Docente e devolvidos tão somente ao final das aulas ou deixados no Apoio Docente/Coordenação. Ficando todos, desde já, devidamente cientificados quanto à questão.
- n) a utilização de equipamentos eletrônicos somente será autorizada para a pesquisa e anotações pertinentes à aula. Qualquer outra forma de utilização ensinará o RECOLHIMENTO do equipamento pela docente.
- o) é PROIBIDA a gravação de imagem ou voz da docente.
- p) Precisando contatar com a Professora ela estará disponível para tal em todos os dias de aula na Unidade e ou quando estiver na Instituição, bem como e também por e-mail - favor enviar mensagem para fatima.mustafa@unisul.br - horários e locais em que todas as dúvidas poderão ser dirimidas. Favor respeitar a privacidade familiar da docente, não telefonando para a residência desta em hipótese alguma, tendo em vista haver outros meios para contato.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		000685	Direito do Trabalho II			
Ciclo Letivo:	2012 - 2º Semestre		Oferta	2	Turma	2515
Carga Horária:	60		Creditos:			4
Curso(s):		Direito BC N FP				
Professor	JULIANA FIORINI THOMÉ					

EMENTA

CURRÍCULO 1996

Duração do trabalho. Alteração do contrato de trabalho. Suspensão do contrato de trabalho. Término do contrato de trabalho. FGTS. Direito coletivo do trabalho. Visão das relações de trabalho no Mercosul.

CURRÍCULO 2007 E 2011/2

Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Alteração e extinção do contrato de trabalho. Fundo de garantia por tempo de serviço. Estabilidade no emprego. Duração do trabalho. Repouso semanal e em feriados. Férias. Segurança e medicina do trabalho. Duração e condições especiais de trabalho. Organização Sindical. Negociação coletiva de trabalho. Direito de greve. Inspeção do Trabalho.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de disciplina indispensável à formação profissional do bacharel em Direito, cujo conteúdo constituirá a base do conhecimento necessário ao estudo e desenvolvimento da duração do trabalho, da suspensão e término do contrato de trabalho, no plano individual; e no plano coletivo, as formas de composição de interesses e conflitos coletivos.

OBJETIVO GERAL

Despertar no acadêmico o entendimento, a compreensão e a importância do Direito do Trabalho, a fim de que possa adquirir conhecimento crítico sobre as leis trabalhistas.

Propiciar ao acadêmico o conhecimento sobre o entendimento jurisprudencial e doutrinário sobre as normas trabalhistas.

Proporcionar ao acadêmico contato com as lides trabalhistas e a petição inicial e suas particularidades.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1

Conteúdo

15

Duração do Trabalho e Alteração do Contrato de Trabalho

- 1.1. Jornada de Trabalho
- 1.2. Trabalho Extraordinário
- 1.3. Regime de trabalho em tempo parcial
- 1.4. Compensação da jornada de trabalho
- 1.5. Ius Variandi e o poder do Empregador

Objetivos Específicos

Conhecer a legislação trabalhista;
Analisar e interpretar as normas trabalhistas a luz das normas constitucionais;
Compreender os indicativos doutrinários e as decisões das Varas Trabalhistas e Tribunais;
Posicionar-se diante de casos concreto com base na fundamentação legal estudada.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas expositivas e dialogadas;
Análise de normas e doutrinas em conjunto com os alunos;
Estudo de caso.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Para as provas escritas:

Capacidade de análise e compreensão das questões pelo acadêmico;
Capacidade do acadêmico em desenvolver seus pensamentos de forma coordenada, lógica e consistente, demonstrando ter assimilado e refletido sobre o conteúdo trabalhado;
Correção do texto (bom uso da língua portuguesa e das regras gramaticais).

Para o estudo de caso:

Capacidade de síntese;
Aplicação de conceitos;
Clareza e coerência na argumentação;
Correção do texto (bom uso da língua portuguesa e das regras gramaticais).

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Estudo de Caso (30/08/2012) - 2 horas

2

Conteúdo

15

Suspensão e Terminação do Contrato de Trabalho

- 2.1. Traços comuns e distintos entre Interrupção e Suspensão do Contrato
- 2.2. Hipóteses e efeitos da Suspensão
- 2.3. Causa e modo de dissolução do Contrato
- 2.4. Dispensa do Empregado com e sem justa causa
- 2.5. Aviso prévio, indenização
- 2.6. Rescisão contratual: homologação, forma e prazo para pagamento

Objetivos Específicos

Conhecer a legislação trabalhista;
Analisar e interpretar as normas trabalhistas a luz das normas constitucionais;
Compreender os indicativos doutrinários e as decisões das Varas Trabalhistas e Tribunais;
Posicionar-se diante de casos concreto com base na fundamentação legal estudada.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas expositivas e dialogadas;
Análise de normas;
Brainstorming.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Para as provas escritas:

Capacidade de análise e compreensão das questões pelo acadêmico;

Capacidade do acadêmico em desenvolver seus pensamentos de forma coordenada, lógica e consistente, demonstrando ter assimilado e refletido sobre o conteúdo trabalhado;

Correção do texto (bom uso da língua portuguesa e das regras gramaticais).

Para o trabalho orientado/supervisionado escrito:

Capacidade de analisar a tese apresentada e posicionar-se, defendendo o direito individual trabalhista do hipotético cliente.

Foro competente, preâmbulo, fundamentação jurídica, pedidos e requerimentos.

Coerência e argumentação textual, correção do texto (bom uso da língua portuguesa e das regras gramaticais).

Leiaute.

Prazo de entrega.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Produção de Peça Inicial Trabalhista - Apresentação do trabalho, Argumentação e fundamentação jurídica e legal - 2 horas

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

3 Conteúdo

15

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Direitos Coletivos

3.1. FGTS: conceito, natureza e campo de aplicação

3.2. Depósitos

3.3. Efeito do término do Contrato de Trabalho

3.4. Sindicato: conceito, natureza jurídica, atribuições e prerrogativas

3.5. Garantias do representante legal

3.6. Ditames constitucionais

Objetivos Específicos

Conhecer a legislação trabalhista;

Analisar e interpretar as normas trabalhistas a luz das normas constitucionais;

Posicionar-se diante de casos concreto com base na fundamentação legal estudada;

Identificar a importância da defesa dos Direitos Coletivos.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas expositivas e dialogadas;

Análise de normas;

Acompanhamento de uma audiência trabalhista inicial e uma de prosseguimento.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Para as provas escritas:

Capacidade de análise e compreensão das questões pelo acadêmico;

Capacidade do acadêmico em desenvolver seus pensamentos de forma coordenada, lógica e consistente, demonstrando ter assimilado e refletido sobre o conteúdo trabalhado;

Correção do texto (bom uso da língua portuguesa e das regras gramaticais).

Para o trabalho orientado/supervisionado escrito:

Capacidade de analisar a tese apresentada e posicionar-se, defendendo o direito individual trabalhista do hipotético cliente.

Foro competente, preâmbulo, fundamentação jurídica, pedidos e requerimentos.

Coerência e argumentação textual, correção do texto (bom uso da língua portuguesa e das regras gramaticais).

Leiaute.

Prazo de entrega.

Para as audiências: meio ponto para cada audiência - contanto que possuam o número legível e completo do processo; a descrição dos acontecimentos da audiência, bem como decisões prolatadas pelo juiz e assinatura deste na ata - que servirão como acréscimo na segunda prova.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

4

Conteúdo

15

Relações de Trabalho no MERCOSUL

Objetivos Específicos

Conhecer as relações de trabalho no bloco do MERCOSUL.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas expositivas e dialogada.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Para as provas escritas:

Capacidade de análise e compreensão das questões pelo acadêmico;

Capacidade do acadêmico em desenvolver seus pensamentos de forma coordenada, lógica e consistente, demonstrando ter assimilado e refletido sobre o conteúdo trabalhado;

Correção do texto (bom uso da língua portuguesa e das regras gramaticais).

Para o trabalho orientado/supervisionado escrito:

Capacidade de analisar a tese apresentada e posicionar-se, defendendo o direito individual trabalhista do hipotético cliente.

Foro competente, preâmbulo, fundamentação jurídica, pedidos e requerimentos.

Coerência e argumentação textual, correção do texto (bom uso da língua portuguesa e das regras gramaticais).

Leiaute.

Prazo de entrega.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Finalização do trabalho orientado - tira dúvidas final - 2 horas

AVALIAÇÃO

Serão realizadas 2 (duas) provas durante o semestre, ambas com peso 1 (um).

Serão realizados dois trabalhos orientados durante o semestre com peso 1 (um).

Para obtenção da média o aluno deverá somar as notas das avaliações e dividi-las por 3 (três):

Média = $AC1 + AC2 + ((AOS\ 1 + AOS) / 2)$

3

Ao atingir a média igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência mínima exigida - 75% (setenta e cinco por cento) - restar comprovada, o acadêmico é considerado aprovado.

Se a média for menor que 7,0 (sete), mas a frequência mínima exigida restar confirmada, o aluno realizará a Avaliação Final.

Cálculo da Média Final:

média do semestre + avaliação final

2

Se ao final a média do acadêmico for igual ou superior a 6,0 (seis) ele estará aprovado.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Avaliações de Segunda Chamada seguem regras institucionais (devem ser precedidas de requerimento, além de serem sem consulta a qualquer material).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

GOMES, Orlando, GOTTCHALK, Elson. Curso de direito do trabalho: de acordo com a Constituição de 1988. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. 11ª. ed., LTR, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. 8ª. ed., São Paulo: LTR, 2012.

GONÇALES, Odonel Urbano. Manual de direito do previdenciário: acidentes de trabalho. 13ª. ed., São Paulo: Atlas, 2009.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciário. 17ª. ed., Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

JUCÁ, Francisco Pedro. A constitucionalização dos direitos dos trabalhadores e a hermenêutica das normas infraconstitucionais. São Paulo: LTR, 1997.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social. 13ª. ed., São Paulo: Atlas, 1999.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Caso ocorra a entrega em atraso dos trabalhos orientados e audiências, a aceitação deverá ser considerada pela turma. A utilização da internet fez com que trabalhos e opiniões publicados fossem facilmente copiados. TODO e QUALQUER plágio, comprovado, acarreta nota zero. A este item, incluem-se cópias dos trabalhos e opiniões ípsis literes dos colegas e de doutrinas, sem a citação da fonte. CUIDADO!

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		008449	Estágio Supervisionado em Direito III	
Ciclo Letivo:	2012 - 2º Semestre	Oferta	29	Turma 1404
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC M FP				
Professor	HERCILIO EMERICH LENTZ			
	SUSANA DOS REIS MACHADO PRETTO			

EMENTA

Prática relacionada às carreiras jurídicas. Estudo de casos reais e/ou simulados. Análise de doutrina e jurisprudência. Redação de instrumentos judiciais e extrajudiciais. Acompanhamento processual. Prática de conciliação, mediação e arbitragem. Desenvolvimento de atividades de prevenção de contencioso jurídico.

JUSTIFICATIVA

É preciso oportunizar ao acadêmico a prática das atividades jurídicas, com vistas à consolidação do aprendizado obtido em sala de aula, nas disciplinas formativas e profissionalizantes, com a aproximação entre Universidade e comunidade. Sob este aspecto, como etapa da prática do Direito, constituirá objeto desta disciplina o atendimento da população carente, com o acompanhamento de seus casos nas esferas judicial e extrajudicial.

OBJETIVO GERAL

Propiciar a aplicação prática dos conhecimentos teóricos obtidos durante o Curso, mediante a realização de atividades jurídicas reais e simuladas.

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
1	<p>Conteúdo</p> <p>* Direito Civil e Processual Civil. * Direito Penal e Processual Penal.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Prestar assistência jurídica gratuita aos clientes do Escritório Modelo de Advocacia (EMA) da UNISUL, sob a égide das regras de ética e disciplina pertinentes às diferentes carreiras jurídicas contempladas pelo atendimento bem como realizar exercícios de prática simulada e real.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Realização das atividades inerentes ao atendimento jurídico de pessoas carentes e à resolução de casos simulados, sob a supervisão de professores orientadores, dentre as quais se incluem a elaboração de peças processuais, participação em audiências e sessões de julgamento, prática simulada de conciliação, mediação e arbitragem, além de outros atos inerentes à Advocacia, à Magistratura e ao Ministério Público.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>1) PROVA ESCRITA (individual). CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:</p>	60

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



FORO COMPETENTE (Correção no encaminhamento da ação ao foro competente para a apreciação da petição.); PREÂMBULO (Observação dos itens que compõem o preâmbulo da petição, dentre os quais a legitimidade das partes, a capacidade processual, a capacidade postulatória e a correta indicação da petição que está sendo feita (a mais adequada ao caso em concreto), com sua correspondente fundamentação processual.); FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA (Apresentação de defesa processual (preliminares quando for pertinente) e de mérito, incluindo a menção à legislação, doutrina e jurisprudência aplicáveis ao caso.); PEDIDOS E REQUERIMENTOS (Formulação de pedido e requerimentos pertinentes ao caso.); FINALIZAÇÃO (Indicação de local, data e assinatura, bem como dos documentos que acompanham a petição quando for o caso.); COERÊNCIA DO TEXTO E ARGUMENTAÇÃO (Boa articulação e desenvolvimento dos argumentos que servirão à defesa dos interesses aplicados ao caso em concreto, além do respeito à forma coerente de apresentação da peça.); ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA (Correção no uso da língua portuguesa.).

ATENÇÃO: estes critérios revelam a preocupação com a excelência da formação profissional, de forma que será exigida do acadêmico a elaboração de peça e ação corretas, mas que demonstre também a capacidade de raciocínio, interpretação normativa e boa argumentação.

2) PRÁTICA SIMULADA. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

2.1) Construção de Peça Processual (realizada em grupo). FORO COMPETENTE (Correção no encaminhamento da ação ao foro competente para a apreciação da petição.); PREÂMBULO (Observação dos itens que compõem o preâmbulo da petição, dentre os quais a legitimidade das partes, a capacidade processual, a capacidade postulatória e a correta indicação da petição que está sendo feita (a mais adequada ao caso em concreto), com sua correspondente fundamentação processual.); FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA (Apresentação de defesa processual (preliminares quando for pertinente) e de mérito, incluindo a menção à legislação, doutrina e jurisprudência aplicáveis ao caso.); PEDIDOS E REQUERIMENTOS (Formulação de pedido e requerimentos pertinentes ao caso.); FINALIZAÇÃO (Indicação de local, data e assinatura, bem como dos documentos que acompanham a petição quando for o caso.); COERÊNCIA DO TEXTO E ARGUMENTAÇÃO (Boa articulação e desenvolvimento dos argumentos que servirão à defesa dos interesses aplicados ao caso em concreto, além do respeito à forma coerente de apresentação da peça.); ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA (Correção no uso da língua portuguesa.).

2.2) Prática Simulada de Conciliação, Mediação e Arbitragem. (realizada em grupo).

a) Criatividade (1 ponto); b) Didática (1 ponto); c) Segurança (Conhecimento e envolvimento com o tema apresentado) (3 pontos); d) Motivação (1 ponto); e) Postura na apresentação (1 ponto); f) Tempo de Apresentação (1 ponto); g) Resumo do caso estudado para os colegas (2 pontos).

3) RELATÓRIOS DE AUDIÊNCIA. CRITÉRIOS:

Comprovação de frequência de 10 horas-aula de audiências, de acordo com a tabela constante neste Programa de Disciplina. A elaboração dos relatórios deve seguir o formulário disponível na Secretaria do EMA, contendo todos os dados do respectivo processo, a descrição minuciosa do ato acompanhado, a indicação de local e data, bem como a assinatura da autoridade que presidiu o ato ou do funcionário responsável - em ambas as hipóteses, com a indicação legível do nome e número da matrícula ou o respectivo carimbo.

4) PRODUÇÃO DO GRUPO

4.1 Organização de pastas e documentos. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: ordem cronológica de arquivamento, a instrução da pasta com as principais peças e documentos do processo judicial ou administrativo, além da veracidade e atualidade do preenchimento do relatório de acompanhamento processual gerado pelo EMA.

4.2 Acompanhamento de processos. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: empenho da equipe no acompanhamento do caso seja através da designação de reuniões, pesquisas em órgãos extrajudiciais acerca de dados importantes para sua solução, intermediação de acordos, visitas periódicas ao Fórum, ou outras diligências que se mostrem proveitosas.

4.3 Agilidade nos procedimentos tomados pela equipe. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: tempo decorrido entre o primeiro atendimento do cliente e a data da propositura de sua ação, o qual não deverá ser superior a vinte e um (21) dias, bem como o adiantamento de prazos judiciais e administrativos, os quais deverão ser cumpridos antes de sua publicação no órgão de imprensa oficial, sempre que conveniente para o cliente.

4.4 Qualidade das peças elaboradas. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: iniciativa e a conseqüente identificação da solução para os casos que lhes são apresentados, o conteúdo jurídico das peças

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



efetivamente elaboradas, a qualidade de sua redação e seu leiaute.

5. RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DO ESTÁGIO. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: registro dos atendimentos realizados pelo grupo e do aprendizado obtido durante o período letivo, efetuando análise crítica, tendo como base a leitura do ensaio/artigo: GOMES, Eduardo Sergio Nader. Arbitragem nas relações de consumo, 2012, de acordo com os critérios de formatação estabelecidos pela UNISUL, conteúdo e pesquisa a seguir especificados: Regras de formatação (0,6 ponto).

Estrutura do trabalho (4,4 pontos):

FOLHA DE ROSTO (0,1 ponto): ela deverá conter (a) o cabeçalho com a identificação da instituição de ensino superior, do campus e da unidade em que a disciplina é ministrada, do curso de graduação a que diz respeito, a designação da disciplina e o nome do supervisor-geral de estágio; (b) o título do trabalho; (c) a indicação do número da equipe e de seus integrantes; (d) local e data da entrega (somente o mês e o ano). SUMÁRIO (0,15 ponto): com o apontamento dos itens que comporão o relatório.

INTRODUÇÃO (0,15 ponto): com (a) a descrição do objeto do relatório, do ambiente e das condições de realização do estágio; (b) o apontamento do nome do professor-orientador responsável pela equipe, (c) uma breve síntese da estrutura do relatório, levando em conta a relação feita com a obra indicada à leitura.

RELAÇÃO DE CLIENTES (0,4 ponto): indicação dos casos acompanhados pela equipe durante o semestre, com o apontamento (a) do nome do cliente e, se for o caso, de seu representante ou assistente legal; (b) do número da pasta que lhe diz respeito; (c) do nome da parte contrária; (d) o tipo de ação ou o assunto; (e) a indicação em andamento ou arquivado; (f) caso se trate de processo em andamento, da etapa em que se encontra o caso; (g) caso de trate de processo arquivado, do motivo do arquivamento; (h) do número do processo, caso já tenha ocorrido a propositura de ação judicial.

DESCRIÇÃO DOS CASOS ATENDIDOS (1,5 pontos): nesta etapa, retomam-se caso a caso os atendimentos realizados, com o apontamento específico dos procedimentos adotados pela equipe durante o semestre, os motivos das escolhas realizadas quanto ao acompanhamento (modos de abordagem do cliente e da parte contrária, ações propostas, recursos interpostos, pedidos e requerimentos realizados, etc.), as pesquisas efetuadas e os fundamentos jurídicos utilizados. Nos casos que já estavam em andamento quando assumidos pela equipe, deve-se descrever brevemente o caso, para então se iniciar o apontamento dos procedimentos adotados pela equipe.

ANÁLISE CRÍTICA (1,5 pontos): diante da finalidade e dos objetivos traçados pelo Direito pátrio, a equipe deverá proceder à análise dos atendimentos realizados, considerando o fim social e assistencial dos serviços prestados pelo EMA. Para tanto, é preciso que a crítica formulada esteja amparada na obra, artigo ou ensaio indicado à leitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (0,25 pontos): este é o desfecho do relatório, onde deverão ser inseridas as considerações decorrentes de seu desenvolvimento e, também, aquelas de caráter pessoal, resultantes da avaliação da equipe quanto à efetividade do estágio e o aprendizado obtido.

REFERÊNCIAS (0,1 ponto): será apontada a bibliografia consultada, respeitando-se as regras de citação impostas pela ABNT.

ANEXOS: relatórios de audiências de cada um dos integrantes do grupo.

REGRAS DA PESQUISA (0,25 pontos): Referências bibliográficas - todas as fontes consultadas para o estudo dos casos e a elaboração do relatório deverão ser indicadas, ainda que se trate de citações indiretas (paráfrases), de acordo com as normas estabelecidas pela ABNT.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

(12 horas), contemplada por Estudo de texto (leitura obrigatória), Relatório de audiências e Relatório de conclusão de estágio.

AVALIAÇÃO

FREQÜÊNCIA: O acadêmico deverá obter 75% (setenta e cinco por cento) da frequência para obter aprovação na disciplina. Atrasos superiores há 15 minutos provocarão a anotação de falta na aula correspondente.

APROVAÇÃO: A aprovação do acadêmico estará condicionada à obtenção de média igual ou superior a sete (7) pontos, assim determinada:

$AS = (PE \times 2) + (PS \times 1) + (RA \times 1) + (AG \times 1) / 5 \times CP$ maior ou igual a 7,

Sendo: $AG = PG + RCE$

AS: aproveitamento semestral;

PE: prova escrita individual, com nota de zero (0) a dez (10) e peso dois (2);

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



PS: prática simulada, com nota de zero (0) a dez (10) e peso um (1);
RA: relatórios de audiência, com nota entre zero (0) e dez (10) e peso um (1);
AG: avaliação do grupo, com nota entre zero (0) e dez (10) e peso um (1);
CP: cumprimento de prazos, correspondendo ao fator um (1) para o cumprimento e ao fator zero (0) para o descumprimento;
PG: produção do grupo, com nota entre zero (0) e cinco (5);
RCE: relatório de conclusão do estágio, com nota de zero (0) a cinco (5).
Atenção: Esta disciplina e todas as demais do Núcleo Prático não comportam verificação final. Portanto, o acadêmico que obtiver média inferior a sete (7) nas avaliações acima especificadas estará reprovado no Estágio Supervisionado III, sem oportunidade de recuperação.
Plágio é crime! Ao (À) acadêmico (a) que der causa a esta falta será atribuída nota ZERO na respectiva avaliação, respondendo pela infração cometida, mediante processo administrativo e criminal, se for o caso.
Plágio significa, conforme o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1986, p. 1343), "assinar ou apresentar como seu (obra artística ou científica de outrem)", ou seja, copiar no todo ou em parte conteúdo alheio como sendo seu sem indicar a correspondente fonte de pesquisa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

NERY JÚNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de processo civil comentado - e legislação extravagante. 11ª.ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
SANTOS, Moacyr Amaral dos. Primeiras linhas de direito processual civil. Vol. 1, 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 1997.
THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BORTOLAI, Edson Cosac. Manual de prática forense civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.
FREITAS, Jaime Walmer de. Coleção Exame OAB, segunda fase: área penal. São Paulo. Saraiva, 2010.
GIANCOLI, Brunno Pandori, SÁ, Renato Montans. Coleção Exame OAB, segunda fase: área cível. Coordenador Jaime Walmer Freitas. São Paulo. Saraiva, 2012.
CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2012.
CASELLA, José Erasmo. Manual de prática forense: processo civil. Revista São Paulo. Editora: Saraiva, 2008.
GOMES, Eduardo Sergio Nader. Arbitragem nas relações de consumo, 2012.
RODRIGUES, Silvio. Direito civil. 29ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2012.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 51 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
SENADO FEDERAL DO BRASIL. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 19.jul.2012.
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Disponível em: www.stj.gov.br. Acesso em: 19.jul.2012.
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Disponível em: www.stf.gov.br. Acesso em: 19.jul.2012.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. Disponível em: www.tj.sc.gov.br, 19.jul.2012.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Disponível em: www.tj.sp.gov.br. Acesso em: 19.jul.2012.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: www.tj.rs.gov.br. Acesso em: 19.jul.2012.
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO. Disponível em: www.trf4.gov.br. Acesso em: 19.jul.2012.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- * Desde o momento em que ingressarem na disciplina Estágio Supervisionado III até a publicação de sua aprovação, inclusive durante os recessos escolares, os acadêmicos atenderão os clientes que lhes forem encaminhados e acompanharão seus casos, judicial e extrajudicialmente, sob a supervisão dos professores orientadores.
- * Somente serão atendidas no EMA pessoas carentes, assim consideradas aquelas que recebam mensalmente quantia inferior a três salários mínimos ou que, por razões pessoais ou familiares, não possuam condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo ao sustento próprio.
- * Não serão atendidos casos capazes de conferir vantagem financeira ao cliente diferente daquela de caráter eminentemente alimentar, ficando ressalvadas as hipóteses em que, pelas circunstâncias do caso concreto, houver autorização expressa de algum dos professores integrantes do EMA.
- * Além do atendimento aos clientes, os acadêmicos poderão se ocupar da prática simulada de outras atividades jurídicas, bem como do comparecimento a atos judiciais e/ou extrajudiciais, tais como audiências, sessões de julgamento e reuniões de negociação.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



A avaliação ocorrerá em grupo e de modo individual.

A Avaliação em grupo compreende a PRODUÇÃO DO GRUPO e o RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DO ESTÁGIO, na forma especificada neste programa de disciplina. O Relatório de Conclusão de Estágio, deverá ser entregue no respectivo dia e turno cursado pelo grupo no EMA, na última semana de atendimento, mediante protocolo. A entrega extemporânea implica na atribuição de nota zero neste instrumento de avaliação a todos os integrantes do grupo.

A Avaliação individual é distribuída da seguinte forma:

1) PROVA ESCRITA: consiste na elaboração de uma PETIÇÃO INICIAL, cujo conteúdo tratará de matéria relacionada ao Direito de Família (incluindo os dispositivos da Parte Geral do Código Civil), e Processual Civil, podendo referir-se a processo de conhecimento, cautelar ou de execução. A prova é individual e manuscrita, com permissão para consultar os Códigos e legislação não comentados, limitando-se a três exemplares. Não será permitido o uso de material fotocopiado ou impresso, com comentários ou doutrina, anotações e modelos de quaisquer espécies. É responsabilidade exclusiva dos alunos a escolha do material que portará para a avaliação. O material utilizado estará sujeito à fiscalização do professor, no período antecedente ao exame ou mesmo durante sua realização, estando o (a) acadêmico (a) infrator (a) sujeito ao recolhimento da prova, bem como às penalidades administrativas e criminais aplicáveis ao caso. Será vedado o empréstimo de material, bem como o uso de telefone celular, bip e outros aparelhos eletrônicos durante a realização da prova. Os materiais e equipamentos desnecessários à realização da prova deverão ser colocados junto à mesa do professor antes de seu início. A prova receberá nota de zero (0) a dez (10), de acordo com os critérios de correção indicados neste programa de disciplina, com peso dois (2).

2) A PRÁTICA

2.1) Peças Processuais: consiste na realização de 2 (duas) petições iniciais com base em estudo de caso fictício na área de direito de família.

2.2) Prática Simulada de Conciliação, Mediação e Arbitragem: consiste no estudo de caso, previamente estabelecido pelos professores orientadores, para a realização de audiência simulada de conciliação, mediação e arbitragem. Cada grupo terá 30 min. para a apresentação desta prática simulada.

A Prática Simulada será realizada em grupo, quinzenalmente, no início dos encontros. A nota será individual e de acordo com o desempenho de cada acadêmico integrante do grupo. A prática simulada receberá nota de zero (0) a dez (10), com peso um (1), segundo critérios estabelecidos neste programa de disciplina. Obs.: O acadêmico que faltar a quaisquer das aulas em que serão realizadas atividades de classe, será submetido, na aula subsequente ao evento, sob pena de ficar sem esta nota, a prova oral, cuja nota servirá de substitutivo do simulado prático não realizado. Na ocasião, não será permitida consulta a diplomas legais, textos doutrinários e jurisprudência. Não será admitida, sob hipótese alguma, a prorrogação do prazo estipulado para a execução da prova oral.

3) RELATÓRIOS DE AUDIÊNCIAS: Cada acadêmico (a) deverá cumprir carga horária equivalente a dez (10) horas-aula através da frequência a audiências e sessões de julgamento judiciais, conforme determinado na tabela abaixo. O comparecimento a tais atos será comprovado através da elaboração de relatórios de audiência, que deverão ser preenchidos em formulário disponível na Secretaria do EMA e conter todos os dados do respectivo processo, a descrição minuciosa do ato acompanhado, a indicação de local e data, bem como a assinatura da autoridade que presidiu o ato ou do funcionário responsável em ambas as hipóteses, com a indicação legível do nome e número da matrícula, ou o respectivo carimbo. Estes serão entregues na Secretaria do EMA anexados ao Relatório de Conclusão de Estágio, no respectivo turno cursado pelo acadêmico, na última semana de atendimento no EMA.

A U D I Ê N C I A S				A D M I T I D A S *			
N Ú M E R O				D E			
PONTUAÇÃO				H O R A S - A U L A			
(2) O A u d i ê n c i a s d e				C í v e i s o u F a m í l i a			
2				h o r a s - a u l a			
2				p o n t o s			
até 4 pontos							

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.



* Observação: O (A) acadêmico (a) deverá assistir apenas as audiências acima especificadas para formar as 10 (dez) horas; outras não serão admitidas. As audiências deverão ser assistidas somente no Estado de Santa Catarina durante o semestre cursado, ou seja, no período compreendido entre o início das aulas até a data estabelecida para sua entrega. Os relatórios apresentados deverão ser originais.

* Prazos processuais como condição de aprovação: Os acadêmicos estarão obrigados a cumprir os prazos atinentes aos processos que estejam sob sua responsabilidade, contando-os de maneira simplificada e nunca em dobro. Para tanto, a Secretaria do EMA manterá um mural de publicações das intimações recebidas, que deverá ser habitualmente consultado pelas equipes de trabalho. Considerando a necessidade de educação para a prática profissional responsável, fica determinado que a perda de prazos ordinários (preclusivos ou dilatórios), por desídia da equipe responsável, implicará na atribuição de nota zero (0) a sua avaliação de grupo; em escala ascendente, a perda de prazos preclusivos já contados em dobro provocará a reprovação de todos os integrantes da equipe responsável, independente das notas obtidas nas avaliações referidas nos itens precedentes.

ATENÇÃO: (1) Não será permitido o ingresso do acadêmico atrasado em sala de aula para a realização da prova escrita, quando algum de seus colegas já houver se retirado, ainda que temporariamente. (2) Aquele que deixar de realizar a prova escrita, somente poderá fazê-lo em segunda chamada mediante justificação tempestiva, através do competente processo administrativo e na data designada pela Coordenação do Curso de Direito, em seu respectivo campus. (3) Não será aceita a entrega dos relatórios de conclusão do estágio e de audiências após o prazo referido neste item, sendo vedada também sua remessa via correio eletrônico ao professor orientador.

*As aulas serão ministradas nos horários das 08h às 11h15min aos alunos matriculados no período matutino, das 14h às 17h15min aos alunos matriculados no período vespertino, e das 19h às 22h15min aos alunos matriculados no período noturno.

*O horário de funcionamento do EMA será de segunda à quinta-feira das 08h às 12h; 14h às 18h; 19h às 22h15min. Na sexta-feira das 08h às 12h e das 14h às 18h; das 19h às 22h15min.

OBSERVAÇÃO: Este Programa de Disciplina poderá ser modificado no curso de sua execução, quando identificada a conveniência de adaptação pedagógica às peculiaridades de cada turma. Os cronogramas também estarão sujeitos a alterações, caso seja necessária a reposição de aulas em decorrência de feriados e outros incidentes.

CRONOGRAMA

* Prova Escrita: 10/11/2012 (sábado), no período matutino (das 08h às 11h15min).

* Entrega dos Relatórios de Audiência e Relatório de Conclusão do Estágio: na semana de 26 a 30 de novembro de 2012, no respectivo turno cursado pelo (a) acadêmico (a), diretamente à Secretaria do EMA e mediante protocolo. Os Relatórios de Audiência devem ser anexados ao Relatório de Conclusão do Estágio, A entrega extemporânea implica na atribuição de nota zero nestes instrumentos de avaliação.

* Última semana de atendimento no Escritório: Semana de 26 a 30 de novembro de 2012.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:	010441	Direito Civil VI	
Ciclo Letivo:	2012 - 2º Semestre	Oferta 6	Turma 1472
Carga Horária:	60		Creditos: 4
Curso(s):	Direito BC N FP		
Professor	PATRICIA FONTANELLA		

EMENTA

CURRÍCULO 2007/1

Noções Introdutórias. Casamento. Regime de bens. União estável. Separação e divórcio. Relações de parentesco. Adoção. Tutela. Curatela. Dos alimentos.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de disciplina indispensável à formação profissional do bacharel em Direito, cujo conteúdo constituirá a base do conhecimento necessário ao estudo das relações jurídicas familiares que, contingentes como a vida, estão longe de serem estáticas. Em que pese ser uma continuidade das disciplinas de direito civil, submete-se a critérios, técnicas e princípios que são estranhos ou tidos como inválidos aos demais ramos do direito.

OBJETIVO GERAL

A partir dos conceitos fundamentais da Ciência Jurídica, provocar a leitura e análise das obras relativas ao Direito Civil, estimulando o aprofundamento da percepção dos fenômenos jurídicos e possibilitar a adoção de postura crítica e analítica diante das questões relativas ao Direito de Família.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

1	<p>Conteúdo</p> <p>1.1 Princípios Constitucionais do Direito de Família.</p> <p>1.2 Família: conceito, princípios e sua importância.</p> <p>1.3. O CC atual e o Direito de Família.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar o Direito de Família no universo do Direito Civil. - Compreender o conceito de Direito de Família, seus princípios e sua importância. - Analisar a princiologia constitucional ligada à matéria. <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aula expositiva e dialogada. - Atividades orientadas/supervisionadas: leitura e estudo dirigido extraclasse de artigos referentes à matéria . <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instrumento: Estudo dirigido sobre os textos acima. - Critérios: Apresentação escrita no dia 20/08 (até 1,0 ponto na avaliação 1). 	8
---	--	---

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Leitura e estudo dirigido extraclasse dos artigos abaixo: (1 hora).

LOBO, Paulo. A nova principiologia do direito de família e suas repercussões. In: HIRONAKA, Giselda M.F.N. et alli. (Coords.) Direito de Família e das Sucessões. São Paulo: Método, 2009. p. 01-19.

BARBOSA, Águida Arruda. O conceito pós-moderno de família. In: HIRONAKA, Giselda M.F.N. et alli. (Coords.) Direito de Família e das Sucessões. São Paulo: Método, 2009. p. 21-30.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

2

Conteúdo

27

- 2.1 Casamento: conceito e natureza jurídica.
- 2.2 Esponsais. Responsabilidade civil por sua quebra.
- 2.3 Impedimentos matrimoniais e causas suspensivas.
- 2.4 Parentesco: conceito, espécies e contagem dos graus.
- 2.5 Casamento civil e religioso e sua celebração.
- 2.6 Casamento nulo, anulável e inexistente.
- 2.7. Regime de bens.

Objetivos Específicos

- Compreender o instituto do casamento, bem como, seu conceito e natureza.
- Estudar a figura dos esponsais e suas consequências no mundo jurídico.
- Identificar as diferenças entre impedimentos matrimoniais e causas suspensivas do casamento.
- Verificar as diferenças entre casamento nulo, anulável e inexistente.
- Analisar os regimes de bens previstos na legislação civil brasileira e suas respectivas diferenças.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- Aula expositiva e dialogada.
- Prova 1.
- Atividades orientadas/supervisionadas: Leitura e fichamento de artigo (1 hora).

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- Entrega do fichamento na data da 1ª avaliação (1,0 ponto na prova).
- Prova 1 - conteúdo ministrado nas Unidades 1 e 2, bem como o dos artigos indicados para a leitura e apresentação de trabalho.
- Critérios: A clareza na expressão de idéias; o uso correto da língua portuguesa; a concentração no que a questão requer; a argumentação, que deve trazer os elementos que fundamentam a opinião.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Atividades orientadas/supervisionadas:

1. Leitura e fichamento de artigo (1 hora). O modelo será entregue em sala e a entrega será na data da primeira prova.

SIMÃO, José Fernando. Aspectos controvertidos dos regimes de bens. In: HIRONAKA, Giselda M.F.N. et alli. (Coords.) Direito de Família e das Sucessões. São Paulo: Método, 2009. p. 85-110.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



3 10

Conteúdo

- 3.1 Divórcio judicial e extrajudicial.
- 3.2. Tutela e Curatela.

Objetivos Específicos

- Identificar as regras relativas ao divórcio.
- Estudar as diferenças entre as formas judiciais e extrajudiciais.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- Aula expositiva e dialogada
- Exercícios em sala.
- Estudo dirigido sobre tutela e curatela a ser entregue no dia 03/10 .

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- Instrumento: Apresentação escrita do exercício na data aprazada (até 1,0 ponto na avaliação 2).
- Critérios: tempestividade da entrega e fundamentação adequada nas respostas das questões.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

- Estudo dirigido sobre tutela e curatela a ser entregue no dia 03/10 . (2,0 horas)

4 5

Conteúdo

- 4.1 União Estável: conceito, elementos e requisitos.
- 4.2 Efeitos jurídicos decorrentes da união estável.
- 4.3 União entre pessoas do mesmo sexo.

Objetivos Específicos

- Compreender o Instituto da união estável.
- Analisar a chamada "união homoafetiva" e sua repercussão jurídica.
- Conhecer o posicionamento dos Tribunais sobre a matéria.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- Aula expositiva e dialogada
- Atividades orientadas/supervisionadas.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- Instrumento: Pesquisa de Jurisprudência e discussão dos artigos.
- Critérios: Os alunos apresentarão a jurisprudência pesquisada no decorrer da aula.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Atividades orientadas/supervisionadas: pesquisa jurisprudencial sobre o tema (1 hora).



Conteúdo

- 5.1. Filiação.
- 5.2. Alimentos.

Objetivos Específicos

- Compreender o instituto da filiação no contexto atual do Direito de Família.
- Diferenciar filiação socioafetiva e biológica.
- Estudar a matéria alimentos e sua abrangência nas suas várias origens.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- Aula expositiva e dialogada.
- Exercícios.
- Apresentação de trabalho.
- Semana de Defesa de Monografia .
- Prova 2
- Pesquisa Jurisprudencial.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- Instrumento: Prova 2 - conteúdo ministrado nas Unidades 3, 4 e 5, bem como os artigos indicados para a leitura. Critérios: A clareza na expressão de idéias; o uso correto da língua portuguesa; a concentração no que a questão requer; a argumentação, que deve trazer os elementos que fundamentam a opinião.

Trabalho:

1. Até 5 (cinco) pontos para a apresentação escrita, levando-se em conta: informações, conhecimento, pesquisa, citação de autores, doutrina, jurisprudência, legislação, complementação com novidade, questionamento pertinente, problematização do tema.

O texto escrito deverá ser realizado sob a forma de artigo científico, cujas regras o aluno encontra na biblioteca virtual da Unisul.

ATENÇÃO: QUALQUER TEXTO NÃO CITADO NO CORPO DO TEXTO E NAS REFERÊNCIAS SERÁ CONSIDERADO PLÁGIO, ACARRETANDO A NOTA ZERO PARA O GRUPO.

2. Até 5 (cinco) pontos para a apresentação oral, sendo analisado: poder de argumentação com relação à parte escrita e fidelidade ao texto escrito. Tempo para apresentação de cada grupo: Até 20 min. Ultrapassando o tempo permitido, o grupo será interrompido para sequência dos demais, sendo a nota máxima atribuída ao trabalho: 10,0 (dez) e pelo desempenho do grupo.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Pesquisa para o trabalho (1,0 hora).

AValiação

1ª Avaliação - Prova escrita - questões dissertativas e objetivas.

Conteúdo - Unidades 1 e 2. Artigos indicados para leitura.

Prova sem consulta a nenhum material.

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO - CLAREZA NA EXPRESSÃO DE IDÉIAS; O USO CORRETO DA LÍNGUA PORTUGUESA; A CONCENTRAÇÃO NO QUE A QUESTÃO REQUER E A ARGUMENTAÇÃO, QUE DEVE TRAZER OS ELEMENTOS QUE FUNDAMENTAM A OPINIÃO

2ª Avaliação - Prova escrita- questões dissertativas e objetivas.

Conteúdo - Unidades 3, 4 e 5. Artigos indicados para a leitura.

Prova sem consulta a nenhum material.

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO - CLAREZA NA EXPRESSÃO DE IDÉIAS; O USO CORRETO DA LÍNGUA PORTUGUESA; A CONCENTRAÇÃO NO QUE A QUESTÃO REQUER E A ARGUMENTAÇÃO, QUE DEVE TRAZER OS ELEMENTOS QUE FUNDAMENTAM A OPINIÃO.

3ª Avaliação - Apresentação de Trabalho em sala. Os temas serão oportunamente discutidos.

1. Até 5 (cinco) pontos para a apresentação escrita, levando-se em conta: informações, conhecimento, pesquisa, citação de autores, doutrina, jurisprudência, legislação, complementação com novidade, questionamento pertinente, problematização do tema.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



O texto escrito deverá ser realizado sob a forma de artigo científico, cujas regras o aluno encontra na biblioteca virtual da Unisul.

ATENÇÃO: QUALQUER TEXTO NÃO CITADO NO CORPO DO TEXTO E NAS REFERÊNCIAS SERÁ CONSIDERADO PLÁGIO, ACARRETANDO A NOTA ZERO PARA O GRUPO.

2. Até 5 (cinco) pontos para a apresentação oral, sendo analisado: poder de argumentação com relação à parte escrita e fidelidade ao texto escrito. Tempo para apresentação de cada grupo: Até 20 min. Ultrapassando o tempo permitido, o grupo será interrompido para sequência dos demais, sendo a nota máxima atribuída ao trabalho: 10,0 (dez) e pelo desempenho do grupo.

- Somente serão atribuídos os pontos mencionados nas Unidades se o aluno apresentar as atividades propostas nos dias previamente agendados.

Todas as avaliações têm o mesmo peso. Média Semestral = $1^a \text{ AV} + 2^a \text{ AV} + 3^a \text{ AV} / 3$

O aluno deverá alcançar aproveitamento na disciplina mínimo de 7,0 pontos. O aluno que não conseguir o aproveitamento na disciplina necessário para a aprovação (7,0) terá o direito de fazer a avaliação final (AF). Neste caso, o resultado final (RF) relativo à disciplina será calculado por: Resultado Final = (Avaliação da disciplina + Avaliação Final) / 2. E será considerado aprovado caso o Resultado Final (RF) seja maior ou igual a 6,0. A avaliação final presencial somente é realizada para o aluno que não atingir a média estabelecida para aprovação na disciplina.

A frequência mínima exigida por lei é de 75% das aulas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- CAHALI, Yussef Said. Divórcio e separação. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. 5 v. São Paulo: Saraiva, 2003.
LOTUFO, Maria Alice Zarantin. Curso avançado de direito civil. Direito de Família. São Paulo: RT, 2002.
OLIVEIRA, José Sebastião de. Fundamentos Constitucionais do Direito de Família. São Paulo: RT, 2002.
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito de família. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- ALMEIDA, Maria Cristina. DNA e estado de filiação à luz da dignidade da pessoa humana. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2003.
CARDOSO, Fabiana Domingues. Regime de Bens e Pacto Antenupcial. SP: Método/Gen Editora, 2010.
FACHIN, Luiz Edson. Teoria crítica do direito civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
FONTANELLA Patrícia. União estável. A eficácia das leis regulamentadoras. 2 ed., Fpolis: Ed. OAB/SC, 2006.
_____. União homossexual no direito brasileiro: enfoque a partir do garantismo jurídico. Fpolis: OAB/SC, 2006.
GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. O biodireito e as relações parentais. De acordo com o novo código civil. São Paulo: Renovar, 2003.
MADALENO, Rolf. Novos horizontes do direito de família. São Paulo: Gen Editora, 2010.
_____. Curso de Direito de Família. São Paulo: Gen Editora, 2010.
PINHEIRO, Jorge Duarte. O direito da família contemporâneo. 3 edição. Lisboa: AAFDL, 2011.
TARTUCE, Flavio; SIMÃO, José Fernando. Direito de família. São Paulo: Método, 2011.

Sites indicados: www.ibdfam.org.br e www.patriciafontanella.adv.br

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- # A Ementa desta disciplina corresponde ao currículo 2007/1 do projeto pedagógico.
- # Os trabalhos, exercícios, etc., que eventualmente sejam solicitados pelo docente, deverão ser entregues impreterivelmente na data acordada.
- # As datas aqui estabelecidas são referenciais, podendo ser alteradas, seja em função da administração do tempo ou motivos de força maior.
- # Quaisquer alterações no conteúdo proposto neste programa, serão previamente comunicadas. Os textos ou artigos adicionais que o docente utilizar nas aulas, serão previamente recomendados.
- # É expressamente proibido o uso de celular em sala de aula. Os aparelhos deverão ser mantidos desligados ou silenciosos.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



- # Entra e sai da sala de aula serão observados pelo docente, podendo o mesmo, em caso de excessos, proibir o retorno do aluno.
- # O aluno que exceder o número limite de faltas, estará automaticamente reprovado na disciplina.
- # Em cada encontro poderão ser realizados dois (2) momentos de chamada dos alunos, ou seja, um no começo e outro no final das aulas. Somente terá presença o aluno que estiver dentro de sala de aula.
- # As provas em 2ª chamada só poderão ser realizadas mediante requerimento (solicitado na Secretaria Acadêmica), e caso o pedido seja deferido, as provas serão realizadas em data especificadas pela coordenação do curso.
- # Nos exercícios realizados em sala de aula, somente serão avaliados os alunos que estiverem presentes.

CRONOGRAMA:

01/08 - Conteúdo teórico - Un. 01
08/08 - Conteúdo teórico - Un. 01
15/08 - Conteúdo teórico - Un. 02
22/08 - Conteúdo teórico - Un. 02
29/08 - Conteúdo teórico - Un. 02
05/09 - Conteúdo teórico - Un. 02
12/09 - Prova 1
19/09 - Conteúdo teórico - Un. 03
26/09 - Semana integrada (atividade extraclasse)
03/10 - Conteúdo teórico - Unidade 03
10/10 - Conteúdo teórico - Un. 04
17/10 - Conteúdo teórico - Un. 04
24/10 - Apresentação de trabalhos
31/10 - Conteúdo teórico - Unidade 05.
07/11 - Conteúdo teórico - Un. 05
14/11 - Conteúdo teórico - Un. 05
21/11- Prova 2
28/11 - Entrega das Provas.
05/12 - Semana de Monografias
12/12 - Avaliação Final.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		000709	Direito Processual do Trabalho II	
Ciclo Letivo:	2012 - 2º Semestre	Oferta	6	Turma 609
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC M PB				
Professor	CAROLINA GIOVANNINI ARAGÃO DE SANTANA			

EMENTA

CURRÍCULO 1996

Processo de execução. Procedimentos nos dissídios coletivos. Ações civis admissíveis no processo do trabalho.

CURRÍCULO 2007

Recursos no processo de cognição. Correição parcial. Fase e processo de execução. Recursos oponíveis à execução trabalhista. Direito coletivo do trabalho. Ações comuns e cautelares aplicáveis ao processo do trabalho.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de disciplina indispensável à formação profissional do bacharel em Direito, cujo conteúdo constituirá a base do conhecimento necessário ao estudo da forma de atuação junto a todos os graus da Justiça do Trabalho nas fases cognitiva e executória dos processos individual e coletivo, bem como o conhecimento das ações comuns aplicáveis neste âmbito do Judiciário.

OBJETIVO GERAL

- 1) Conhecer a legislação do Processo do Trabalho, especificamente em relação às disposições que regem a fase de execução e os dissídios coletivos, bem como às que disciplinam as ações civis admissíveis nesta seara especializada (Processo do Trabalho);
- 2) Compreender as regras processuais trabalhistas para o exercício de atividades como advogado, juiz, procurador do trabalho, além de outras carreiras jurídicas.
- 3) Aplicar o conhecimento adquirido por meio do conteúdo programado, proporcionando ao aluno condições necessárias a uma visão global e crítica da execução trabalhista e das ações utilizadas no Processo do Trabalho.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo**RECURSOS NO PROCESSO DO TRABALHO**

Natureza Jurídica

Classificação

Princípios

Efeitos

Pressupostos

Requisitos

Objetivos Específicos

Identificar os Recursos Trabalhistas

Distinguir os Recursos Trabalhistas

Compreender o cabimento de cada um dos Recursos Trabalhistas

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas expositivas e dialogadas para a aprendizagem do conteúdo;

Discussão de jurisprudências selecionadas;

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Instrumento 1: Aulas expositivas.

Critérios: pontualidade, participação, discussão em sala.

Instrumento 2: exercícios.

Critérios - Na resolução de questionário o raciocínio, a construção de idéias para chegar à resposta, e a fundamentação;

Instrumento 3 - Peça processual.

Critérios - FORO COMPETENTE (Correção no encaminhamento da ação ao foro competente para a apreciação da petição); PREÂMBULO (Observação dos itens que compõem o preâmbulo da petição, dentre os quais a legitimidade das partes, a capacidade processual, a capacidade postulatória e a correta indicação da petição que está sendo feita [a mais adequada ao caso em concreto], com sua correspondente fundamentação processual.); FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA (Apresentação de defesa processual [preliminares quando for pertinente] e de mérito, incluindo a menção à legislação aplicável ao caso.); PEDIDOS E REQUERIMENTOS (Formulação de pedido e requerimentos pertinentes ao caso.); FINALIZAÇÃO (Indicação de local, data e assinatura, bem como dos documentos que acompanham a petição quando for o caso.); COERÊNCIA DO TEXTO E ARGUMENTAÇÃO (Boa articulação e desenvolvimento dos argumentos que servirão à defesa dos interesses aplicados ao caso em concreto, além do respeito à forma coerente de apresentação da peça.); ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA (Correção no uso da língua portuguesa.).

Instrumento 4 - Sessão do Tribunal (TRT). Apresentação de relatório escrito,

Critérios - Relatório contendo todos os dados do respectivo processo, a descrição minuciosa do ato acompanhado, a indicação de local e data, bem como a assinatura da autoridade que presidiu o ato ou do funcionário responsável e, em ambas as hipóteses, com a indicação legível do nome e número da matrícula, ou o respectivo carimbo.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Exercícios para fixação dos temas (1 hora aula);

Elaboração de peça processual relacionada a matéria correspondente (1 hora aula).

Assistir sessão do Tribunal. (1 hora aula)

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo**PROCESSO DE EXECUÇÃO**

Noções Introdutórias da Execução Trabalhista

Princípios Informativos

Legitimidade

Competência

Objeto

Espécies de Execução

Aspectos relevantes da execução

Desistência

Suspensão

PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS E GARANTIA DA EXECUÇÃO

Liquidação de Sentença

Cumprimento

Citação

Constrição

Instrução da Execução

Tipos de Penhora

A DEFESA NA EXECUÇÃO E OS RECURSOS OPONÍVEIS AO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Impugnação à sentença de liquidação

Tramitação da execução

Fazenda Pública e Terceiros

As espécies de recursos na execução

Incidentes processuais

Atos atentatórios

Fraudes à execução

Objetivos Específicos

Compreender a execução trabalhista;

Reconhecer os efeitos da execução trabalhista.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas expositivas e dialogadas para a apresentação do conteúdo;

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Instrumento 1: Aulas expositivas.

Critérios: pontualidade, participação, discussão em sala.

Instrumento 2: exercícios.

Critérios - Na resolução de questionário o raciocínio, a construção de idéias para chegar à resposta, e a fundamentação;

Instrumento 3 - Peça processual.

Critérios - FORO COMPETENTE (Correção no encaminhamento da ação ao foro competente para a apreciação da petição); PREÂMBULO (Observação dos itens que compõem o preâmbulo da petição, dentre os quais a legitimidade das partes, a capacidade processual, a capacidade postulatória e a correta indicação da petição que está sendo feita [a mais adequada ao caso em concreto], com sua correspondente fundamentação processual.); FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA (Apresentação de defesa processual [preliminares quando for pertinente] e de mérito, incluindo a menção à legislação aplicável ao caso.); PEDIDOS E REQUERIMENTOS (Formulação de pedido e requerimentos pertinentes ao caso.); FINALIZAÇÃO (Indicação de local, data e assinatura, bem como dos documentos que acompanham a petição quando for o caso.); COERÊNCIA DO TEXTO E ARGUMENTAÇÃO (Boa articulação e desenvolvimento dos argumentos que servirão à defesa dos interesses aplicados ao caso em concreto, além do respeito à forma coerente de apresentação da peça.); ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA (Correção no uso da língua portuguesa.).

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Exercícios para fixação dos temas (1 hora aula);

Elaboração de peça processual relacionada a matéria correspondente (1 horas aula).

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo**DISSÍDIOS COLETIVOS**

Definição de Processo Coletivo do Trabalho

Distinção entre Dissídio Individual e Dissídio Coletivo de Trabalho

Condições da Ação Coletiva

Pressupostos Processuais da Ação Coletiva

Atos Preparatórios

Procedimento

Limites do Poder Normativo

Resultado

Objetivos Específicos

Compreender as características e os pressupostos do Dissídio Coletivo;

Diferenciar os atos preparatórios específicos do Dissídio Coletivo.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas expositivas e dialogadas para a apresentação do conteúdo.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Instrumento 1: Aulas expositivas.

Critérios: pontualidade, participação, discussão em sala.

Instrumento 2: exercícios.

Critérios - Na resolução de questionário o raciocínio, a construção de idéias para chegar à resposta, e a fundamentação;

Instrumento 3 - Peça processual.

Critérios - FORO COMPETENTE (Correção no encaminhamento da ação ao foro competente para a apreciação da petição); PREÂMBULO (Observação dos itens que compõem o preâmbulo da petição, dentre os quais a legitimidade das partes, a capacidade processual, a capacidade postulatória e a correta indicação da petição que está sendo feita [a mais adequada ao caso em concreto], com sua correspondente fundamentação processual.); FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA (Apresentação de defesa processual [preliminares quando for pertinente] e de mérito, incluindo a menção à legislação aplicável ao caso.); PEDIDOS E REQUERIMENTOS (Formulação de pedido e requerimentos pertinentes ao caso.); FINALIZAÇÃO (Indicação de local, data e assinatura, bem como dos documentos que acompanham a petição quando for o caso.); COERÊNCIA DO TEXTO E ARGUMENTAÇÃO (Boa articulação e desenvolvimento dos argumentos que servirão à defesa dos interesses aplicados ao caso em concreto, além do respeito à forma coerente de apresentação da peça.); ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA (Correção no uso da língua portuguesa.).

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Exercícios para fixação dos temas (1 hora aula);

Elaboração de peça processual relacionada a matéria correspondente (1 hora aula).

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo**AÇÕES CÍVEIS ADMISSÍVEIS NO PROCESSO DO TRABALHO**

Mandado de Segurança

Ação Rescisória

Ações com procedimentos especiais

Consignação em Pagamento

Embargos de Terceiros

Ações Cautelares

Objetivos Específicos

Identificar peculiaridades e diferenças das ações cíveis utilizadas no processo trabalhista;

Analisar prazos de cada instituto.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas expositivas e dialogadas para apresentação do conteúdo;

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Instrumento 1: Aulas expositivas.

Critérios: pontualidade, participação, discussão em sala.

Instrumento 2: exercícios.

Critérios - Na resolução de questionário o raciocínio, a construção de idéias para chegar à resposta, e a fundamentação;

Instrumento 3 - Peça processual.

Critérios - FORO COMPETENTE (Correção no encaminhamento da ação ao foro competente para a apreciação da petição); PREÂMBULO (Observação dos itens que compõem o preâmbulo da petição, dentre os quais a legitimidade das partes, a capacidade processual, a capacidade postulatória e a correta indicação da petição que está sendo feita [a mais adequada ao caso em concreto], com sua correspondente fundamentação processual.); FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA (Apresentação de defesa processual [preliminares quando for pertinente] e de mérito, incluindo a menção à legislação aplicável ao caso.); PEDIDOS E REQUERIMENTOS (Formulação de pedido e requerimentos pertinentes ao caso.); FINALIZAÇÃO (Indicação de local, data e assinatura, bem como dos documentos que acompanham a petição quando for o caso.); COERÊNCIA DO TEXTO E ARGUMENTAÇÃO (Boa articulação e desenvolvimento dos argumentos que servirão à defesa dos interesses aplicados ao caso em concreto, além do respeito à forma coerente de apresentação da peça.); ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA (Correção no uso da língua portuguesa.).

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Exercícios para fixação dos temas (1 hora aula);

Elaboração de peça processual relacionada a matéria correspondente (1 horas aula).

AValiação

A avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos:

Provas Parciais e Atividades Complementares de pesquisa.

Serão aplicadas 2 (duas) provas escritas relativas ao conteúdo ministrado até a data da prova. A referida avaliação será composta de questões objetivas e questões discursivas retiradas de provas de concursos e do exame da OAB. Nas questões discursivas será avaliada a capacidade de argumentação e interpretação jurídicas, bem como a construção da resposta de forma clara e objetiva, seguindo uma linha lógica de raciocínio. Será avaliada também a citação de artigos e súmulas referentes ao conteúdo perguntado.

A terceira avaliação será uma nota somatória dos trabalhos feitos durante o semestre. Esses trabalhos englobam a elaboração de quatro peças processuais, e também a participação em uma sessão de julgamento do TRT da 12ª Região. As peças processuais valerão até 2,0 pontos cada uma, e a participação na sessão de julgamento será avaliada em até 2,0 pontos, totalizando a nota da terceira avaliação (10,0 pontos).

3ª avaliação - peça 1 (2,0) + peça 2 (2,0) + peça 3 (2,0) + peça 4 (2,0) = 8,0 + sessão de julgamento (2,0) =

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



As peças processuais serão avaliadas levando-se em consideração os seguintes requisitos:

FORO COMPETENTE (correto encaminhamento da ação ao foro competente para a apreciação da petição); PREÂMBULO (observação dos itens que compõem o preâmbulo da petição, dentre os quais a legitimidade das partes, a capacidade processual, a capacidade postulatória e a correta indicação da petição que está sendo feita, com sua correspondente fundamentação processual); FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA (apresentação de defesa processual [preliminares quando for pertinente] e de mérito, incluindo a menção à legislação aplicável ao caso); PEDIDOS E REQUERIMENTOS (formulação de pedido e requerimentos pertinentes ao caso); FINALIZAÇÃO (indicação de local, data e assinatura, bem como rol de documentos que acompanham a petição quando for o caso); COERÊNCIA DO TEXTO COM A ARGUMENTAÇÃO (boa articulação e desenvolvimento dos argumentos que servirão à defesa dos interesses aplicados ao caso em concreto, além do respeito à forma coerente de apresentação da peça); ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA (correto uso da língua portuguesa).

A sessão de julgamento será avaliada através de relatório entregue contendo todos os dados do respectivo processo, a descrição minuciosa do ato acompanhado, a indicação de local e data, bem como a assinatura da autoridade que presidiu o ato ou do funcionário responsável e, em ambas as hipóteses, com a indicação legível do nome e número da matrícula, ou o respectivo carimbo.

A média final se dará com o somatório das notas obtidas nas avaliações, dividindo-se pelo número de avaliações.

Média =
$$\frac{\text{Prova1} + \text{Prova2} + \text{Peças/Aud.}}{\text{Nº. avaliações (03)}} = X \text{ (nota final antes da AF)}$$

Se X for igual ou superior a 7,0 e a frequência mínima for confirmada, o acadêmico estará aprovado.

Se X for menor que 7,0 e frequência mínima for confirmada, o acadêmico será submetido à avaliação final, conforme dispõe o Regimento da UNISUL (AF).

Se a média final, após a AF for igual ou superior a 6,0 o acadêmico estará aprovado.

A segunda chamada para prova será realizada mediante apresentação pelo acadêmico de requerimento no SAIAC, conforme disposto no Regimento da UNISUL. Ao faltar uma prova, o acadêmico deve procurar a Secretaria Acadêmica (SAIAC) e protocolar o requerimento de segunda chamada de avaliação. Sendo deferido o pedido, o aluno deverá apresentá-lo ao docente e preparar-se para realizar a avaliação na data firmada pela Coordenação Adjunta do Curso de Direito desta Unidade, conforme calendário do curso.

Este Programa de Disciplina poderá ser modificado no decorrer do semestre, quando for identificada necessidade de adaptação à individualidade da turma, quanto houver convocação da docente para participar de atividade não prevista no calendário acadêmico, ou quanto houver algum evento acadêmico não incluído no calendário.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MARTINS, Adalberto. Manual didático de direito processual do trabalho. 5ª.ed., Malheiros, 2012.
CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2004.
MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho. 33ª.ed., São Paulo: Atlas, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DELGADO, Maurício Godinho. Direito coletivo do trabalho. 2.ed. São Paulo, LTr, 2003.

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso prático de processo do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2007.

SARAIVA, Renato. Série Concursos Públicos. 4.ed. São Paulo: Método, 2008.

PEREIRA, Leone. Manual de processo do trabalho. 1ª.ed., São Paulo: Saraiva, 2011.

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso prático de processo do trabalho. 22ª.ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

OLIVEIRA, Francisco Antonio de. O processo na justiça do trabalho. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SAAD, Eduardo Gabriel. Direito processual do trabalho. São Paulo: LTr, 2003.

TEIXEIRA FILHO. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: LTr, 2009. 3 v.

SCHIAVI, Mauro. Execução no processo do trabalho. São Paulo: LTr, 2008.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.

NETO, Francisco Ferreira Jorge. Direito Processual do Trabalho. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Júris. 3ª Edição. 2009.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O horário de aula deverá ser observado rigorosamente.

Prazos de entrega de trabalhos: Os trabalhos devem ser entregues em sala de aula, em documento impresso. Não serão aceitos os trabalhos fora do prazo estabelecido, a não ser com apresentação de atestado de saúde comprovando a impossibilidade de comparecimento à aula relativa.

Trabalhos aplicados em sala de aula só serão aceitos no dia em que foram aplicados, não sendo possível a entrega em dia posterior.

NÃO SERÃO ACEITOS TRABALHOS POR E-

Mail ou celulares desligados durante a explanação das aulas.

Não será permitida a utilização de computadores portáteis em sala de aula.

Não será permitido o ingresso do acadêmico na sala de aula, para realização das provas escritas, após a saída de qualquer acadêmico do mesmo recinto.

Aquele que deixar de fazer a prova acima designada, somente poderá fazê-lo em segunda chamada mediante justificção, através do competente processo administrativo. A avaliação final ocorrerá na semana designada no calendário do Curso de Direito.

A disciplina será desenvolvida utilizando o auxílio das técnicas de pesquisa bibliográfica, conceitos operacionais, pesquisa dirigida, trabalho em grupo, trabalho individual, prova escrita, pesquisa diretamente na biblioteca.

As aulas serão expositivas e dialogadas podendo ser utilizados os seguintes recursos: retro projetor, quadro, vídeo cassete, DVD, equipamento multimídia ou outros.

Apresentação e debates/discussões de artigos, jornais, revistas e jurisprudências. Pesquisas e debates sobre temas e conteúdos controvertidos.

Todos os trabalhos deverão ser desenvolvidos observando-se as regras de metodologia, de conformidade com a ABNT, bem como com a Lei nº. 9.610/98 (Lei dos Direitos Autorais).

OBS: Este Programa de Disciplina poderá ser modificado no decorrer do semestre, quando for identificada necessidade de adaptação à individualidade da turma, quanto houver convocação da docente para participar de atividade não prevista no calendário acadêmico, ou quanto houver algum evento acadêmico não incluído no calendário.

CRONOGRAMA (PODERÁ SOFRER ALTERAÇÕES DURANTE O DECORRER DO SEMESTRE):

Aula Unidade didática

30/07/2012 Apresentação do Programa de Disciplina. Noções introdutórias. Recursos no Processo do Trabalho.

06/08/2012 FERIADO

13/08/2012 Recursos no Processo do Trabalho.

20/08/2012 Recursos no Processo do Trabalho.

27/08/2012 Recursos no Processo do Trabalho.

03/09/2012 Execuções - noções introdutórias.

10/09/2012 Execuções - procedimentos preparatórios e garantia da execução.

17/09/2012 Execução - defesa e recursos na execução.

24/09/2012 Execução - parte final.

01/10/2012 1ª avaliação.

08/10/2012 Dissídios Coletivos.

15/10/2012 FERIADO

22/10/2012 Dissídios Coletivos.

29/10/2012 Ações cíveis no processo trabalhista

05/11/2012 Ações cíveis no processo trabalhista - parte 2.

12/11/2012 FERIAD

19/11/2012 2ª avaliação.

26/11/2012 Feed back - fechamento do semestre.

03/12/2012 Semana de monografias

10/12/2012 Avaliação final.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		008448	Trabalho de Curso em Direito I	
Ciclo Letivo:	2012 - 2º Semestre	Oferta	1	Turma 634
Carga Horária:	30	Creditos: 2		
Curso(s): Direito BC M PB				
Professor	GABRIEL HENRIQUE COLLAÇO			

EMENTA

Projeto de pesquisa. Redação inicial do trabalho de curso: monografia. Procedimentos metodológicos.

JUSTIFICATIVA

A disciplina justifica-se por habilitar o acadêmico à elaboração do trabalho de curso, dando ênfase para relação entre teoria e prática estudadas no decorrer do curso, envolvendo as questões interdisciplinares do Direito. Trata-se de uma disciplina necessária para a formação acadêmico-científica do operador jurídico.

OBJETIVO GERAL

Propiciar ao acadêmico o domínio das habilidades de enunciação do discurso científico escrito e oral e possibilitar a construção de projeto de pesquisa em Direito. Conhecer os métodos e técnicas de pesquisa; compreender os procedimentos de confecção e elaborar um capítulo da monografia.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

1	<p>Conteúdo</p> <p>O Ato de Pesquisar Projeto de Pesquisa e Monografia Jurídica Escolha do Objeto de Estudo e os Atores do Processo de Pesquisa Normas da ABNT e Trabalhos Acadêmicos na Unisul</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Estudar os conceitos de pesquisa Conhecer os elementos essenciais para iniciar uma pesquisa Apresentar os elementos que compõem a estrutura de uma pesquisa Conhecer os procedimentos de formatação do projeto de monografia Aplicar a redação em projeto de pesquisa</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aula expositivo-dialogada Exercícios individual e em grupo Oficinas de produções textuais</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Projeto de Pesquisa Critérios (parte escrita): formatação adequada; redação técnico-científica; estabelecimento de relação</p>	15
---	--	----

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



entre tema e conteúdo exposto; fundamentação teórica

Critérios (parte oral): conhecimento, continuidade, progressão, não-contradição, articulação, informação, poder de argumentação e de sustentação.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Visitas e coletas de fundamentos nas bibliotecas de órgãos públicos municipais, estaduais e federais e setor privado. (1,5 horas AOS)

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

2 Conteúdo

15

Direitos autorais em pesquisa e valores do pesquisador

Métodos e Técnicas de Pesquisa

Redação Técnico-Científica

Monografia Jurídica

Objetivos Específicos

Discutir sobre proteção de autoria e valores do pesquisador

Compreender e identificar os métodos e as técnicas na pesquisa científica

Conhecer as características da redação técnico-científica

Relembrar os tópicos do projeto para a confecção dos pressupostos teóricos para a monografia

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositivo-dialogada, leituras dirigidas e oficina de redação de pesquisa

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Pressupostos teóricos - Conceito base de referências para capítulo da monografia jurídica

Critérios (parte escrita): formatação adequada; redação técnico-científica; estabelecimento de relação entre tema e conteúdo exposto; fundamentação teórica

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

AValiação

Primeira Avaliação - Projeto de Pesquisa - PP: O projeto de pesquisa será publicado na ferramenta exposição no EVA. As qualificações de projeto serão feitas oralmente no decorrer do semestre.

Avaliação 1 - Parte escrita (NOTA de 0,0 a 5,0). Nota do projeto publicado na ferramenta exposição no EVA.

Avaliação 2 - Parte oral (NOTA de 0,0 a 5,0). Nota de avaliação oral processual.

Segunda Avaliação - Pressupostos teóricos - Conceito base de referências para a Monografia Jurídica - CBMJ: Os pressupostos teóricos constarão do Projeto de Pesquisa, contendo até 3 (três) páginas, citando 5 (cinco) obras.

Avaliação 1 - Parte escrita (NOTA de 0,0 a 10,0).

FREQÜÊNCIA: o acadêmico deverá freqüentar 75% das aulas para obter aprovação.

Resultado Final = Primeira Avaliação + Segunda Avaliação / 2 = X

Se X igual ou superior a 7,0 e a freqüência mínima confirmada, o acadêmico estará aprovado.

Se X menor do que 7,0 e a freqüência mínima confirmada, o acadêmico será submetido à avaliação final, conforme dispõe o Regimento da UNISUL. (AF)

Média Final = $X + AF = Y$

2

Se Y igual ou superior a 6,0, o acadêmico estará aprovado.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2003.

CARNEIRO, Maria Francisca. Pesquisa jurídica: metodologia da aprendizagem. Curitiba: Juruá, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- BACELLAR, Anita. A análise de dados na pesquisa qualitativa. Tubarão: 2000. v. 7, n. 21, p. 7-20, jul--out, 2000.
- BRUSCATO, Wilges. Monografia jurídica: manual técnico de elaboração. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.
- GIL, Antônio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MOREIRA, Marco Antônio. Ação docente na universidade: textos relativos a componentes básicos do ensino. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1983.
- MONTEIRO, Cláudia Servilha; MEZZAROBBA, Orides. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- NEGRA, Carlos Alberto Serra; NEGRA, Elizabete Marinho Serra. Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. São Paulo: Atlas, 2003.
- NUNES, Rizzatto. Manual da monografia jurídica: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- PASOLD, Cesar Luiz. Prática da pesquisa jurídica: ideias e ferramentas úteis para o pesquisador do direito. Florianópolis: OAB/SC, 2005.
- THUMS, Jorge. O acesso à realidade: técnicas de pesquisa e construção do conhecimento. 3. ed. Canoas: ULBRA, 2003.
- UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA. Trabalhos Acadêmicos na Unisul: apresentação gráfica para TCC, monografia, dissertação e tese. Disponível em: <www.unisul.br/content/site/biblioteca/apresentacaografica.cfm>. Acesso em: 22 jul. 2012.
- VENTURA, Deisy. Monografia jurídica: uma visão prática. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Este Programa de Disciplina poderá ser modificado no curso de sua execução quando for identificada a necessidade de adaptação pedagógica à peculiaridade de cada turma de sala de aula. O cronograma poderá ser alterado se houver modificação no planejamento pedagógico, convocação do docente para participar de atividade não prevista no calendário acadêmico ou evento acadêmico.

As produções escritas somente serão aceitas e corrigidas pelo docente se digitadas, sendo impresso o original de acordo com os procedimentos estabelecidos em sala de aula. É vedada a entrega de avaliações por e-mail, e em CD. O projeto de pesquisa deve ser publicado na ferramenta exposição no Espaço Virtual de Aprendizagem (EVA). Se porventura a produção escrita contiver inadequação lingüística, serão descontados 0,2 (dois décimos) para cada erro.

Ética - A utilização da Internet tornou mais fácil a cópia de textos para trabalhos e provas. Todo e qualquer tipo de plágio, desde que comprovado, acarreta nota zero. Lei dos Direitos Autorais. Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

É proibido filmar, fotografar ou gravar em áudio as aulas ministradas pelo prof. Gabriel Henrique Collaço.

Os aparelhos celulares e similares devem permanecer em modo silencioso durante as aulas. Portanto, é vedado ao acadêmico utilizar, em classe, quaisquer equipamentos de chamada a distância. Quando o atendimento for de urgência, o acadêmico deve atender em outro ambiente.

Serão realizadas atividades em classe e extraclasse, em grupo ou individualmente, de acordo com a solicitação do docente e as instruções por ele distribuídas e explicadas em sala de aula, que não computarão nota para a disciplina, entretanto, servem para o desenvolvimento de habilidades (capacidade de comunicação interpessoal, verbal e escrita; capacidade de interpretação textual; capacidade de utilização de termos técnico-jurídicos;

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



raciocínio lógico, crítico e analítico; iniciativa e espírito empreendedor) e determinam o comportamento do acadêmico do curso de Direito.

As notas de avaliação e do semestre desta disciplina serão divulgadas pelo docente no ambiente virtual (Sistema Acadêmico) no prazo regimental, salvo se outro critério for adotado pela UNISUL.

O docente utilizará a lousa se a Unisul não disponibilizar para as aulas os recursos didáticos, conforme descrito no item Estratégias de ensino e de aprendizagem, como equipamento multimídia e aparelho de som, dentre outros.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:	010442	Direito Civil VII	
Ciclo Letivo:	2012 - 2º Semestre	Oferta	2 Turma 635
Carga Horária:	60	Creditos:	4
Curso(s):	Direito BC M PB		
Professor	DEISI CRISTINI SCHVEITZER		

EMENTA

CURRÍCULO 2007/1

Noções introdutórias. A função social da propriedade. Posse e defesa da posse. Usucapião. Direito real sobre a coisa própria e direitos reais sobre coisas alheias. Condomínio.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de disciplina indispensável à formação profissional do bacharel em Direito, cujo conteúdo constituirá a base do conhecimento necessário ao estudo e a compreensão das normas que regem as relações jurídicas concernentes aos bens materiais ou imateriais suscetíveis de apropriação pelo homem. Tem estreita relação com as demais cadeiras de direito civil.

OBJETIVO GERAL

Possibilitar ao estudante a construção de uma visão crítica e abrangente a respeito do Instituto da Posse e dos Direitos Reais.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

1	<p>Conteúdo</p> <p>Noções Introdutórias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Direito das Coisas - Direito Real e Direito Pessoal <p>Posse</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conceito - Natureza Jurídica - Classificação - Composse - Aquisição e perda - Efeitos da Posse <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Identificar o direito das coisas no universo do Direito Civil. - Distinguir o Direito Real do Direito Pessoal - Compreender o instituto da Posse e seus efeitos. <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aula expositiva e dialogada - Material de apoio - datashow 	9
---	---	---

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.



-Leitura do Artigo:

NASCIMENTO, Lafaiete Luiz do. Direitos reais - ligeira síntese. Prática Jurídica, Brasília, DF, ano VII, n. 75, p. 31-33, jun. 2008.

Elaboração - Petição inicial - ações possessórias. (12.09)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- Instrumento: Elaboração - Petição inicial

- Critérios: Apresentação escrita (2,0 pontos) - na 1ª avaliação. Será analisada, além da estrutura formal de uma petição inicial, a denominação correta da ação para o caso concreto.

O aluno deverá citar no mínimo duas fontes doutrinárias e uma jurisprudência.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

2

Conteúdo

12

Propriedade

- função social

- Conceito

- Domínio pleno e limitado. Limites ao direito de propriedade do solo.

- Da aquisição da propriedade imóvel

Modos de aquisição. Da usucapião. Da aquisição por registro do título. Acesso. Das ilhas. Aluvião. Avulsão. Alveo abandonado. Construções e plantações. Usucapião.

- Da aquisição da propriedade móvel

Da usucapião. Da ocupação. Do achado do tesouro. Da tradição. Da especificação. Da confusão. Da comistão. Da adjunção.

- Da perda da propriedade imóvel. Desapropriação. Alienação. Renúncia. Abandono. Perekimento do imóvel. Desapropriação. Retrocessão.

Objetivos Específicos

- Compreender o instituto da Propriedade, bem como, os modos de aquisição e perda.

-Compreender a função social da Propriedade.

- Identificar as diferenças existentes entre a Propriedade MÓVEL e IMÓVEL.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- Aula expositiva e dialogada.

- Material de apoio - datashow

Leitura dos artigos:

ANANIAS, Ana Maria de Araújo. O art. 1.228, §§ 4º e 5º, do código civil - nova modalidade de desapropriação ou espécie de usucapião especial? Consulex : Revista Jurídica, Brasília, DF, ano XII, n. 284, p. 36-37, nov. 2008.

Exercícios.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

1ª Avaliação - conteúdo ministrado nas Unidades 1 e 2. Artigos indicados para a leitura.

12.09

- Critérios:

- A clareza na expressão de idéias; o uso correto da língua portuguesa; a concentração no que a questão requer; a argumentação, que deve trazer os elementos que fundamentam a opinião.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



3

Conteúdo

6

Direito de Vizinhança

Objetivos Específicos

- Identificar as regras que constituem o direito de vizinhança
- Identificar as soluções para a composição dos conflitos entre vizinhos.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada

Material de apoio - datashow

Leitura do artigo:

PECORA, Maria Fernanda et al. A regularização de imóvel entre vizinhos. Consulex : Revista Jurídica, Brasília, DF, ano XII, n. 275, p. 40, jun. 2008.

Pesquisa de 2 jurisprudências - Direito de Vizinhança.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não

4

Conteúdo

12

Condomínio

Objetivos Específicos

- Compreender o instituto do condomínio
- Identificar as diferenças entre compropriedade e condomínio
- Delinear as espécies de condomínio

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada.

Material de apoio - datashow

Atividades Orientadas. Supervisionadas.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Pesquisa - Condomínio - Questões interessantes e divergentes (3 horas- aula).

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



5

Conteúdo

Propriedade Resolúvel
Propriedade Fiduciária

Objetivos Específicos

Compreender a propriedade fiduciária como sendo uma propriedade resolúvel.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas expositivas e dialogadas
Material de apoio - datashow
Exercícios

Instrumentos e Critérios de Avaliação

2ª Avaliação - conteúdo ministrado nas Unidades 3, 4 e 5. Artigos indicados para a leitura. 24.10

- Critérios:

- A clareza na expressão de idéias; o uso correto da língua portuguesa; a concentração no que a questão requer; a argumentação, que deve trazer os elementos que fundamentam a opinião.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

3

6

Conteúdo

Direitos Reais sobre coisas alheias
- Direitos reais de gozo e fruição.

Objetivos Específicos

Compreender as modalidades de Direitos reais de gozo e fruição

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada
Material de apoio - datashow

Instrumentos e Critérios de Avaliação

3ª Avaliação - conteúdo ministrado nas Unidades 6. 02.11.

Critérios:

- A clareza na expressão de idéias; o uso correto da língua portuguesa; a concentração no que a questão requer; a argumentação, que deve trazer os elementos que fundamentam a opinião.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

não

12



Conteúdo

Direitos reais sobre coisa alheia:
Direitos reais de garantia.
Penhor
Hipoteca
Anticrese

Objetivos Específicos

Compreender os direitos reais de garantia

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada
Material de apoio - datashow
Exercícios

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não

AValiação

1ª Avaliação (12/09) - Prova escrita com questões dissertativas e objetivas
(nota de 0 a 8,0)

Petição inicial - Até 2,0 pontos.

Conteúdo - Unidades 1 e 2. Artigos indicados para a leitura.

Consulta ao Código Civil seco.

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO - CLAREZA NA EXPRESSÃO DE IDÉIAS; O USO CORRETO DA LÍNGUA PORTUGUESA; A CONCENTRAÇÃO NO QUE A QUESTÃO REQUER E A ARGUMENTAÇÃO, QUE DEVE TRAZER OS ELEMENTOS QUE FUNDAMENTAM A OPINIÃO

2ª Avaliação (24/10) - Prova escrita com questões dissertativas e objetivas.
(nota de 0 a 10,0)

Conteúdo - Unidades 3, 4, e 5. Artigos indicados para a leitura.

Consulta ao Código Civil seco.

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO - CLAREZA NA EXPRESSÃO DE IDÉIAS; O USO CORRETO DA LÍNGUA PORTUGUESA; A CONCENTRAÇÃO NO QUE A QUESTÃO REQUER E A ARGUMENTAÇÃO, QUE DEVE TRAZER OS ELEMENTOS QUE FUNDAMENTAM A OPINIÃO

3ª Avaliação (21/11) - Prova escrita com questões dissertativas e objetivas.
(nota de 0 a 10,0)

Conteúdo - Unidade 6. Artigos indicados para a leitura.

Consulta ao Código Civil seco.

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO - CLAREZA NA EXPRESSÃO DE IDÉIAS; O USO CORRETO DA LÍNGUA PORTUGUESA; A CONCENTRAÇÃO NO QUE A QUESTÃO REQUER E A ARGUMENTAÇÃO, QUE DEVE TRAZER OS ELEMENTOS QUE FUNDAMENTAM A OPINIÃO

Todas as avaliações têm o mesmo peso.

Média Semestral = $1^{\text{a}}\text{AV} + 2^{\text{a}}\text{AV} + 3^{\text{a}}\text{AV} / 3$

O aluno deverá alcançar aproveitamento na disciplina mínimo de 7.0 pontos. O aluno que não conseguir o aproveitamento na disciplina necessário para a aprovação (7,0) terá o direito de fazer a avaliação final (AF). Neste caso, o resultado final (RF) relativo à disciplina será calculado por: Resultado Final = (Avaliação da disciplina + Avaliação Final) / 2. E será considerado aprovado caso o Resultado Final (RF) seja maior ou igual a

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



6,0. A avaliação final presencial somente é realizada para o aluno que não atingir a média estabelecida para aprovação na disciplina.

Avaliação Final - 12/12/2012

A Frequência mínima exigida por lei é de 75% das aulas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

Diniz, Maria Helena. Curso de direito civil. V. 4. São Paulo: Saraiva, 2002.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. V. 4. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: direitos reais. São Paulo: Atlas, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANANIAS, Ana Maria de Araújo. O art. 1.228, §§ 4º e 5º, do código civil - nova modalidade de desapropriação ou espécie de usucapião especial? Consulex : Revista Jurídica, Brasília, DF, ano XII, n. 284, p. 36-37, nov. 2008.

BRASIL. Lei nº 10.406. de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. 14. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2012.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil : direitos das coisas, direito autoral. V. 4. 3. ed. São Paulo : Saraiva, 2010.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. V. 4. 26. ed. São Paulo : Saraiva, 2011.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Direitos reais. 6. ed. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2011.

FERREIRA, Ruy Barbosa Marinho. Condomínio em edificações e incorporações imobiliárias. São Paulo : Edijur, 2004.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito das coisas. V. 5.6. ed. São Paulo : Saraiva, 2011.

NASCIMENTO, Lafaiete Luiz do. A hipoteca e o registro público ? anotações doutrinárias (parte II). Prática Jurídica, Brasília, DF, ano VII, n. 81, p. 35-37, dez. 2008.

_____. Servidão Predial - problemas. Prática Jurídica, Brasília, DF, ano VI, n. 67, p. 16-17, out. 2007.

_____. Direitos reais - ligeira síntese. Prática Jurídica, Brasília, DF, ano VII, n. 75, p. 31-33, jun. 2008.

PECORA, Maria Fernanda et al. A regularização de imóvel entre vizinhos. Consulex : Revista Jurídica, Brasília, DF, ano XII, n. 275, p. 40, jun. 2008.

MATHIAS, Maria Lígia Coelho. Direito Civil: direitos reais. São Paulo : Atlas, 2005.

MELO, Marco Aurélio Bezerra de. Direito das coisas. 3. ed. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2009.

MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. Revista e atualizada por Carlos Alberto Dabus Maluf. 37. ed. São Paulo : Saraiva, 2003.

MORAIS, Paulo. Responsabilidade civil do condomínio. Consulex : Revista Jurídica, Brasília, DF, ano XI, n. 263, p. 48, dez. 2007.

RODRIGUES, Silvio. Direito civil: Direito das Coisas. 28. ed. São Paulo : Saraiva, 2003.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. Direito Civil : Direito das coisas. V. 4. 2. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2009.

ZACARIAS, André Eduardo de Carvalho. Anotações sobre a Usucapião. 2. ed. São Paulo : Edijur, 2006.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Ementa desta disciplina corresponde ao currículo 2007 do Projeto Pedagógico.

Os trabalhos, exercícios, etc., que eventualmente sejam solicitados pelo docente, deverão ser entregues impreterivelmente na data acordada.

As datas aqui estabelecidas são referenciais, podendo ser alteradas, seja em função da administração do tempo ou motivos de força maior.

Quaisquer alterações no conteúdo proposto neste programa, serão previamente comunicados. Os textos ou artigos adicionais que o docente utilizar nas aulas, serão previamente recomendados.

Em cada encontro PODERÁ ser realizado dois (2) momentos de chamada dos alunos, ou seja, um no começo e outro no final das aulas. Somente terá presença o aluno que estiver dentro de sala de aula.

As provas em 2ª chamada só poderão ser realizadas mediante requerimento (solicitado na Secretaria Acadêmica), e caso o pedido seja deferido, as provas serão realizadas em data especificadas pela coordenação do curso. (26/10 E 30/11)

Nos exercícios realizados em sala de aula, somente serão avaliados os alunos que estiverem presentes.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		010978	Direito Tributário II	
Ciclo Letivo:	2012 - 2º Semestre	Oferta	1	Turma 651
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC M PB				
Professor	TANIA MARIA FRANCOSI SANTHIAS			

EMENTA

CURRÍCULO 2007

Noções introdutórias. Tributação sobre a renda. Tributação sobre o consumo e produção. Tributação sobre o comércio internacional. Processo administrativo tributário. Processo judicial tributário. Crimes contra a ordem tributária. Jurisprudência tributária.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de disciplina indispensável à formação profissional do bacharel em Direito, cujo conteúdo constituirá a base do conhecimento necessário ao estudo dos instrumentos jurídicos aplicáveis ao direito tributário, dos principais impostos existentes, do funcionamento do processo judicial tributário, dos crimes contra a ordem tributária e da jurisprudência tributária. Esta disciplina dá continuidade a cadeira de direito tributário I e possui conteúdos afins com as disciplinas de direito administrativo, direito constitucional, processo civil e direito penal.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver além do estudo dos fundamentos teóricos aplicáveis ao direito tributário e dos principais impostos existentes, os aspectos práticos das ações do processo administrativo e tributário, e análise dos crimes tributários no direito positivo brasileiro, como garantia que a lei seja devidamente observada e aplicada pela Administração, de modo que prevaleça a legalidade nos atos do Fisco, ofertando segurança na relação deste com o contribuinte.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1

Conteúdo

- 1.Noções Introdutórias
- 1.1.Do Ordenamento Jurídico Vigente

Objetivos Específicos

Apresentar e justificar a importância do conteúdo para o curso

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

aulas expositivas e dialogadas

Instrumentos e Critérios de Avaliação

exercícios e debates de forma dirigida : aplicação de conceitos teóricos e consistência de argumentação

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

realização de exercícios

3

2

Conteúdo

- 2.Tributação Sobre a Renda
- 2.1.Competência
- 2.2. Fato gerador
- 2.3. Sujeito Ativo e Passivo
- 2.4. Base de Cálculo
- 2.5. Alíquotas.

Objetivos Específicos

identificar o Fato gerador, a competência e o sujeito do IR ;

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

aulas expositivas e dialogadas

Instrumentos e Critérios de Avaliação

realização de atividades diversificadas como exercícios,apresentação de videos e/ou filmes, seminário.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Realização de exercícios com resolução de estudos de caso (1 hora -aula)

9



3 **Conteúdo** 11

- 3. Tributação Sobre o Consumo e Produção
- 3.1. Estudo do ICMS e do IPI
- 3.2. Competência
- 3.3. Fato gerador
- 3.4. Sujeito ativo e passivo
- 3.5. Base de cálculo e alíquotas.

Objetivos Específicos

Identificar os tributos incidentes sobre o Consumo e Produção

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

aulas expositivas e dialogadas

Instrumentos e Critérios de Avaliação

realização de exercícios
prova

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

realização de atividades com resolução de exercícios e análise de jurisprudência (1 hora aula)

4 **Conteúdo** 7

- 4. Tributação Sobre o Comércio Internacional
- 4.1. Fato Gerador do Imposto de Importação e Imposto de Exportação
- 4.2. Competência
- 4.3. Sujeito Ativo e sujeito ativo
- 4.4. Base de cálculo e Alíquotas

Objetivos Específicos

tratar do ordenamento jurídico aplicável ao comércio internacional especificamente quanto aos tributos

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

aulas expositivas, apresentação de vídeos e seminários

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Realização de exercícios

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

realização de exercícios e análise da jurisprudência (1 hora -aula)

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



5	Conteúdo 5. Processo Administrativo Tributário 5.1. Procedimento e Processo Administrativo 5.2. Coisa Julgada administrativa 5.3. Exaurimento do Processo Administrativo Fiscal 5.4. Da prova no processo administrativo fiscal 5.5. O Entendimento da Constitucionalidade da lei no processo administrativo fiscal 5.6. Depósito para recurso administrativo Objetivos Específicos conhecer os princípios e legislação aplicáveis aos processos e procedimento Administrativo Estratégias de Ensino e de Aprendizagem aulas expositivas e dialogadas Instrumentos e Critérios de Avaliação realização de exercícios: aplicação de conceitos teóricos (5 pontos) consistência da argumentação (5 pontos) Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas análise da jurisprudência aplicada ao caso concreto (1 hora-aula)	11
---	---	----

6	Conteúdo 6. Processo Judicial Tributário 6.1. Direitos e garantias constitucionais 6.2. O processo e o Tipo de Provimento 6.3. Ação Declaratória 6.4. Ação Anulatória de Ato Declarativo da Dívida 6.5. Ação de Consignação em Pagamento 6.6. Ação de Repetição de Indébito 6.7. Mandado de Segurança 6.8. Embargos à Execução Fiscal Objetivos Específicos o estudo do processo judicial tributário Estratégias de Ensino e de Aprendizagem aulas expositivas e dialogadas com a realização de peças processuais tributárias Instrumentos e Critérios de Avaliação realização de exercícios práticos prova escrita: clareza e objetividade (2 pontos) demonstração de conhecimento suficiente (5 pontos) capacidade de sistematização das idéias (2 pontos) observação das regras da norma culta (1 ponto) Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas elaboração de petições tributárias (1 hora-aula)	11
---	--	----

Conteúdo

- 7. Crimes Contra a Ordem Tributária
- 7.1. Direito Penal Tributário e Direito Tributário Penal
- 7.2. Evasão e Elisão Fiscal
- 7.3. Crimes Tributários:
- 7.3.1. No Código Penal
- 7.3.2. Em leis Especiais

Objetivos Específicos

propiciar a identificação das condutas que caracterizam crimes contra a ordem tributária

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

aulas expositivas e dialogadas com a análise ao caso concreto

Instrumentos e Critérios de Avaliação

exercícios para identificar as condutas tipos como crimes contra ordem tributária

prova escrita:

clareza e objetividade (2 pontos)

demonstração de conhecimento suficiente (5 pontos)

capacidade de sistematização das idéias (2 pontos)

observação das regras da norma culta (1 ponto)

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

resolução de exercícios com análise de jurisprudência(1 hora -aula)

AValiação

O aluno será avaliado :

a) pelo seu desempenho durante as atividades desenvolvidas consistentes em estudo de caso realizado individualmente, resoluções de questões e exercícios, fichamentos individuais e ou/ trabalhos/ seminários, resultando em uma nota com peso 1(um) .

b) mediante duas PROVAS ESCRITAS INDIVIDUAIS que terão peso 2(dois) .

c) O aluno também será avaliado pela participação individual e coletiva nas aulas e atividades solicitadas pela professora, sendo que poderá ser atribuído até 0,5 (meio ponto) pela participação individual e coletiva (cada) à terceira nota(somatória das atividades)

d) os critérios utilizados para a avaliação das provas serão a clareza e objetividade, demonstração de conhecimento suficiente, capacidade de sistematização das idéias, ausência de dispersão ou de redundância das informações, observância das regras da norma culta .

e) As provas deverão ser realizadas na data designada , ou seja , a primeira em 4/10/2012, e a segunda em 08/11/2012.

As provas deverão ser realizadas a caneta com tinta azul ou preta. Não serão corrigidas as provas entregues a lápis.

Os três (3) últimos alunos só poderão entregar a prova ao mesmo tempo.

f) As provas de 2ª chamada deverão ser realizadas em único dia, na data específica designada pela coordenação do curso(26/10/12 e dia 30/11/12, sexta-feira -14h às 17h00). Não haverá consulta a qualquer material;

g) Será realizado um simulado: Prova OAB (dia 26/09/2012).

g) Avaliação final para os alunos que não alcançarem a média englobará toda a matéria e será realizada no

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



período reservado para aplicação de avaliação final(10 a 14 de dezembro) , na quinta-feira, dia 13/12/12 .

considerando três instrumentos básicos: AP1, AP2 e AP3, sendo:

*AP1 corresponde à primeira prova escrita, com peso 2.

*AP2 corresponde à segunda prova escrita, com peso 2.

*AP3 corresponde ao somatório das notas de realização das atividades, com peso 1.

A fórmula para cálculo da média é a seguinte: $(AP1 \times 2) + (AP2 \times 2) + (AP3 \times 1) / 5$ (soma dos pesos) .

A aprovação do acadêmico estará condicionada à obtenção de média igual ou superior a sete(7) pontos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

SABBAG, Eduardo. Manual de direito tributário. 4ª.ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

CARRAZA, Roque Antônio. Curso de direito constitucional tributário. 28ª. ed. São Paulo: Malheiros. 2012.

FREITAS, Vladimir Passos de. Código tributário nacional comentado , doutrina e jurisprudência. 5ª.ed., São Paulo: RT, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ROCHA , Sergio André. Processo Administrativo Fiscal .2ed.Rio de Janeiro: LumenJuris, 2007.

KOCH, Deonísio .Processo Administrativo Tributário . Florianópolis, SC: Momento Atual, 2003.

CASSONE, Vittorio e Maria Eugênia ,Processo Tributário.São Paulo, Atlas S.A., 2000.

JANCZESKI , Célio Armando.Processo Tributário Administrativo e Judicial na Teoria e na Prática . 2 ed. Florianópolis:Editora OAB/SC , 2006.

JANCZESKI , Célio Armando.Direito Processual Tributário. 2 ed. Florianópolis:Editora OAB/SC , 2005.

PAULSEN Leandro. Direito Tributário, Constituição, CTN e Lei de Execução Fiscal à Luz da Doutrina e da Jurisprudência ; Livraria do Advogado, Porto Alegre, 2011.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Para obter um melhor resultado no processo de ensino aprendizagem os alunos deverão:

Trazer, em todas as aulas, exemplares atualizados da Constituição Federal e Código Tributário Nacional(com Legislação) , Código de Processo Civil.

Manter desligados os aparelhos celulares enquanto permanecerem em sala de aula, serem pontuais quanto ao horário (entrada e saída);

Também deverão realizarem as atividades recomendadas pela professora, inclusive leituras.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		000671		Direito Civil VIII			
Ciclo Letivo:		2013 - 1º Semestre		Oferta	1C04	Turma	3239
Carga Horária:		30		Creditos: 2			
Curso(s):		Direito BC N FP					
Professor	ANNA LUCIA MARTINS MATTOSO CAMARGO						

EMENTA

CURRÍCULO 1996

Noções gerais. Sucessão em geral. Sucessão legítima. Sucessão Testamentária. Liquidação da herança.

CURRÍCULO 2007

Direito sucessório. Espécies de sucessão. Aceitação e renúncia da herança. Deserdação e indignidade. Direito de representação. Legados. Inventário e partilha. Colação.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de disciplina indispensável à formação profissional do bacharel em Direito, cujo conteúdo constituirá a base do conhecimento necessário ao estudo dos problemas modernos de direito sucessório, enfocando a transferência do patrimônio dos herdeiros no caso da comprovação da morte do titular do patrimônio denominado espólio e os aspectos processuais da sucessão legítima e testamentária.

OBJETIVO GERAL

Formar o Bacharel em Direito, generalista, habilitado ao exercício profissional jurídico, com capacidade de análise, crítica, domínio de conceitos jurídicos atualizados, argumentação jurídica, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, na condição de agente parceiro do processo de transformação da sociedade global à base dos valores da Justiça Social em busca do incremento à cidadania, atendendo as necessidades jurídicas da comunidade local e sociedade, com valorização da extensão universitária na solução dos problemas jurídicos.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



- 1 **Conteúdo** 5
- Direito das sucessões: Conceito jurídico. Características. Princípios jurídicos. Herança e legado. Normas sobre a Abertura da sucessão e comoriência no direito sucessório.
- Objetivos Específicos**
- Identificar as especificações sobre esse ramo do Direito civil, conhecer a diferença entre legado e herança, compreender as normas sobre a abertura da herança, análise das provas diretas e indiretas da morte, procedimento da Ação de Reconhecimento de Morte e Processo de Ausência, bem como saber as implicações da comoriência na abertura da sucessão e no requerimento da herança.
- Estratégias de Ensino e de Aprendizagem**
- Aulas expositivas e dialogadas;
Levantar questões para fixação do conteúdo.
- Instrumentos e Critérios de Avaliação**
- Prova Escrita e individual e exercícios em aula com questões objetivas e questões dissertativas.
Correto emprego da norma culta da língua portuguesa; Correto desenvolvimento de linhas de raciocínio lógico-argumentativo; Coerência da resposta com a proposição no enunciado da atividade; Apresentação de respostas com base no conteúdo desenvolvido e debates em aula.
- Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas**
- Resolução das questões de concursos para as carreiras jurídicas novas decisões do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal) . (1h/a)

- 2 **Conteúdo** 5
- Formas de aceitação da herança, bem como as formas e consequência jurídicas de renúncia e cessão de direitos hereditários. Compreender a indivisibilidade do Espólio, a capacidade para suceder e o foro competente para requerer a herança.
- Objetivos Específicos**
- Especificar as formas e consequência jurídicas- práticas de aceitação da herança, bem como as formas de renúncia e cessão de direitos hereditários. Compreender a indivisibilidade do Espólio, a capacidade para suceder e a competência de foro para requerer a herança e ou legado.
- Estratégias de Ensino e de Aprendizagem**
- Aula expositiva e dialogada;
Levantar questões prática da aplicação do conteúdo.
- Instrumentos e Critérios de Avaliação**
- Prova Escrita e individual e exercícios em aula, com questões objetivas e questões dissertativas.
O acadêmico(a) desenvolve clareza e coerência da redação das respostas das questões; Correto emprego da norma culta da língua portuguesa; Correto desenvolvimento de linhas de raciocínio lógico-argumentativo; Coerência da resposta com a proposição no enunciado da atividade; Apresentação de respostas com base no conteúdo desenvolvido e debates em aula.
- Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas**
- Resolução das questões de concursos para as carreiras jurídicas novas decisões do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal) . 0,5h/a

3 **Conteúdo**

5

Herança Jacente. Herança Vacante. Sucessão do Ente público. Prazos e Procedimentos.

Objetivos Específicos

Identificar a legitimidade e quando o Ente público tem o direito de requerer e receber a herança de particular, conhecer o procedimento e prazos legais.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada;

Levantar questões prática da aplicação do conteúdo.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Prova Escrita e individual e exercícios em aula.com questões objetivas e questões dissertativas.

O acadêmico(a) na redação da prova desenvolve a redação com clareza e coerência da redação das respostas das questões; Correto emprego da norma culta da língua portuguesa; Correto desenvolvimento de linhas de raciocínio lógico-argumentativo; Coerência da resposta com a proposição no enunciado da atividade; Apresentação de respostas com base no conteúdo desenvolvido e debates em aula.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Resolução das questões de concursos para as carreiras jurídicas novas decisões do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal) . 0,5h/a

4 **Conteúdo**

6

Herdeiro e Legatário indigno e o herdeiro deserddado. Herdeiro necessário e suas garantias jurídicas. Conhecer as normas sobre herança dos companheiros e dos cônjuges em seus variados aspectos legais.

Objetivos Específicos

Compreender a caracterização jurídica e provas para excluir um herdeiro ou legatário por indignidade a redação e aplicação diversificada da lei e jurisprudências aplicadas nos Tribunais Estaduais e Superiores.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada;

Levantar questões prática da aplicação do conteúdo.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Prova Escrita e individual e exercícios em aula.com questões objetivas e questões dissertativas.

O acadêmico(a) desenvolve habilidades como: redação com clareza e coerência da redação das respostas das questões; Correto emprego da norma culta da língua portuguesa; Correto desenvolvimento de linhas de raciocínio lógico-argumentativo; Coerência da resposta com a proposição no enunciado da atividade; Apresentação de respostas com base no conteúdo desenvolvido e debates em aula.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Resolução das questões de concursos para as carreiras jurídicas novas decisões do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal) . (1h/a)

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



5	<p>Conteúdo</p> <p>Testamento: modalidades, características jurídicas, efeitos, prazos, pagamento, caducidade, direito de acrescer, substituição, fideicomisso, caducidade, revogação e nulidade do testamento.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Identificar e especificar os diferentes tipos de testamento e compreender a abertura e interpretação de suas cláusulas. Diferenciar testamento de Codicilo. Compreender as causas e efeitos jurídicos da revogação e nulidade do testamento.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aulas expositivas e dialogadas; Levantar questões para fixação do conteúdo.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Prova Escrita e individual e exercícios em aula com questões objetivas e questões dissertativas. O acadêmico(a) desenvolve habilidades para dominar a redação com clareza e coerência da redação das respostas das questões; Correto emprego da norma culta da língua portuguesa; Correto desenvolvimento de linhas de raciocínio lógico-argumentativo; Coerência da resposta com a proposição no enunciado da atividade; Apresentação de respostas com base no conteúdo desenvolvido e debates em aula.</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Resolução das questões de concursos para as carreiras jurídicas. 0,5h/a</p>	5
---	---	---

6	<p>Conteúdo</p> <p>Inventário e Arrolamento: procedimento judicial e extrajudicial (Lei 11.441/07) - petição de herança, encargos da herança, pagamento das dívidas, partilha, garantia dos quinhões e invalidade da partilha.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Conhecer o procedimento, peças e características jurídicas do Processo de Inventário Judicial e do Extrajudicial.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aula expositiva e dialogada; Levantar questões prática da aplicação do conteúdo.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Trabalho, questões dissertativas. O acadêmico(a) tem a possibilidade de desenvolver habilidades para ter clareza e coerência da redação das respostas das questões; Correto emprego da norma culta da língua portuguesa; Correto desenvolvimento de linhas de raciocínio lógico-argumentativo; Coerência da resposta com a proposição no enunciado da atividade; Apresentação de respostas com base no conteúdo desenvolvido e debates em aula.</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Análise das decisões dos Tribunais brasileiros sobre transmissão de bens pós -morte. 0,5h/a</p>	4
---	---	---

AValiação

O (A) acadêmico(a) realiza duas Provas e um Trabalho (todos com peso1) , somando com as notas conquistadas, 21 pontos ou média 7,0 (sete), aprovação direta na disciplina, ou sem Avaliação Final.

Calculo e Pesos:

Prova1 (peso1) + Prova2 (peso1) = Trabalho(peso 1) = Média

3

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Caso a média seja abaixo de 7,0 (sete), o (a) Aluno(a) terá a chance de realizar a Avaliação final, para conquistar a pontuação necessária de Aprovação na disciplina.

Cada acadêmico(a) controla suas faltas, pois o(a) professor(a) não é responsável por controlar as faltas individuais de cada aluno.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARVALHO, Luiz Paulo Vieira de. Direito civil: questões fundamentais e controvérsias na parte geral, no direito de família e no direito das sucessões. 3. ed. rev. atual. e aum. Niterói: Impetus, 2009.

CAHALI, Francisco José et al. Escrituras públicas: separação, divórcio, inventário e partilha consensuais : análise civil, processual civil, tributária e notarial. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 5 v.

LEITE, Eduardo de Oliveira; TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. Comentários ao novo código civil. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

NEVES, Rodrigo Santos. Curso de direito das sucessões: (de acordo com a lei nº 11.441/07). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. Direito civil: Direito Sucessório 4. ed., rev. e ampl. São Paulo: Método, 2011. 6 v.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AMORIM, Sebastião; OLIVEIRA, Euclides de. Inventários e partilhas. Direito das sucessões. Teoria e prática. Antes e depois no Novo Código Civil. 16 ed., São Paulo:Leud, 2003.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das sucessões. volume 6. 25ªedição. São Paulo: Saraiva, 2011.

PACHECO, José da Silva. Inventários e partilhas: na sucessão legítima e testamentária. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

RIBEIRO, Benedito Silvério. Cautelares em família e sucessões. São Paulo: Saraiva, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil. 9. ed. São Paulo: Atlas 2009. 7 v.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Toda a Referência Bibliografia está disponível no acervo da Biblioteca UNISUL;

As datas das Avaliações (Provas e Trabalho) serão repassadas no primeiro dia de aula, com a apresentação do Programa de Disciplina.

O Programa de Disciplina pode sofrer as alterações necessárias para facilitar o processo ensino-aprendizagem, de acordo com o andamento e particularidades da turma.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		008450	Direito Empresarial II	
Ciclo Letivo:	2013 - 1º Semestre	Oferta	2C07	Turma 3246
Carga Horária:	30	Creditos: 2		
Curso(s): Direito BC N FP				
Professor	CLAUDIA DA SILVA PRUDENCIO			

EMENTA

Teoria geral dos títulos de crédito. Princípios e espécie de título de crédito. Ação cambial. Sistema de crédito brasileiro.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de disciplina indispensável à formação profissional do bacharel em Direito, cujo conteúdo constituirá a base do conhecimento necessário ao estudo da teoria geral dos títulos de crédito, habilitando-o na operacionalização dos instrumentos jurídicos aplicáveis à área de estudo. Dá prosseguimento ao estudo iniciado na disciplina direito empresarial I.

OBJETIVO GERAL

Compreender a aplicação do título de crédito nas negociações empresariais.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

1	Conteúdo	15
	Teoria geral dos títulos de crédito. Princípios e espécie de título de crédito (letra de câmbio e cheques).	

Objetivos Específicos

- * Conhecer a letra de câmbio como referência para os demais títulos de crédito.
- * Aplicar regras dos títulos de crédito: no endosso, aceite, aval, protesto, vencimento.
- * Distinguir cheque e letra de câmbio.
- * Identificar os prazos prescricionais para as ações cambiais.
- * Distinguir ações cambiais: monitória, execução e enriquecimento ilícito.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- * Aula expositiva e dialogada
- * Estudo de texto
- * Tempestade cerebral
- * Solução de Problemas
- * Estudo de caso

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- * Instrumento de avaliação: Prova Oral. Critérios de avaliação: Objetividade; Domínio dos conceitos teóricos; Coerência das respostas; Clareza na exposição das idéias; Riqueza de argumentação.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

* Estudos de textos, estudo de caso e leituras orientadas: 2 horas.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

2

Conteúdo

15

Princípios e espécie de título de crédito (notas promissórias e duplicatas). Ação cambial. Sistema de crédito brasileiro.

Objetivos Específicos

- * Conhecer a letra de câmbio como referência para os demais títulos de crédito.
- * Aplicar regras dos títulos de crédito: no endosso, aceite, aval, protesto, vencimento.
- * Distinguir nota promissória das duplicatas.
- * Identificar os prazos prescricionais para as ações cambiais.
- * Distinguir ações cambiais: monitória, execução e enriquecimento ilícito.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- * Aula expositiva e dialogada
- * Estudo de texto
- * Tempestade cerebral
- * Solução de Problemas
- * Estudo de caso

Instrumentos e Critérios de Avaliação

* Instrumento de avaliação: Prova Escrita. Critérios de avaliação: Clareza e objetividade; demonstração de conhecimento suficiente; capacidade de sistematização das idéias; ausência de dispersão ou de redundância das informações; observância das regras da norma culta.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

* Estudos de textos, estudo de caso e leituras orientadas: 01 hora.

AValiação

O processo de avaliação nesta disciplina contempla duas Provas, uma escrita e outra oral.

O aluno deverá alcançar aproveitamento na disciplina mínimo de 7.0 pontos.

A avaliação está prevista no dia 11 de junho.

O aluno que não conseguir o aproveitamento na disciplina necessário para a aprovação (7,0) terá o direito de fazer a avaliação final (AF). Neste caso, o resultado final (RF) relativo à disciplina será calculado por: Resultado Final = (Avaliação da disciplina + Avaliação Final) / 2 e será considerado aprovado caso o Resultado Final (RF) seja maior ou igual a 6,0.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- * ALMEIDA, Amador Paes. Títulos de crédito: teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2003.
- * ASCARELLI, Tullio. Teoria geral dos títulos de crédito. São Paulo: Red Livros, 2002.
- * BULGARELLI, Waldírio. Títulos de crédito. São Paulo: Atlas, 2003.
- * MARTINS, Fran. Títulos de crédito. V. 2. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- * REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. V. 2. São Paulo: Saraiva, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:	000692	Direito Internacional
Ciclo Letivo:	2013 - 1º Semestre	Oferta 1P08 Turma 3106
Carga Horária:	60	Creditos: 4
Curso(s):	Direito BC N FP	
Professor	JOÃO BATISTA DA SILVA	

EMENTA

Noções gerais. Sujeitos de direito internacional. Tratados internacionais. Nacionalidade. Direitos humanos. Solução de conflitos internacionais. Conflitos de leis. Globalização.

JUSTIFICATIVA

Disciplina fundamental para permitir o estudo da estrutura e funcionamento dos organismos intergovernamentais entre os países vinculados à ONU, com ênfase no estudo da diplomacia nas relações internacionais. Ademais se demonstra relevante, posto que possibilita o estudo da estrutura e funcionamento dos organismos privados internacionais entre os países de capitalismo central e periférico, com ênfase no estudo das relações comerciais entre os grandes blocos econômicos. Trata-se de uma disciplina interdisciplinar necessária para o operador jurídico dentro de um mundo globalizado.

OBJETIVO GERAL

Assegurar uma visão ampla e atual dos temas mais relevantes de Direito Internacional (Público e Privado), tendo por base a literatura e a jurisprudência mais recentes.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

1	<p>Conteúdo</p> <p>(a) Apresentação do Professor, da Disciplina e do Conteúdo Programático. Abordagem aos critérios de avaliação e à bibliografia recomendada.</p> <p>(b) Introdução à Disciplina: Direito, Direito Interno e Direito Internacional: Historicização e Conceituação; Teorias em Confronto - Monismo e Dualismo.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>1] Inserir o acadêmico no âmbito do Direito tanto em seu contexto Interno quanto Internacional.</p> <p>2] Evidenciar o confronto de teorias e destacar a relevância do Direito Internacional no mundo, hoje.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aula expositiva e dialogada. Utilização de recursos audiovisuais.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Produção Crítica a partir da Leitura do Texto indicado.</p> <p>Nota de ZERO a DEZ que considere capacidade de interpretação, contextualização e senso crítico.</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p>	8
---	---	---

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Não informado

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

2 Conteúdo

6

A Ordem Jurídica Internacional e os Fundamentos do DIP

Objetivos Específicos

Permitir que o acadêmico contextualize a Ordem Jurídica Internacional e nela identifique os elementos fundantes do DIP.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada. Utilização de recursos audiovisuais.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Produção Crítica a partir da Leitura do Texto indicado. Nota de ZERO a DEZ que considere capacidade de interpretação, contextualização e senso crítico.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

3 Conteúdo

9

Sujeitos de Direito Internacional: Conceito, Classificação e Enumeração: Estados; Organizações Internacionais; Organizações Não-Governamentais; Coletividades Não-Estatais; Indivíduos e Empresas.

Objetivos Específicos

Identificar e ressaltar a importância dos diferentes sujeitos de DIP no contexto do atual Sistema Mundo.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada. Utilização de recursos audiovisuais.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Produção Crítica a partir da Leitura do Texto indicado. Nota de ZERO a DEZ que considere capacidade de interpretação, contextualização e senso crítico.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

4 Conteúdo

6

Tratados Internacionais: Classificação, Terminologia, Estrutura, Condições de Validade, Celebração, Efeitos Perante Terceiros, Interpretação e Revisão.

Objetivos Específicos

Compreender a importância dos Tratados Internacionais e identificar a conformação jurídica desses institutos no âmbito da globalização.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva e dialogada. Utilização de recursos audiovisuais.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Produção Crítica a partir da Leitura do Texto indicado. Nota de ZERO a DEZ que considere capacidade de interpretação, contextualização e senso crítico.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Não informado

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

- 5 **Conteúdo** 8
- Nacionalidade:1] Conceito, Princípios, Aquisição Originária e Derivada, Perda da Nacionalidade; 2] O Estado e seus Nacionais no Exterior; 3] Condição Jurídica do Estrangeiro, Impedimento à Entrada, Deportação, Expulsão, Extradicação e Asilo Político e Refúgio.
- Objetivos Específicos**
- Identificar as normas atinentes à nacionalidade e as questões políticas a ela inerentes na atualidade.
- Estratégias de Ensino e de Aprendizagem**
- Aula Expositivo-dialogada. Utilização de recursos audiovisuais.
- Instrumentos e Critérios de Avaliação**
- Análise Jurisprudencial. Nota de ZERO a DEZ que considere capacidade de interpretação, contextualização e senso crítico.
- Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas**
- Não informado

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

- 6 **Conteúdo** 8
- Direitos Humanos, Direito Humanitário e Direito Internacional Humanitário: Conceituações e caracterizações. As Fontes e a Importância do Direito Internacional Humanitário.
- Objetivos Específicos**
- Identificar e analisar a importância dos Direitos Humanos para o Direito Internacional na atualidade.
- Estratégias de Ensino e de Aprendizagem**
- Aula expositiva e dialogada. Utilização de recursos audiovisuais.
- Instrumentos e Critérios de Avaliação**
- Produção Crítica a partir da Leitura do Texto indicado. Nota de ZERO a DEZ que considere capacidade de interpretação, contextualização e senso crítico.
- Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas**
- Produção de RESUMO CRÍTICO a partir de OBRA de referência e roteiro de realização a serem indicados, bem como se fixando a data de entrega. (6,0h)

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



- 7 **Conteúdo** 6
- Conflitos Internacionais: Conceito e Espécies. Modos de Solução: Diplomáticos, Políticos, Jurídicos e Coercitivos; A Guerra e a Neutralidade.
- Objetivos Específicos**
- Permitir que o acadêmico conheça o aporte teórico-jurídico do DIP voltado aos Conflitos Internacionais.
- Estratégias de Ensino e de Aprendizagem**
- Aula expositiva e dialogada. Utilização de recursos audiovisuais.
- Instrumentos e Critérios de Avaliação**
- Produção Crítica a partir da Leitura do Texto indicado. Nota de ZERO a DEZ que considere capacidade de interpretação, contextualização e senso crítico.
- Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas**
- Não informado

- 8 **Conteúdo** 5
- Conflitos de Leis: Os Limites à Aplicação da Lei Estrangeira: Ordem Pública e Regras de Caráter Imperativo; Ordem Pública no Direito Internacional Privado e os Direitos Fundamentais; A Argumentação Jurídica; Concepção de Ordem Pública pelo STF.
- Objetivos Específicos**
- Compreender como o sistema jurídico brasileiro prevê a solução do conflito de leis.
- Estratégias de Ensino e de Aprendizagem**
- Aula expositiva e dialogada. Utilização de recursos audiovisuais.
- Instrumentos e Critérios de Avaliação**
- Análise Jurisprudencial. Nota de ZERO a DEZ que considere capacidade de interpretação, contextualização e senso crítico.
- Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas**
- Não informado

- 9 **Conteúdo** 4
- Globalização: A Globalização como Fenômeno Mundial; A Ordem Bipolar; Os Processos de Integração Mundial; Os Blocos Econômicos Regionais. Direito Comunitário e da Integração: Integração de Estados e Integração Regional (ALCA, MERCOSUL, UNIÃO EUROPÉIA).
- Objetivos Específicos**
- Identificar e analisar os elementos característicos da GLOBALIZAÇÃO, ressaltando a importância do Direito Comunitário para o Processo de Integração dos Estados a partir de elementos políticos, jurídicos e econômicos.
- Estratégias de Ensino e de Aprendizagem**
- Aula expositiva e dialogada. Utilização de recursos audiovisuais.
- Instrumentos e Critérios de Avaliação**
- Análise Jurisprudencial. Nota de ZERO a DEZ que considere capacidade de interpretação, contextualização e senso crítico.
- Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas**

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
 e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
 constitui-se em crime previsto no
 Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
 autor(a) à respectiva ação penal.*



AVALIAÇÃO

01. Atenderá aos critérios fixados no Regulamento Interno da UNISUL.

02. Consistirá da PRODUÇÃO das ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO intra e extraclasse e das ATIVIDADES ORIENTADAS SUPERVISIONADAS previstas nas Unidades Programáticas às quais serão atribuídas NOTAS de ZERO a DEZ, atendidos os critérios estabelecidos.

03. As ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO previstas para cada Unidade Programática que por qualquer razão deixarem de ser realizadas somente serão acolhidas ATÉ A AULA SEGUINTE À SUA REALIZAÇÃO, e às mesmas serão atribuídas NOTAS, mínima de ZERO e máxima de SETE, devendo ser entregues pessoalmente ao Professor em texto digitado e impresso, contendo o nome da Disciplina e do Acadêmico (a), número da turma, número da avaliação e data.

04. A AVALIAÇÃO FINAL, se necessária, será realizada no período determinado pela UNISUL e atenderá às normas internas a ela inerentes.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MALHEIRO, Emerson Penha. Manual de direito internacional privado. 2ª.ed., São Paulo: Atlas, 2012.

MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. Curso de direito internacional público. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

RECHSTEINER, Beat Walter. Direito internacional privado. Teoria e prática. 14ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AMARAL, Renata Campetti. Direito Internacional Público e Privado. 2ª edição. Porto Alegre. Verbo Jurídico. 2006.

AMORIM, Edgar Carlos de. Direito Internacional Privado. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

ARAUJO, Nádia de. Direito Internacional Privado. 2ª ed. Renovar: São Paulo, 2004.

BARROSO, darlan. Direito Internacional. Elementos do Direito, V. 11. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2009.

BATALHA, Wilson de Souza Campos. Tratado de Direito Internacional Privado. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977. 2 v.

BARRAL, Welber. (org.) Trinunais Internacionais. Mecanismos contemporâneos de solução de controvérsias. Florianópolis. Fundação Boiteux. 2004.

BEAT, Walter Rechsteiner. Direito Internacinal Privado: Teoria e Prática. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

Constituição da República Federativa do Brasil.

BORGES, Curso de Direito Comunitário. 2ª ed. São Paulo. Saraiva, 2009.

DAVID, Marcelo. Direito Internacional. Coleção Tópicos de Direito. Vol. 11. Rio de Janeiro. Lumen Juris. 2009.

DINIZ, Maria Helena. Conflito de Normas. São Paulo: Saraiva, 1987.

São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

DOLINGER, Jacob. Direito internacional privado: parte geral. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

DUARTE, Fábio. Global e Local no mundo contemporâneo - Integração e conflito em escala global. Coleção Paradoxos. São Paulo. Moderna, 1998.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



FILHO, Romeu Felipe Bacellar. (Coord.). Elementos de Direito Internacional Público. São Paulo. Manoel, 2003.

GARCIA JÚNIOR, Armando Alvares. Lei Aplicável aos Contratos Internacionais. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

GARCIA, Emerson. Proteção Internacional dos Direitos Humanos - Breves Reflexões sobre os Sistemas Convencional e Não-Convencional. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2005.

GENTILI, Alberico. O Direito de Guerra. Tradução de Ciro Mioranza. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.

GLOBALIZAÇÃO E MERCOSUL. São Paulo: SBJ produções, (200) 4 vídeo-disco (120 min).

HUSEK, Carlos Roberto. Curso de Direito Internacional Público. 3ª ed. São Paulo. LTr, 2000.

JO, Hee Moon. Introdução ao Direito Internacional. São Paulo: LTr, 2000.

JUNIOR, Lier Pires Ferreira (Coord.). Curso de Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro. Freitas Bastos, 2006.

KRIEGER, César Amorim. Direito Internacional Humanitário: o precedente do comitê internacional da cruz vermelha e o tribunal penal internacional. Curitiba: Juruá, 2004.

LUCCI, Elian Alabi. Geografia: homem e espaço, o capitalismo, as condições de desenvolvimento, os blocos econômicos e o espaço americano. 7ª série. 19ª.ed, reform. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004. 48 p.

MAGNOLI, Demétrio. Globalização, Estado Nacional e Espaço Mundial. 11ª Impressão. Coleção Polêmica. São Paulo. Moderna, 2000.

MATIAS, Eduardo Felipe P. A Humanidade e suas Fronteiras. Do Estado Soberano à Sociedade Global. São Paulo. Paz e Terra. 2005.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira (organizador). Coletânea de Direito Internacional. 3. ed. ampl. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2005.

_____. Tratados Internacionais (com comentários à Convenção de Viena de 1969). 2. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: J. de Oliveira, 2004.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 15. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MENEZES, Alfredo da Mota; PENHA FILHO, Pio. Integração regional: os blocos econômicos nas relações internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. XI, 200 p.

MOREIRA, Luiz Carlos Lopes; LECH, Marcelo Mendes. Manual de Direito Internacional Público. Canoas/RS. ULBRA, 2004.

NETO, José Cretella. Terrorismo Internacional: Inimigo sem rosto - Combatente sem Pátria. Campinas, SO: Millennium Editora, 2008.

NEVES, Gustavo Bregalda. Direito Internacional Público. Direito Internacional Privado. 3 ed. rev. atual e ampl. São Paulo. Atlas, 2009.

NGUYEN, Quoc Dinh; DAILLER, Patrick e PELLET, Alan. Tradução de Vítor Marques Coelho. Direito Internacional Público: formação do direito, sujeitos, relações diplomáticas e consulares, responsabilidade, resolução de conflitos, manutenção da paz, espaços internacionais, relações econômicas, ambiente. 2.ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

PAULA, Ivo de. Direito Internacional Privado: Contratos Comerciais. São Paulo: Pillares, 2005.

PEREIRA, Ana Cristina Paulo (Org.) Direito Internacional do Comércio: Mecanismo de Solução de Controvérsias e Casos Concretos na OMC. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003

.PIMENTEL, Luiz Otávio (organizador). Direito da Integração e Relações Internacionais: Alca, Mercosul e UE. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

PINTO, Antônio Luiz de Toledo (et alii) - Colaborador. Legislação de Direito Internacional. Coleção Saraiva de Legislação. São Paulo. Saraiva, 2008.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 12ªed. atual. São Paulo. Saraiva. 2011.

RANGEL, Vicente Marotta. Direito e Relações Internacionais. 7. ed. rev. atual. e ampl. MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 15. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado - Teoria e Prática. 4ª ed. São Paulo. Saraiva, 2000.

REZEK, J. F. Direito Internacional Público: curso elementar . 12ª. ed. rev. e atual. 2ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROQUE, Sebastião José. Direito Internacional Privado. Coleção elementos de Direito. São Paulo. Icone Editora, 2009.

SOARES, Guido Fernando Silva. Curso de Direito Internacional Público. v. 1. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

STRENGER, Irineu. Direito Internacional Privado. 4. ed. aum. São Paulo: LTr, 2000.

SCHUELTER, Cibele Cristiane. Tratados Internacionais e a Lei Interna Brasileira: O Problema da Hierarquia das Normas. Florianópolis: OAB/SC, 2003.

SEITENFUS, Ricardo. Textos Fundamentais do Direito das Relações Internacionais. Porto Alegre: Livraria do

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
 e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
 constitui-se em crime previsto no
 Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
 autor(a) à respectiva ação penal.*



Advogado, 2002. 1

_____; VENTURA, Deisy. Introdução ao Direito Internacional Público. 3. ed. rev. Ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

SILVA, Karine de Souza. Direito da Comunidade Européia: Fontes, Princípios e Prodecimentos. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.

SILVA, Roberto Luiz. Direito Internacional Público Resumido. Belo Horizonte : Inédita, 1999.

SOARES, Guido Fernando Silva. Curso de Direito Internacional Público. 2 ed. São Paulo. Atlas, 2004.

TAVARES, Francisco de A. Maciel; Neto, Alfredo de S. Coutinho. (org.). Direito Internacional - Estrutura Normativa Internacional - Tratados e Convenções. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2006.

TEIXEIRA, Carla Noura. Direito Internacional: público, privado e dos direitos humanos. São Paulo. Saraiva, 2007.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. O Direito Internacional em um Mundo em Transformações: Ensaio, 1976-2001. Rio de Janeiro: São Paulo: Renovar, 2002.

VARELLA, Marcelo D. Direito Internacional Público. São Paulo. Saraiva, 2009.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

01. A frequência será consignada em todas as aulas;

02. O acadêmico cujo nome não conste do Diário de Classe indicando estar regularmente matriculado nesta Disciplina deverá dirigir-se à Secretaria do Curso e lá obter autorização escrita com vistas à sua permanência em sala de aula;

03. O acadêmico deverá registrar 75% de assiduidade para os fins de aprovação;

04. Não podendo comparecer a determinada aula deverá o acadêmico certificar-se das possíveis atividades realizadas ou agendadas para a aula seguinte;

05. Todas as AVALIAÇÕES intra-classe deverão ser feitas em FORMULÁRIO PRÓPRIO fornecido pelo Professor;

06. As AVALIAÇÕES extra-classe deverão ser digitadas e entregues ao Professor em texto impresso nas datas apazadas, bem como aquelas intra-classe que deixaram de ser cumpridas nas datas de ocorrência, respeitado o prazo estabelecido de até uma aula posterior à sua realização;

07. Não serão recepcionadas AVALIAÇÕES deixadas no ESCANINHO do Professor.

08. Encaminhamento de ATIVIDADES DE AVALIAÇÕES intra ou extraclasse por E-MAIL, somente com prévia autorização do Professor.

09. Esta planificação (PROGRAMA DE DISCIPLINA ou < PLANO DE ENSINO >) fica sujeita a alterações, desde que em comum acordo com os acadêmicos.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		008451	Direito das Relações de Consumo	
Ciclo Letivo:	2013 - 1º Semestre	Oferta	1P11	Turma 3226
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC N FP				
Professor	HERNANI LUIZ SOBIERAJSKI			

EMENTA

Tipificação e regime das relações de fornecimento e consumo, tanto de bens quanto de serviços. A proteção jurídica do consumidor e bens tutelados. Direitos e deveres das partes da relação de consumo e suas consequências jurídicas. Os interesses difusos do consumidor. Relações de consumo. O Código de defesa do Consumidor. Da qualidade de produtos e serviços. Da prevenção e da reparação dos danos. Práticas comerciais e contratuais. Prescrição e decadência.

JUSTIFICATIVA

A disciplina de Direito das Relações do Consumo visa proporcionar aos acadêmicos que lidam diariamente com relações consumeristas, conhecer noções fundamentais a respeito deste ramo específico do Direito, por intermédio do estudo da legislação e da doutrina vinculada à prática.

OBJETIVO GERAL

Conhecer noções fundamentais a respeito do Direito das Relações de Consumo, sua importância no contexto jurídico nacional e sua finalidade. Adquirir espírito crítico dos aspectos teóricos, dogmáticos e jurisprudencial vigentes.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

1

Conteúdo

9

Relações de consumo no CDC. Fundamento constitucional. Conceitos: consumidor; fornecedor; produto e serviço. Política Nacional das Relações de Consumo.

Objetivos Específicos

Identificar uma relação de consumo. Diferenciar uma relação de consumo de uma relação de direito civil, comercial ou administrativo. Analisar os princípios da Política Nacional das Relações de Consumo.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas expositivas dialogadas e estudo de casos aplicados.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Participação nas atividades realizadas, pesquisas e avaliações de conteúdo.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
2	<p>Conteúdo</p> <p>Interesses e direitos do consumidor na CDC. Direitos Básicos do Consumidor. Qualidade de Produtos e serviços. Prevenção e reparação de danos. Proteção à saúde e segurança. Responsabilidade pelo fato do produto e o serviço. Responsabilidade por vício do produto e serviço. Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Analisar os direitos básicos do consumidor. Diferenciar a responsabilidade decorrente da relação de consumo para com outros ramos do Direito.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aulas expositivas dialogadas, estudo de caso e pesquisa de jurisprudência.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Participação nas atividades realizadas, pesquisas e avaliações de conteúdo.</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Pesquisa e análise de jurisprudência aplicada. 1 hora supervisionada.</p>	8

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
3	<p>Conteúdo</p> <p>Práticas Comerciais. Oferta. Publicidade. Práticas Abusivas. Cobrança de Dívidas. Banco de Dados de Consumidores.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Analisar os princípios da oferta e da publicidade. Implicações decorrentes. Listar práticas abusivas. Identificar as formas de cobrança de dívidas derivadas das relações de consumo. Requisitar os requisitos fundamentais para a inserção do nome dos consumidores nos bancos de dados e cadastros de consumidores.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aulas expositivas, estudo de casos e análise jurisprudencial.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Participação nas atividades realizadas, pesquisas e avaliações de conteúdo.</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Pesquisa e análise da jurisprudência aplicada. 1 hora supervisionada.</p>	8

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
4	<p>Conteúdo</p> <p>Contratos no CDC. Disposições Gerais dos Contratos. Cláusulas Abusivas. Contratos de Adesão. Identificação dos Contratos de Consumo. Interpretação de Cláusulas Abusivas.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Identificar os contratos de consumo e suas características. Analisar cláusulas abusivas e suas consequências. Nulidade de cláusulas abusivas.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aulas expositivas dialogadas, estudo de casos e análise da jurisprudência.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Participação nas atividades realizadas, pesquisas e avaliações de conteúdo.</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Pesquisa e análise da jurisprudência aplicada. 2 horas supervisionadas.</p>	9

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
5	<p>Conteúdo</p> <p>Tutela Administrativa do Consumidor. Órgãos de Proteção. Sanções Administrativas.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Examinar as sanções administrativas passíveis de aplicação aos fornecedores que violam os direitos dos consumidores.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aulas expositivas dialogadas, estudo de casos e pesquisa jurisprudencial.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Participação nas atividades realizadas, pesquisas e avaliações de conteúdo.</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Pesquisa e análise de jurisprudência aplicada. 1 hora supervisionada.</p>	9

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
6	<p>Conteúdo</p> <p>Direito Penal do Consumidor. Infrações Penais. Condutas Tipificadas e Penalidades Correspondentes.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Analisar os tipos penais relacionados ao Direito do Consumidor. Apontar crimes contra as relações de consumo no Código Penal e na legislação extravagante.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aulas expositivas dialogadas, estudo de caso e análise da jurisprudência.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Participação nas atividades realizadas, pesquisas e nas avaliações de conteúdo.</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Pesquisa e análise da jurisprudência aplicada. 1 hora supervisionada.</p>	8

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo

Aspectos Processuais da Defesa do Consumidor em Juízo. Ações Individuais e Coletivas. Responsabilidade Civil do Fornecedor de Produtos e Serviços. Coisa Julgada.

Objetivos Específicos

Identificar as peculiaridades da defesa do consumidor em juízo. Assinalar os casos de cabimento da defesa coletiva dos consumidores. Diferenciar o cabimento da ação coletiva da individual.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas expositivas dialogadas, estudo de casos e análise jurisprudencial

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Participação nas atividades realizadas, pesquisas e avaliações de conteúdo.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Pesquisa e análise da jurisprudência aplicada. 1 hora supervisionada.

AValiação

A avaliação será aferida pela média aritmética das somas das notas conferidas através de provas escritas, com questões subjetivas e objetivas (sem consulta) e apresentação de trabalhos.

As provas serão realizadas nos dias 17 de abril e 12 de junho de 2013.

Poderá ser solicitado mais de um trabalho acadêmico sobre a matéria lecionada. Também serão componentes da avaliação à participação efetiva do aluno nas atividades em sala de aula. Em caso de exame final, este será realizado com questões objetivas, referentes a todo o programa da disciplina.

Nas provas escritas serão considerados: clareza e objetividade; demonstração de conhecimento suficiente; capacidade de sistematização das idéias; ausência de dispersão ou de redundância das informações; e observância das regras da norma culta.

Nas pesquisas serão considerados: coerência e lógica; objetividade; clareza de linguagem; consistência e fundamentação; e respeito à norma culta e à ABNT.

Nos demais trabalhos, os mesmos critérios serão observados, sempre respeitando a pertinência com o assunto proposto. A participação dos alunos deve ser coerente com o objeto de estudo e demonstrar conhecimento adequado com a fase em que o mesmo sem encontra.

As 2 provas escritas tem peso 4 e os trabalhos de participação, somados, tem peso 2. Totalizando 10 pontos.

Se a média for igual ou superior a 7,0 e a frequência mínima for confirmada, o Acadêmico estará aprovado.

Se a média for menor do que 7,0 e a frequência mínima confirmada, o Acadêmico será submetido ao exame final, conforme dispõe o Regimento da UNISUL.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

HOLTHAUSEN, Fábio Zabet. Inversão do ônus da prova nas relações de consumo: momento processual. Tubarão: Unisul, 2006.

NISHIYAMA, Adolfo Mamoru. A proteção constitucional do consumidor. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor: direito material (arts. 1o a 54). São Paulo : Saraiva. 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de Direitos do Consumidor - Atlas.

COSTA JR, Paulo José da. Crimes Contra o Consumidor - Jurídica Brasileira.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Manual do Consumidor em Juízo. Saraiva.

ALMEIDA, João Batista de. Manual de Direito do Consumidor. Saraiva.

THOMAZ, Afrânio Carlos Moreira. Lições de Direito do Consumidor. Lumen Juris.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor - comentado pelos autores do anteprojeto. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 6a Edição (revisada, atualizada e ampliada), 2000.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:	008453	Estágio Supervisionado em Direito IV
Ciclo Letivo:	2013 - 1º Semestre	Oferta 1P13 Turma 3192
Carga Horária:	60	Creditos: 4
Curso(s):	Direito BC M FP	
Professor	EVERSON BECKER SILVA	
	SUSANA DOS REIS MACHADO PRETTO	

EMENTA

Prática relacionada às carreiras jurídicas. Estudo de casos reais e/ou simulados. Análise de doutrina e jurisprudência. Redação de instrumentos judiciais e extrajudiciais. Acompanhamento processual. Prática de conciliação, mediação e arbitragem. Desenvolvimento de atividades de prevenção de contencioso jurídico.

JUSTIFICATIVA

É preciso oportunizar ao acadêmico a prática das atividades jurídicas, com vistas à consolidação do aprendizado obtido em sala de aula, nas disciplinas formativas e profissionalizantes, com a aproximação entre Universidade e comunidade.

OBJETIVO GERAL

Propiciar a aplicação prática dos conhecimentos teóricos obtidos durante o Curso, mediante a realização de atividades jurídicas reais e simuladas.

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
1	<p>Conteúdo</p> <p>* Direito Civil e Processual Civil. * Direito Penal e Processual Penal.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Prestar assistência jurídica gratuita aos clientes do Escritório Modelo de Advocacia (EMA) da UNISUL, sob a égide das regras de ética e disciplina pertinentes às diferentes carreiras jurídicas contempladas pelo atendimento bem como realizar exercícios de prática simulada e real.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Realização das atividades inerentes ao atendimento jurídico de pessoas carentes e à resolução de casos simulados, sob a supervisão de professores orientadores, dentre as quais se incluem a elaboração de peças processuais, participação em audiências e sessões de julgamento, além de outros atos inerentes à Advocacia, à Magistratura e ao Ministério Público.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>1) PROVA ESCRITA (individual). CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: ENDEREÇAMENTO e PREÂMBULO (Encaminhamento correto ao foro para a apreciação e observação dos itens que compõem o preâmbulo da peça processual, dentre os quais a legitimidade das partes, a</p>	60

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.



capacidade processual, a capacidade postulatória e a correta indicação da peça que está sendo feita (a mais adequada ao caso em concreto), com sua correspondente fundamentação processual.); FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA (Apresentação de defesa processual (preliminares quando for pertinente) e de mérito, incluindo a menção à legislação aplicável ao caso.); PEDIDOS E REQUERIMENTOS (Formulação de pedido e requerimentos pertinentes ao caso.); FINALIZAÇÃO (Indicação de local, data e assinatura, bem como dos documentos que acompanham a peça processual quando for o caso.); COERÊNCIA DO TEXTO E ARGUMENTAÇÃO (Boa articulação e desenvolvimento dos argumentos que servirão à defesa dos interesses aplicados ao caso em concreto, além do respeito à forma coerente de apresentação da peça processual); ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA (Correção no uso da língua portuguesa.).

ATENÇÃO: estes critérios revelam a preocupação com a excelência da formação profissional, de forma que será exigida do acadêmico a elaboração de peça corretas, mas que demonstre também a capacidade de raciocínio, interpretação normativa e boa argumentação.

2) PRÁTICA SIMULADA. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

2.1) Construção de Peça Processual. ENDEREÇAMENTO e PREÂMBULO (Encaminhamento correto ao foro para a apreciação e observação dos itens que compõem o preâmbulo da peça processual, dentre os quais a legitimidade das partes, a capacidade processual, a capacidade postulatória e a correta indicação da peça que está sendo feita (a mais adequada ao caso em concreto), com sua correspondente fundamentação processual.); FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA (Apresentação de defesa processual (preliminares quando for pertinente) e de mérito, incluindo a menção à legislação, doutrina e jurisprudência aplicáveis ao caso.); PEDIDOS E REQUERIMENTOS (Formulação de pedido e requerimentos pertinentes à peça formulada.); FINALIZAÇÃO (Indicação de local, data e assinatura, bem como dos documentos que acompanham a peça processual quando for o caso.); COERÊNCIA DO TEXTO E ARGUMENTAÇÃO (Boa articulação e desenvolvimento dos argumentos que servirão à defesa dos interesses aplicados ao caso em concreto, além do respeito à forma coerente de apresentação da peça processual); ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA (Correção no uso da língua portuguesa.).

3) RELATÓRIOS DE AUDIÊNCIA. CRITÉRIOS:

Comprovação de frequência de 10 horas-aula de audiências, de acordo com a tabela constante neste Programa de Disciplina. A elaboração dos relatórios deve seguir o formulário disponível na Secretaria do EMA, contendo todos os dados do respectivo processo, a descrição minuciosa do ato acompanhado, a indicação de local e data, bem como a assinatura da autoridade que presidiu o ato ou do funcionário responsável - em ambas as hipóteses, com a indicação legível do nome e número da matrícula ou o respectivo carimbo.

4) PRODUÇÃO DO GRUPO

4.1 Organização de pastas e documentos. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: ordem cronológica de arquivamento, a instrução da pasta com as principais peças e documentos do processo judicial ou administrativo, além da veracidade e atualidade do preenchimento do relatório de acompanhamento processual gerado pelo EMA.

4.2 Acompanhamento de processos. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: empenho da equipe no acompanhamento do caso seja através da designação de reuniões, pesquisas em órgãos extrajudiciais acerca de dados importantes para sua solução, intermediação de acordos, visitas periódicas ao Fórum, ou outras diligências que se mostrem proveitosas.

4.3 Agilidade nos procedimentos tomados pela equipe. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: tempo decorrido entre o primeiro atendimento do cliente e a data da propositura de sua ação, o qual não deverá ser superior a vinte e um (21) dias, bem como o adiantamento de prazos judiciais e administrativos, os quais deverão ser cumpridos antes de sua publicação no órgão de imprensa oficial, sempre que conveniente para o cliente.

4.4 Qualidade das peças elaboradas. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: iniciativa e a conseqüente identificação da solução para os casos que lhes são apresentados, o conteúdo jurídico das peças efetivamente elaboradas, a qualidade de sua redação e seu leiaute.

5. RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DO ESTÁGIO. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: registro dos atendimentos realizados pelo grupo e do aprendizado obtido durante o período letivo, efetuando análise crítica, tendo como base a leitura do ensaio/artigo, GOEDERT, Gisele Rodrigues Martins. Mediação Familiar, 2013, de acordo com os critérios de formatação estabelecidos pela UNISUL, conteúdo e pesquisa a seguir especificados:

Regras de formatação (0,6 ponto).

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Estrutura do trabalho (4,4 pontos):

FOLHA DE ROSTO (0,1 ponto): ela deverá conter (a) o cabeçalho com a identificação da instituição de ensino superior, do campus e da unidade em que a disciplina é ministrada, do curso de graduação a que diz respeito, a designação da disciplina e o nome do supervisor-geral de estágio; (b) o título do trabalho; (c) a indicação do número da equipe e de seus integrantes; (d) local e data da entrega (somente o mês e o ano). SUMÁRIO (0,15 ponto): com o apontamento dos itens que comporão o relatório.

INTRODUÇÃO (0,15 ponto): com (a) a descrição do objeto do relatório, do ambiente e das condições de realização do estágio; (b) o apontamento do nome do professor-orientador responsável pela equipe, (c) uma breve síntese da estrutura do relatório, levando em conta a relação feita com a obra indicada à leitura.

RELAÇÃO DE CLIENTES (0,4 ponto): indicação dos casos acompanhados pela equipe durante o semestre, com o apontamento (a) do nome do cliente e, se for o caso, de seu representante ou assistente legal; (b) do número da pasta que lhe diz respeito; (c) do nome da parte contrária; (d) o tipo de ação ou o assunto; (e) a indicação em andamento ou arquivado; (f) caso se trate de processo em andamento, da etapa em que se encontra o caso; (g) caso de trate de processo arquivado, do motivo do arquivamento; (h) do número do processo, caso já tenha ocorrido a propositura de ação judicial.

DESCRIÇÃO DOS CASOS ATENDIDOS (1,5 pontos): nesta etapa, retomam-se caso a caso os atendimentos realizados, com o apontamento específico dos procedimentos adotados pela equipe durante o semestre, os motivos das escolhas realizadas quanto ao acompanhamento (modos de abordagem do cliente e da parte contrária, ações propostas, recursos interpostos, pedidos e requerimentos realizados, etc.), as pesquisas efetuadas e os fundamentos jurídicos utilizados. Nos casos que já estavam em andamento quando assumidos pela equipe, deve-se descrever brevemente o caso, para então se iniciar o apontamento dos procedimentos adotados pela equipe.

ANÁLISE CRÍTICA (1,5 pontos): diante da finalidade e dos objetivos traçados pelo Direito pátrio, a equipe deverá proceder à análise dos atendimentos realizados, considerando o fim social e assistencial dos serviços prestados pelo EMA. Para tanto, é preciso que a crítica formulada esteja amparada na obra, artigo ou ensaio indicado à leitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (0,25 pontos): este é o desfecho do relatório, onde deverão ser inseridas as considerações decorrentes de seu desenvolvimento e, também, aquelas de caráter pessoal, resultantes da avaliação da equipe quanto à efetividade do estágio e o aprendizado obtido.

REFERÊNCIAS (0,1 ponto): será apontada a bibliografia consultada, respeitando-se as regras de citação impostas pela ABNT.

ANEXOS: relatórios de audiências de cada um dos integrantes do grupo.

REGRAS DA PESQUISA (0,25 pontos): Referências bibliográficas - todas as fontes consultadas para o estudo dos casos e a elaboração do relatório deverão ser indicadas, ainda que se trate de citações indiretas (paráfrases), de acordo com as normas estabelecidas pela ABNT.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

(12 horas), contempladas por Estudo de texto (leitura obrigatória), Relatório de audiências e Relatório de conclusão de estágio.

AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO

FREQÜÊNCIA: O acadêmico deverá obter 75% (setenta e cinco por cento) da frequência para obter aprovação na disciplina. Atrasos superiores há 15 minutos provocarão a anotação de falta na aula correspondente.

APROVAÇÃO: A aprovação do acadêmico estará condicionada à obtenção de média igual ou superior a sete (7) pontos, assim determinada:

$AS = (PE \times 2) + (PS \times 1) + (RA \times 1) + (AG \times 1) / 5 \times CP$ maior ou igual a 7,

Sendo: AG = PG + RCE

AS: aproveitamento semestral;

PE: prova escrita individual, com nota de zero (0) a dez (10) e peso dois (2);

PS: prática simulada, com nota de zero (0) a dez (10) e peso um (1);

RA: relatórios de audiência, com nota entre zero (0) e dez (10) e peso um (1);

AG: avaliação do grupo, com nota entre zero (0) e dez (10) e peso um (1);

CP: cumprimento de prazos, correspondendo ao fator um (1) para o cumprimento e ao fator zero (0) para o descumprimento;

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



PG: produção do grupo, com nota entre zero (0) e cinco (5);

RCE: relatório de conclusão do estágio, com nota de zero (0) a cinco (5).

Atenção: Esta disciplina e todas as demais do Núcleo Prático não comportam verificação final. Portanto, o acadêmico que obtiver média inferior a sete (7) nas avaliações acima especificadas estará reprovado no Estágio Supervisionado IV, sem oportunidade de recuperação. Plágio é crime! Ao (À) acadêmico (a) que der causa a esta falta será atribuída nota ZERO na respectiva avaliação, respondendo pela infração cometida, mediante processo administrativo e criminal, se for o caso.

Plágio significa, conforme o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1986, p. 1343), "assinar ou apresentar como seu (obra artística ou científica de outrem)", ou seja, copiar no todo ou em parte conteúdo alheio como sendo seu sem indicar a correspondente fonte de pesquisa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

NERY JÚNIOR, Nelson e NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de processo civil comentado - e legislação extravagante. 11ª.ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SANTOS, Moacyr Amaral dos. Primeiras linhas de direito processual civil. São Paulo: Saraiva, 1997.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BORTOLAI, Edson Cosac. Manual de prática forense civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

FREITAS, Jaime Walmer de. Coleção Exame OAB, segunda fase: área penal. São Paulo. Saraiva, 2010.

GIANCOLI, Brunno Pandori, SÁ, Renato Montans. Coleção Exame OAB, segunda fase: área cível. Coordenador Jaime Walmer Freitas. São Paulo. Saraiva, 2012.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2012.

CASELLA, José Erasmo. Manual de prática forense: processo civil. Revista São Paulo. Editora: Saraiva, 2008.

GOEDERT, Gisele Rodrigues Martins. Mediação Familiar, 2013.

RODRIGUES, Silvio. Direito civil. 29ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 51 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

SENADO FEDERAL DO BRASIL. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 19.jul.2012.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Disponível em: www.stj.gov.br. Acesso em: 19.jul.2012.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Disponível em: www.stf.gov.br. Acesso em: 19.jul.2012.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. Disponível em: www.tj.sc.gov.br, 19.jul.2012.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Disponível em: www.tj.sp.gov.br. Acesso em: 19.jul.2012.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: www.tj.rs.gov.br. Acesso em: 19.jul.2012.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO. Disponível em: www.trf4.gov.br. Acesso em: 19.jul.2012.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

* Desde o momento em que ingressarem na disciplina Estágio Supervisionado IV até a publicação de sua aprovação, inclusive durante os recessos escolares, os acadêmicos atenderão os clientes que lhes forem encaminhados e acompanharão seus casos, judicial e extrajudicialmente, sob a supervisão dos professores orientadores.

* Somente serão atendidas no EMA pessoas carentes, assim consideradas aquelas que recebam mensalmente quantia inferior a três salários mínimos ou que, por razões pessoais ou familiares, não possuam condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo ao sustento próprio.

* Não serão atendidos casos capazes de conferir vantagem financeira ao cliente diferente daquela de caráter eminentemente alimentar, ficando ressalvadas as hipóteses em que, pelas circunstâncias do caso concreto, houver autorização expressa de algum dos professores integrantes do EMA.

* Além do atendimento aos clientes, os acadêmicos poderão se ocupar da prática simulada de outras atividades jurídicas, bem como do comparecimento a atos judiciais e/ou extrajudiciais, tais como audiências, sessões de julgamento e reuniões de negociação.

A avaliação ocorrerá em grupo e de modo individual.

A Avaliação em grupo compreende a PRODUÇÃO DO GRUPO e o RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DO ESTÁGIO, na forma especificada neste programa de disciplina. O Relatório de Conclusão de Estágio, deverá ser entregue no respectivo dia e turno cursado pelo grupo no EMA, na última semana de atendimento, mediante protocolo. A

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



seu respectivo campus. (3) Não será aceita a entrega dos relatórios de conclusão do estágio e de audiências após o prazo referido neste item, sendo vedada também sua remessa via correio eletrônico ao professor orientador.

*As aulas serão ministradas nos horários das 08h às 11h15min aos alunos matriculados no período matutino, das 14h às 17h15min aos alunos matriculados no período vespertino, e das 19h às 22h15min aos alunos matriculados no período noturno.

*O horário de funcionamento do EMA será de segunda à quinta-feira das 08h às 12h; 14h às 18h; 19h às 22h15min. Na sexta-feira das 08h às 12h e das 14h às 18h; 19h às 22h15min.

OBSERVAÇÃO: Este Programa de Disciplina poderá ser modificado no curso de sua execução, quando identificada a conveniência de adaptação pedagógica às peculiaridades de cada turma. Os cronogramas também estarão sujeitos a alterações, caso seja necessária a reposição de aulas em decorrência de feriados e outros incidentes.

CRONOGRAMA

* Prova Escrita: 08/06/2013 (sábado), no período matutino (das 08h às 11h15min).

* Entrega dos Relatórios de Audiência e Relatório de Conclusão do Estágio: na semana de 17 a 21 de junho de 2013, no respectivo turno cursado pelo (a) acadêmico (a), diretamente à Secretaria do EMA e mediante protocolo. Os Relatórios de Audiência devem ser anexados ao Relatório de Conclusão do Estágio. A entrega extemporânea implica na atribuição de nota zero nestes instrumentos de avaliação. Última semana de atendimento no Escritório: Semana de 17 a 21 de junho de 2013.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		008454	Direito Empresarial III	
Ciclo Letivo:	2013 - 2º Semestre	Oferta	1P07	Turma 1154
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC N FP				
Professor	HERNANI LUIZ SOBIERAJSKI			

EMENTA

CURRÍCULO 2007/1, 2010/1 E 2011/2

Teoria geral dos contratos comerciais. Compra e venda mercantil. Arrendamento mercantil (leasing). Faturização (factoring). Comissão mercantil. Representação mercantil. Franquia (franchising). Histórico dos procedimentos concursais. Recuperação e liquidação judicial das empresas. Insolvabilidade. Decretação da falência. Administração da massa falida. Verificação e classificação dos créditos. Liquidação: realização do ativo. Pagamento dos credores. Extinção das obrigações. Recuperação judicial e extrajudicial.

JUSTIFICATIVA

O conhecimento aprofundado sobre a regulamentação do direito concursal brasileiro é fundamental para que o estudante de direito adquira a necessária visão sistemática do ordenamento jurídico.

Seu estudo é importante para que o profissional do direito complemente seus estudos acerca do direito empresarial e compreenda a forma de liquidação concursal do ativo das sociedades empresárias irrecuperáveis economicamente.

Da mesma forma, destaca-se a importância do estudo dos contratos firmados entre empresas, os chamados contratos empresariais, como elementos formadores de direitos e obrigações.

OBJETIVO GERAL

Demonstrar a importância prática dos contratos comerciais. Dentre eles, destacando-se: compra e venda mercantil; arrendamento mercantil (leasing); faturização (factoring); comissão mercantil; representação mercantil; e franquia (franchising).

Transmitir ao acadêmico o conhecimento básico sobre o Direito Falimentar, seus fundamentos essenciais e procedimento judicial, relacionando-o com os demais ramos do direito empresarial, visando capacitar o aluno para o desenvolvimento do aprendizado desta disciplina, através de uma visão crítica e social dos conceitos trabalhados.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
1	<p>Conteúdo</p> <p>Teoria Geral dos Contratos Empresariais. Compra e venda mercantil. Arrendamento mercantil (leasing). Faturização (factoring).</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Demonstrar ao aluno a importância do conhecimento para aplicação prática dos contratos comerciais (empresariais), sobretudo compra e venda, arrendamento e factoring.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aulas expositivas, leitura dirigida de textos, análise de julgados e estudo de casos.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Participação em aula, avaliação de conhecimento, produção textual.</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Análise de julgados e pesquisa de prática contratual. 1 hora supervisionada.</p>	10

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
2	<p>Conteúdo</p> <p>Continuidade Contratos Empresariais. Comissão mercantil. Representação mercantil. Franquia (franchising). Prática Contratual.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Proporcionar o conhecimento dos contratos firmados por empresas para atuação mediante comissão mercantil ou representação. Conhecer os fundamentos necessários para a realização de contrato de franquia e suas consequências.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aulas expositivas, leitura dirigida de textos, análise de julgados e estudo de casos.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Participação em aula, avaliação de conhecimento, produção textual.</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Análise de julgados e estudo de casos. 1 hora supervisionada.</p>	8

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
3	<p>Conteúdo</p> <p>Noções Históricas. Falência e Concordata. Sujeitos à Lei de Falências e pessoas excluídas. Caracterização da Falência; causas da falência; foro competente; unicidade do juízo; legitimidade para requerer a falência.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Conhecimento da história dos procedimentos falimentares até a atual legislação. Demonstrar os motivos que justificam a decretação da falência e quem poderá atuar como sujeito ativo ou passivo em tal procedimento.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aulas expositivas, leitura dirigida de textos, análise de julgados e estudo de casos.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Participação em aula, avaliação de conhecimento, produção textual.</p>	8

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Análise de julgados e estudo de casos. 1 hora supervisionada.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

4

Conteúdo

8

DA ADMINISTRAÇÃO DA FALÊNCIA. Do administrador Judicial. Do Comitê de Credores. Da Assembléia Geral de Credores. Casos de obrigatoriedade.

Objetivos Específicos

Estudar o gerenciamento da massa falida e como os credores podem atuar na fiscalização para defesa de seus interesses.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas expositivas, leitura dirigida de textos, análise de julgados e estudo de casos.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Participação em aula, avaliação de conhecimento, produção textual.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Análise de julgados e estudo de casos. 1 hora supervisionada.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

5

Conteúdo

8

PROCESSO FALIMENTAR

Procedimento de Defesa. Contestação. Efeitos da sentença que decreta a falência. Continuidade das Atividades. Arrecadação e liquidação do ativo.

DO REGIME JURÍDICO DOS ATOS DO FALIDO. Das ações de ineficácia e revocatória. Da revogação dos atos. Do termo Legal.

Objetivos Específicos

Introduzir o aluno no moderno procedimento falimentar, iniciando com o pedido devidamente fundamentado até a decretação por sentença. Conhecer os procedimentos para investigação dos atos praticados previamente pelo devedor.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas expositivas, leitura dirigida de textos, análise de julgados e estudo de casos.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Participação em aula, avaliação de conhecimento, produção textual.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Análise de julgados e estudo de casos. Produção de peças processuais. 1 hora supervisionada.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



6	<p>Conteúdo</p> <p>DA VERIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS. Classificação dos Créditos. Habilitações, Impugnação de créditos. Quadro Geral de Credores. Liquidação dos ativos da massa. Leilão e formas alternativas.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Demonstrar ao aluno a importância e classificação dos créditos falimentares e extra-falimentares, analisando o procedimento legal para habilitação e pagamento das obrigações.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aulas expositivas, leitura dirigida de textos, análise de julgados e estudo de casos.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Participação em aula, avaliação de conhecimento, produção textual.</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Análise de julgados e estudo de casos. 1 hora supervisionada.</p>	10
---	---	----

7	<p>Conteúdo</p> <p>DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. O instituto da recuperação judicial. Requisitos e procedimento. O plano de Recuperação Judicial. O Gestor Judicial. A recuperação judicial especial para Micro e Pequenas Empresas. DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL. Critérios para concessão da recuperação extrajudicial. Procedimento da recuperação extrajudicial</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Introduzir o aluno nas inovações trazidas pelos procedimentos, judicial e extrajudicial, recuperação de empresas, analisando seus requisitos e cumprimento do plano de recuperação. Compreender a participação dos credores.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aulas expositivas, leitura dirigida de textos, análise de julgados e estudo de casos.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Participação em aula, avaliação de conhecimento, produção textual.</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Análise de julgados e estudo de casos.</p>	8
---	---	---

AVALIAÇÃO

A média final do semestre se comporá da seguinte forma:

Serão 2 (duas) avaliações individuais sem consulta, com peso 2, realizadas em 16 de setembro e 11 de novembro de 2013. Trabalhos extra-classe com peso 1, a serem definidos ao longo do semestre.

A média a ser alcançada é sete (7,0), sendo que o aluno que não a alcançar será submetido à avaliação final, que compreenderá toda a matéria do semestre.

Nas pesquisas serão considerados: coerência e lógica; objetividade; clareza de linguagem; consistência e fundamentação; e respeito à norma culta e à ABNT.

Se a média for igual ou superior a 7,0 e a frequência mínima for confirmada, o Acadêmico estará aprovado.

Faltando na data das avaliações com peso 2, o acadêmico deverá requerer à secretaria acadêmica a segunda chamada da prova, que, se deferida, será realizada em data fixada pela Congregação do Curso de Direito, e divulgada pela Coordenação, sem consulta a qualquer material. Perdido o prazo de solicitação de segunda chamada, não será concedida nova data para realização da avaliação.

Se a Média Semestral, composta pelas avaliações for igual ou superior a 7,0 e a frequência mínima confirmada, o

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



acadêmico estará aprovado. Se a Média Semestral for menor do que 7,0 e a frequência mínima comprovada, o acadêmico será submetido à avaliação final (AF), conforme dispõe o Regimento da UNISUL.

Se a Média Final, for igual ou superior a 6,0, o acadêmico estará aprovado.

A frequência é condição para a aprovação, sendo a chamada realizada a cada encontro em dois momentos: no início da aula e nos dez minutos que antecedem ao término da aula. O acadêmico deverá frequentar 75% das aulas para obter aprovação.

Na correção das provas será considerada a clareza e coerência na elaboração das respostas; bem como a observação da linguagem técnica e a observação das regras gramaticais da língua portuguesa.

Nas pesquisas serão considerados: coerência e lógica; objetividade; clareza de linguagem; consistência e fundamentação; e respeito à norma culta e à ABNT.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MARTINS, Fran. Contratos e obrigações comerciais. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

PACHECO, José da Silva. Processo de falência e concordata. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito falimentar. São Paulo: Saraiva, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

GUSMÃO, Mônica. Lições de Direito Empresarial. Lições de Direito Empresarial. 10 ed. Rio de Janeiro. Lumen Juris. 2011.

NEGRÃO, Ricardo. Manual de Direito Comercial e de Empresa. v 1,2 e 3. 6 ed. São Paulo. Saraiva. 2011.

PERIN JR. Elcio. Curso de Direito Falimentar e Recuperação de Empresas. São Paulo: Método, 2006.

TOLEDO, Paulo F.C Salles de e ABRÃO, Carlos Henrique (coordenadores). Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. São Paulo: Saraiva, 2005.

ABRÃO, Nelson. Curso de direito falimentar. São Paulo: Saraiva, 2002.

BULGARELLI, Waldírio. Contratos mercantis. São Paulo: Atlas, 2002.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		000702	Direito Previdenciário	
Ciclo Letivo:	2013 - 2º Semestre	Oferta	1P08	Turma 1131
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC N FP				
Professor	ADIR JOSÉ DA SILVA JÚNIOR			

EMENTA

CURRÍCULO 1996

Noções introdutórias, histórico da seguridade e da Previdência Social, administração do sistema de seguridade e de Previdência Social, custeio da Previdência. Legislação da Organização da Seguridade Social e seu Custeio. Legislação dos planos de benefícios de Previdência Social. Acidente do trabalho, das Previdenciárias. Prescrição.

CURRÍCULO 2007

Noções introdutórias. Histórico. Administração do sistema de seguridade. Legislação e organização da seguridade social e seu custeio. Legislação do plano de benefícios da previdência social. Acidentes de trabalho. Prescrição.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de disciplina indispensável à formação profissional do bacharel em Direito, cujo conteúdo constituirá a base do conhecimento necessário ao estudo da Seguridade Social a partir da Constituição Federal vigente, examinando sua evolução histórica, seus princípios e sua estrutura. Ademais, importante para o conhecimento a respeito das fontes de financiamento da Seguridade Social. Possui relação com as disciplinas de direito constitucional.

OBJETIVO GERAL

Compreender o Sistema Previdenciário brasileiro, sua organização, especificidades, relações com outros sistemas legais, com prioridade para as relações de custeio e de benefício do Regime Geral de Previdência, com incursões pelos regimes próprios e pelos assuntos relacionados.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1 **Conteúdo**
NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

5

Conteúdo: 1. Introdução à Seguridade Social (Sistema de proteção social; Histórico no Mundo);

Objetivos Específicos

Compreender os conceitos básicos e o contexto histórico em que se deram, e se dão, os principais fenômenos da Seguridade Social no mundo;

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva com apoio de quadro de anotações; eventualmente poder-se-á lançar mão de eslaides em formato powerpoint (software da Microsoft) como forma de melhor apresentação dos elementos da matéria;

Instrumentos e Critérios de Avaliação

A matéria apresentada será exigida por ocasião das avaliações parciais (I, II e III) e da avaliação final, compostas por questões objetivas e subjetivas em que se avaliará, além do domínio dos conceitos e de suas relações, a capacidade de exposição, e a obediência às regras metodológicas e da Língua Portuguesa;

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Leitura de artigo relacionado à primeira unidade da disciplina com contextualização em sala de aula: "Estado de Bem-Estar" dos professores Paulo Márcio Cruz e Grazielle Xavier 2 h/a

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

2 **Conteúdo**
SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

4

Conteúdo: 1. Organização; 2. Seguridade na Constituição; 3. Princípios e fundamentos gerais; 4. Subsistemas de Seguridade Social (Assistência Social; Saúde; Previdência Social);

Objetivos Específicos

Compreender o Sistema de Seguridade Social brasileiro, sua organização, princípios e subdivisão em subsistemas de proteção social com suas especificidades;

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva com apoio de quadro de anotações e de eslaides em formato powerpoint (software da Microsoft) como forma de melhor apresentação dos elementos da matéria;

Instrumentos e Critérios de Avaliação

A matéria apresentada será exigida por ocasião das avaliações parciais (I, II e III) e da avaliação final, compostas por questões objetivas e subjetivas em que se avaliará, além do domínio dos conceitos e de suas relações, a capacidade de exposição, e a obediência às regras metodológicas e da Língua Portuguesa;

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado



3 **Conteúdo**
PREVIDÊNCIA SOCIAL

4

Conteúdo: 1 . Modelos e regimes de Previdência Social; 2. Previdência Social Brasileira (Regimes Próprio; Complementar e Regime Geral); 3 Relações jurídicas previdenciárias: custeio e prestações;

Objetivos Específicos

Conhecer os conceitos básicos e a base axiomática do Direito Previdenciário brasileiro; Compreender o funcionamento dos diversos pilares de previdência praticados no país;

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva com apoio de quadro de anotações e de eslaides em formato powerpoint (software da Microsoft) como forma de melhor apresentação dos elementos da matéria;

Instrumentos e Critérios de Avaliação

A matéria apresentada será exigida por ocasião das avaliações parciais (I, II e III) e da avaliação final, compostas por questões objetivas e subjetivas em que se avaliará, além do domínio dos conceitos e de suas relações, a capacidade de exposição, e a obediência às regras metodológicas e da Língua Portuguesa;

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

4 **Conteúdo**
CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

4

Conteúdo: 1 . Noções das categorias tributárias; 2. Orçamento; 3. Contribuições; 4. Contribuintes;

Objetivos Específicos

Apreender noções introdutórias, como forma de contextualização, da relação jurídica tributária própria do custeio previdenciário; Compreender as idiossincrasias do orçamento da Seguridade Social; Identificar contribuições e contribuintes dentro do universo do financiamento da Seguridade;

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva com apoio de quadro de anotações e de eslaides em formato powerpoint (software da Microsoft) como forma de melhor apresentação dos elementos da matéria;

Instrumentos e Critérios de Avaliação

A matéria apresentada será exigida por ocasião das avaliações parciais (I, II e III) e da avaliação final, compostas por questões objetivas e subjetivas em que se avaliará, além do domínio dos conceitos e de suas relações, a capacidade de exposição, e a obediência às regras metodológicas e da Língua Portuguesa;

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado



5
Conteúdo
SEGURADOS

5

Conteúdo: 1. Definição; 2. Espécies (Obrigatórios; Facultativos; Segurado Especial); 3. Qualidade de segurado (Manutenção e perda); 4. Inscrição e filiação; 5. Dependentes;

Objetivos Específicos

Identificar, na legislação, os conceitos de segurado e de dependente em suas diversas espécies; Diferenciar e definir os fenômenos da inscrição e da filiação no Sistema de Seguridade Social; Compreender os requisitos e especificidades da qualidade de segurado e as situações que implicam a perda desta;

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva com apoio de quadro de anotações e de eslaides em formato powerpoint (software da Microsoft) como forma de melhor apresentação dos elementos da matéria;

Instrumentos e Critérios de Avaliação

A matéria apresentada será exigida por ocasião das avaliações parciais (I, II e III) e da avaliação final, compostas por questões objetivas e subjetivas em que se avaliará, além do domínio dos conceitos e de suas relações, a capacidade de exposição, e a obediência às regras metodológicas e da Língua Portuguesa;

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

SILVA JÚNIOR, Adir José da, CARDOSO, Oscar Valente. A perda da qualidade de segurado e as suas consequências no Regime Geral de Previdência Social. Revista Síntese de Direito Previdenciário. , v.54, p.25 - 50, 2013. 1 h/a

6
Conteúdo
PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

7

Conteúdo: 1. Salário de Benefício; 2. Renda Mensal Inicial; 3. Período Básico de Cálculo; 4. Carência; 5. Fator Previdenciário; 6. Limites; 7. Reajustamento e revisão;

Objetivos Específicos

Compreender e identificar as principais categorias conceituais relacionadas às prestações do plano de benefícios da Previdência Social;

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva com apoio de quadro de anotações e de eslaides em formato powerpoint (software da Microsoft) como forma de melhor apresentação dos elementos da matéria;

Instrumentos e Critérios de Avaliação

A matéria apresentada será exigida por ocasião das avaliações parciais e da avaliação final, compostas por questões objetivas e subjetivas em que se avaliará, além do domínio dos conceitos e de suas relações, a capacidade de exposição, e a obediência às regras metodológicas e da Língua Portuguesa;

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado



Conteúdo**PRESTAÇÕES EM ESPÉCIE**

1. Benefícios Programáveis e não programáveis; 2. Características gerais; 3. Benefícios por incapacidade (Auxílio acidente; Auxílio doença; Aposentadoria por invalidez); 4. Benefícios assistenciais; 5. Pensão por morte; 6. Auxílio reclusão; 7. Salário família; 8. Salário maternidade; 9. Aposentadorias (Por idade; Por tempo de serviço/contribuição; Especial; Professor); 10. Serviços da Previdência (Habilitação e reabilitação); 11. Desaposentação e despesa; 12. Tempo de contribuição; 13. Tempo de serviço rural; 14. Tempo de serviço em condições especiais; 15. Contagem recíproca;

Objetivos Específicos

Compreender e identificar as principais categorias conceituais relacionadas às prestações do plano de benefícios da Previdência Social;

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva com apoio de quadro de anotações e de eslaides em formato powerpoint (software da Microsoft) como forma de melhor apresentação dos elementos da matéria;

Instrumentos e Critérios de Avaliação

A matéria apresentada será exigida por ocasião das avaliações parciais (I, II e III) e da avaliação final, compostas por questões objetivas e subjetivas em que se avaliará, além do domínio dos conceitos e de suas relações, a capacidade de exposição, e a obediência às regras metodológicas e da Língua Portuguesa;

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Conteúdo**DIREITO PREVIDENCIÁRIO NO JUDICIÁRIO**

Conteúdo: 1. Competência para o julgamento de causas previdenciárias e de Seguridade Social em geral; 2. Jurisprudência pertinente à disciplina; 3. Questões processuais referentes à disciplina;

Objetivos Específicos

Compreender o funcionamento da estrutura judiciária no que toca ao processamento e julgamento de causas que envolvam o sistema de Seguridade Social; Estudar os mais importantes julgamentos e súmulas jurisprudenciais da matéria;

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva com apoio de quadro de anotações e de eslaides em formato powerpoint (software da Microsoft) como forma de melhor apresentação dos elementos da matéria;

Instrumentos e Critérios de Avaliação

A matéria apresentada será exigida por ocasião das avaliações parciais (I, II e III) e da avaliação final, compostas por questões objetivas e subjetivas em que se avaliará, além do domínio dos conceitos e de suas relações, a capacidade de exposição, e a obediência às regras metodológicas e da Língua Portuguesa; Pontuação atribuída aos alunos que realizarem a AOS facultativa.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Trabalho individual, que envolverá pesquisa e redação de trabalho no estilo paper, com temas e requisitos previamente estabelecidos, que demandará, para a realização, ao menos 3h/a

9 **Conteúdo**
ACIDENTE DE TRABALHO

4

Conteúdo: 1. Acidente de trabalho na legislação; 2. Proteção previdenciária (relação de custeio e de benefícios); 3. Competência para julgamento das causas;

Objetivos Específicos

Estudar o regime próprio de tratamento previdenciário da proteção contra acidentes do trabalho, suas relações jurídicas e tratamento judicial;

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva com apoio de quadro de anotações e de eslaides em formato powerpoint (software da Microsoft) como forma de melhor apresentação dos elementos da matéria;

Instrumentos e Critérios de Avaliação

A matéria apresentada será exigida por ocasião das avaliações parciais (I, II e III) e da avaliação final, compostas por questões objetivas e subjetivas em que se avaliará, além do domínio dos conceitos e de suas relações, a capacidade de exposição, e a obediência às regras metodológicas e da Língua Portuguesa;

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

10 **Conteúdo**
DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO

3

1. Noções gerais de decadência e prescrição; 2. Decadência e prescrição na relação de custeio; 3. Decadência e prescrição na relação de prestações;

Objetivos Específicos

Apreender noções introdutórias dos institutos da prescrição e da decadência; Identificar na legislação, compreender e diferenciar as hipóteses de aplicação dos institutos nas diferentes relações jurídicas previdenciárias;

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva com apoio de quadro de anotações e de eslaides em formato powerpoint (software da Microsoft) como forma de melhor apresentação dos elementos da matéria;

Instrumentos e Critérios de Avaliação

A matéria apresentada será exigida por ocasião das avaliações parciais (I, II e III) e da avaliação final, compostas por questões objetivas e subjetivas em que se avaliará, além do domínio dos conceitos e de suas relações, a capacidade de exposição, e a obediência às regras metodológicas e da Língua Portuguesa;

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

AValiação

De acordo com o estabelecido pela Congregação do Curso de Direito e no Regimento da UNISUL, o acadêmico será avaliado com base nos seguintes critérios:

- O aluno será avaliado da seguinte forma:

- Realização de três PROVAS ESCRITAS (PE1, PE2 e PE3), compreendendo matéria previamente que compreenderão, cada uma, oito questões objetivas (formato adotado em provas de concursos públicos, avaliações institucionais e exame da OAB) e uma subjetiva (em que será avaliada a capacidade de sistematização, argumentação e obediência às normas da língua culta);

- À média das notas acima será adicionada pontuação obtida pelo aluno que realizar trabalho facultativo

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



com requisitos e temas pré-definidos, em escala de 0 a 1 ponto. A pontuação será cumulativa e, adicionada à média final, não ultrapassará os 10 pontos;

- A aprovação será obtida com o resultado mínimo de 07 (sete) no resultado da fórmula. A nota inferior a 07 (sete) ensejará a possibilidade de recuperação por meio de avaliação final abrangendo todo o conteúdo programático. Nesta avaliação O acadêmico deverá obter resultado final (RF) superior ou igual a 06 (seis) pontos, apurados pela soma da nota obtida no aproveitamento semestral (X) e nota da avaliação final (AF), dividida por dois.

- A FREQUÊNCIA deverá corresponder a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das aulas para possibilitar a aprovação;

- As atividades de avaliação acima referida não impedem a realização de outras como resolução de exercícios, análise de textos, julgados e decisões ou, mesmo, a realização de seminários, cuja pontuação será previamente acordada com os alunos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CASTRO, Carlos Alberto de. LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. Florianópolis: Conceito, 2010.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciário. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

SANTOS, Marisa Ferreira dos Santos. Direito Previdenciário Esquematizado. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008;

AMADO, Frederico. Direito e Processo Previdenciário Sistematizado. 4a ed, Salvador: JusPodivm, 2013

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. CORREIA, Érica Paula Barcha. Curso de Direito da Seguridade Social. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2010;

CRUZ, Paulo Márcio. Fundamentos históricos, políticos e jurídicos da seguridade social. In: ROCHA, Daniel Machado; SAVARIS, José Antônio (org.). Curso de Especialização em Direito Previdenciário. v. 1. Curitiba: Editora Juruá, 2007. ps. 11-92;

DUARTE, Marina Vasques. Direito Previdenciário. 7 ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2011;

MESA-LAGO, Carmelo. As reformas de previdência na América Latina e seus princípios de seguridade social. Coleção Previdência Social, v. 26. Trad. Secretaria de Políticas de Previdência Social. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2006;

NEVES, Ilídio das. Direito da Segurança Social: Princípios Fundamentais numa análise prospectiva. Coimbra: Comibra Editora, 1996;

ROCHA, Daniel Machado da. O direito fundamental à Previdência Social - na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do Sistema Previdenciário Brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

_____. [et. al.]. Temas atuais de Direito Previdenciário e Assistência Social. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

_____. Curso de Especialização em Direito Previdenciário. Vols. 1 e 2. Curitiba: Editora Juruá, 2007.

SAVARIS, José Antônio; VAZ, Paulo Afonso Brum. Direito da Previdência e Assistência Social. Elementos para uma compreensão interdisciplinar. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

SILVA JÚNIOR, Adir José da. A Seguridade Social Brasileira: Reflexões a partir da Teoria dos Sistemas. Revista Tribuna Jurídica. v.2, n. 1. Jan/Jun 2011. Indaial: Uniasselvi, 2011. ps. 1-20;

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- Estão computados na carga horária da disciplina, repartidos entre as unidades, 6 horas/aula de atividades supervisionadas e orientadas que serão, de acordo com a disponibilidade de horários da disciplina, realizados em sala ou fora dela, por comportarem este formato;
- Também estão computadas 9 horas/aula referentes às avaliações;
- Não se admitirá a utilização de celulares ligados em sala de aula;
- A utilização de aparelhos eletrônicos dar-se-á com o único objetivo de registro e captação de informações referentes à disciplina;
- Com a devida antecedência e por meio de acordo com o grupo, as atividades extraordinárias poderão ser alteradas ou ampliadas;
- A realização de 'prova' de segunda chamada está condicionada ao pedido protocolado no SAIAC (presencial ou on-line, no máximo até 48 horas depois da realização da mesma) e pelo (in)deferimento da respectiva Coordenação;
- Na oportunidade da correção da prova em sala de aula serão aceitas correções e reclamações. Após esta oportunidade, toda solicitação deverá obedecer aos ditames regimentais;
- A bibliografia informada como principal está disponível na biblioteca. Procurar-se-á atender com os textos e artigos apresentados como atividades supervisionadas e orientadas, na medida do possível, à complementação das informações apresentadas em sala de aula e disponíveis nestas obras;
- As informações e comunicações com a turma em ambiente externo à sala de aula dar-se-á por meio de postagens em blog (adirjose.blogspot.com) e pelo endereço eletrônico institucional (adir.silva@unisul.br);
- Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8560084763184941>

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		008455	Estágio Supervisionado em Direito V	
Ciclo Letivo:	2013 - 2º Semestre	Oferta	1P21	Turma 1054
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC M FP				
Professor	ALEXANDRE RUSSI			
	ANDRE OPILHAR			
	SUSANA DOS REIS MACHADO PRETTO			

EMENTA

Prática relacionada às carreiras jurídicas. Estudo de casos reais e/ou simulados. Análise de doutrina e jurisprudência. Redação de instrumentos judiciais e extrajudiciais. Acompanhamento processual. Prática de conciliação, mediação e arbitragem. Desenvolvimento de atividades de prevenção de contencioso jurídico.

JUSTIFICATIVA

É preciso oportunizar ao acadêmico a prática das atividades jurídicas, com vistas à consolidação do aprendizado obtido em sala de aula, nas disciplinas formativas e profissionalizantes, com a aproximação entre Universidade e comunidade.

OBJETIVO GERAL

Propiciar a aplicação prática dos conhecimentos teóricos obtidos durante o Curso, orientando os acadêmicos quanto ao desempenho de atividades de prática jurídica vinculadas às áreas de direito material e processual do trabalho e de direito constitucional e processo constitucional, mediante a elaboração específica de atos e peças processuais referentes a casos simulados.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo

Direito Processual Trabalhista, Direito Previdenciário e Direito Processual Constitucional, Direito Comercial, Direito Ambiental, Direito Administrativo. (60 horas)

1) Núcleo de Processo do Trabalho, Direito Previdenciário e Direito Comercial: (a) petição inicial; (b) contestação; (c) simulado de audiência; (d) recurso ordinário; (e) prática simulada de conciliação, mediação e arbitragem.

2) Núcleo de Processo Constitucional, Direito Ambiental e Direito Administrativo: (a) mandado de segurança; (b) ação popular; (c) ação civil pública; e (d) recurso especial ou extraordinário; (e) prática simulada de conciliação, mediação e arbitragem.

Objetivos Específicos**OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM:**

1) Identificar e interpretar textos legais, e realizar pesquisa jurisprudencial, leituras orientadas, assim como a elaboração de atos e peças processuais.

2) Elaborar peças processuais de Direito do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Comercial e Constitucional, Direito Ambiental, Direito Administrativo, que propiciem a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o Curso de Direito, nas áreas acima especificadas.

3) Desenvolver a argumentação e fundamentação jurídica.

4) Realizar questões práticas de Conciliação, Mediação e Arbitragem.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Estudo de casos simulados, atividades em grupo voltadas à elaboração de peças processuais trabalhistas, previdenciárias, constitucionais e comerciais, atividades individuais e coletivas de pesquisa de doutrina e jurisprudência (em sala de aula ou extraclasse).

Instrumentos e Critérios de Avaliação

1) Construção de Peça Processual (realizada em grupo). CRITÉRIOS:

FORO COMPETENTE (Correção no encaminhamento da ação ao foro competente para a apreciação da petição); PREÂMBULO (Observação dos itens que compõem o preâmbulo da petição, dentre os quais a legitimidade das partes, a capacidade processual, a capacidade postulatória e a correta indicação da petição que está sendo feita [a mais adequada ao caso em concreto], com sua correspondente fundamentação processual.); FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA (Apresentação de defesa processual [preliminares quando for pertinente] e de mérito, incluindo a menção à legislação, doutrina e jurisprudência aplicáveis ao caso.); PEDIDOS E REQUERIMENTOS (Formulação de pedido e requerimentos pertinentes ao caso.); FINALIZAÇÃO (Indicação de local, data e assinatura, bem como dos documentos que acompanham a petição quando for o caso.); COERÊNCIA DO TEXTO E ARGUMENTAÇÃO (Boa articulação e desenvolvimento dos argumentos que servirão à defesa dos interesses aplicados ao caso em concreto, além do respeito à forma coerente de apresentação da peça.); ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA (Correção no uso da língua portuguesa.); LEIAUTE (Boa aparência e formatação do texto). ATENÇÃO: Estes critérios revelam a preocupação com a excelência da formação profissional, que será exigida do acadêmico a elaboração de peça correta, mas que demonstre também a capacidade de raciocínio, interpretação normativa e boa argumentação.

2) Prova escrita e individual. CRITÉRIOS:

FORO COMPETENTE (Correção no encaminhamento da ação ao foro competente para a apreciação da petição); PREÂMBULO (Observação dos itens que compõem o preâmbulo da petição, dentre os quais a legitimidade das partes, a capacidade processual, a capacidade postulatória e a correta indicação da petição que está sendo feita [a mais adequada ao caso em concreto], com sua correspondente fundamentação processual.); FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA (Apresentação de defesa processual [preliminares quando for pertinente] e de mérito, incluindo a menção à legislação aplicável ao caso.); PEDIDOS E REQUERIMENTOS (Formulação de pedido e requerimentos pertinentes ao caso.); FINALIZAÇÃO (Indicação de local, data e assinatura, bem como dos documentos que acompanham a petição quando for o caso.); COERÊNCIA DO TEXTO E ARGUMENTAÇÃO (Boa articulação e

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



desenvolvimento dos argumentos que servirão à defesa dos interesses aplicados ao caso em concreto, além do respeito à forma coerente de apresentação da peça.); ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA (Correção no uso da língua portuguesa).

3) Resenha crítica. CRITÉRIOS: CAPA; RESUMO (no sentido de localizar o leitor a respeito daquilo que teve como base para formulação de sua crítica e demais apontamentos.); ANÁLISE CRÍTICA; COERÊNCIA DO TEXTO E ARGUMENTAÇÃO (Boa articulação e desenvolvimento dos argumentos que servirão de base à crítica, além do respeito à forma coerente na apresentação das idéias expostas.); ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA (Correção no uso da língua portuguesa.); REFERÊNCIA.

4) Relatórios de Audiências. CRITÉRIOS: Comprovação de frequência de 5 horas-aula de audiências, de acordo com a tabela constante neste Programa de Disciplina. A elaboração dos relatórios deve seguir o formulário disponível na Secretaria do EMA, contendo todos os dados do respectivo processo, a descrição minuciosa do ato acompanhado, a indicação de local e data, bem como a assinatura da autoridade que presidiu o ato ou do funcionário responsável em ambas as hipóteses, com a indicação legível do nome e número da matrícula, ou o respectivo carimbo, com estas informações.

5) Prática Simulada de Conciliação, Mediação e Arbitragem. CRITÉRIOS:

a) Fundamentação (3 pontos); b) Criatividade (1 ponto); c) Solução do conflito de interesse (3 pontos); d) Resposta escrita com encadeamento de idéias (3 pontos).

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Relatórios de audiências e Resenha Crítica (15 horas).

AValiação

Frequência: O acadêmico deverá obter 75% (setenta e cinco por cento) de frequência para aprovação na disciplina. Atrasos superiores há 30 minutos provocarão a anotação de falta na aula correspondente.

APROVAÇÃO: A aprovação do acadêmico estará condicionada à obtenção de média igual ou superior a sete (7) pontos, conforme critérios antes mencionados. Assim:

$AS = (AI \times 2) + (AG \times 1) + (RC + RA \times 1) / 4$ maior ou igual a 7 sendo,

$AG = (ACC1 \times 1) + (ACC2 \times 1) + (ACC3 \times 1) + (ACC4 \times 1) + (ACT1 \times 1) + (ACT2 \times 1) + (ACT3 \times 1) + (ACT4 \times 1) + (PSCMA \times 1) / 9$

$AI = PEC + PET / 2$

SIGLAS

AS: aproveitamento semestral;

AI: média das avaliações individuais, provas escritas de constitucional, Comercial, trabalhista e previdenciário, com nota entre zero (0) e dez (10) e peso 2 (dois);

AG: avaliação de grupo, média das atividades de classe, com nota entre zero (0) e dez (10) e peso 1 (um);

RC: resenha crítica com nota de zero (0) a cinco (5,0) e peso 1 (um);

RA: resultado dos relatórios de audiências, com nota de zero (0) a cinco (5,0) e peso 1 (um), de acordo com a pontuação obtida.

ACC: atividades de classe do Núcleo de Processo Constitucional, aplicadas conforme o cronograma, com nota de zero (0) a dez (10);

ACT: atividades de classe do Núcleo de Processo do Trabalho, Direito Previdenciário e Direito Comercial, aplicadas conforme o cronograma, com nota de zero (0) a dez (10).

PSCMA: prática simulada de conciliação, mediação, arbitragem, com nota de zero (0) a dez (10).

Atenção:

(1) Esta disciplina e todas as demais do Núcleo Prático não comportam verificação final. Portanto, o acadêmico que obtiver média inferior a sete (7) nas avaliações acima especificadas estará reprovado no Estágio Supervisionado V, sem oportunidade de recuperação.

(2) O acadêmico para obter aprovação nesta disciplina de estágio deve, obrigatoriamente, realizar todas as avaliações estabelecidas neste Programa de Disciplina.

(3) Plágio é crime! Ao (À) acadêmico (a) que der causa a esta falta será atribuída nota ZERO na respectiva avaliação, respondendo pela infração cometida, mediante processo administrativo e criminal, se for o caso.

Plágio significa, conforme o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1986, p. 1343), "assinar ou apresentar como seu (obra artística ou científica de outrem)", ou seja, copiar no todo ou em parte conteúdo

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



alheio como sendo seu sem indicar a correspondente fonte de pesquisa.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 12. ed., São Paulo: Malheiros, 2002.
NERY JÚNIOR, Nelson et al. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. 11. ed., São Paulo: RT, 2010.
CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 27. ed., São Paulo: Saraiva, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso prático de processo do trabalho. 20. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.
CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 36. ed., São Paulo: Saraiva, 2011.
DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. 11. ed., São Paulo: LTr, 2012.
MARINONI, Luiz Guilherme. Prova e convicção judicial na tutela do meio ambiente. Unisul de fato e de direito: revista jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina / Universidade do Sul de Santa Catarina. Palhoça: Ed. Unisul, 2013.
SENADO FEDERAL DO BRASIL. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 19.fev.2013.
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Disponível em: www.stj.gov.br. Acesso em: 19.fev.2013.
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Disponível em: www.stf.gov.br. Acesso em: 19.fev.2013.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. Disponível em: www.tj.sc.gov.br, 19.fev.2013.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Disponível em: www.tj.sp.gov.br. Acesso em: 19.fev.2013.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: www.tj.rs.gov.br. Acesso em: 19.fev.2013.
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO. Disponível em: www.trf4.gov.br. Acesso em: 19.fev.2013.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A Avaliação de Grupo é composta da seguinte maneira:

Atividades de Classe:

1) Peças Processuais: Durante os encontros, serão elaboradas as peças processuais indicadas no cronograma de aulas, cujos pontos de direito material a serem abordados serão indicados com antecedência mínima de uma (1) semana pelo professor. Ciente da peça a ser elaborada e da matéria correspondente, cada acadêmico (a) deverá preparar-se para o exercício de sala de aula, através do estudo prévio da estrutura processual e do direito material envolvido, assim como da seleção do material a ser utilizado durante a aula (legislação, doutrina e jurisprudência). Deve-se lembrar que o bom aproveitamento da disciplina estará condicionado ao fiel cumprimento deste requisito, o qual também estará sujeito à avaliação do professor. As peças de cada módulo serão avaliadas com o apontamento dos equívocos e pontos a serem aprimorados, sendo entregues à equipe de trabalho.

2) Prática Simulada de Conciliação, Mediação e Arbitragem: Cada grupo de alunos realizará a prática simulada de Conciliação, Mediação e Arbitragem, com a resolução de "cases" previamente estabelecidos pelos professores orientadores.

A média ponderada destas notas obtidas nas atividades de classe assumirá peso um (1) no cômputo geral do aproveitamento semestral do acadêmico. Atenção: (1) Não será admitida, em hipótese alguma, a entrega das peças fora do prazo determinado, que implicará, sem exceção, a atribuição de nota zero (0) a todos os membros do grupo pela atividade não realizada. (2) No caso de se tornar impossível ao acadêmico efetuar qualquer das atividades previstas no cronograma por motivo escusável, independentemente de prévio aviso, será submetido, na aula subsequente ao evento, sob pena de ficar sem esta nota, a prova oral, cuja nota servirá de substitutivo da atividade prática não realizada. Na ocasião, não será permitida consulta a diplomas legais, textos doutrinários e jurisprudência. Não será admitida, sob hipótese alguma, a prorrogação do prazo estipulado para a execução da prova oral. Na ocorrência de atraso, a cada 15 minutos, haverá diminuição de 1 ponto em relação a nota da peça produzida ou trabalho desenvolvido pelo grupo naquele dia. A nota obtida será computada, para o acadêmico ausente ou atrasado, conforme o caso, em substituição à nota obtida por sua equipe na respectiva atividade, não servindo, entretanto, para fins de abono das faltas correspondentes que deverá ser requerido segundo o regramento aplicável ao caso, nos prazos estipulados pela UNISUL.

A Avaliação Individual ocorre da seguinte maneira:

PROVAS ESCRITAS: Serão realizadas duas (2) provas escritas, consistentes na elaboração de uma peça de constitucional e outra de processo do trabalho, previdenciário ou comercial. As provas são individuais e

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



manuscritas, com permissão para consultar os Códigos e legislação não comentados, limitando-se a três exemplares. Não será permitido o uso de material fotocopiado ou impresso, com comentários ou doutrina, anotações e modelos de quaisquer espécies. O material utilizado estará sujeito à fiscalização do professor, no período antecedente ao exame ou mesmo durante sua realização, estando o (a) acadêmico (a) infrator (a) sujeito (a) ao recolhimento da prova, bem como às penalidades administrativas e criminais aplicáveis ao caso. Será vedado o empréstimo de material, bem como o uso de telefone celular, bip e outros aparelhos eletrônicos durante sua realização. Cada prova receberá nota de zero (0) a dez (10), sendo que sua média assumirá peso dois (2) o cômputo do aproveitamento semestral do acadêmico. Durante a realização da avaliação individual, os materiais não utilizados na prova, assim como celulares, bolsas, pastas etc., deverão ser colocados juntos ao professor, os quais serão entregues ao final da mesma.

RESENHA CRÍTICA: Consiste na elaboração de uma crítica a partir da leitura do livro/ensaio/artigo: MARINONI, Luiz Guilherme. Prova e convicção judicial na tutela do meio ambiente. Unisul de fato e de direito: revista jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina / Universidade do Sul de Santa Catarina. Palhoça: Ed. Unisul, 2013. Deverá conter: CAPA, RESUMO, ANÁLISE CRÍTICA, REFERÊNCIA (ABNT).

RELATÓRIOS DE AUDIÊNCIAS: Cada acadêmico (a) estará obrigado (a) a cumprir carga horária equivalente a cinco (5) horas-aula através da frequência a audiências e sessões de julgamento judiciais, conforme determinado na tabela abaixo. O comparecimento a tais atos será comprovado através da elaboração de relatórios de audiência, que deverão ser preenchidos em formulário disponível na Secretaria do EMA e conter todos os dados do respectivo processo, a descrição minuciosa do ato acompanhado, a indicação de local e data, bem como a assinatura da autoridade que presidiu o ato ou do funcionário responsável em ambas as hipóteses, com a indicação legível do nome e número da matrícula. Estes serão entregues ao professor da disciplina no dia da realização da última prova escrita do semestre, ou se realizada em 2ª chamada, à pessoa responsável por sua aplicação. A entrega dos relatórios implicará na pontuação a seguir:

AUDIÊNCIAS E PONTUAÇÃO:

(2) audiências iniciais de processos trabalhistas ou da justiça federal (vara comum) ou da fazenda pública estadual, sendo 1 hora-aula cada audiência, com pontuação equivalente a 1,0 ponto, perfazendo o total de até 2,0 pontos;

(2) audiências de instrução de processos trabalhistas, ou da fazenda pública estadual, sendo 1 hora-aula cada audiência, com pontuação equivalente a 1,0 ponto, perfazendo o total de até 2,0 pontos;

(1) julgamento proferido por Turma do Tribunal Regional do Trabalho ou (1) pela Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sendo 1 hora-aula cada audiência, com pontuação equivalente a 1,0 ponto, perfazendo o total de até 1,0 pontos;

Observação: O (A) acadêmico (a) deverá assistir apenas as audiências acima especificadas para formar as 5 (cinco) horas de audiências, outras não serão admitidas. Estas deverão ser assistidas somente no Estado de Santa Catarina, no decorrer do semestre cursado, ou seja, no período compreendido entre o início das aulas até a data estabelecida para a prova de primeira chamada. Quanto às audiências de instrução de processos trabalhistas mencionadas, somente serão validadas as audiências que efetivamente tiverem algum ato instrutório. Os relatórios apresentados deverão ser originais.

MATERIAL OBRIGATÓRIO:

Durante as aulas, para fins de elaboração das peças, os acadêmicos deverão portar a Constituição da República Federativa do Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho, o Código de Processo Civil, o Código Civil, Dicionário de Português, Legislação Complementar relativa às ações de mandado de segurança, ação civil pública, ação popular e procedimento das ações de controle de constitucionalidade, além de outros materiais previamente solicitados. Durante as aulas, não será permitida a consulta a obras, sites ou outros apontamentos que contenham modelos de peças processuais. O acadêmico que for flagrado utilizando este tipo de material sofrerá desconto de 1 (um) ponto no resultado do aproveitamento semestral (média final), a cada infração cometida. OBS.: Somente é permitida a consulta aos sites jurídicos e relativos ao assunto tratado em aula.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



ATENÇÃO!

As atividades de classe deverão ser entregues ao término de cada aula.

A entrega dos Relatórios de Audiência deverá ser feita para o professor da disciplina ou a pessoa responsável no caso de segunda chamada.

As provas escritas de Segunda Chamada ocorrerão na data prevista institucionalmente.

As atividades práticas desenvolvidas em aula não poderão ser entregues após o término da aula correspondente ou via correio eletrônico, salvo mediante autorização expressa do professor-orientador. Não será permitido o ingresso do acadêmico na sala de aula, para a realização das provas escritas, após a saída de qualquer acadêmico do mesmo recinto. Aquele que deixar de realizar as provas acima designadas, somente poderá fazê-lo em segunda chamada mediante justificção, através do competente processo administrativo. Não será aceita a entrega da resenha crítica e dos relatórios de audiências após o prazo determinado.

MÓDULO DE INÍCIO CONSTITUCIONAL - AMBIENTAL - ADMINISTRATIVO

1ª aula: Programa de Disciplina - Revisão da matéria processual a ser trabalhada no módulo Constitucional - Ambiental - Administrativo no semestre.

2ª aula: Elaboração da atividade correspondente ao mandado de segurança = Constitucional.

3ª aula: Feedback e correção em sala de aula (Devolução da peça entregue na aula anterior, com as devidas anotações e comentários).

4ª aula: Elaboração da atividade correspondente à Ação Popular = Constitucional e Ambiental.

5ª aula: Devolução da peça entregue na aula anterior, com a avaliação, anotações e feedback. Elaboração da atividade correspondente à Ação Civil Pública = Constitucional e Administrativo.

6ª aula: Devolução da peça entregue na aula anterior, com a avaliação, anotações e feedback. Elaboração da atividade correspondente ao recurso extraordinário ou especial = Constitucional, Administrativo ou Ambiental.

7ª aula: Avaliação Individual do módulo.

8ª aula: Programa de Disciplina - Revisão da matéria processual a ser trabalhada no módulo Trabalhista - Previdenciário - Comercial no semestre.

9ª aula: Elaboração da atividade correspondente à Petição inicial=Trabalhista e ou Previdenciário.

10ª aula: Feedback e correção em sala de aula (Devolução da peça entregue na aula anterior, com as devidas anotações e comentários).

11ª aula: Elaboração da atividade correspondente à Contestação = Comercial.

12ª aula: Devolução da peça entregue na aula anterior, com a avaliação, anotações e feedback. Elaboração da atividade correspondente ao Recurso ordinário = Trabalhista e ou Previdenciário.

13ª aula: Devolução da peça entregue na aula anterior, com a avaliação, anotações e feedback. Elaboração da atividade correspondente à audiência Trabalhista (Simulação da audiência de conciliação, instrução e julgamento (com prolação de sentença adiada). Por sorteio, cada grupo apresentará sua inicial ou contestação, ficando também incumbido da apresentação oral de réplica (se for o caso), do acompanhamento da produção das provas orais, formulação de razões finais orais (não remissivas), dentre outros).

14ª aula: Prática Simulada de Conciliação, Mediação e Arbitragem.

15ª aula: Avaliação Individual do módulo.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		000582	Criminologia		
Ciclo Letivo:	2014 - 1º Semestre	Oferta	1C02	Turma	656
Carga Horária:	30	Creditos: 2			
Curso(s): Direito BC M PB					
Professor	ANDREIA CATINE COSME				

EMENTA

CURRÍCULO 1996

Causas da criminalidade. Análise do sistema penitenciário. Formas e métodos de ressocialização. Personalidade do delinqüente. Análise biológica e social do crime do criminoso. Vitimologia.

CURRÍCULO 2007 e 2010/1

Campo da criminologia. Causas da criminalidade. Análise do sistema penitenciário. Formas e métodos de ressocialização. Personalidade do delinqüente. Análise biológica e social do crime e do criminoso. Vitimologia. Modalidades de controle e pacificação social

JUSTIFICATIVA

O estudo de Criminologia é de suma importância para o exame das principais causas da criminalidade, do funcionamento do sistema penitenciário, das formas e métodos de reinserção social dos apenados, da personalidade do delinqüente, bem como para a análise biológica e social do crime, do criminoso e da vitimologia, bem como das reais funções do sistema penal nas sociedades contemporâneas que são assoladas pelas diversas expressões de violência e criminalidade.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver o conhecimento de fundamentos da criminologia que auxiliem a compreender o fenômeno da criminalidade.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1

Conteúdo

15

Unidade 1:

1 - Fundamentos da criminologia.

1.1 Conteúdo:

Conceito e objeto da criminologia.

Relação com outros ramos do conhecimento.

História da criminologia.

Causas da criminalidade.

Sistema prisional.

Objetivos Específicos

1.2 Objetivos específicos:

Enunciar os principais conceitos da criminologia.

Compreender os mecanismos de atuação da criminalidade.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

1.3 Estratégias de ensino e aprendizagem:

Aula expositiva e dialogada.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

1.4 Instrumentos e critérios de avaliação:

estão na unidade 2

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Atividade orientada-supervisionada: pesquisa complementar aos textos apresentados (1 hora-aula).

2

Conteúdo

15

2 - Questões atuais.

2.1 Conteúdo:

Análise do crime e do criminoso.

Vitimologia.

Prevenção da criminalidade.

Ressocialização.

Teorias atuais.

Objetivos Específicos

2.2 Objetivos específicos:

Discutir temas de criminologia a partir das referências teóricas do Direito.

Motivar a crítica do contexto brasileiro contemporâneo.

Compreender os fundamentos das mais recentes escolas da criminologia.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

2.3 Estratégias de ensino e de aprendizagem:

Aula expositiva e dialogada.

Estudo de texto em equipe.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

2.4 Instrumentos e critérios de avaliação:

Instrumentos: prova e exercícios

Critérios: argumentação teórica, clareza de idéias e correção gramatical.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Atividade orientada-supervisionada: pesquisa complementar aos textos apresentados (2 horas-aula).

AValiação

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



PROVAS: serão realizadas duas provas, com consulta ao material e individual (peso 1).

MÉDIA: P1+P2/2

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FILHO, Penteado et al. Manual esquemático de criminologia. 2ª.ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

SÁ, Alvino Augusto de. Criminologia clínica e psicologia criminal. 2ª.ed., São Paulo: RT, 2010.

GOMES, Luiz Flávio; MOLINA, Antônio G. Pablos de. Criminologia. 4 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. Criminologia integrada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

OLIVEIRA, Odete Maria de. Prisão: um paradoxo social. Florianópolis: UFSC, 2003.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1. Avaliações em segunda chamada: Somente por motivos justificados e comprovados. Deverá ser feito requerimento de avaliação em segunda chamada, no Protocolo Acadêmico, juntando-se documentalmente a justificativa da ausência à prova. Esta prova será realizada SEM CONSULTA. Datas das provas: 23/05 e 27/06/2014.

2. Após a realização da avaliação final os e-mails de alunos sobre a disciplina ou avaliações não serão mais respondidos.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:	008452	Trabalho de Curso em Direito II
Ciclo Letivo:	2014 - 1º Semestre	Oferta 1P01 Turma 698
Carga Horária:	75	Creditos: 5
Curso(s):	Direito BC M PB	
Professor	GABRIEL HENRIQUE COLLAÇO	

EMENTA

Desenvolvimento do trabalho de curso: monografia. Procedimentos metodológicos.

JUSTIFICATIVA

Disciplina imprescindível à formação do acadêmico, posto que demonstra a este a importância da prática da pesquisa jurídica, bem como a necessidade de uma investigação e reflexão acerca do tema escolhido para seu trabalho de curso.

OBJETIVO GERAL

Propiciar ao acadêmico o conhecimento da estrutura da monografia jurídica em seus aspectos linguísticos e metodológicos.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

1	<p>Conteúdo</p> <p>O prazer de pesquisar O que é pesquisa? Projeto de pesquisa rumo ao trabalho de curso. Recomendação sobre o orientador e processo de orientação. As normas institucionais.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Conhecer os elementos essenciais para iniciar uma pesquisa.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aula expositivo-dialogada</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Respostas aos questionamentos e participação nos encontros.</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Visitas e coletas de fundamentos nas bibliotecas de órgãos públicos municipais, estaduais e federais e setor privado. (6,00 horas AOS)</p>	20
---	--	----

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
2	<p>Conteúdo</p> <p>A redação técnica. A redação do texto da monografia jurídica. As características da redação técnica.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Conhecer as características da redação técnico-científica.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aula expositivo-dialogada e oficina de textos.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Respostas aos questionamentos e participação nos encontros.</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	20

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
3	<p>Conteúdo</p> <p>Procedimentos metodológicos. A estrutura e formatação do texto monográfico. As citações. Os sistemas de referências. As referências conforme as normas da ABNT.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Apresentar os elementos que compõem a estrutura da monografia jurídica. Conhecer os procedimentos de formatação da pesquisa.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aula expositivo-dialogada e oficinas de formatação</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Respostas aos questionamentos formulados nos encontros.</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	10

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
4	<p>Conteúdo</p> <p>Apresentação da monografia jurídica. Diretrizes para a apresentação perante a Banca.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Apresentar aspectos relativos à postura pessoal do acadêmico perante a Banca Examinadora da monografia.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aula expositivo-dialogada e oficina de apresentação de trabalhos acadêmicos.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Respostas aos questionamentos e participação nos encontros.</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	10
5	<p>Conteúdo</p> <p>Elaboração de Monografia Jurídica em orientação individual de monografia.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Elaborar um trabalho de pesquisa, a partir da aprovação dos conhecimentos vivenciados durante o curso de graduação, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito. Demonstrar capacidade de aprofundamento e análise crítica de uma temática de estudo que evidencie e contribua para o estudo dos fenômenos jurídicos.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Elaboração de monografia jurídica.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Monografia Jurídica. Os critérios de avaliação, na parte escrita, são: fundamentação teórica adequada ao objeto de estudo; escrita clara, concisa e com encadeamento de idéias; coerência do texto com o título; conclusão articulada com o trabalho realizado; revisão bibliográfica (diversidade de fontes e de autores); uso adequado do manual de normas da UNISUL. E, na parte oral, os critérios são: domínio do assunto e vocabulário adequado; argumentação e sustentação oral; uso adequado do tempo; postura e apresentação pessoal.</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Orientação individual de monografia (15,00 horas AOS)</p>	15

AVALIAÇÃO

Defesa da Monografia Jurídica em banca examinadora: a nota do trabalho monográfico é composta por avaliação da parte escrita (0 a 10,0) e avaliação da apresentação oral (0 a 10,0), ambas atribuídas pelos 2 examinadores. As notas dos examinadores serão somadas, divididas por 2, compondo a média da disciplina Trabalho de Curso em Direito II. A nota final da banca é soberana e será firmada no horário estabelecido para defesa, ficando vedada a re-elaboração da monografia e a apresentação oral em nova data. Os critérios de avaliação, na parte escrita, são: fundamentação teórica adequada ao objeto de estudo; escrita clara, concisa e com encadeamento de ideias; coerência do texto com o título; conclusão articulada com o trabalho realizado; revisão bibliográfica (diversidade de fontes e de autores); uso adequado do manual de normas da UNISUL. E, na parte oral, os critérios são: domínio do assunto e vocabulário adequado; argumentação e sustentação oral; uso adequado do tempo; postura e apresentação pessoal.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



A aprovação na disciplina Trabalho de Curso em Direito II fica condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos constantes do Manual de Trabalho de Curso em Direito:

- a) frequentar 75% das aulas;
- b) protocolizar, com aval do orientador, 3 exemplares impressos (espiral) e publicação no EVA no formato WORD da monografia, acompanhados do registro de orientação assinado pelo orientador, para apresentação em banca;
- c) obter nota igual ou superior a 7,0 na monografia;
- d) entregar dois CD-ROM contendo a versão final da monografia em formato PDF-A, sendo os prazos, horários e locais definidos nos termos do Calendário das Atividades Específicas do Curso de Direito que integra o Manual de Trabalho de Curso em Direito. A entrega das versões para a defesa de monografia só ocorre com o aval do orientador. Situações excepcionais e casos omissos serão decididos pelo Núcleo de Trabalho de Curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

MONTEIRO, Cláudia Servilha; MEZZAROBBA, Orides. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARRAL, Welber Oliveira. Metodologia da pesquisa jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRUSCATO, Wilges. Monografia jurídica: manual técnico de elaboração. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

CASTILHO, Maria Augusta de. Manual para elaboração de monografias em ciências jurídicas. Campo Grande: UCDB, 1998.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAMY, Marcelo. Metodologia da pesquisa jurídica: técnicas de investigação, argumentação e redação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MEDEIROS, João Bosco et al. Monografia no curso de direito: como elaborar o trabalho de conclusão de curso. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NUNES, Rizzatto. Manual da monografia jurídica: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PASOLD, Cesar Luiz. Prática da pesquisa jurídica: ideias e ferramentas úteis para o pesquisador do direito. Florianópolis: OAB/SC Editora, 2005.

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA. Trabalhos acadêmicos na Unisul: apresentação gráfica para TCC, monografias, dissertação e tese.

VENTURA, Deisy. Monografia jurídica: uma visão prática. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Todas as informações e documentos para defesa de monografia estão no Manual de Trabalho de Curso em Direito.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604523424176

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		008442	Filosofia do Direito		
Ciclo Letivo:	2011 - 1º Semestre	Oferta	4	Turma	1640
Carga Horária:	30	Creditos: 2			
Curso(s): Direito BC N TJ					
Professor	JOSE DIMAS D AVILA M MONTEIRO				

EMENTA

CURRÍCULO 2007

Direito e Filosofia do Direito. Filosofia do Direito e seus campos de abrangência. Filosofia do Direito e suas relações com a Dogmática Jurídica e a Teoria Geral do Direito. Os clássicos da Filosofia do Direito (idealistas, materialistas e críticos). Perspectiva humanista: o Direito e o Homem.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de disciplina formativa necessária para compreensão da prática forense do operador jurídico enquanto fenômeno ético concreto. A Filosofia do Direito procura refletir filosoficamente questões pertinentes à sociedade e, assim, ao universo do Direito. Com a análise, reflexão e discussão dos textos filosóficos procura-se contribuir com a formação teórico/prática dos acadêmicos, relacionado conceitos e sua aplicabilidade.

OBJETIVO GERAL

Compreender e avaliar os fundamentos filosóficos pertinentes ao Direito através da análise filosófica dos campos da Teoria Política e da Ética.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

1

Conteúdo

15

Direito, Lei e Justiça: controles sociais?

- . Justiça, dever e lei.
- . A relação cidade/cidadão.

Textos base: Ética a Nicômaco - Livro V (ARISTÓTELES) e Leviatã (HOBBS).

Objetivos Específicos

- . Delimitar os conceitos de justiça, dever e lei na relação cidade/cidadão;
- . Definir e analisar as noções de Norma Jurídica e Fato Social considerando questões éticas relacionadas às ações dos magistrados (Projeto Integrador).

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- . Aula expositiva e dialogada.
- . Leitura, análise e compreensão de textos filosóficos.
- . Produção de texto.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Produção textual (A1) - Prova discursiva (40% do total).

- . Critérios: Produção de Texto (10 pontos): Clareza dos conceitos, lógica e pertinência, e

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



fundamentação da interpretação crítica.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

2 **Conteúdo** 15

Os limites do Direito: fato social, norma jurídica e justiça (Projeto Integrador)

- . Fato social, Norma jurídica e Justiça.
- . Os limites da razão ocidental.
- . Há limites para o Direito?

Textos base: Fundamentação da Metafísica dos Costumes (KANT) e Estado de Exceção (AGAMBEN).

Objetivos Específicos

- . Compreender e analisar os limites do Direito;
- . Definir e analisar as noções de Norma Jurídica e Fato Social considerando questões éticas relacionadas às ações dos magistrados (Projeto Integrador).

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- . Aula expositiva e dialogada.
- . Leitura, análise e compreensão de textos filosóficos.
- . Produção de texto.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- . Instrumentos: Produção textual (A2) (40% do total) e Trabalho (PI) (20% do total)
- . Critérios: Produção de Texto (10 pontos): Clareza dos conceitos, lógica e pertinência, e fundamentação da interpretação crítica.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

- . Atividade Orientada - Projeto Integrador - Estudo dirigido: a partir dos textos estudados e das participações nas seções do TJ-SC, descrever e analisar as relações entre fato social, norma jurídica e justiça (4,5h).

AVALIAÇÃO

Será feita de forma qualitativa e progressiva por meio de duas avaliações escritas, A1 e A2, e um Trabalho (Projeto Integrador - PI) que descreverá e analisará as relações entre fato social, norma jurídica e justiça. Estas terão como objetivo explicitar a compreensão dos textos trabalhados através da elaboração de textos. O Aproveitamento Semestral será o somatório das três avaliações, considerando o peso atribuído a cada uma delas: A1 (40%), A2 (40%) e TPI (20%). Os acadêmicos que obtiverem média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) serão aprovados e os que obtiverem média semestral inferior a 7,0 (sete) estarão em Avaliação Final.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- BOBBIO, Norberto. O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1995.
- KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- LAFER, Celso. A reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo como pensamento de Hanna Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- REALE, Miguel. Filosofia do direito. São Paulo Saraiva:1991.
- WARAT, Luis Alberto; BASTOS Albano Marcos Pepe. Filosofia do direito. Uma introdução crítica. São Paulo: Moderna, 1996.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Trad. Mário da Gama Kury. 3. ed. Brasília: UnB, 1999.
- AGAMBEN, G. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2006.
- HOBBES. Leviatã. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- KANT, I. Fundamentação da metafísica dos Costumes. Lisboa: Edições 70, 1997.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Avaliação 1 (A1) - 24/05

Avaliação 2 (A2) - 21/06

Trabalho PI (PI) - entrega - 21/06

Avaliação Final - 05/07

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		000701	Direito Penal IV	
Ciclo Letivo:	2011 - 1º Semestre	Oferta	9	Turma 1663
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC N TJ				
Professor	GIOVANI DE PAULA			

EMENTA

CURRÍCULO 1996

Noções introdutórias. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes contra o Estado e a ordem Política e Social. Crimes contra a economia popular. Crimes de abuso do poder econômico. Crimes de sonegação fiscal. Crimes familiares. Crimes eleitorais. Crimes de responsabilidade do Presidente, Governadores, Prefeitos, Ministros, Secretários de Estados e Municípios, Parlamentares. Crime de abuso de autoridade. Crimes por tráfico e uso de substâncias tóxicas. Crimes de contrabando. Outros crimes previstos em leis especiais. Contravenções penais. Jurisprudência.

CURRÍCULO 2007 e 2011/2

Noções introdutórias. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes contra a ordem previdenciária. Crimes contra as finanças públicas. Leis penais especiais. Jurisprudência.

JUSTIFICATIVA

A disciplina Direito Penal IV é imprescindível na formação do acadêmico, pois introduz o mesmo no estudo dos crimes contra a fé pública, contra a administração pública, contra a ordem previdenciária e contra as finanças públicas, analisando os elementos essenciais para sua caracterização.

OBJETIVO GERAL

Propiciar conhecimentos para a aplicação das normas penais e estimular a produção científica a respeito dessas temáticas. Capacitar o Acadêmico a interpretar e aplicar os tipos penais previstos na Parte Especial do Código Penal (artigos 289 a 359-H) e os previstos em legislação penal especial de forma a que a intervenção punitiva se dê no sentido de prevenir os problemas da violência e da criminalidade.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1

Conteúdo

15

Apresentação do Plano de Ensino aos alunos.

CONTEÚDOS:

- 1.1 CRIMES CONTRA A FAMÍLIA
- 1.2 CRIMES CONTRA O CASAMENTO
- 1.3 CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO
- 1.4 CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR
- 1.5 CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER, TUTELA CURATELA

Objetivos Específicos

Conhecer os instrumentos de proteção à família no campo jurídico penal.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas Expositivo dialogadas. Uso de meios auxiliares de ensino: vídeos, ppt.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Apresentação de seminários (04 equipes) com notas entre 0,00 e 2,0 pontos que serão somadas à notas das avaliações escritas.com as temática:

1. Lei de Contravenções Penais.
2. Crimes contra a infância e juventude.
3. Crimes Ambientais.
4. Estatuto do Idoso.

Metodologia do Seminário:

1. Equipes de 05 alunos
2. Entrega de uma resenha sobre a temática apresentada conforme normas de apresentação de trabalhos da Unisul.
3. Tempo de apresentação de 30 minutos.
4. Tempo de Debates de até 30 minutos.
4. Todos os alunos integrantes das equipes terão que apresentar uma parte do trabalho.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Leitura do Livro Didático de Ciência Criminal da Unisul Virtual elaborado pelo professor da disciplina.
02 horas/aula

2

Conteúdo

15

CONTEÚDOS

- 2.1 CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA.
- 2.2 CRIMES DE PERIGO COMUM.
- 2.3 CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA.

Objetivos Específicos

Conhecer a proteção jurídico penal contra os crimes que atingem a coletividade no que diz respeito a situações de perigo comum e à saúde pública.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas expositivas-dialogadas;
Pesquisa e apresentação de aspectos doutrinários e jurisprudenciais dos tipos penais estudados.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Apresentação de seminários (04 equipes) com notas entre 0,00 e 2,0 pontos que serão somadas à notas das avaliações escritas com as seguintes temáticas:

1. Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou de Cor.
2. Crimes Falimentares.
3. Crimes Hediondos.
4. Crimes de Sonegação Fiscal.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Metodologia do Seminário:

1. 04 equipes de 05 alunos
2. Entrega de uma resenha sobre a temática apresentada conforme normas de apresentação de trabalhos da Unisul.
3. Tempo de apresentação de 30 minutos.
4. Tempo de Debates de até 30 minutos.
4. Todos os alunos integrantes das equipes terão que apresentar uma parte do trabalho.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Leitura e fichamento de texto a ser entregue pelo professor aos alunos.
03 horas aula.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

3

Conteúdo

15

3.1 CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

3.2 CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

Objetivos Específicos

Conhecer e discutir os tipos penais específicos da Unidade, analisando os aspectos doutrinários e jurisprudenciais dos tipos penais estudados.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula Expositivo dialogada.

Apresentação e discussão de filme/documentário.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Apresentação de seminário (04 equipes) com notas entre 0,00 e 2,0 pontos que serão somadas à notas das avaliações escritas, com as seguintes temáticas:

1. Lei de Tóxicos.
2. Crimes Militares.
3. Crimes de Trânsito.
4. Crimes contra as relações de Consumo.

1. Metodologia do Seminário:

1. 02 equipes de 05 alunos

2. Entrega de uma resenha sobre a temática apresentada conforme normas de apresentação de trabalhos da Unisul.

3. Tempo de apresentação de 30 minutos.

4. Tempo de Debates de até 30 minutos.

4. Todos os alunos integrantes das equipes terão que apresentar uma parte do trabalho.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Pesquisa e apresentação escrita da jurisprudência dos tipos penais estudados.

05 horas aula.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo

- 4.1 CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 4.2 CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA.
- 4.3 CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

Objetivos Específicos

- Compreender a importância da tutela jurídico penal para ser resguardar a moralidade, legalidade, impessoalidade e eficiência da Administração Pública.
- Conhecer os tipos penais específicos da Unidade.
- Analisar os aspectos doutrinários e jurisprudenciais dos tipos penais estudados.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas expositivo dialogadas e técnica de seminário, com estudo de casos.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Apresentação de seminários (04 equipes) com notas entre 0,00 e 2,0 pontos que serão somadas à notas das avaliações escritas com as seguintes temáticas:

1. Crimes Contra a Ordem Econômica Financeira e Tributária.
2. Lei de Improbidade Administrativa.
3. Lei de Imprensa.
4. Crimes de Responsabilidade de prefeitos

Metodologia do Seminário:

1. 04 equipes de 05 alunos
2. Entrega de uma resenha sobre a temática apresentada conforme normas de apresentação de trabalhos da Unisul.
3. Tempo de apresentação de 30 minutos.
4. Tempo de Debates de até 30 minutos.
4. Todos os alunos integrantes das equipes terão que apresentar uma parte do trabalho.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Resenha escrita do Filme: "Quanto vale ou é por quilo" de Sérgio Bianchi, 2005, relacionando os aspectos ligados às temáticas da Unidade.

05 horas aula.

AValiação

De acordo com o estabelecido pela Congregação do Curso de Direito e pelo Regimento da UNISUL, o acadêmico será avaliado com base nos seguintes critérios:

1. Primeira Avaliação - PA - Prova individual com questões objetivas e dissertativas COM consulta somente ao Código Penal.

Data da prova: 14 de abril de 2011. (NOTA de 0 a 08,0)

Data da devolução da prova pelo docente, até dia 21 de abril de 2011.

2. Segunda Avaliação - PA - Prova individual com questões objetivas e dissertativas COM consulta à doutrina e à jurisprudência.

Data da prova: 02 de junho de 2011. (NOTA de 0 a 08,00)

Data da devolução da prova pelo docente até 209 de junho de 2011.

3. Seminários: corresponderão à uma pontuação entre 0,00 e 2,00 pontos, somando-se às notas das Avaliações.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AMARAL, Sylvio do. Falsidade documental. 4. ed. Campinas: Millennium, 2000.

DELMANTO, Celso, DELMANTO, Roberto, DELMANTO JÚNIOR, Roberto. Código Penal Comentado. 4. ed. São

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Paulo : Renovar, 1998.

JESUS, Damásio Evangelista de. Direito penal: parte especial. V. 4.. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Código penal interpretado. São Paulo: Atlas, 1999.

PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro: parte especial - arts. 289 a 359. V. 4. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Sistema Penal Máximo x Cidadania Mínima: códigos da violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003. CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2004.

FRANCO, Alberto Silva e outros. Código penal e sua interpretação jurisprudencial. São Paulo, RT, 1997.

_____. Leis penais especiais e sua interpretação jurisprudencial. São Paulo, RT, 1995.

NORONHA, Edgar Magalhães. Curso de Direito Penal. Volume 3, 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 1979.

SALLES JÚNIOR, Romeu de Almeida. Código Penal Interpretado. São Paulo: Saraiva, 1996.

ROSA, Fábio Bittencourt. Legitimação do ato de criminalizar. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2001. 110 p.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Este Plano de Ensino poderá ser modificado no curso de sua execução quando for identificada a necessidade de adaptação pedagógica ao processo ensino-aprendizagem. O cronograma poderá ser alterado se houver modificação no planejamento pedagógico, convocação do docente para participar de atividade não prevista no calendário acadêmico ou evento acadêmico.

MATERIAL OBRIGATÓRIO: Código Penal atualizado e legislação pertinente.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		000700	Direito Penal III		
Ciclo Letivo:	2010 - 2º Semestre	Oferta	9	Turma	869
Carga Horária:	60	Creditos: 4			
Curso(s): Direito BC N TJ					
Professor	MARIA LUCIA PACHECO FERREIRA MARQUES				

EMENTA

CURRÍCULO 1996

Noções introdutórias. Crimes contra pessoa. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra os costumes. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Jurisprudência.

CURRÍCULO 2007 e 2011/2

Noções introdutórias. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e crimes contra o respeito aos mortos. Crimes contra os costumes. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Jurisprudência.

JUSTIFICATIVA

Oportunizar ao acadêmico o aprendizado dos tipos penais em espécie, analisando a atual tendência do Direito Penal moderno, capacitando-o à interpretação sistemática do direito. Estimular a reflexão crítica sobre os graves problemas de violência e criminalidade desenvolvendo o comprometimento como futuro operador do Direito, com a evolução de uma justiça penal voltada à efetiva concretização dos valores básicos da Constituição, à implantação de um Estado sócio-econômico igualitário, como pressuposto fundamentais do Estado Democrático de Direito.

OBJETIVO GERAL

Introduzir o aluno no estudo dos principais crimes previstos na Parte Especial do Código Penal (artigos 121 a 288), a partir do referencial teórico doutrinário para construção do tipo penal, instrumentalizando o acadêmico para a aplicação desse referencial em casos reais, desenvolvendo a capacidade de argumentação jurídica.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo

Núcleo fundamental

1. A Parte Geral e Parte Especial

2. A Divisão do Código

3. A parte Especial e o princípio da reserva legal.

4. A Parte Geral e Parte Especial

5. A Divisão do Código

6. DOS CRIMES CONTRA A VIDA: Homicídio, Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, infanticídio, aborto;

7. LESÕES CORPORAIS

8. DOS CRIMES CONTRA A HONRA: Calúnia, difamação, injúria

9. DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA: bigamia, induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento; adultério, registro de nascimento inexistente, sonegação de estado de filiação, abandono material e intelectual, entrega de filho menor a pessoa inidônea, induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de Incapazes, subtração de incapazes.

10. DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL: Constrangimento ilegal, ameaça, seqüestro e cárcere privado, redução à condição análoga à de escravo, violação de domicílio, violação de correspondência, sonegação, ou destruição de correspondência, violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica, abuso na correspondência comercial, divulgação de segredo, violação de segredo profissional.

Objetivos Específicos

* Identificar, a organização do Código Penal no que tange sua parte especial.

* Identificar o princípio constitucional que determina a formação do tipo penal.

* Compreender a disposição dos tipos penais ao longo da parte geral.

* Compreender a partir foco do indivíduo (sua vida, integridade física, liberdade, família e honra) como sujeito passivo ou ativo do crime analisar, as peculiaridades das principais infrações penais relacionadas com a ementa.

* Identificar nos tipos penais conceito, objetividade jurídica, sujeitos ativo e passivo, elementos objetivo, normativo (se houver) e subjetivo de cada tipo, consumação e tentativa, formas qualificadas e privilegiadas (se houver).

* Desenvolver a capacidade de argumentação jurídica a partir da análise e resolução de casos práticos hipotéticos.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

* Aula expositiva dialogada seguida da leitura e discussão de textos doutrinários.

* Realização de exercícios práticos para a aplicação do referencial teórico.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

AV1 - Prova escrita com questões teóricas e práticas.

Critérios de avaliação:

* Clareza e objetividade

* Domínio dos conceitos teóricos

* Ausência de dispersão ou de redundância das informações

* Observância das regras da norma culta

* Aplicação e domínio de conceitos

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Estudo dirigido e resolução de exercícios (2 horas)

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo

Núcleo fundamental

11. DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO: furto, roubo, extorsão, extorsão mediante seqüestro, extorsão indireta, alteração de limites, usurpação de águas, esbulho possessório, dano, apropriação indébita, estelionato e outras fraudes, receptação.

12. DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO: estupro, atentado violento ao pudor, posse sexual, mediante fraude, atentado ao pudor mediante fraude, sedução, corrupção de menores, rapto, mediação, para servir a lasciva de outrem, favorecimento, favorecimento da prostituição, casa de prostituição, rufianismo, tráfico de mulheres, ato obsceno, escrito ou objeto obsceno.

Núcleo intermediário

13. DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA: incitação ao crime, apologia ao crime ou criminoso, quadrilha ou bando.

14. DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE: perigo de contágio venéreo, perigo de contágio de moléstia grave, perigo contra a vida ou a saúde de outrem, abandono de incapaz, exposição ou abandono de recém-nascido, omissão de socorro e maus-tratos.

15. DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA: epidemia, envenenamento de água potável, alteração de substância alimentícia ou medicinal, charlatanismo, curandeirismo.

16. RIXA

17. DOS CRIMES CONTRA SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS: ultraje ao culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo, impedimento ou perturbação de cerimônia funerária, violação de sepultura, destruição ou ocultação de cadáver, vilipêndio e cadáver.

Objetivos Específicos

* Identificar os tipos penais pertinentes às ações infligidas contra o patrimônio

* Analisar os tipos penais previstos, a partir do conceito, objetividade jurídica, sujeitos ativo e passivo, elementos objetivo, normativo (se houver) e subjetivo de cada tipo, consumação e tentativa, formas qualificadas e privilegiadas (se houver).

* Desenvolver a capacidade de argumentação jurídica a partir da análise e resolução de casos práticos hipotéticos.

* Identificar os tipos penais pertinentes às ações infligidas contra a coletividade.

* Analisar os tipos penais previstos, a partir do conceito, objetividade jurídica, sujeitos ativo e passivo, elementos objetivo, normativo (se houver) e subjetivo de cada tipo, consumação e tentativa, formas qualificadas e privilegiadas (se houver).

* Desenvolver a capacidade de argumentação jurídica a partir da análise e resolução de casos práticos hipotéticos.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

* Aula expositiva dialogada seguida da leitura e discussão de textos doutrinários.

* Realização de exercícios práticos para a aplicação do referencial teórico.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

AV2 - Prova escrita com questões teóricas e práticas.

Critérios de avaliação:

* Clareza e objetividade

* Domínio dos conceitos teóricos

* Ausência de dispersão ou de redundância das informações

* Observância das regras da norma culta

* Aplicação e domínio de conceitos

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Estudo dirigido e resolução de exercícios (2 horas)

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo

Núcleo secundário

18. DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL: violação de direito autoral, violação de privilégio de invenção, violação de direito de marca, concorrência desleal.

19. DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: atentado contra a liberdade de trabalho, atentado contra a liberdade de associação, paralisação de trabalho seguida de violência ou perturbação da ordem, paralisação de trabalho de interesse coletivo.

20. DOS CRIMES DE PERIGO COMUM: incêndio, explosão, uso e fabrico de gás tóxico ou asfixiante, inundação, desabamento ou desmoronamento, difusão de doença ou praga.

21. DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS: perigo de desastre ferroviário, atentado contra a segurança do transporte marítimo, fluvial ou aéreo, atentado contra a segurança de outro meio de transporte, arremesso de projétil, atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública, interrupção ou perturbação de serviço telegráfico ou telefônico.

Objetivos Específicos

* Analisar os tipos penais previstos nos itens elencados, a partir do conceito, objetividade jurídica, sujeitos ativo e passivo, elementos objetivo, normativo (se houver) e subjetivo de cada tipo, consumação e tentativa, formas qualificadas e privilegiadas (se houver).

* Desenvolver a capacidade de argumentação jurídica a partir da análise e resolução de casos práticos hipotéticos.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

* Aula expositiva dialogada seguida da leitura e discussão de textos doutrinários.

* Realização de exercícios práticos para a aplicação do referencial teórico.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

AV3 - Relatório circunstanciado (Projeto Integrador).

Critérios de avaliação:

- * Apresentação das características mais relevantes
- * Síntese e objetividade
- * Ausência de dispersão ou de redundância das informações
- * Observância das regras da norma culta
- * Aplicação e domínio de conceitos

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Estudo dirigido, resolução de exercícios e acompanhamento de audiência (2 horas)

AValiação

1. Primeira Avaliação - Prova escrita, individual, sem qualquer consulta. Conterá questões objetivas e/ou subjetivas de casos hipotéticos para resolução através de argumentação jurídica pautada na legislação, doutrina e jurisprudência dominante e atual, bem como questões de conteúdo teórico. Conteúdo: unidades programáticas 01 e 02. Data: será realizada no dia.

2. Segunda Avaliação - Prova escrita, individual, com consulta apenas código seco nos moldes da primeira avaliação. Conteúdo: unidades programáticas 03, 04 e 05. Data: será realizada no dia.

3. Terceira avaliação - Projeto integrador

Observações gerais:

A nota final da matéria será obtida pela média aritmética dos resultados das provas e do projeto integrador.

Serão submetidos à avaliação final os alunos que não obtiverem a média 7 (sete), no mínimo, sendo sua média na disciplina obtida com base nas normas vigentes na UNISUL.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



A não realização de qualquer prova, implicará na atribuição de nota zero ao aluno que não a realizar por não obter deferimento regular em segunda chamada.

A realização de qualquer avaliação (provas, relatórios) obedecerá as normas fixadas pela UNISUL.

A entrega no dia da primeira prova das atividades orientadas previstas para a unidade programática 02 acresce à nota final da avaliação 0,5 pontos por relatório entregue até o máximo de 03 relatórios, sendo um obrigatoriamente de tribunal de juri.

A entrega no dia da segunda prova das atividades orientadas previstas para a unidade programática 03 acresce à nota final da avaliação 0,5 pontos por relatório entregue até o máximo de 02 relatórios.

A avaliação final também será escrita, nos moldes da primeira e segunda avaliações, com consulta somente ao código seco e versará sobre todo o conteúdo ministrado na disciplina. Data: na semana prevista para avaliação final no calendário acadêmico, em seu dia de aula.

A frequência é obrigatória a todas as aulas assim sendo será feita a chamada no início do período. frequência mínima para aprovação de 75 por cento das aulas conforme critérios institucionais.

ATENÇÃO:

A avaliação final também será escrita, nos moldes da primeira e segunda avaliações, com consulta somente ao código seco e versará sobre todo o conteúdo ministrado na disciplina. Data: na semana prevista para avaliação final no calendário acadêmico, em seu dia de aula.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal - parte geral. Vol. 02 e 03 São Paulo: Ed. Saraiva, 2004.
JESUS, Damásio Evangelista de. Código Penal Anotado. Ed. atualizada. São Paulo: Saraiva.
JESUS, Damásio Evangelista de. Direito Penal. Parte geral. 21ª ed. São Paulo: Saraiva.
MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal 2 volume 2 e 3. 7ª ed. São Paulo : Atlas.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DELMANTO, Celso, DELMANTO, Roberto e DELMANTO JÚNIOR, Roberto. Código Penal Comentado. 4ª ed. São Paulo: Renovar.
FRANCO, Alberto da Silva e Outros. Código Penal e sua interpretação jurisprudencial. 5. ed., revista e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
NORONHA, Edgard Magalhães. Direito Penal 2 volume 2 e 3. 11. ed. São Paulo : Saraiva.
SALLES JÚNIOR, Romeu de Almeida. Código Penal Interpretado. São Paulo : Saraiva.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Prova em segunda chamada apenas com autorização da coordenação e conforme as regras estabelecidas pela coordenação.

Ao final da unidade 02 será realizada a primeira prova.

Ao final da unidade 05 será realizada a segunda avaliação.

Os relatórios de audiências deverão ser entregue, impreterivelmente no dia das provas.

No primeiro dia de aula será entregue o modelo de relatório de audiência a ser utilizado nas atividades.

A prova de avaliação final será, tão somente, realizada na semana prevista para as avaliações finais e no dia regular de aula.

ATENÇÃO:

A avaliação final também será escrita, nos moldes da primeira e segunda avaliações, com consulta somente ao código seco e versará sobre todo o conteúdo ministrado na disciplina.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		000711	Direito Processual Penal II	
Ciclo Letivo:	2010 - 2º Semestre	Oferta	9	Turma 867
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC N TJ				
Professor	SIDNEY ELOY DALABRIDA			

EMENTA

Noções introdutórias. Prisão e liberdade provisória. Atos de comunicação processual. Aplicação provisória de interdições de direitos. Medidas de segurança. Sentença. Processos em espécie.

JUSTIFICATIVA

O estudo do Direito Processual Penal II é imprescindível para que o acadêmico possa compreender a estrutura da atividade jurisdicional de natureza cautelar, especialmente dos institutos da prisão e liberdade provisórias. Ademais, possibilita o entendimento dos diversos atos de comunicação processual penal, os requisitos da sentença criminal e os diferentes tipos procedimentais.

OBJETIVO GERAL

Habilitar o aluno a compreender e interpretar o Direito Processual Penal, proporcionando-lhe, em especial, o entendimento do modelo de garantias processuais em torno das medidas cautelares constritivas da liberdade, bem como as modalidades de liberdade provisória; a identificação dos diferentes atos de comunicação processual; os requisitos da sentença criminal; os diferentes procedimentos criminais em vigor, especialmente em face das recentes alterações na legislação processual penal.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

1

Conteúdo

1. DA PRISÃO EM
- 1.1 Tutela Cautelar Penal
- 1.2 Princípios Constitucionais

Objetivos Específicos

aprofundar o estudo acerca do tema

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

aula expositivo dialogada

Instrumentos e Critérios de Avaliação

prova escrita: será avaliada a habilidade do aluno para desenvolvimento do tema, bem como a concordância lógico-jurídica das respostas apresentadas.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

2

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Não informado

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

2 Conteúdo

3

2. DA PRISÃO
2.1 PRÉVIA
2.2 Pressupostos
2.3 Condições de admissibilidade
2.4 Hipóteses de inadmissibilidade
2.5 Fundamentação
2.6 Revogação
2.7 Apresentação espontânea do acusado.

Objetivos Específicos

aprofundar o estudo acerca do tema

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

aula expositivo dialogada

Instrumentos e Critérios de Avaliação

prova escrita: será avaliada a habilidade do aluno para desenvolvimento do tema, bem como a concordância lógico-jurídica das respostas apresentadas.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

3 Conteúdo

5

3. DA PRISÃO
3.1 CONHEITO
3.2 Natureza jurídica
3.3 Hipóteses legais de admissibilidade
3.4 Formalidades legais

Objetivos Específicos

aprofundar o estudo acerca do tema

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

aula expositivo dialogada

Instrumentos e Critérios de Avaliação

prova escrita: será avaliada a habilidade do aluno para desenvolvimento do tema, bem como a concordância lógico-jurídica das respostas apresentadas.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



4

Conteúdo

4. DA PRISÃO EM FLAGRANTE
- 4.1 Definição e Natureza Jurídica
- 4.2 Sujeitos do flagrante
- 4.3 Espécies de flagrante
- 4.4 Flagrante preparado, esperado, prorrogado e forjado
- 4.5 O auto de prisão em flagrante
- 4.6 Relaxamento da prisão em flagrante

Objetivos Específicos

aprofundar o estudo acerca do tema

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

aula expositivo dialogada

Instrumentos e Critérios de Avaliação

prova escrita: será avaliada a habilidade do aluno para desenvolvimento do tema, bem como a concordância lógico-jurídica das respostas apresentadas.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

5

5

Conteúdo

5. DA PRISÃO EM FLAGRANTE
- 5.1 Definição e Natureza Jurídica
- 5.2 Natureza
- 5.3 Beneficiários

Objetivos Específicos

aprofundar o estudo acerca do tema

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

aula expositivo dialogada

Instrumentos e Critérios de Avaliação

prova escrita: será avaliada a habilidade do aluno para desenvolvimento do tema, bem como a concordância lógico-jurídica das respostas apresentadas.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

3



6	<p>Conteúdo</p> <p>6. DA PRISÃO</p> <p>6.1 O tema diante da Constituição Federal/88</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>aprofundar o estudo acerca do tema</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>aula expositivo dialogada</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>prova escrita: será avaliada a habilidade do aluno para desenvolvimento do tema, bem como a concordância lógico-jurídica das respostas apresentadas.</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	2
---	---	---

7	<p>Conteúdo</p> <p>7. DA LIBERDADE</p> <p>7.1 Generalidades</p> <p>7.2 Conceito e fundamento</p> <p>7.3 Espécies</p> <p>7.4 Liberdade provisória vinculada</p> <p>7.5 Liberdade provisória sem vinculação</p> <p>7.6 Liberdade provisória sem fiança</p> <p>7.7 Liberdade provisória com fiança</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>aprofundar o estudo acerca do tema</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>aula expositivo dialogada</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>prova escrita: será avaliada a habilidade do aluno para desenvolvimento do tema, bem como a concordância lógico-jurídica das respostas apresentadas.</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Análises de doutrina e jurisprudência, com produção textual 3 h/a</p>	8
---	---	---

8

Conteúdo

5

8. DAS CITAÇÕES, INTIMAÇÕES E
 8.1 Conceitos e diferenças C A Ç Õ E S
 8.2 Classificação da citação
 8.3 Modalidades de citação
 8.4 Requisitos da citação
 8.5 Suspensão do processo
 8.6 Formas de intimação
 8.7 Regras especiais

Objetivos Específicos

aprofundar o estudo acerca do tema

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

aula expositivo dialogada

Instrumentos e Critérios de Avaliação

prova escrita: será avaliada a habilidade do aluno para desenvolvimento do tema, bem como a concordância lógico-jurídica das respostas apresentadas.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

9

Conteúdo

5

9. DA APLICAÇÃO PROVISÓRIA DE INTERDIÇÕES DE DIREITOS E MEDIDAS DE
 9.1 Posição do tema frente à reforma penal/84 e à Lei nº 7.210/84 N Ç A

Objetivos Específicos

aprofundar o estudo acerca do tema

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

aula expositivo dialogada

Instrumentos e Critérios de Avaliação

prova escrita: será avaliada a habilidade do aluno para desenvolvimento do tema, bem como a concordância lógico-jurídica das respostas apresentadas.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado



10

Conteúdo

5

10. DA SENTENÇA
 10.1 Condição M I N A L
 10.2 Classificações
 10.3 Requisitos e efeitos
 10.4 Princípio da correlação
 10.5 Jura novit curia
 10.6 Emendatio libelli e Mutatio libelli (Lei nº 11.719, de junho/2008)

Objetivos Específicos

aprofundar o estudo acerca do tema

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

aula expositivo dialogada

Instrumentos e Critérios de Avaliação

prova escrita: será avaliada a habilidade do aluno para desenvolvimento do tema, bem como a concordância lógico-jurídica das respostas apresentadas.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

11

Conteúdo

17

11. DOS PROCESSOS EM
 11.1 Generalidades E C I E
 11.2 Identificação do procedimento
 11.3 Processo comum: ordinário, sumário ou sumaríssimo
 11.4 A Lei nº 11.719, de junho de 2008
 11.5 Juizados Especiais Criminais
 11.6 Tribunal do Júri (Lei nº 11.689, de junho/2008)

Objetivos Específicos

aprofundar o estudo acerca do tema

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

aula expositivo dialogada

Instrumentos e Critérios de Avaliação

prova escrita: será avaliada a habilidade do aluno para desenvolvimento do tema, bem como a concordância lógico-jurídica das respostas apresentadas.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Análises de doutrina e jurisprudência, com produção textual 12 h/a

AValiação

Serão realizadas duas provas escritas, contendo questões objetivas e/ou discursivas. Em uma das provas não será permitida consulta a material de qualquer natureza. O conteúdo das provas será cumulativo. Durante as aulas poderão ser exigidas atividades (exercícios, papers, fichamentos, resolução de teses, exposição oral de temas, respostas a questionamentos específicos, etc), cuja não realização, apresentação deficiente ou extemporânea implicará em conceito negativo. Outrossim, será considerada a participação do aluno em sala de aula e sua frequência.

Projeto Integrador:

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
 e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
 constitui-se em crime previsto no
 Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
 autor(a) à respectiva ação penal.*



A avaliação será realizada através de dois questionamentos a serem formulados na última avaliação, correspondendo a 40./ do valor total atribuído à avaliação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BADARÓ, Gustavo Henrique. Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009
BARROS, Romeu Pires de Campos. Processo Penal Cautelar. Rio de Janeiro: Forense
BONFIN, Edilson Mougenot. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva
BRANCO, Tales Castelo. Da Prisão em Flagrante. São Paulo: Saraiva
CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva
CHOUKR, Fauzi Hassan. Código de Processo Penal: comentários consolidados e crítica jurisprudencial. Rio de Janeiro: Lúmen Júris
DALABRIDA, Sidney Eloy. Prisão Preventiva: uma análise à luz do Garantismo Penal. Curitiba: Juruá
DALABRIDA, Sidney Eloy. Direito Processual Penal. Florianópolis: Editora OAB/SC
DELMANTO JÚNIOR, Roberto. As modalidades de prisão provisória e seu prazo de duração. Rio de Janeiro: Renovar
FERNANDES, Antônio Scarance. Processo Penal Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais
FRANCO, Alberto Silva et al. Código de Processo Penal e sua Interpretação Jurisprudencial. São Paulo: Revista dos Tribunais
GOMES FILHO, Antônio Magalhães. Presunção de Inocência e Prisão Cautelar. São Paulo: Saraiva
GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva
GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Juizados Especiais Criminais. São Paulo: Revista dos Tribunais
JESUS, Damásio E. de. Código de Processo Penal Anotado. São Paulo: Saraiva
MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo Penal. São Paulo: Atlas
MIRABETE, Júlio Fabbrini. Código de Processo Penal Interpretado. São Paulo: Atlas
NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. Belo Horizonte: Del Rey
OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Regimes Constitucionais da Liberdade Provisória. Belo Horizonte: Del Rey
PASOLD, César Luiz. Prática da Pesquisa Jurídica - idéias e ferramentas úteis para o pesquisador do Direito. Florianópolis: OAB/SC
PORTO, Hermínio Alberto Marques. Júri. São Paulo: Saraiva
RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Lúmen juris
ROCHA, Luiz Otávio de Oliveira, BAZ, Marco Antônio Garcia. Fiança Criminal e Liberdade Provisória. São Paulo: Revista dos Tribunais
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. Vol. 3. São Paulo: Saraiva
TOURILHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Não informado

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*





Disciplina:		008441	Direito Constitucional III	
Ciclo Letivo:	2010 - 2º Semestre	Oferta	7	Turma 820
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC N TJ				
Professor	SIMONE BORN DE OLIVEIRA			

EMENTA

Federalismo. Federação brasileira. Competência constitucional. Intervenção. Administração pública na Cons1)2)tituição. Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Funções essenciais à Justiça. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Forças Armadas e segurança pública. Da ordem financeira e tributária.

JUSTIFICATIVA

Completando o conteúdo das disciplinas de direito constitucional I e II, esta disciplina dá continuidade ao estudo da Constituição, proporcionando ao acadêmico uma análise da organização política e administrativa do Estado, com as suas respectivas competências, dentre outros temas de fundamental importância para a ideal compreensão do constitucionalismo. Possui relação com praticamente todas as disciplinas do núcleo base do Curso de Direito.

OBJETIVO GERAL

Possibilitar ao estudante a construção de uma visão crítica e abrangente a respeito da estrutura do Estado Brasileiro contemporâneo, com a organização dos poderes e das funções essenciais à justiça; da defesa do Estado e das instituições democráticas, das bases constitucionais do sistema tributário nacional; da ordem econômica, a fim de prepará-lo para a compreensão jurídica destes e da real e efetiva importância da correlação do Direito Constitucional com os demais ramos do Direito.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo**I. PONTO 1.****1. A Organização do Estado:**

1.a) O Federalismo e a federação brasileira.

1.b) A repartição de competências dos entes federados

1.c) A intervenção

1.d) A administração pública

Objetivos Específicos

Possibilitar ao estudante a construção de uma visão crítica e abrangente a respeito da estrutura do Estado Brasileiro contemporâneo.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem**ESTRATÉGIAS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM**

As atividades serão desenvolvidas através de: (1) de aulas expositivas dialogadas; (2) de estudos dirigidos em grupo, sobre texto ou questionário de revisão dos conteúdos, que serão distribuídos e desenvolvidos em aula, com a síntese final a ser apresentada na mesma aula; (3) de estudos dirigidos individuais, efetuados primeiramente mediante leitura e fichamento de textos, desenvolvidos fora da sala de aula, para posterior escrita de trabalho planejado, com a síntese final a ser apresentada em aula específica previamente marcada; (4) de avaliações individuais, sob a forma escrita, com correção das provas escritas no encontro imediatamente posterior ao de sua realização sempre que possível for; (5) de atividades orientadas supervisionadas, realizadas extraclasse, com resumos críticos e ou debates a serem apresentados em aula específica previamente marcada, e que equivalem a horas aula.

Instrumentos e Critérios de Avaliação**VIII - INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

a) Serão realizadas duas avaliações escritas individuais, todas com valor de até 10(dez) pontos* e peso 1,0 (hum). A prova escrita será corrigida com todo o grupo em aula, sempre que possível for em até 14 dias de sua realização, com a entrega das notas respectivas.

Serão critérios de avaliação dessas provas escritas: Clareza e objetividade; demonstração de conhecimento suficiente; Capacidade de sistematização das idéias; Ausência de dispersão ou de redundância das informações; Observância das regras da norma culta.

* (composição de pontos ver descrição constante da letra c, logo abaixo neste item VIII)

b) Serão realizados estudos dirigidos em grupo, desenvolvidos em sala de aula.

c) Serão realizados DOIS estudos dirigidos individuais, cujos conteúdos e regras seguem abaixo:

CONTEÚDOS:

1º. - PONTO 2.a.1- PROCESSO LEGISLATIVO;

2º.- PONTO 3 (Estado de Defesa, Estado de Sítio, Forças Armadas e Segurança Pública)

Esses dois estudos possuem valor máximo de 2,0 (dois) pontos. Deverão ser efetuados primeiramente mediante leitura e fichamento de textos, desenvolvidos individualmente e fora da sala de aula, para posterior escrita de trabalho planejado sob a modalidade de RESUMO (segundo ABNT), com a síntese final a ser apresentada até a data e aula específica previamente agendada, sob a forma MANUSCRITA e com conteúdos máximos de: até 10 páginas.

Onde serão considerados como critérios de avaliação: Síntese e objetividade; Abordagem das principais idéias; Fidelidade aos textos estudados; Respeito à ordem das idéias; evidência de redação própria; Respeito à norma culta e à ABNT, bem como a capacidade de efetuar o resumo de forma sucinta, observando o limite de páginas e a forma de sua confecção.

Estes estudos não serão devolvidos ao aluno no final do semestre, sugerindo-se desde já que sejam fotocopiados antes de sua entrega à professora, caso desejarem ficar com uma cópia.

A nota deste será acrescida à das avaliações, em campo próprio e perfeitamente identificado pela sigla TRAB.

O aluno que os deixar de realizar, receberá nota ZERO neste campo.

Exemplo do que constará no cabeçalho da 1ª e 2ª avaliações:

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



NOTA [da avaliação] (.....) + TRAB (.....) =[nota final a ser lançada no diário de classe]

d) PROJETO INTEGRADOR:

O projeto integrador encontra-se estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso de Direito e na Unidade 2 desse programa de disciplina (conteúdos desta disciplina) e consiste nesta 4ª fase do Curso em assistir a duas audiências no Poder Judiciário (uma audiência Cível de instrução e julgamento e a uma sessão do Tribunal do Júri), até o final do mês de setembro de 2010, onde deverá ser objeto de análise a atuação dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia, a fim de verificar se as funções constitucionalmente designadas a esses órgãos são por eles cumpridas ou não e, ainda de que forma são realizadas essas por esses atores jurídicos.

O projeto integrador possui o valor de até 10(dez) pontos e peso 1,0 (hum), e constará de nota específica individual no diário de classe.

d.1) Problema: Como ocorrem as audiências de instrução e julgamento e que mecanismos de convencimento do juiz (provas) são utilizados?

d.2) Objetivo geral: Analisar as práticas adotadas comumente na fase probatória processual no contexto de todas as áreas do direito envolvidas na quarta fase.

d.3) Objetivos específicos: Analisar as funções constitucionais do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia na fase processual de Instrução e Julgamento.

d.4) Instrumento de avaliação: O projeto integrador desta disciplina terá como instrumentos de avaliação os relatórios e a crítica desenvolvidos sobre a prática assistida em ambas audiências. Os relatórios das audiências deverão estar assinados e carimbados pelo Juiz, e comprovarão tanto o ato quanto a presença do acadêmico aos mesmos, sendo que equivalerão a no máximo 50% da nota a ser auferida para o Projeto. Os outros 50% da nota poderão ser auferidos realizando análise constitucional crítica a respeito da atuação do Juiz (Poder Judiciário), do Promotor de Justiça (Ministério Público) e do Advogado (a Advocacia) na audiência Cível e no Tribunal do Júri, que deverá ser entregue sob a forma manuscrita, em no máximo 3 páginas, em data estabelecida no cronograma. Deverá ser objeto de análise a atuação dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia, a fim de verificar se as funções constitucionalmente designadas a esses órgãos são por eles cumpridas ou não e, ainda de que forma são realizadas essas por esses atores jurídicos. Nos textos (relatórios e críticas) serão considerados como critérios: Coerência e lógica; Objetividade; Clareza de linguagem; Consistência e fundamentação; Respeito à norma culta e a capacidade de sistematização das idéias e da teoria anteriormente estudada para embasar tal atividade de prática jurídica.

f) ATIVIDADES ORIENTADAS SUPERVISIONADAS

f.1) Duas atividades referentes aos estudos dirigidos individuais, com valor de 2,0 pontos, conforme especificações do item c deste tópico VIII;

f.2) Uma atividade referente ao Projeto Integrador, com valor de 10,0 pontos, conforme especificações do item "d" deste tópico VIII.

Essas atividades totalizam no semestre 06 horas/aula. Podendo ser agendadas tempestivamente outras atividades desta natureza, adequadas pedagogicamente, com a ciência de todos previamente e em sala de aula.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo

I.2. A Organização dos Poderes

2.a) O Poder Legislativo

2.a.1) Processo Legislativo (1º. Estudo dirigido individual - que deve abranger tanto os atos do processo legislativo (quais são e o que representam) quanto o processo formal (constitucionalmente previsto) de confecção de cada uma das espécies normativas arroladas no art. 59 da CRFB)

2.b) O Poder Executivo

2.c) O Poder Judiciário(PROJETO INTEGRADOR - atuação constitucional prevista para o Magistrado)

2.d) As funções essenciais à justiça (PROJETO INTEGRADOR - atuação constitucionalmente prevista para o MP e a Advocacia)

Objetivos Específicos

II. Objetivos Específicos

Possibilitar ao estudante a construção de uma visão jurídica crítica e abrangente a respeito da organização dos poderes, dos sistemas de controle de constitucionalidade das normas, e das funções essenciais à justiça, a fim de prepará-lo para a compreensão jurídica destes.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

ESTRATÉGIAS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

As atividades serão desenvolvidas através de: (1) de aulas expositivas dialogadas; (2) de estudos dirigidos em grupo, sobre texto ou questionário de revisão dos conteúdos, que serão distribuídos e desenvolvidos em aula, com a síntese final a ser apresentada na mesma aula; (3) de estudos dirigidos individuais, efetuados primeiramente mediante leitura e fichamento de textos, desenvolvidos fora da sala de aula, para posterior escrita de trabalho planejado, com a síntese final a ser apresentada em aula específica previamente marcada; (4) de avaliações individuais, sob a forma escrita, com correção das provas escritas no encontro imediatamente posterior ao de sua realização sempre que possível for; (5) de atividades orientadas supervisionadas, realizadas extraclasse, com resumos críticos e ou debates a serem apresentados em aula específica previamente marcada, e que equivalam a horas aula.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

VIII - INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

a) Serão realizadas duas avaliações escritas individuais, todas com valor de até 10(dez) pontos* e peso 1,0 (hum). A prova escrita será corrigida com todo o grupo em aula, sempre que possível for em até 14 dias de sua realização, com a entrega das notas respectivas.

Serão critérios de avaliação dessas provas escritas: Clareza e objetividade; demonstração de conhecimento suficiente; Capacidade de sistematização das idéias; Ausência de dispersão ou de redundância das informações; Observância das regras da norma culta.

* (composição de pontos ver descrição constante da letra c, logo abaixo neste item VIII)

b) Serão realizados estudos dirigidos em grupo, desenvolvidos em sala de aula.

c) Serão realizados DOIS estudos dirigidos individuais, cujos conteúdos e regras seguem abaixo:

CONTEÚDOS:

1º. - PONTO 2.a.1- PROCESSO LEGISLATIVO;

2º.- PONTO 3 (Estado de Defesa, Estado de Sítio, Forças Armadas e Segurança Pública)

Esses dois estudos possuem valor máximo de 2,0 (dois) pontos. Deverão ser efetuados primeiramente mediante leitura e fichamento de textos, desenvolvidos individualmente e fora da sala de aula, para posterior escrita de trabalho planejado sob a modalidade de RESUMO (segundo ABNT), com a síntese final a ser apresentada até a data e aula específica previamente agendada, sob a forma MANUSCRITA e com conteúdos máximos de: até 10 páginas.

Onde serão considerados como critérios de avaliação: Síntese e objetividade; Abordagem das principais idéias; Fidelidade aos textos estudados; Respeito à ordem das idéias; evidência de redação própria; Respeito à norma culta e à ABNT, bem como a capacidade de efetuar o resumo de forma sucinta, observando o limite de páginas e a forma de sua confecção.

Estes estudos não serão devolvidos ao aluno no final do semestre, sugerindo-se desde já que sejam fotocopiados antes de sua entrega à professora, caso desejarem ficar com uma cópia.

A nota deste será acrescida à das avaliações, em campo próprio e perfeitamente identificado pela sigla

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



TRAB.

O aluno que os deixar de realizar, receberá nota ZERO neste campo.

Exemplo do que constará no cabeçalho da 1ª e 2ª avaliações:

NOTA [da avaliação] (.....) + TRAB (.....) =[nota final a ser lançada no diário de classe]

d) **PROJETO**

O projeto integrador encontra-se estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso de Direito e na Unidade 2 desse programa de disciplina (conteúdos desta disciplina) e consiste nesta 4ª fase do Curso em assistir a duas audiências no Poder Judiciário (uma audiência Cível de instrução e julgamento e a uma sessão do Tribunal do Júri), até o final do mês de setembro de 2010, onde deverá ser objeto de análise a atuação dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia, a fim de verificar se as funções constitucionalmente designadas a esses órgãos são por eles cumpridas ou não e, ainda de que forma são realizadas essas por esses atores jurídicos.

O projeto integrador possui o valor de até 10(dez) pontos e peso 1,0 (hum), e constará de nota específica individual no diário de classe.

d.1) Problema: Como ocorrem as audiências de instrução e julgamento e que mecanismos de convencimento do juiz (provas) são utilizados?

d.2) Objetivo geral: Analisar as práticas adotadas comumente na fase probatória processual no contexto de todas as áreas do direito envolvidas na quarta fase.

d.3) Objetivos específicos: Analisar as funções constitucionais do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia na fase processual de Instrução e Julgamento.

d.4) Instrumento de avaliação: O projeto integrador desta disciplina terá como instrumentos de avaliação os relatórios e a crítica desenvolvidos sobre a prática assistida em ambas audiências. Os relatórios das audiências deverão estar assinados e carimbados pelo Juiz, e comprovarão tanto o ato quanto a presença do acadêmico aos mesmos, sendo que equivalerão a no máximo 50% da nota a ser auferida para o Projeto. Os outros 50% da nota poderão ser auferidos realizando análise constitucional crítica a respeito da atuação do Juiz (Poder Judiciário), do Promotor de Justiça (Ministério Público) e do Advogado (a Advocacia) na audiência Cível e no Tribunal do Júri, que deverá ser entregue sob a forma manuscrita, em no máximo 3 páginas, em data estabelecida no cronograma. Deverá ser objeto de análise a atuação dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia, a fim de verificar se as funções constitucionalmente designadas a esses órgãos são por eles cumpridas ou não e, ainda de que forma são realizadas essas por esses atores jurídicos.

Nos textos (relatórios e críticas) serão considerados como critérios: Coerência e lógica; Objetividade; Clareza de linguagem; Consistência e fundamentação; Respeito à norma culta e a capacidade de sistematização das idéias e da teoria anteriormente estudada para embasar tal atividade de prática jurídica.

f) **ATIVIDADES ORIENTADAS**

f.1) Duas atividades referentes aos estudos dirigidos individuais, com valor de 2,0 pontos, conforme especificações do item c deste tópico VIII;

f.2) Uma atividade referente ao Projeto Integrador, com valor de 10,0 pontos, conforme especificações do item "d" deste tópico VIII.

Essas atividades totalizam no semestre 06 horas/aula. Podendo ser agendadas tempestivamente outras atividades desta natureza, adequadas pedagogicamente, com a ciência de todos previamente e em sala de aula.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

ATIVIDADES ORIENTADAS SUPERVISIONADAS

f.1) Duas atividades referentes aos estudos dirigidos individuais, com valor de 2,0 pontos, conforme especificações do item c deste tópico VIII;

f.2) Uma atividade referente ao Projeto Integrador, com valor de 10,0 pontos, conforme especificações do item "d" deste tópico VIII.

Essas atividades totalizam no semestre 06 horas/aula. Podendo ser agendadas tempestivamente outras atividades desta natureza, adequadas pedagogicamente, com a ciência de todos previamente e em sala de aula.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo**PONTO 3**

3. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas (2º. Estudo dirigido individual que deve abranger todos os itens que seguem abaixo arrolados neste tópico:)

3.a) Do Estado de defesa

3.b) Do Estado de sítio

3.c) Das Forças armadas

3.d) Da Segurança pública

Objetivos Específicos**II. Objetivos Específicos**

Possibilitar ao estudante a construção de uma visão crítica e abrangente a respeito da estrutura de defesa do Estado Brasileiro contemporâneo e de suas Instituições, a fim de prepará-lo para a compreensão jurídica destes.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem**VI - ESTRATÉGIAS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM**

As atividades serão desenvolvidas através de: (1) de aulas expositivas dialogadas; (2) de estudos dirigidos em grupo, sobre texto ou questionário de revisão dos conteúdos, que serão distribuídos e desenvolvidos em aula, com a síntese final a ser apresentada na mesma aula; (3) de estudos dirigidos individuais, efetuados primeiramente mediante leitura e fichamento de textos, desenvolvidos fora da sala de aula, para posterior escrita de trabalho planejado, com a síntese final a ser apresentada em aula específica previamente marcada; (4) de avaliações individuais, sob a forma escrita, com correção das provas escritas no encontro imediatamente posterior ao de sua realização sempre que possível for; (5) de atividades orientadas supervisionadas, realizadas extraclasse, com resumos críticos e ou debates a serem apresentados em aula específica previamente marcada, e que equivalem a horas aula.

Instrumentos e Critérios de Avaliação**VIII - INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO**

a) Serão realizadas duas avaliações escritas individuais, todas com valor de até 10(dez) pontos* e peso 1,0 (hum). A prova escrita será corrigida com todo o grupo em aula, sempre que possível for em até 14 dias de sua realização, com a entrega das notas respectivas.

Serão critérios de avaliação dessas provas escritas: Clareza e objetividade; demonstração de conhecimento suficiente; Capacidade de sistematização das idéias; Ausência de dispersão ou de redundância das informações; Observância das regras da norma culta.

* (composição de pontos ver descrição constante da letra c, logo abaixo neste item VIII)

b) Serão realizados estudos dirigidos em grupo, desenvolvidos em sala de aula.

c) Serão realizados DOIS estudos dirigidos individuais, cujos conteúdos e regras seguem abaixo:

CONTEÚDOS:

1º. - PONTO 2.a.1- PROCESSO LEGISLATIVO;

2º.- PONTO 3 (Estado de Defesa, Estado de Sítio, Forças Armadas e Segurança Pública)

Esses dois estudos possuem valor máximo de 2,0 (dois) pontos. Deverão ser efetuados primeiramente mediante leitura e fichamento de textos, desenvolvidos individualmente e fora da sala de aula, para posterior escrita de trabalho planejado sob a modalidade de RESUMO (segundo ABNT), com a síntese final a ser apresentada até a data e aula específica previamente agendada, sob a forma MANUSCRITA e com conteúdos máximos de: até 10 páginas.

Onde serão considerados como critérios de avaliação: Síntese e objetividade; Abordagem das principais idéias; Fidelidade aos textos estudados; Respeito à ordem das idéias; evidência de redação própria; Respeito à norma culta e à ABNT, bem como a capacidade de efetuar o resumo de forma sucinta, observando o limite de páginas e a forma de sua confecção.

Estes estudos não serão devolvidos ao aluno no final do semestre, sugerindo-se desde já que sejam fotocopiados antes de sua entrega à professora, caso desejarem ficar com uma cópia.

A nota deste será acrescida à das avaliações, em campo próprio e perfeitamente identificado pela sigla TRAB.

O aluno que os deixar de realizar, receberá nota ZERO neste campo.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Exemplo do que constará no cabeçalho da 1ª e 2ª avaliações:

NOTA [da avaliação] (.....) + TRAB (.....) =[nota final a ser lançada no diário de classe]

d) PROJETO

O projeto integrador encontra-se estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso de Direito e na Unidade 2 desse programa de disciplina (conteúdos desta disciplina) e consiste nesta 4ª fase do Curso em assistir a duas audiências no Poder Judiciário (uma audiência Cível de instrução e julgamento e a uma sessão do Tribunal do Júri), até o final do mês de setembro de 2010, onde deverá ser objeto de análise a atuação dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia, a fim de verificar se as funções constitucionalmente designadas a esses órgãos são por eles cumpridas ou não e, ainda de que forma são realizadas essas por esses atores jurídicos.

O projeto integrador possui o valor de até 10(dez) pontos e peso 1,0 (hum), e constará de nota específica individual no diário de classe.

d.1) Problema: Como ocorrem as audiências de instrução e julgamento e que mecanismos de convencimento do juiz (provas) são utilizados?

d.2) Objetivo geral: Analisar as práticas adotadas comumente na fase probatória processual no contexto de todas as áreas do direito envolvidas na quarta fase.

d.3) Objetivos específicos: Analisar as funções constitucionais do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia na fase processual de Instrução e Julgamento.

d.4) Instrumento de avaliação: O projeto integrador desta disciplina terá como instrumentos de avaliação os relatórios e a crítica desenvolvidos sobre a prática assistida em ambas audiências. Os relatórios das audiências deverão estar assinados e carimbados pelo Juiz, e comprovarão tanto o ato quanto a presença do acadêmico aos mesmos, sendo que equivalerão a no máximo 50% da nota a ser auferida para o Projeto. Os outros 50% da nota poderão ser auferidos realizando análise constitucional crítica a respeito da atuação do Juiz (Poder Judiciário), do Promotor de Justiça (Ministério Público) e do Advogado (a Advocacia) na audiência Cível e no Tribunal do Júri, que deverá ser entregue sob a forma manuscrita, em no máximo 3 páginas, em data estabelecida no cronograma. Deverá ser objeto de análise a atuação dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia, a fim de verificar se as funções constitucionalmente designadas a esses órgãos são por eles cumpridas ou não e, ainda de que forma são realizadas essas por esses atores jurídicos.

Nos textos (relatórios e críticas) serão considerados como critérios: Coerência e lógica; Objetividade; Clareza de linguagem; Consistência e fundamentação; Respeito à norma culta e a capacidade de sistematização das idéias e da teoria anteriormente estudada para embasar tal atividade de prática jurídica.

f) ATIVIDADES ORIENTADAS

f.1) Duas atividades referentes aos estudos dirigidos individuais, com valor de 2,0 pontos, conforme especificações do item c deste tópico VIII;

f.2) Uma atividade referente ao Projeto Integrador, com valor de 10,0 pontos, conforme especificações do item "d" deste tópico VIII.

Essas atividades totalizam no semestre 06 horas/aula. Podendo ser agendadas tempestivamente outras atividades desta natureza, adequadas pedagogicamente, com a ciência de todos previamente e em sala de aula.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo

PONTOS 4 e 5

4. O Sistema Tributário

4.a) Princípios gerais

5. A Ordem Econômica

5.a) Fundamentos e fins

5.b) Princípios Constitucionais

Objetivos Específicos

II. Objetivos Específicos

Possibilitar ao estudante a compreensão do conteúdo com a construção de uma visão jurídica crítica abrangente, a respeito das bases constitucionais do sistema tributário e da ordem econômica nacionais, com seus mecanismos e aspectos organizacionais. Enfatizar a correlação do Direito Constitucional com os demais ramos do Direito.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

III. Estratégias

As atividades serão desenvolvidas através de: (1) de aulas expositivas dialogadas; (2) de estudos dirigidos em grupo, sobre texto ou questionário de revisão dos conteúdos, que serão distribuídos e desenvolvidos em aula, com a síntese final a ser apresentada na mesma aula; (3) de estudos dirigidos individuais, efetuados primeiramente mediante leitura e fichamento de textos, desenvolvidos fora da sala de aula, para posterior escrita de trabalho planejado, com a síntese final a ser apresentada em aula específica previamente marcada; (4) de avaliações individuais, sob a forma escrita, com correção das provas escritas no encontro imediatamente posterior ao de sua realização sempre que possível for; (5) de atividades orientadas supervisionadas, realizadas extraclasse, com resumos críticos e ou debates a serem apresentados em aula específica previamente marcada, e que equivalem a horas aula.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

VIII - INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

a) Serão realizadas duas avaliações escritas individuais, todas com valor de até 10(dez) pontos* e peso 1,0 (hum). A prova escrita será corrigida com todo o grupo em aula, sempre que possível for em até 14 dias de sua realização, com a entrega das notas respectivas.

Serão critérios de avaliação dessas provas escritas: Clareza e objetividade; demonstração de conhecimento suficiente; Capacidade de sistematização das idéias; Ausência de dispersão ou de redundância das informações; Observância das regras da norma culta.

* (composição de pontos ver descrição constante da letra c, logo abaixo neste item VIII)

b) Serão realizados estudos dirigidos em grupo, desenvolvidos em sala de aula.

c) Serão realizados DOIS estudos dirigidos individuais, cujos conteúdos e regras seguem abaixo:

CONTEÚDOS:

1º. - PONTO 2.a.1- PROCESSO LEGISLATIVO;

2º.- PONTO 3 (Estado de Defesa, Estado de Sítio, Forças Armadas e Segurança Pública)

Esses dois estudos possuem valor máximo de 2,0 (dois) pontos. Deverão ser efetuados primeiramente mediante leitura e fichamento de textos, desenvolvidos individualmente e fora da sala de aula, para posterior escrita de trabalho planejado sob a modalidade de RESUMO (segundo ABNT), com a síntese final a ser apresentada até a data e aula específica previamente agendada, sob a forma MANUSCRITA e com conteúdos máximos de: até 10 páginas.

Onde serão considerados como critérios de avaliação: Síntese e objetividade; Abordagem das principais idéias; Fidelidade aos textos estudados; Respeito à ordem das idéias; evidência de redação própria; Respeito à norma culta e à ABNT, bem como a capacidade de efetuar o resumo de forma sucinta, observando o limite de páginas e a forma de sua confecção.

Estes estudos não serão devolvidos ao aluno no final do semestre, sugerindo-se desde já que sejam fotocopiados antes de sua entrega à professora, caso desejarem ficar com uma cópia.

A nota deste será acrescida à das avaliações, em campo próprio e perfeitamente identificado pela sigla TRAB.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



O aluno que os deixar de realizar, receberá nota ZERO neste campo.

Exemplo do que constará no cabeçalho da 1ª e 2ª avaliações:

NOTA [da avaliação] (.....) + TRAB (.....) =[nota final a ser lançada no diário de classe]

d) PROJETO INTEGRADOR

O projeto integrador encontra-se estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso de Direito e na Unidade 2 desse programa de disciplina (conteúdos desta disciplina) e consiste nesta 4ª fase do Curso em assistir a duas audiências no Poder Judiciário (uma audiência Cível de instrução e julgamento e a uma sessão do Tribunal do Júri), até o final do mês de setembro de 2010, onde deverá ser objeto de análise a atuação dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia, a fim de verificar se as funções constitucionalmente designadas a esses órgãos são por eles cumpridas ou não e, ainda de que forma são realizadas essas por esses atores jurídicos.

O projeto integrador possui o valor de até 10(dez) pontos e peso 1,0 (hum), e constará de nota específica individual no diário de classe.

d.1) Problema: Como ocorrem as audiências de instrução e julgamento e que mecanismos de convencimento do juiz (provas) são utilizados?

d.2) Objetivo geral: Analisar as práticas adotadas comumente na fase probatória processual no contexto de todas as áreas do direito envolvidas na quarta fase.

d.3) Objetivos específicos: Analisar as funções constitucionais do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia na fase processual de Instrução e Julgamento.

d.4) Instrumento de avaliação: O projeto integrador desta disciplina terá como instrumentos de avaliação os relatórios e a crítica desenvolvidos sobre a prática assistida em ambas audiências. Os relatórios das audiências deverão estar assinados e carimbados pelo Juiz, e comprovarão tanto o ato quanto a presença do acadêmico aos mesmos, sendo que equivalerão a no máximo 50% da nota a ser auferida para o Projeto. Os outros 50% da nota poderão ser auferidos realizando análise constitucional crítica a respeito da atuação do Juiz (Poder Judiciário), do Promotor de Justiça (Ministério Público) e do Advogado (a Advocacia) na audiência Cível e no Tribunal do Júri, que deverá ser entregue sob a forma manuscrita, em no máximo 3 páginas, em data estabelecida no cronograma. Deverá ser objeto de análise a atuação dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia, a fim de verificar se as funções constitucionalmente designadas a esses órgãos são por eles cumpridas ou não e, ainda de que forma são realizadas essas por esses atores jurídicos.

Nos textos (relatórios e críticas) serão considerados como critérios: Coerência e lógica; Objetividade; Clareza de linguagem; Consistência e fundamentação; Respeito à norma culta e a capacidade de sistematização das idéias e da teoria anteriormente estudada para embasar tal atividade de prática jurídica.

f) ATIVIDADES ORIENTADAS

f.1) Duas atividades referentes aos estudos dirigidos individuais, com valor de 2,0 pontos, conforme especificações do item c deste tópico VIII;

f.2) Uma atividade referente ao Projeto Integrador, com valor de 10,0 pontos, conforme especificações do item "d" deste tópico VIII.

Essas atividades totalizam no semestre 06 horas/aula. Podendo ser agendadas tempestivamente outras atividades desta natureza, adequadas pedagogicamente, com a ciência de todos previamente e em sala de aula.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

AVALIAÇÃO

a) Serão realizadas duas avaliações escritas individuais, todas com valor de até 10(dez) pontos* e peso 1,0 (hum). A prova escrita será corrigida com todo o grupo em aula, sempre que possível for em até 14 dias de sua realização, com a entrega das notas respectivas.

Serão critérios de avaliação dessas provas escritas: Clareza e objetividade; demonstração de conhecimento

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



suficiente; Capacidade de sistematização das idéias; Ausência de dispersão ou de redundância das informações; Observância das regras da norma culta.

* (composição de pontos ver descrição constante da letra c, logo abaixo neste item VIII)

b) Serão realizados estudos dirigidos em grupo, desenvolvidos em sala de aula.

c) Serão realizados DOIS estudos dirigidos individuais, cujos conteúdos e regras seguem abaixo:

CONTEÚDOS:

1º. - PONTO 2.a.1- PROCESSO LEGISLATIVO;

2º.- PONTO 3 (Estado de Defesa, Estado de Sítio, Forças Armadas e Segurança Pública)

Esses dois estudos possuem valor máximo de 2,0 (dois) pontos. Deverão ser efetuados primeiramente mediante leitura e fichamento de textos, desenvolvidos individualmente e fora da sala de aula, para posterior escrita de trabalho planejado sob a modalidade de RESUMO (segundo ABNT), com a síntese final a ser apresentada até a data e aula específica previamente agendada, sob a forma MANUSCRITA e com conteúdos máximos de: até 10 páginas.

Onde serão considerados como critérios de avaliação: Síntese e objetividade; Abordagem das principais idéias; Fidelidade aos textos estudados; Respeito à ordem das idéias; evidência de redação própria; Respeito à norma culta e à ABNT, bem como a capacidade de efetuar o resumo de forma sucinta, observando o limite de páginas e a forma de sua confecção.

Estes estudos não serão devolvidos ao aluno no final do semestre, sugerindo-se desde já que sejam fotocopiados antes de sua entrega à professora, caso desejarem ficar com uma cópia.

A nota deste será acrescida à das avaliações, em campo próprio e perfeitamente identificado pela sigla TRAB.

O aluno que os deixar de realizar, receberá nota ZERO neste campo.

Exemplo do que constará no cabeçalho da 1ª e 2ª avaliações:

NOTA [da avaliação] (.....) + TRAB (.....) =[nota final a ser lançada no diário de classe]

d) P R O J E T O

O Projeto Integrador encontra-se estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso de Direito e na Unidade 2 desse programa de disciplina (conteúdos desta disciplina) e consiste nesta 4ª fase do Curso em assistir a duas audiências no Poder Judiciário (uma audiência Cível de instrução e julgamento e a uma sessão do Tribunal do Júri), até o final do mês de setembro de 2010, onde deverá ser objeto de análise a atuação dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia, a fim de verificar se as funções constitucionalmente designadas a esses órgãos são por eles cumpridas ou não e, ainda de que forma são realizadas essas por esses atores jurídicos.

O projeto integrador possui o valor de até 10(dez) pontos e peso 1,0 (hum), e constará de nota específica individual no diário de classe.

d.1) Problema: Como ocorrem as audiências de instrução e julgamento e que mecanismos de convencimento do juiz (provas) são utilizados?

d.2) Objetivo geral: Analisar as práticas adotadas comumente na fase probatória processual no contexto de todas as áreas do direito envolvidas na quarta fase.

d.3) Objetivos específicos: Analisar as funções constitucionais do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia na fase processual de Instrução e Julgamento.

d.4) Instrumento de avaliação: O projeto integrador desta disciplina terá como instrumentos de avaliação os relatórios e a crítica desenvolvidos sobre a prática assistida em ambas audiências. Os relatórios das audiências deverão estar assinados e carimbados pelo Juiz, e comprovarão tanto o ato quanto a presença do acadêmico aos mesmos, sendo que equivalerão a no máximo 50% da nota a ser auferida para o Projeto. Os outros 50% da nota poderão ser auferidos realizando análise constitucional crítica a respeito da atuação do Juiz (Poder Judiciário), do Promotor de Justiça (Ministério Público) e do Advogado (a Advocacia) na audiência Cível e no Tribunal do Júri, que deverá ser entregue sob a forma manuscrita, em no máximo 3 páginas, em data estabelecida no cronograma. Deverá ser objeto de análise a atuação dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia, a fim de verificar se as funções constitucionalmente designadas a esses órgãos são por eles

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



cumpridas ou não e, ainda de que forma são realizadas essas por esses atores jurídicos
Nos textos(relatórios e críticas) serão considerados como critérios: Coerência e lógica; Objetividade; Clareza de linguagem; Consistência e fundamentação; Respeito à norma culta e a capacidade de sistematização das idéias e da teoria anteriormente estudada para embasar tal atividade de prática jurídica.

f) ATIVIDADES ORIENTADAS SUPERVISIONADAS

f.1) Duas atividades referentes aos estudos dirigidos individuais, com valor de 2,0 pontos, conforme especificações do item c deste tópico VIII;

f.2) Uma atividade referente ao Projeto Integrador, com valor de 10,0 pontos, conforme especificações do item "d" deste tópico VIII.

Essas atividades totalizam no semestre 15 horas/aula. Podendo ser agendadas tempestivamente outras atividades desta natureza, adequadas pedagogicamente, com a ciência de todos previamente e em sala de aula.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

CADEMARTORI, Sérgio. Estado de Direito e Legitimidade: uma abordagem garantista. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

MIRANDA, Jorge. Manual de direito constitucional. Coimbra: Coimbra, 2000. Tomos I, II, III, IV e V.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. Curso de Direito Constitucional. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. 1. ed. São Paulo: RCS, 2002.

CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2006.

CHIMENTI, Ricardo Cunha et al. Curso de Direito Constitucional: de acordo com as emendas constitucionais n.50 e 51/2006 e o projeto de emenda da verticalização eleitoral. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

CRETELLA Jr, José. Elementos de Direito Constitucional. 4. ed. São Paulo: RT, 2000.

FARIA, José Eduardo. O Direito na economia globalizada. São Paulo: Malheiros, 2004.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. Comentários à constituição brasileira de 1988. São Paulo: Saraiva, 1995. v. I - IV.

GRAU, Eros Roberto. A Ordem econômica na constituição de 1988. 11.ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

HELLER, Hermann. Teoria do estado. São Paulo: Mestre Jou, 1988.

HORTA, Raul Machado. 4. ed. Direito Constitucional. São Paulo: Del Rey, 2002.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Disponível em: <
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/index.htm >. Acesso em: 21 jul. 2008.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SILVA, José Afonso da. Processo Constitucional de Formação das Leis. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

TEMER, Michel. Elementos de direito constitucional. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1)Este plano poderá ser alterado de acordo com as necessidades didático-pedagógicas, após prévia aprovação (por maioria simples) pelo corpo discente e, com a cientificação da Coordenação do Curso;

2) O cronograma abaixo constitui-se como "previsão", podendo vir a sofrer alterações:

Datas e atividades importantes:

Agosto:

04 - apresentação da disciplina e início do conteúdo programático;

11, 18, 25 - conteúdo programático.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Setembro:

01 - conteúdo programático.

08 - conteúdo programático; - Prazo FINAL para entrega do 1º estudo dirigido individual (ponto 2a1 do conteúdo programático deste programa de disciplina, por todos os alunos da turma - Atividade orientada supervisionada (extraclasse), com avaliação positiva, equivalente a 2 horas/aula).

15, 16 e 17 (quarta, quinta e sexta-feira) Ciclo de palestras do Curso de Direito

22 - Avaliação (A1)

29 - conteúdo programático

- Data de entrega dos 2 relatórios da atividade prática do Projeto Integrador: um da audiência cível de instrução e julgamento e outro da sessão do Tribunal do Júri, assinados pelo Juiz e com carimbo (equivalem a 50% da nota do Projeto Integrador da disciplina)

Outubro:

06 - conteúdo programático

08 - Prova em segunda chamada. (sexta-feira - das 14:00h às 17:30h)

13 - conteúdo programático

20- conteúdo programático (Prazo FINAL para entrega da parte final referente ao Projeto Integrador, que consiste na análise constitucional crítica a respeito da atuação do Juiz (Poder Judiciário), do Promotor de Justiça (Ministério Público) e do Advogado (a Advocacia) na audiência Cível e no Tribunal do Júri - equivale a 50% da nota do Projeto Integrador da disciplina) - Atividade orientada supervisionada (extraclasse), com avaliação positiva, equivalente a 2 horas/aula).

27 - conteúdo programático.

Novembro:

03- conteúdo programático (Prazo FINAL para entrega do 2º estudo dirigido individual (todo ponto 3 do conteúdo programático deste programa de disciplina, por todos os alunos da turma - Atividade orientada supervisionada (extraclasse), com avaliação positiva, equivalente a 2 horas/aula).

10 - Avaliação (A2)

17 - conteúdo programático.

24 - conteúdo programático.

26 - Prova em segunda chamada. (sexta-feira - das 14:00h às 17:30h)

Dezembro:

01 - Semana de Monografias (29 a 03/12)

06 - Avaliação Final

3) Sistema de notas e critérios de aprovação:

O sistema de notas e os critérios de aprovação serão os previstos na legislação federal de ensino e nas normas específicas da UNISUL.

Será considerado aprovado e dispensado da avaliação final, o aluno que obtiver média semestral (MS) igual ou superior a 7,0 (sete) e a frequência exigida pelas normas específicas.

O aluno que obtiver média aritmética semestral (MS) inferior a 7,0 (sete) e de no mínimo 2,0 (dois), e frequência igual ou superior a 75% do total da carga horária, deverá realizar Avaliação Final (AF). Será considerado aprovado aquele que obtiver média final (MF) igual ou superior a 6,0 (seis).

4) Da frequência:

Só obterá crédito e nota na disciplina o aluno que obtiver frequência igual ou superior a 75% do total da carga horária; conforme legislação específica; considerando que a disciplina é de 60 horas/aula.

Não havendo o cumprimento desta exigência por parte do aluno ocorrerá a sua reprovação.

5) O questionamento das avaliações pressupõe SEMPRE o conhecimento acumulado no período e serão realizadas sempre no período compreendido entre às 19:00h e às 20:40h (primeira aula), sendo perfeitamente compatível tal prazo para a sua realização completa.

5.1) Nas avaliações escritas poderá ser ou não autorizado o uso da Constituição da República Federativa do Brasil

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



(CRFB). Caso venha ser autorizado este, todos deverão portar a CRFB publicada separadamente pelas editoras, a lei seca, sem quaisquer comentários e ou notas de rodapé explicativas (Ex. Saraiva, RT, etc.), nestes momentos não será autorizado, sob hipótese alguma, o uso de códigos que as contenha e ou de vade mecum. Bem como após iniciadas as provas não será autorizado aos alunos que se retirem de sala, para buscar a legislação na biblioteca da Unidade. É responsabilidade do aluno ter e trazer o material acima discriminado, tanto às aulas quanto às provas.

6) A segunda chamada das avaliações será realizada em conformidade com os critérios estabelecidos pela Unisul, pertinentes ao dia e horário. A Avaliação assim realizada será totalmente discursiva e sem direito a qualquer consulta da legislação e ou outros materiais. As datas agendadas pela Coordenação para tal nesse semestre estão discriminadas no cronograma acima especificado.

7) A fim de garantir o bom desenvolvimento das aulas, não será permitido o uso de celulares em sala; para tal mantenham os mesmos desligados e devidamente guardados (em bolsa, pasta ou similares) neste período. Não serão aceitos celulares sobre as carteiras, todos que assim forem encontrados serão recolhidos pela Docente e devolvidos tão somente ao final das aulas ou deixados no Apoio Docente/Coordenação. Ficando todos, desde já, devidamente cientificados quanto à questão.

8) Precisando contactar com a Professora ela estará disponível para tal em todos os dias de aula na Unidade e ou Instituição, bem como e também por email - favor enviar mensagem para simone.born@unisul.br. Horários e locais em que todas as dúvidas poderão ser dirimidas.
Favor respeitar a privacidade familiar da docente, não telefonando para a residência desta em hipótese alguma, tendo em vista haver outros meios para contato.

9) Se houver trabalho escrito a ser realizado, o mesmo deverá ser entregue diretamente à Docente, desde a data prevista para a segunda aula do semestre e até a data da aula planejada para finalizar tal possibilidade de entrega, e em sala de aula e tão somente ENQUANTO DURAR A RESPECTIVA AULA com os alunos em sala de aula. Não serão aceitos trabalhos: entregues em data posterior a agendada, deixados no escaninho, enviados por email, ECT ou outro meio. Somente serão avaliados os trabalhos recebidos da forma acima descrita, com a entrega protocolada em documento próprio de posse da docente e até a data estabelecida no cronograma como prazo final e DURANTE O PERÍODO DE AULAS, lembrando que este prazo é decadencial e, que se encerra na data prevista E NO MOMENTO DA AULA, conforme previsto no cronograma como sendo último prazo para tal (final). Caso nesse dia, por qualquer razão essa aula venha terminar mais cedo, encerrar-se-á também ali o prazo para tal entrega.

11) O projeto integrador encontra-se especificado no item "d" da seção VIII.

12) Este programa de disciplina disponibilizado a todos os alunos via sistema acadêmico e setor de reprografia nos primeiros dias de aulas desta disciplina, com a devida análise por itens em sala de aula na primeira aula, estando todos desde já devidamente cientificados para os fins de direito. Os alunos que porventura estiveram ausentes deverão efetuar cópia deste no setor de reprografia e ou imprimi-lo do sistema, bem como lê-lo para tomar ciência das condições da disciplina para o semestre 2010/2 que ora inicia.

DESEJO QUE TENHAMOS TODOS UM EXCELENTE SEMESTRE, DE CONVÍVIO PRODUTIVO E DE MUITO APRENDIZADO!!!

"Pros erros há perdão; pros fracassos, chance; pros amores impossíveis, tempo.
De nada adianta cercar um coração vazio ou economizar alma.
O romance cujo fim é instantâneo ou indolor não é romance.
Não deixe que a saudade sufoque, que a rotina acomode, que o medo impeça de tentar.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Desconfie do destino e acredite em você.

Gaste mais horas realizando que sonhando, fazendo que planejando, vivendo que esperando, porque embora quem quase morre esteja vivo, quem quase vive já morreu."

Luis Fernando Veríssimo

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		000666	Direito Civil III
Ciclo Letivo:	2010 - 2º Semestre	Oferta	7 Turma 819
Carga Horária:	60	Creditos: 4	
Curso(s): Direito BC N TJ			
Professor	REGIS SCHNEIDER ARDENGHI		

EMENTA

CURRÍCULO 1996

Generalidades. Obrigações. Fontes das obrigações. Classificação e espécies de obrigações. Pagamento. Outros meios de extinção das obrigações. Descumprimento da obrigação ζ Mora. Inexecução da obrigação. Responsabilidade civil. Liquidação das obrigações. Concurso de credores.

CURRÍCULO 2007

Noções preliminares. Obrigações. Fontes das obrigações. Classificação e espécies de obrigações. Pagamento. Outros meios de extinção das obrigações. Descumprimento da obrigação - mora. Inadimplemento da obrigação. Liquidação das obrigações. Concurso de credores.

JUSTIFICATIVA

Introduzir o acadêmico no estudo do Direito das Obrigações, tomado na esfera civil, mas sempre com vistas à aplicação de suas regras gerais e princípios aos demais ramos do Direito, com abordagem das fontes, espécies, extinção e inadimplemento das obrigações. Trata-se de disciplina indispensável à formação profissional do bacharel em Direito, de caráter genérico e aplicação subsidiária a outros ramos do Direito.

OBJETIVO GERAL

Transmitir ao acadêmico o conhecimento introdutório sobre as Obrigações, seus principais institutos, seus fundamentos essenciais, capacitando o aluno para o desenvolvimento do aprendizado do Direito Civil.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1	Conteúdo Noções Introdutórias. O Direito das Obrigações. Conceito de Obrigações. Importância do Direito das Obrigações nos dias atuais. Diferença entre Direito Obrigacional e Direito Real. Fontes das Obrigações. Elementos Constitutivos da relação obrigacional. Classificação das Obrigações. Obrigações de dar coisa certa e coisa incerta. Obrigações de fazer ou não fazer. Obrigações cumulativas e alternativas. Obrigações divisíveis e indivisíveis. Obrigações principais e secundárias. Obrigações solidárias. Obrigações civis e naturais. Obrigações de meio e de resultado. Obrigações Propter Rem. Obrigações momentâneas e obrigações de execução periódica. Execução da Obrigação: Adimplemento. Pagamento total e parcial. Capacidade para pagar e receber. Objeto do Pagamento e sua prova. Lugar e tempo do Pagamento. Objetivos Específicos - Objetivo: Analisar dogmática e criticamente o conteúdo da disciplina em seus conteúdos teóricos, formais e práticos. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem - Aula expositiva/dialogada - Atividades supervisionadas orientadas Instrumentos e Critérios de Avaliação Prova. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO : demonstração de conhecimento suficiente, clareza e objetividade e capacidade de sistematização das idéias. Atenção, no trabalho também será considerado o critério: ausência de dispersão ou de redundância das informações. Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas - leitura de artigo a ser demandado na prova (8 horas/aula)	36
---	---	----

2	Conteúdo Transmissão das Obrigações. Cessão de Crédito. Assunção de dívida. Modalidades de Pagamento e outros meios de extinção das obrigações. Pagamento por Consignação. Pagamento com Sub-rogação. Imputação de Pagamento. Dação em Pagamento. Novação. Compensação. Remissão de Dívida. Confusão. Inexecução das Obrigações. Mora e Inadimplemento. Perdas e danos. Lucro cessante. Juros legais. Garantias de Crédito. Cláusula Penal. Direito de Retenção. Arras. Objetivos Específicos Analisar dogmática e criticamente o conteúdo da disciplina em seus conteúdos teóricos, formais e práticos. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem - Aula expositiva/dialogada - Atividades supervisionadas orientadas Instrumentos e Critérios de Avaliação Serão realizadas duas Provas com a matéria lecionada em aula e questões relativas à atividade do Projeto Integrador. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO para a PROVA: demonstração de conhecimento suficiente, clareza e objetividade e capacidade de sistematização das idéias. Atenção, no trabalho também será considerado o critério: ausência de dispersão ou de redundância das informações. Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas - leitura de artigo a ser demandado na prova (7 horas/aula)	24
---	---	----

AValiação

A avaliação compor-se-á de três notas, que variarão de 0 (zero) a 10 (dez), a serem aferidas através de duas provas escritas, com questões dissertativas e/ou objetivas, com a matéria lecionada em aula, bem como sobre os artigos científicos demandados e uma nota relativa à atividade do Projeto Integrador. A primeira prova valerá de 0(zero) a 10.0(dez) pontos, a segunda prova de 0(zero) a 8.0(oito) e o trabalho do Projeto Integrador de 0(zero) a

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



2.0 (dois) pontos.

Os alunos que não alcançarem a média mínima, 7.0(sete), farão uma avaliação final.

As provas serão realizadas em datas previamente designadas, compostas somente de matéria lecionada no período, com exceção da avaliação final que englobará toda a matéria.

Tanto para as provas como para o trabalho será exigida a demonstração de conhecimento suficiente, sistematização das idéias, clareza e objetividade. Para o trabalho do Projeto Integrador, também será considerado o critério ausência de dispersão ou redundância das informações.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- DINIZ, Maria Helena. Direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2002.
GOMES, Orlando. Obrigações. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil: direito das obrigações. São Paulo: Saraiva, 1999.
RODRIGUES, Sílvio. Direito civil: parte geral das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2002.
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. São Paulo: Atlas, 2002.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil e Obrigações. V.2. São Paulo: Saraiva, 2006.
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2006.
MIRANDA, Pontes de. Tratado de Direito Privado. V.31. Rio de Janeiro: Borsói, 1972.
RIZZARDO, Arnaldo. Direito das Obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
SILVA PEREIRA, Caio M. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
TEPEDINO, Gustavo. Org. Obrigações: Estudos na perspectiva civil constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
WALD, Arnoldo. Obrigações e Contratos. São Paulo: Saraiva, 2004.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		000704	Direito Processual Civil II	
Ciclo Letivo:	2010 - 2º Semestre	Oferta	10	Turma 868
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC N TJ				
Professor	CARINA MILIOLI CORRÊA			

EMENTA

CURRÍCULO 1996

Saneamento do processo. Prova. Audiência de instrução e julgamento. Sentença. Coisa julgada.

CURRÍCULO 2007 e 2011/2

Procedimentos: ordinário, sumário, sumaríssimo e especiais. Julgamento conforme o estado do processo. Teoria geral das provas. Provas em espécie. Audiência preliminar. Audiência de instrução e julgamento. Sentença. Coisa Julgada.

JUSTIFICATIVA

Introduzir o acadêmico no estudo do Direito Processual Civil, em continuidade ao aprendizado obtido na disciplina Direito Processual Civil I, por intermédio da análise e noções dos procedimentos: comuns (ritos ordinário e sumário, sumaríssimo e especial), com a devida introdução ao julgamento conforme o estado do processo até a prolação da sentença e formação da coisa julgada. Trata-se de disciplina indispensável à formação profissional do bacharel em direito, cujo conteúdo reflete não só na esfera processual civil, mas também em outros sistemas processuais vigentes no país, por conta de sua subsidiariedade.

OBJETIVO GERAL

Fornecer instrumentos necessários ao aluno, com o escopo de torná-lo apto a enfrentar e dirimir as dificuldades que possa apresentar no campo processual civil. A presente disciplina busca proporcionar ao acadêmico uma visão geral no que tange a disciplina processual civil, abordando com maior profundidade, a fase probatória, instrutória e a fase decisória.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo

- .REVISÃO E NOÇÕES INTRODUTÓRIAS
- .Teoria Geral do Processo - aspectos gerais.
- . Processo civil I - competência - fase postulatória - defesas do réu.

Objetivos Específicos

-Objetivos específicos

Proporcional preliminarmente ao aluno, uma revisão da teoria geral do processo atrelada aos seus aspectos fundamentais, jurisdição, ação e competência. Na sequência, será destinado um estudo da fase postulatória e das formas de defesa do réu, dando continuidade ao estudo realizado no processo civil I. Nesse sentido, serão fornecidas aos alunos informações teóricas e práticas sobre os temas vinculados ao Direito Processual Civil - parte I e II.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

-Estratégia

- .Aula expositiva e dialogada para revisão e apresentação da disciplina;
- .Atividades em sala de aula.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

-Instrumento: Avaliação. (A1)

.Critérios: Prova escrita, com questões objetivas e discursivas, contemplando o estudo realizado em toda unidade 1 e 2.

- PROJETO INTEGRADOR:

A- DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE PRÁTICA

Acompanhar e preencher o relatório de uma audiência civil e um Tribunal do Júri.

OBS: a audiência deve ser de Instrução e Julgamento.

B- DATAS PREVISTAS PARA ENTREGA DOS RELATÓRIOS DE AUDIÊNCIAS PARA O PROFESSOR INTEGRADOR

Semana de 27/09 a 01/10.

OBS: Deve ser o relatório original com a assinatura e o carimbo do juiz ou do cartório.

C- OBJETIVO GERAL

Analisar as práticas adotadas comumente na fase probatória processual no contexto de todas as áreas do Direito envolvidas na 4ª Fase.

D - OBJETIVOS ESPECÍFICOS POR DISCIPLINA NOTURNO

Analisar a participação do juiz na seleção e na produção de prova.

- Instrumento de avaliação: trabalho acadêmico articulado com o projeto integrador, onde o aluno dissertará sobre a modalidade de prova pertinente à audiência de instrução que irão participar;
- Critérios: serão observadas a capacidade de análise, síntese e interpretação dos conteúdos fundamentais ministrados e constantes dos textos e bibliografia indicada. Será também observada a capacidade de compreensão da dinâmica processual da audiência judicial que irão assistir, e de sua capacidade de transcrição e análise crítica referente ao cenário lingüístico com o qual irão se confrontar.

E- CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Será agregado o valor de 1,0 (um) ponto, a somatória das avaliações A1 e A2 realizadas durante o semestre letivo.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

- Atividade orientadas/supervisionadas: (2 horas/aula).
- Estudo de textos sugeridos pelo docente para complementação dos temas ministrados em sala de aula.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



2	Conteúdo 2. FASE ORDINATÓRIA E INSTRUTÓRIA 2.1 CONTEÚDO . Providências Preliminares. . Julgamento Conforme o Estado do Processo. . Teoria Geral das Provas. . Classificação, Tipos, de Provas. . Audiência Preliminar e de Instrução e Julgamento. . Analisar a participação do juiz na seleção e na produção de prova. Instrumento de avaliação: trabalho acadêmico articulado com o projeto integrador, onde o aluno dissertará sobre a modalidade de prova pertinente à audiência de instrução que irão participar. Objetivos Específicos 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS . Analisar os conceitos fundamentais atrelados à fase ordinatória e instrutória. . Desenvolver um estudo sobre a teoria geral das provas e sua classificação no âmbito processual civil. . Complementar o estudo com aspectos relevantes e práticos atrelados a audiência preliminar e de instrução e julgamento. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem 2.3 ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM . Aula expositiva e dialogada para a apresentação do conteúdo. . Seminário sobre a fase probatória. . Estudo de textos fornecidos pelo docente. Instrumentos e Critérios de Avaliação 2.5 INSTRUMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO . Instrumento 1: Seminário. -Critérios: a) Apresentação oral (1,0 ponto): fundamentação teórica, argumentação individual. b) Apresentação escrita (1,0 ponto): fundamentação teórica, clareza de idéias, correção gramatical, avaliação do grupo. c) Salienta-se que apresentação oral e escrita do trabalho, totalizará a pontuação máxima de (2,0 pontos), os quais serão agregados à somatória das notas das avaliações realizadas pelo aluno: pontuação total de 2,0 pontos + (A1 e A2). Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas 2.4 Atividades orientadas (2 horas/aula) Seminário sobre a fase probatória. -Estudo de textos fornecidos pelo docente.	20
---	---	----

3	Conteúdo 3. FASE DECISÓRIA 3.1 Conteúdo: . Sentença. . Conceito e Classificação. . Coisa julgada. Objetivos Específicos 3.2 Objetivos específicos: Compreender o conceito de sentença e sua classificação. . Diferenciar a sentença definitiva e sentença terminativa. . Analisar o instituto da coisa julgada e sua relativização no campo processual civil. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem 3.3 Estratégias de ensino e aprendizagem . Aula expositiva e dialogada para a apresentação do conteúdo.	20
---	---	----

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Instrumentos e Critérios de Avaliação

3.5 Instrumento: Avaliação. A2

-Critério: Critérios: Prova escrita, com questões objetivas e discursivas, contemplando o estudo realizado nas unidades 2 e 3.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

3.4 Atividades orientadas/supervisionadas:

- Leitura orientada dos artigos indicados pelo docente (2 horas-aula).
- Pesquisa de outras referências, em bases de dados, relacionadas ao tema ministrado.

AVALIAÇÃO

VI - AVALIAÇÃO

A avaliação do acadêmico, além de obedecer ao estabelecido regimentalmente pela UNISUL, levará em conta:

1. Aplicação de 2 (duas) provas escritas sobre o conteúdo das unidades, para avaliação individual (Nota 0 a 10) - A1 e A2 (Nota de 0-8), sendo que cada avaliação conterà peso 1.
2. Seminário, com devida apresentação oral individual (1,0 ponto) e elaboração de trabalho escrito pelo grupo, (1,0 ponto), relacionado ao tema de direito probatório, totalizando a pontuação (2,0) os quais serão agregados à somatória das notas das avaliações realizadas pelo aluno: Pontuação total de 2,0 pontos + (A1 e A2).
- 3- PI - projeto integrador: 1,0 ponto.
4. A Média Final será obtida: $A1 + A2 + \text{Seminário} + \text{PI} = X$ (se $X =$ ou superior a 7,0 o aluno estará aprovado).
5. O acadêmico que não obtiver média final 7.0 (sete) prestará avaliação final, que abrangerá todo o conteúdo do semestre.

OBSERVAÇÕES: A segunda chamada de avaliação será realizada conforme disposto no Regimento da UNISUL. Ao faltar uma avaliação o acadêmico deve procurar a Secretaria Acadêmica e protocolar requerimento de segunda chamada de avaliação. Ao ser deferido o pedido a avaliação será realizada na data firmada pela Congregação do Curso de Direito do Campus.

As notas de avaliação e do semestre desta disciplina serão divulgadas pelo docente no prazo regimental.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALVIM, José Manoel Arruda. Manual de direito processual civil I e II. RT, 2007.

BUENO, Cassio Escarpinella - Curso Sistematizado de Direito Processual Civil - Volume 02 Tomo I, Saraiva, 2009.

GRECO F, Vicente. Direito processual civil brasileiro. Saraiva volume I e II, 2009.

MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Processo Civil - Processo de Conhecimento, Vol. 2. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009, 10ª ed.

MARQUES, José Frederico. Manual de direito processual civil I e II. São Paulo: Saraiva, 2008.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



THEODORO JR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil - Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de conhecimento , Forense, 50ª ed, 2009.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Não informado

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*





Disciplina:		000703	Direito Processual Civil I	
Ciclo Letivo:	2010 - 1º Semestre	Oferta	5	Turma 1405
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC N TJ				
Professor	ROBERTO MASAMI NAKAJO			

EMENTA

CURRÍCULO 1996

Noções introdutórias. Ação. Processo. A intervenção de terceiros. Atos, termos e prazos processuais. Nulidades processuais. Formulação da demanda. Despacho liminar. Citação. Respostas do réu. Providências preliminares. Ação declaratória incidental.

CURRÍCULO 2007

Processo e procedimento. Atos, termos e prazos processuais. Preclusão. Pressupostos processuais. Ministério Público. Partes e procuradores. Intervenção de terceiros. Nulidades processuais. Formulação da demanda. Citação. Resposta do réu. Providências preliminares. Revelia. Ação declaratória incidental.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de disciplina indispensável à formação profissional do bacharel em Direito, cujo conteúdo reflete não só na esfera processual civil, mas também em outros sistemas processuais vigentes no país, por conta de sua subsidiariedade.

OBJETIVO GERAL

Facilitar o estudo sistemático e crítico do processo de conhecimento, em primeiro grau de jurisdição, até o momento das providências preliminares. Estudo minucioso da parte geral do processo de conhecimento (estudo das partes, capacidade das partes e postulatória, nulidades, teorias da ação, intervenção de terceiros). Início do estudo do procedimento (petição inicial até as providências preliminares) tornando apto o acadêmico a acompanhar a disciplina de processo civil II que segue com o estudo das provas até a sentença.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1	Conteúdo 1) Organização Judiciária Poder Judiciário (União e Estados). Estrutura. Magistratura. Ministério Público. Advocacia Pública. Defensoria Pública. 2) Noções introdutórias: Conceitos essenciais do processo civil. Condições da ação. Classificações das ações civis. Concurso e cumulação de ações. 3) Processo: Formação. Pressupostos processuais. Sujeitos. Representação, sucessão e substituição. Objetivos Específicos - Estudo da organização do Poder Judiciário com vistas à melhor compreensão do sistema de divisão de competências. Estudo das teorias da ação e suas condições (carência da ação). Estudo dos pressupostos processuais e nulidades e das partes envolvidas no processo. - Estudo da competência atribuída pela Lei Maria da Penha aos juízos criminais em questões civis enquanto não forem criados os Juizados Especializados em Violência Doméstica. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem - Aulas expositivo dialogadas (12 h/a). - Visita à Delegacia de Polícia especializada em violência doméstica e elaboração de relatório da visita e trabalho relacionado ao tema (12 h/a). Instrumentos e Critérios de Avaliação - Avaliação escrita (questões objetivas e/ou discursivas - 0 a 10,0). - Relatório de visita à delegacia (0 a 2,0) e trabalho escrito sobre a competência atribuída pela Lei Maria da Penha aos juízos criminais em questões civis (30 a 50 linhas - manuscrito - avaliação de 0 a 8,0). Total: 0 a 10,0. Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas - Visita à Delegacia de Polícia especializada em violência doméstica e elaboração de relatório da visita e trabalho relacionado ao tema (12 h/a).	24
---	---	----

2	Conteúdo 1) Intervenção de terceiros: Modalidades: oposição, nomeação à autoria, denunciação à lide, chamamento ao processo. Assistência. 2) Atos, termos e prazos processuais: Conceito, forma e sujeitos. Prazos processuais: conceito e classificação. Contagem de prazos. Cartas: ordem, rogatória e precatória. 3) Nulidades processuais: Absolutas e relativas. Sistema do Código de Processo Civil. Objetivos Específicos Estudo das possibilidades de intervenção de terceiros nos processos em curso. Estudo dos atos processuais, em especial, dos atos do juiz (sentença, decisão interlocutória, despacho) com vistas à facilitar o estudo de recursos em processo civil III. Complementação da teoria relacionada às nulidades. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem Aulas expositivo dialogadas. Instrumentos e Critérios de Avaliação Avaliação escrita (questões objetivas e/ou discursivas - 0 a 10,0). Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Não informado	20
---	---	----

Conteúdo

1) Formulação da demanda:

Requisitos da petição inicial. Indeferimento liminar. Emenda à inicial.

2) Citação e intimações:

Modalidades. Efeitos da citação válida.

3) Resposta do réu:

Modalidades: exceção, contestação e reconvenção. Contestação: defesas processuais e de mérito. Revelia e seus efeitos.

4) Providências preliminares.

5) Ação declaratória incidental.

Objetivos Específicos

Estudo minucioso do procedimento (dando ênfase ao ordinário com explicações sobre as peculiaridades do procedimento sumário) da petição inicial até a fase das providências preliminares.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas expositivo dialogadas.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Avaliação escrita (questões objetivas e/ou discursivas - 0 a 10,0).

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

AValiação

O acadêmico será avaliado com base em duas provas escritas e um trabalho relacionado ao projeto integrador.

1. Características das provas escritas: individuais. As questões serão exclusivamente dissertativas ou serão mescladas questões dissertativas e objetivas.

Nas avaliações (exceto as provas de segunda chamada e avaliação final) somente será admitida consulta à legislação sem comentários. Aos alunos em segunda chamada e na avaliação final não será admitida qualquer consulta.

A matéria da 2a. avaliação será cumulativa (de todo o semestre).

1.1. Cada avaliação será atribuída nota de 0 a 10. A primeira prova valerá 30% do valor total do aproveitamento semestral e a segunda prova valerá 50% do valor total do aproveitamento semestral.

2. Ao trabalho do projeto integrador (relatório de visita mais trabalho escrito) será atribuída nota de 0 a 10. Tal nota valerá 20% do valor total do aproveitamento semestral.

3. O aproveitamento semestral será, portanto, calculado da seguinte forma: (nota do trabalho do projeto integrador x 0,20) + (primeira avaliação x 0,30) + (segunda avaliação x 0,50).

4. Frequência: o acadêmico deverá frequentar 75% das aulas para obter aprovação.

5. Aprovação e Avaliação final: Caso o aproveitamento semestral (AS) seja igual ou superior a 7,0 e a frequência mínima for confirmada, o acadêmico estará aprovado.

Se o aproveitamento semestral (AS) for menor do que 7,0 e a frequência mínima confirmada, o acadêmico será submetido a avaliação final (AF).

A média final (MF) será calculada somando-se o AS com a AF e dividindo-se por dois e caso seja igual ou superior a 6,0 o acadêmico estará aprovado.

5. Observações:

- Não haverá nota de participação;

- Não será admitida durante as avaliações a comunicação entre os acadêmicos e a consulta a material não autorizado;

- Haverá segunda chamada de avaliação na forma do regimento interno da UNISUL em datas e locais a serem divulgados pela coordenação.

- A consulta à legislação sem comentários será possível somente nas duas avaliações regulares. Aos alunos em segunda chamada de avaliação e na avaliação final não será admitida qualquer consulta.

- Não haverá abono de faltas exceto nos casos previstos em lei e no regulamento da UNISUL (obedecida a forma

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



estabelecida no regulamento da UNISUL).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000. V. 1.
BAPTISTA DA SILVA, Ovídio Araújo. Curso de direito processual civil. Porto Alegre: Editora Revista dos Tribunais, 2001. V. I.
SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1987. 2. v.
THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. V. 1. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
WAMBIER, Luiz Rodrigues et al. Curso avançado de processo civil. V. 3. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo, GRINOVER, Ada Pellegrini, DINAMARCO, Cândido R. Teoria geral do processo. São Paulo Malheiros.
DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil. São Paulo: Malheiros, v. 3.
GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, v. 1 e 2.
MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz. Manual do processo de conhecimento. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
MOREIRA, José Carlos Barbosa. O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do procedimento. Rio de Janeiro: Forense.
NERY JÚNIOR, Nelson. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
COSTA MACHADO, Antônio Cláudio. Código de Processo Civil Interpretado. São Paulo: Editora Manole.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

INFORMAÇÕES PARA CONTATO

Tel: (48) 91176655 / 32164276
e-mail roberto.nakajo@trt12.jus.br

METODOLOGIA

Aulas expositivo-dialogadas, leituras orientadas, atividade de fixação de conteúdo (em sala de aula e extraclasse).
Elaboração de trabalho ligado ao projeto integrador.
Durante as aulas, os acadêmicos deverão portar a Constituição e o Código de Processo Civil.

CRONOGRAMA

Unidade Trajano - Florianópolis - Quinta-Feira.

MARÇO

04.03- Explicações sobre o programa de disciplina e conteúdo teórico.
11.03- Conteúdo teórico.
18.03- Conteúdo teórico.
25.03- Conteúdo teórico.

ABRIL

01.04- Feriado.
08.04- Conteúdo teórico.
15.04- Primeira avaliação.
22.04 -Entrega de notas da 1ª avaliação, correção da prova e conteúdo teórico.
29.04- Conteúdo teórico.

MAIO

06.05- Conteúdo teórico.
13.05- Conteúdo teórico.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



14.05 (sexta - 14h às 17h30min) - 2ª chamada para os alunos que perderam a 1ª avaliação.

20.05- Semana de integração docente e discente.

27.07- Conteúdo teórico.

JUNHO

03.06- Feriado.

10.06- Segunda avaliação.

17.06 - Entrega de notas da 2ª avaliação e do aproveitamento semestral, correção da prova e conteúdo teórico.

24.06 - Semana de defesa de monografias.

25.06 (sexta - 14h às 17h30min) - 2ª chamada para os alunos que perderam a 2ª avaliação.

JULHO

08.07- Avaliação final, correção da avaliação e entrega da média final.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		000699	Direito Penal II
Ciclo Letivo:	2010 - 1º Semestre	Oferta 6	Turma 1427
Carga Horária:	60	Creditos: 4	
Curso(s): Direito BC N TJ			
Professor	ANDREIA REGIS VAZ		

EMENTA

Noções introdutórias. Teoria da pena. Penas no sistema penal brasileiro. Medidas de segurança. Teoria da ação penal. Extinção da punibilidade. Jurisprudência.

JUSTIFICATIVA

Integrar os diversos tópicos de Direito Penal, de forma a despertar no aluno uma visão completa teórico dogmática e crítico metodológica desta área do Direito.

OBJETIVO GERAL

Capacitar o aluno na compreensão do Direito Penal como ramo integrante do Direito Público, suas relações com outras áreas do Direito e sua importância social, tanto na prevenção criminal quanto na futura reintegração daqueles que sofrem as sanções impostas por este ramo do Direito.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

1	Conteúdo Aplicação da Pena Objetivos Específicos Aplicação da sanção criminal. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem Aulas Expositivas Instrumentos e Critérios de Avaliação 1 prova Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Estudo Dirigido (6 horas/aula)	24
---	--	----

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



2 **Conteúdo** 20

Sursis, Livramento Condicional, Efeitos da Condenação, Reabilitação e Medidas de Segurança.

Objetivos Específicos

Estudo de Sursis, Livramento Condicional, Efeitos da Condenação, Reabilitação e Medidas de Segurança.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas Expositivas.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

1 prova

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

3 **Conteúdo** 16

Ação Penal. Extinção de Punibilidade. Prescrição.

Objetivos Específicos

Estudo de Ação Penal. Extinção de Punibilidade. Prescrição.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas Expositivas.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

1 prova.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

AValiação

3 provas parciais, com média final aritmética entre elas.

As provas serão avaliadas de 0,0 a 10,0.

O critério de correção é estar a questão respondida corretamente. Se sim, o aluno ganhará o valor integral. Se não, apenas a fração sobre o conteúdo certo. Se totalmente errada, perde o valor da questão.

Na última prova, haverá uma questão, valendo 2,0 pontos, sobre o projeto integrador.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal - parte geral - Volume 1, ~São Paulo: Saraiva.

DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. Rio de Janeiro: Renovar.

JESUS, Damásio. Direito Penal I. São Paulo: Saraiva.

MIRABETE, Júlio. Manual de Direito Penal, v. 1. São Paulo: Atlas.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Segue-se o calendário apresentado pela professora junto com o plano de ensino entregue no primeiro dia de aula.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.



Disciplina:		000710	Direito Processual Penal I	
Ciclo Letivo:	2010 - 1º Semestre	Oferta	5	Turma 1408
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC N TJ				
Professor	ELIO DE AMORIM			

EMENTA

CURRÍCULO 1996

Noções introdutórias. Inquérito policial. Ação penal e ação civil. Jurisdição. Competência. Questões e processos incidentes. Prova. Sujeitos processuais.

CURRÍCULO 2007

Noções introdutórias. Processo e procedimento. Princípios processuais. Fontes do direito processual penal. Inquérito policial. Ação penal e ação civil. Jurisdição. Competência. Questões e processos incidentes. Prova. Sujeitos processuais.

JUSTIFICATIVA

O estudo do direito processual penal I é fundamental para o acadêmico conhecer as noções elementares do processo penal, identificando os princípios processuais e as fontes do direito processual penal e compreendendo o papel do inquérito policial, as diferentes formas de ação penal, a importância da jurisdição e a competência, a teoria da prova, o direito da vítima em se ressarcir do dano causado pelo crime, as questões prejudiciais e os processos incidentes e a importância dos sujeitos processuais, a fim de que tenha uma idéia básica sobre o acesso à justiça na esfera penal.

OBJETIVO GERAL

Propiciar a compreensão dos institutos básicos de direito processual penal, fornecendo-lhe os elementos estruturais para o domínio técnico jurídico de seus fenômenos, com enfoque dogmático e crítico, sempre comprometido com uma perspectiva humanista, de observância intransigente aos preceitos éticos que orientam o sistema processual num Estado Democrático de Direito, possibilitando-lhe a aplicação de seus fundamentos de modo criativo e dinâmico, atento à necessidade de interligação com as demais áreas do saber.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1

Conteúdo

24

- 1 DO PROCESSO EM GERAL (3 h/a)
Considerações introdutórias;
Sistemas processuais;
Princípios de Processo Penal;
Fontes de Processo Penal;
Aplicação do Direito Processual Penal.
- 2 DO INQUÉRITO POLICIAL (4 h/a)
Conceito, natureza e finalidade;
Característica, valor e vícios;
Instauração, instrução e encerramento;
Formalidades.
- 3 DA AÇÃO PENAL (10 h/a)
Princípios;
Conceitos, condições e classificações;
Ação penal pública incondicionada;
Ação penal pública condicionada;
Ação penal privada exclusiva;
Ação penal privada subsidiária da ação pública;
A denúncia e a queixa;
Renúncia, perdão e perempção.
- 4 DA AÇÃO CIVIL (4 h/a)
Efeitos da sentença criminal;
Execução civil da sentença penal;
Ação civil ex delicto;
Legitimação e competência.

Objetivos Específicos

Compreender o conteúdo previsto na unidade I.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas expositivo-dialogadas;

Proposição de exercícios, problemas e casos - com o intuito de aplicar o referencial teórico em casos hipotéticos ou reais.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- 1) Prova escrita;
- 2) Pesquisa jurisprudencial (atividade orientada-supervisionada).

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

O aluno deverá realizar pesquisa na jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, bem como na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para discussão em sala de aula sobre o crime de lesão corporal leve, praticado com violência doméstica e familiar contra a mulher, se é de ação penal pública incondicionada ou condicionada. O tema debatido será objeto de avaliação escrita.

Carga horária: 3 horas

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



2

Conteúdo

36

- 5 DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA (12 h / a)
Jurisdição e competência;
Espécies de competência;
Distribuição da competência;
Competência na Constituição Federal;
Competência pelo lugar de infração;
Crime continuado e crime permanente;
Competência pelo domínio ou residência do réu;
Competência pela natureza da infração;
Competência por destruição;
Competência pela prevenção;
Conexão e continência;
Competência pela prerrogativa de função.
6. DAS QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES (8 h / a)
Questões prejudiciais e questões preliminares;
Questão prejudicial obrigatória;
Questão prejudicial facultativa;
Efeitos;
Exceções - espécies;
Suspeição;
Incompetência de Juízo;
Litispendência;
Ilegitimidade de partes;
Coisa julgada;
Conflito de jurisdição;
Incompatibilidade e impedimentos;
Restituição das coisas apreendidas;
Medidas assecuratórias;
Incidentes de falsidade;
Incidente de insanidade mental;
7. DA PROVA: (10 h/a)
Conceito e sistema de apreciação;
Finalidade
Meios da prova;
Ônus da prova;
Princípios da prova;
Exame de corpo de delito e perícias em geral;
Interrogatório do acusado;
Confissão;
Do ofendido;
Testemunhas;
Reconhecimentos de pessoas e coisas;
Acareação;
Documentos;
Indícios;
Busca e apreensão.
8. DOS SUJEITOS PROCESSUAIS: (3 h / a)
O Juiz;
O Ministério Público;
O acusado e seu defensor;
O assistente;
Os funcionários da justiça;
Os peritos e intérpretes.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Objetivos Específicos

Compreender o conteúdo previsto na unidade II.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas expositivo-dialogadas;

Proposição de exercícios, problemas e casos - com o intuito de aplicar o referencial teórico em casos hipotéticos ou reais.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- 1) Prova escrita.
- 2) Análise dos mecanismos processuais penais de amparo à mulher em situação de violência doméstica.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Visita à delegacia de polícia com a apresentação de relatório descritivo do ato, bem como análise dos mecanismos processuais penais de amparo à mulher em situação de violência doméstica. O tema será objeto de avaliação escrita.

Carga horária: 3 horas

AVALIAÇÃO

A avaliação do acadêmico, além de obedecer ao estabelecido pela Congregação do Curso de Direito e pelo Regimento da UNISUL, levará em conta:

A aplicação de duas provas individuais com o conteúdo do núcleo fundamental ministrado até a data da respectiva avaliação, e matéria do Projeto Integrador, com ou sem consulta à legislação não comentada, com data a ser marcada com duas semanas de antecedência, no mínimo. As provas terão o mesmo peso.

O acadêmico que não obtiver média final 7 (sete) prestará avaliação final.

Se não comparecer na data da realização da prova, o acadêmico deverá requerer à secretaria acadêmica a segunda chamada que, se deferida, será realizada nas datas previstas pela coordenação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

JESUS, Damásio. Código de processo penal anotado. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MARQUES, José Frederico. Elementos de direito processual penal. 2. ed. Campinas: Millennium, 2000.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo penal. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Não informado

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Este plano de ensino poderá ser modificado no curso de sua execução quando for identificada a necessidade de adaptação pedagógica à peculiaridade de cada turma. O cronograma poderá ser alterado se houver modificação no planejamento pedagógico ou convocação da ministrante para participar de atividade não prevista no calendário acadêmico ou evento científico.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		000665	Direito Civil II	
Ciclo Letivo:	2010 - 1º Semestre	Oferta	8	Turma 1416
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC N TJ				
Professor	FLAVIO NODARI MONTEIRO			

EMENTA

CURRÍCULO 1996

Conceitos fundamentais. Conceito e classificação dos fatos jurídicos ¿LATO SENSU¿. Ato jurídico ¿STRICTO SENSU¿. Negócio jurídico. Fato ilícito ¿LATO SENSU¿. Prescrição. Decadência.

CURRÍCULO 2007

Conceitos fundamentais. Conceito e classificação dos fatos jurídicos. Negócio jurídico. Fato ilícito lato sensu. Prescrição e decadência.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de disciplina indispensável à formação profissional do bacharel em Direito, cujo conteúdo reflete não só na esfera civil, mas também em outros ramos do Direito, por conta de sua generalidade e subsidiariedade.

OBJETIVO GERAL

Compreender os fatos jurídicos e suas categorias, percebendo a sua importância para o direito positivo brasileiro, tanto para o Direito Civil quanto para as demais disciplinas jurídicas, ressaltando a categoria "negócios jurídicos" em seus aspectos gerais. Realizar a identificação da relação jurídica e dos planos do mundo jurídico.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1	Conteúdo 1.NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE A TEORIA GERAL DOS FATOS JURÍDICOS (3 h/a) 1.1.Relação jurídica 1.2.Fatos. Fatos sociais. 1.3.Norma e fato jurídico. 1.4.Conceito propedêutico de fato jurídico. Objetivos Específicos Identificar a relação jurídica. Conceituar e distinguir fatos jurídicos dos demais fatos sociais a partir da análise da importância da norma jurídica neste contexto. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem Aula expositiva dialogada. Instrumentos e Critérios de Avaliação Prova 1 Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Não informado	3
---	--	---

2	Conteúdo 2.CLASSIFICAÇÃO DOS FATOS JURÍDICOS (6 h/a) 2.1.Algumas classificações doutrinárias. 2.2.Classificação proposta. 2.3.Análise das categorias da classificação proposta. 2.4.Elementos das categorias. Objetivos Específicos compreender e classificar os fatos jurídicos, conceituando as categorias da classificação e oferecer exemplos; Estratégias de Ensino e de Aprendizagem Aula expositivo dialogada Instrumentos e Critérios de Avaliação Prova 1 Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Não informado	6
---	---	---

- 3 **Conteúdo** 9
- 3.AQUISIÇÃO, MODIFICAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXTINÇÃO DE DIREITOS E DEVERES (9 h/a)
- 3.1.Elemento e tipos de aquisição.
- 3.2.Elemento e tipos de modificação.
- 3.3.Elemento e tipos de extinção.
- 3.4.Elemento e tipos de manutenção.
- 3.5.Direitos atuais e direitos futuros.
- 3.6.Direito adquirido e expectativa de direitos.

Objetivos Específicos

apontar os efeitos dos fatos jurídicos, exemplificando-os.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aual expositiva dialogada

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Prova 1 e relatório de pesquisa

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Pesquisa (3 h/a)

- 4 **Conteúdo** 3
- 4.PLANOS DO MUNDO JURÍDICO (3 h/a)
- 4.1.Plano da Existência.
- 4.2.Plano da Validade.
- 4.3.Plano da Eficácia.

Objetivos Específicos

Identificar as relações jurídicas como o "mundo do direito" em seus três desdobramentos. Diferenciar e conceituar existência jurídica, validade jurídica e eficácia jurídica.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositiva dialogada

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Prova 1

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

5	Conteúdo 5.NEGÓCIO JURÍDICO (9 h/a) 5.1.Conceito e aspectos gerais. 5.2.Classificação. 5.3.Interpretação do negócio jurídico e princípios informadores. 5.4.Elementos constitutivos. 5.5.Elementos acidentais (condição, termo, modo ou encargo). Objetivos Específicos conceituar negócio jurídico, indicando seus princípios, elementos constitutivos, requisitos de validade, formas de interpretação, classificação, e defeitos, oferecendo exemplos e fazendo relação com a realidade prática, a partir de descrição de situações reais ou fictícias Estratégias de Ensino e de Aprendizagem Aula expositiva dialogada Instrumentos e Critérios de Avaliação Prova 2 e relatório de pesquisa Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Pesquisa (3h/a)	9
---	---	---

6	Conteúdo 6.VALIDADE E INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO (9 h/a) 6.1.Requisitos de validade gerais à generalidade dos negócios jurídicos. 6.2.Invalidades: Conceito e classificação. 6.2.1.Invalidade Absoluta: Nulidade 6.2.2.Invalidade Relativa: Anulabilidade 6.2.3.Diferenças entre nulidade e anulabilidade. Objetivos Específicos conceituar invalidade de atos jurídicos e identificar seus efeitos, realizando a distinção entre seus tipos, com exemplos e relações com a realidade prática. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem Aula expositivo dialogada Instrumentos e Critérios de Avaliação Prova 2 Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Não informado	9
---	--	---

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
7	<p>Conteúdo</p> <p>7.DEFEITOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS (9 h/a)</p> <p>7.1. Defeitos de consentimento</p> <p>7.2. Defeitos sociais</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Conceituar defeitos dos negócios jurídicos e seus tipos, identificando seus efeitos.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aula expositiva dialogada.</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Prova 2</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	9

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
8	<p>Conteúdo</p> <p>8.PROVA DOS ATOS JURÍDICOS (6 h/a)</p> <p>8.1.Conceito e características.</p> <p>8.2.Espécies legalmente previstas.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>identificar e conceituar os meios de provas dos negócios jurídicos</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aula expositiva dialogada</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Prova 3</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	6

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
9	<p>Conteúdo</p> <p>9.PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA (6 h/a)</p> <p>9.1.Prescrição e decadência como fatos jurídicos.</p> <p>9.2.Prescrição (conceito, requisitos, normas gerais).</p> <p>9.3.Decadência (conceito, objeto, arguição e efeitos).</p> <p>9.4.Distinção entre prescrição e decadência.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Conceituar prescrição e decadência e diferencia-las</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Aula expositiva dialogada e pesquisa</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Prova 3 e relatório de pesquisa</p>	6

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Pesquisa (3 h/a)

AVALIAÇÃO

Prova 1 (P1)

Prova 2 (P2)

Leitura obrigatória (analisada através de questionamento na prova 2)

Atividades avaliativas em classe e supervisionadas. (AAS)

Projeto integrador (PI)

Média Semestral = [P1 + P2 + média das AAS e PI] / 3

O projeto integrador e as atividades supervisionadas serão avaliados de 0 a 10 e a média de todas estas atividades comporá o cálculo da média semestral como uma nota única.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AZEVEDO, Antonio Junqueira de. Negócio jurídico: existência, validade e eficácia. 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil. Volume 1. São Paulo: Saraiva, 2003.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. V. 1. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil. Parte Geral. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2002.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: parte geral: v1. São Paulo: Saraiva, 2003.

MELLO, Marcos Bernardes de. Teoria do fato jurídico: plano da validade. São Paulo: Saraiva, 1995.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Não informado

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:	008357	Direito Constitucional II - Currículo 2007
Ciclo Letivo:	2010 - 1º Semestre	Oferta 8 Turma 1423
Carga Horária:	60	Creditos: 4
Curso(s):	Direito BC N TJ	
Professor	JULIO CESAR MARCELLINO JUNIOR	

EMENTA

CURRÍCULO 2007 e 2011/2

Direitos e garantias fundamentais. Evolução histórica dos direitos fundamentais. Direitos individuais. Direitos coletivos. Direitos sociais. Direitos de nacionalidade. Direitos políticos. Da Ordem Social.

JUSTIFICATIVA

Prosseguindo no propósito traçado pela disciplina direito constitucional I, esta disciplina habilita o acadêmico ao conhecimento dos direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição Federal, bem como noções sobre os direitos sociais, trabalhistas e sindicais, dentre outros.

OBJETIVO GERAL

Estimular no acadêmico o compromisso com uma visão crítica do direito constitucional, tendo presente que, no fenômeno jurídico, ao contrário do que se verifica nas ciências empíricas, é perfeitamente possível a convivência de posições jurídicas ou soluções hermenêuticas completamente antagônicas, obrigando-o a sempre se manter vigilante contra opiniões, categorias e conceitos pré-concebidos.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

1	<p>Conteúdo</p> <p>Direitos e garantias fundamentais. Evolução histórica dos direitos fundamentais. Direitos Individuais. Direitos Coletivos.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Verificar a formação, a evolução e afirmação dos direitos fundamentais desde seu surgimento até os dias de hoje; - Identificar os conceitos e definições atinentes aos direitos e garantias fundamentais, tendo em conta suas diversas matizes doutrinárias; - Compreender as diferenças entre direitos fundamentais individuais e coletivos. <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aula expositiva e dialogada para a apresentação da disciplina (25,5 horas/aula) - Leitura dirigida de textos fornecidos pelo professor <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Instrumento 1: prova escrita com questões objetivas e dissertativas, onde se avaliará o estudo de textos, doutrina e jurisprudência indicadas; - Instrumento 2: trabalho acadêmico, onde o aluno dissertará sobre o tema "Direitos Fundamentais, 	30
---	--	----

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



principiologia constitucional e eficácia normativa";

- Critérios: serão observadas a capacidade de análise, síntese e interpretação dos conteúdos fundamentais ministrados e constantes dos textos e bibliografia indicada. Far-se-á também argüição em sala de aula, através de debates orais, para verificação de compreensão e memorização dos conteúdos ministrados e estudados.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

- Leitura dirigida de textos doutrinários e jurisprudenciais, que serão encaminhados aos alunos: 2,5 horas.
- Trabalho Acadêmico: 2,0 horas.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

2 Conteúdo

30

Direitos Sociais. Direitos de nacionalidade. Direitos Políticos. Da Ordem Social.

Objetivos Específicos

- Estudar sobre a eficácia dos direitos fundamentais no contexto social brasileiro;
- Compreender as diferenças entre direitos fundamentais individuais/ coletivos e sociais;
- Problematicar a prática e aplicação de direitos fundamentais.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- Aula expositiva e dialogada para a apresentação da disciplina (25,5 horas/aula)
- Leitura dirigida de textos fornecidos pelo professor.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- Instrumento 1: prova escrita com questões objetivas e dissertativas, onde se avaliará o estudo de textos, doutrina e jurisprudência indicadas;
- Instrumento 2: trabalho acadêmico, onde o aluno dissertará sobre o tema "Direitos Fundamentais, principiologia constitucional e eficácia normativa";
- Critérios: serão observadas a capacidade de análise, síntese e interpretação dos conteúdos fundamentais ministrados e constantes dos textos e bibliografia indicada. Far-se-á também argüição em sala de aula, através de debates orais, para verificação de compreensão e memorização dos conteúdos ministrados e estudados.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

- Leitura dirigida de textos doutrinários e jurisprudenciais, que serão encaminhados aos alunos: 2,5 horas.
- Trabalho Acadêmico: 2 horas.

AVALIAÇÃO

A avaliação do acadêmico, além de obedecer ao estabelecido regimentalmente pela UNISUL, levará em conta:

1. Aplicação de 2 (duas) provas escritas sobre o conteúdo das unidades para avaliação individual (Nota 0 a 10) - A1 e A3 (cada avaliação com peso 1). Em tais provas serão cobrados os conteúdos programáticos ministrado até o último encontro anterior à realização da prova. As provas serão realizadas com base nas aulas expositivas dadas, na bibliografia indicada, nos textos encaminhados pelo professor, e nas atividades solicitadas.

2. Atividade Acadêmica (Trabalho Escrito e Projeto Integrador): os alunos deverão entregar no dia 14/05 um trabalho acadêmico (A2, peso 1) que terá como tema "Direitos Fundamentais, principiologia constitucional e eficácia normativa". Essa atividade será realizada em equipe, com número de componentes a ser indicado pelo professor e segundo orientações e diretrizes de pesquisa que serão repassadas no primeiro dia de aula. O trabalho deverá ser estruturado da seguinte forma: capa (com dados da turma, equipe, disciplina, etc), sumário, introdução, desenvolvimento, considerações finais, e referências bibliográficas consultadas. Para o dia da entrega, todas as equipes deverão se preparar para apresentação oral do trabalho. Uma das equipes será escolhida, mediante sorteio, para apresentação. Para a equipe que for sorteada, a nota final da atividade será composta da seguinte maneira: 50% referente ao trabalho escrito, e 50% referente à avaliação oral. Critérios de correção do trabalho: a) apresentação: 1 ponto; b) conteúdo: 4 pontos; c) coerência e ordenamento das idéias: 3 pontos; d) análise crítica: 2 pontos;

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



2.1 Projeto Integrador: os alunos deverão apresentar um relatório de visita a Delegacia da Mulher, e apresentar uma dissertação que discorra sobre a seguinte indagação: "A Lei Maria da Penha guarda afinidade material com a Constituição de 1988 no que respeita à sua carta de direitos?", justificando a resposta. A nota atribuída a essas duas atividades (comprovação de visita à Delegacia da Mulher e dissertação) comporão a nota do trabalho acadêmico em trinta por cento).

3. O aproveitamento semestral do acadêmico será computado observando-se a seguinte equação: $A1$ (primeira prova) + $A2$ (trabalho acadêmico) + $A3$ (segunda prova) $\div 3 = x$. Se " x " for igual ou superior a 07 (sete), o acadêmico estará aprovado. Se " x " for inferior a 07 (sete), o acadêmico estará sujeito à avaliação final, observada a frequência mínima prevista.

4. Frequência: O acadêmico que não alcançar frequência de 75% (setenta e cinco por cento) na disciplina estará automaticamente reprovado, independentemente dos resultados obtidos nos demais critérios de avaliação.

5. Avaliação Final: em caso de necessidade de avaliação final do acadêmico, será realizada prova escrita, no período reservado pela Universidade, abrangendo todo o conteúdo programático ministrado. A nota obtida no aproveitamento semestral será somada à nota da avaliação final. Se a média das duas notas for igual ou superior a seis, o acadêmico será aprovado.

OBSERVAÇÕES: A segunda chamada de avaliação será realizada conforme disposto no Regimento da UNISUL. Ao faltar uma avaliação o acadêmico deve procurar a Secretaria Acadêmica e protocolar requerimento de segunda chamada de avaliação. Ao ser deferido o pedido a avaliação será realizada na data firmada pela Congregação do Curso de Direito do Campus. As notas de avaliação e do semestre desta disciplina serão divulgadas pelo docente no prazo regimental.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo: Saraiva, 2009.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2003.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. Coimbra: Almedina, 2002.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional Administrativo. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Cronograma

05/03 - entrega do programa de disciplina e noções introdutórias Unidade 1 (3 h)

12/03 - Unidade 1 (3 h)

19/03 - Unidade 1 (3 h)

26/03 - Unidade 1 (3 h)

02/04 - Feriado

09/04 - Unidade 1 (3 h)

16/04 - Unidade 1 (3 h)

23/04 - A1 primeira avaliação (3 h)

30/04 - Unidade 1 (3 h)

07/05 - Unidade 2 (3 h)

14/05 - Unidade 2 (3 h) (Entrega do Trabalho)

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



21/05 - Semana de Integração - Palestra
28/05 - Unidade 2 (Entrega do Trabalho Acadêmico(A2) Sorteio apresentação oral) (3 h)
04/06 - Unidade 2 (3 h)
11/06 - A2 segunda avaliação(3 h)
18/06 - Unidade 2 (3 h)
25/06 - Unidade 2 (3 h)
02/07 - semana de defesa de monografia
09/07 - Avaliação Final

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		000664	Direito Civil I	
Ciclo Letivo:	2009 - 2º Semestre	Oferta	10	Turma 1645
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC N TJ				
Professor	GISELE RODRIGUES MARTINS			

EMENTA

CURRÍCULO 1996

Noções gerais. Norma jurídica. Código Civil Brasileiro. Personalidade. Capacidade. Pessoa Jurídica. Domicílio. Patrimônio: coisas e bens. Classificação dos bens.

CURRÍCULO 2007

Lei de introdução ao código civil. Norma jurídica. Código Civil brasileiro. Personalidade. Capacidade. Pessoa jurídica. Domicílio. Patrimônio. Classificação dos bens.

JUSTIFICATIVA

O estudo da disciplina Direito Civil I busca fornecer ao acadêmico o conhecimento jurídico necessário referente à parte geral do Código Civil, especialmente no que tange às relações entre pessoas e bens. Trata-se de disciplina fundamental que possibilita ao acadêmico um maior entendimento acerca do Direito Civil e sua influência nas relações jurídicas.

OBJETIVO GERAL

A partir dos conceitos fundamentais da Ciência Jurídica, provocar a leitura e análise das obras relativas ao Direito Civil, estimulando o aprofundamento da percepção dos fenômenos jurídicos, possibilitando a adoção de postura crítica e analítica diante das questões do Direito.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1	Conteúdo Noções gerais de direito; Direito Civil. Conceito. Importância. Classificação da matéria. Codificação do Direito Civil e o Código Civil Brasileiro. Objetivos Específicos . Identificar e relembrar conceitos fundamentais para uma visão lato sensu do direito. . Compreender a importância do direito civil para a vida em sociedade, conceituando, situando e identificando suas principais classificações. . Apresentar o Código Civil Brasileiro. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem . Aula expositivo e dialogada para a apresentação do conteúdo (6 h/a). . Estudo de texto sobre a Unidade I (1 h/a). Instrumentos e Critérios de Avaliação . Instrumento 1: estudo de texto (1 h/a) . Critérios: produção escrita, observadas a capacidade de análise, síntese e interpretação do texto. Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas . Atividade orientada/supervisionada: Exercícios para fixação dos temas (2h/a).	10
---	--	----

2	Conteúdo Lei de Introdução ao Código Civil; Lei de Introdução e seu objeto; Lei; vigência; correção; revogação e obrigatoriedade das normas jurídicas. Hermenêutica e Interpretação da norma jurídica. A finalidade da norma. Integração das Normas; lacunas na lei. Direito Intertemporal: ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada. Objetivos Específicos . Conhecer a Lei de Introdução ao Código Civil bem como sua implicação no estudo das leis. . Entender como se opera o sistema de preenchimento de lacunas na lei. . Identificar a existência da lei no tempo e no espaço tendo como base a Lei de Introdução ao Código Civil. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem . Aula expositivo e dialogada para a apresentação do conteúdo (4 h/a). . Estudo de texto sobre a Unidade II (3 h/a). Instrumentos e Critérios de Avaliação . Instrumento 1: estudo de texto de lei (2 h/a) . Critérios: debate sobre o tema. Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas . Atividade orientada/supervisionada: Exercícios para fixação dos temas (3 h/a).	12
---	---	----

3 **Conteúdo** 11

Pessoa Natural ou Física. Início da personalidade. Fim da Personalidade. Comoriência. Ausência. Direitos da Personalidade. Capacidade. Incapacidade e suas espécies. Fim da incapacidade. Maioridade. Emancipação. Individualização da Pessoa Natural: Nome, Estado e Domicílio.

Objetivos Específicos

- . Estabelecer parâmetros de identificação para o início e fim da personalidade jurídica, bem como a aquisição da capacidade de direito e de fato.
- . Analisar os direitos da personalidade previstos no Código Civil Brasileiro e sua repercussão no mundo jurídico.
- . Individualizar a pessoa natural através do estudo do nome, do estado civil e do domicílio, esclarecendo as principais regras que identificam o indivíduo na sociedade.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- .Aula expositivo e dialogadas para a apresentação do conteúdo (6 h/a).
- .Análise jurisprudencial (1 h/a).

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- .Instrumento 1: avaliação (Unidades 1, 2 e 3).
- .Critérios: A avaliação será composta de questões objetivas retiradas de provas de concursos estaduais e federais, e questões discursivas (caso-problema), onde será avaliada a capacidade de argumentação e interpretação jurídicas, tendo como critérios a clareza e objetividade da resposta, a observância da norma culta, a demonstração do conhecimento suficiente e a capacidade de sistematização das idéias. (3 h/a)

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

- .Atividade orientada/supervisionada: Exercícios para fixação dos temas (1 h/a).

4 **Conteúdo** 8

Pessoa Jurídica. Noção. Requisitos e sua constituição. Classificação. Teoria da desconsideração da pessoa jurídica. Fim da existência das pessoas jurídicas.

Objetivos Específicos

- . Diferenciar pessoa natural de pessoa jurídica.
- . Analisar os requisitos que compõe a pessoa jurídica identificando seu início e término.
- . estudar as principais classificações de pessoa jurídica e de que forma ocorre sua desconsideração.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- .Aula expositivo e dialogada para a apresentação do conteúdo (3 h/a).
- .Estudo de texto sobre a Unidade IV (1 h/a).

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- .Instrumento 1: leitura de texto (1 h/a)
- .Critérios: debate sobre o tema. (1 h/a)

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

- .Atividade orientada/supervisionada: Exercícios para fixação dos temas (2 h/a).



5

Conteúdo

7

Domicílio. Conceito. Espécies.

Objetivos Específicos

- . Estabelecer critérios de diferenciação entre moradia, residência e domicílio.
- . Buscar na lei subsídios para a identificação do domicílio da pessoa tanto natural quanto jurídica.
- Explorar as espécies de domicílio e suas implicações para a vida em sociedade.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- .Aula expositivo e dialogada para a apresentação do conteúdo (4 h/a).

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- .Instrumento 1: leitura de texto (1 h/a)
- .Critérios: correção dos exercícios pelos alunos. (1 h/a)

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

- ..Atividade orientada/supervisionada: Exercícios para fixação dos temas (1 h/a).

6

Conteúdo

12

Bens. Noção de coisa e bem. Patrimônio. Classificação dos bens.

Objetivos Específicos

- . Estabelecer regras para a diferenciar coisa, bem e patrimônio
- . Demonstrar as principais classificações de bens de acordo com a doutrina.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- . Aula expositiva e dialogada para a apresentação do conteúdo (5 horas/aula).

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- .Instrumento 1: avaliação das unidades 4, 5 e 6. (4 h/a)
- .Critérios: A avaliação será composta de questões objetivas retiradas de provas de concursos estaduais e federais, e questões discursivas (caso-problema), onde será avaliada a capacidade de argumentação e interpretação jurídicas, tendo como critérios a clareza e objetividade da resposta, a observância da norma culta, a demonstração do conhecimento suficiente e a capacidade de sistematização das idéias.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

- .Atividades orientadas/supervisionadas:
- . Atividade do projeto integrador: visita à Penitenciária. Produção escrita a respeito de como o sistema penal pune os civilmente incapazes (3 horas/aula).

AValiação

1 - Primeira Avaliação -Prova individual com questões objetivas e dissertativas.

Data da Prova: 15 de setembro de 2009. (NOTA de 0 a 10,0).

2 - Segunda Avaliação -Prova individual com questões objetivas e dissertativas.

Data da Prova: 10 de novembro de 2009. (NOTA de 0 a 10,0).

3 - Produção escrita de pesquisa para o projeto integrador com entrega para o dia 10 de novembro de 2009.

A Média Final será obtida: $A1 + A2 + A3 = X$

3

(se $X \geq 7$ o aluno estará aprovado).

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



O acadêmico que não obtiver média final 7.0 (sete) prestará avaliação final, que abrangerá todo o conteúdo do semestre.

DATAS DE PROVA EM SEGUNDA CHAMADA: 15 DE MAIO E 26 DE JUNHO DE 2009.

FREQÜÊNCIA: o acadêmico deverá freqüentar 75% das aulas para obter aprovação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MATERIAL OBRIGATÓRIO: "CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO"

LEITURA OBRIGATÓRIA: COMO NASCE O DIREITO, Francesco Carnelutti

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

1. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva. Vol 1.
2. DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil: Teoria Geral do Direito Civil. São Paulo: Saraiva. Vol 1.
3. FIUZA, César. Direito Civil: Curso Completo. 5.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
4. GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Parte Geral. São Paulo: Saraiva. Vol1.
5. GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil, Rio de Janeiro, Forense.
6. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva. Vol I.
7. MIRANDA, Pontes. Tratado de Direito Privado, tomos 1 a 4, Bookseller
8. MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil: Parte geral. São Paulo: Saraiva. Vol 1.
9. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense. Vol 1.
10. REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 22. ed. São Paulo: Saraiva.
11. RODRIGUES, Silvio. Direito Civil: Parte Geral. São Paulo: Saraiva. Vol 1.
12. VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. São Paulo: Atlas. Vol 1.
13. WALD, Arnoldo. Direito Civil - Introdução e Parte Geral. São Paulo: Saraiva. Vol I

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		000698	Direito Penal I		
Ciclo Letivo:	2009 - 2º Semestre	Oferta	10	Turma	1656
Carga Horária:	60	Creditos: 4			
Curso(s): Direito BC N TJ					
Professor	ELIO DE AMORIM				

EMENTA

Noções introdutórias sobre o direito penal. Teoria da norma penal. Teoria do crime. Concurso de agentes. Jurisprudência sobre a norma penal e crime.

JUSTIFICATIVA

Incentivar a busca do conhecimento do Direito Penal.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar o aprendizado do conteúdo proposto, evoluindo gradativamente ao longo do semestre, de forma que o aluno possua uma base de conceitos jurídicos para aplicação na vida prática.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

- | | | |
|---|---|----|
| 1 | <p>Conteúdo</p> <p>a) Introdução. Direito Penal. Conceito. Caracteres. Posição do Direito Penal. Direito Penal objetivo e subjetivo. Direito Penal comum e especial. Relação do Direito Penal com outras disciplinas. Evolução histórica das idéias penais. Doutrinas e escolas penais. História do Direito Penal Brasileiro. A legislação penal brasileira.</p> <p>b) Lei Penal. Caracteres. Classificação. Norma penal em branco. Fontes do Direito Penal. Interpretação da lei penal. Analogia. Interpretação analógica. Concurso aparente de normas. Vigência e revogação da lei penal</p> <p>c) Aplicação da Lei Penal. Princípios. Lei Penal no tempo. Lei Penal no espaço. Contagem do prazo.</p> <p>d) Do crime. Crime e contravenção. Ilícito penal e ilícito civil. Crime: conceito e elementos. Classificação dos crimes.</p> | 30 |
|---|---|----|

Objetivos Específicos

Compreender todo o conteúdo ministrado previsto na Unidade.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aulas expositivo-dialogadas;

Proposição de exercícios, problemas e casos, com o intuito de aplicar o referencial teórico em

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



exemplos hipotéticos ou reais.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

A avaliação será composta de questões discursivas, versando sobre os temas ministrados em sala de aula e da atividade orientada. Serão avaliadas a capacidade de argumentação e a interpretação jurídica, tendo como critérios a clareza e a objetividade da resposta, a observância da norma culta, a demonstração do conhecimento suficiente e a capacidade de sistematização das ideias.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

O aluno deverá realizar pesquisa na jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, bem como em outros tribunais, para discussão em sala de aula sobre entendimentos acerca da concessão de habeas corpus aos presos que esperam julgamento, aplicando o princípio da presunção de inocência, considerando medida de diminuição da população carcerária.

Carga horária: 5 horas

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

- | | | |
|---|-----------------|----|
| 2 | Conteúdo | 30 |
|---|-----------------|----|
- a) Formas de conduta: ação e omissão. Relação de causalidade. Superveniência de causa independente. Relevância da omissão.
- b) Da tentativa e da consumação. O "iter criminis". Atos preparatórios e atos de execução. Consumação. Elementos da tentativa. Pena correspondente. Inadmissibilidade de tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Flagrante preparado. Crime provocado.
- c) Da tipicidade. Tipo e tipicidade. Estrutura do tipo. Espécies. Dolo: conceito, espécies. Culpa: conceito, espécies. Elementos. Compensação e concorrência de culpas. Excepcionalidade do crime culposos. Preterdolo. Agravação pelo resultado. Erro sobre elementos do tipo. Descriminantes putativas. Erro sobre a pessoa.
- d) Da ilicitude. Conceito. Causas excludentes de ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular do direito. Excesso nas justificativas.
- e) Da culpabilidade. Culpabilidade. Conceito. Teorias. Elementos. Desconhecimento da lei. Potencial consciência da ilicitude. Exigibilidade de conduta diversa. Causas legais de exclusão da culpabilidade: erro sobre a ilicitude do fato, coação irresistível, obediência hierárquica.
- f) Da imputabilidade penal - Inimputáveis. Menoridade penal. Emoção e paixão. Embriaguez. A "actio libera in causa".
- g) Do concurso de pessoas. Conceito. Teorias. Elementos. Coautoria e participação. Circunstâncias comunicáveis. Casos de impunibilidade.

Objetivos Específicos

Compreender todo o conteúdo ministrado previsto na Unidade.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Aula expositivo-dialogada com discussão do tema e visita à penitenciária e/ou comissão de Direitos Humanos da OAB/SC.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

A avaliação será composta de questões discursivas, versando sobre os temas ministrados em sala de aula e da atividade orientada. Serão avaliadas a capacidade de argumentação e a interpretação jurídica, tendo como critérios a clareza e a objetividade da resposta, a observância da norma culta, a demonstração do conhecimento suficiente e a capacidade de sistematização das ideias.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Visita à penitenciária e/ou comissão de Direitos Humanos da OAB/SC e verificar a realidade do sistema carcerário brasileiro e trazer sugestões sobre quais as medidas a curto e médio prazo que poderiam

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



minimizar o problema. A matéria será avaliada quando da aplicação da segunda avaliação.

Carga horária: 4 horas.

AVALIAÇÃO

De acordo com o estabelecido pela Congregação do Curso de Direito e pelo Regimento da UNISUL, o acadêmico será avaliado com base nos seguintes critérios:

1 - Primeira Avaliação - A1 - Prova individual com questões dissertativas.

Data da Prova: a ser comunicada com duas aulas de antecedência. (NOTA de 0 a 10,0). PESO 1

2 - Segunda Avaliação - A2 - Prova individual com questões dissertativas.

Data da Prova: a ser comunicada com duas aulas de antecedência - (NOTA de 0 a 10,0). PESO 1

A Média Final será obtida:
$$A1 + A2 = \frac{X}{2}$$

(se X = ou superior a 7 o aluno estará aprovado).

O acadêmico que não obtiver média final 7.0 (sete) prestará avaliação final, que abrangerá todo o conteúdo do semestre.

DATAS DE PROVA EM SEGUNDA CHAMADA: 16 DE OUTUBRO E 20 DE NOVEMBRO DE 2009.

FREQÜÊNCIA: o acadêmico deverá freqüentar 75% das aulas para obter aprovação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MATERIAL OBRIGATÓRIO: CONSTITUIÇÃO FEDERAL E CÓDIGO PENAL.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DELMANTO, Celso et al. Código Penal Comentado São Paulo: Renovar;

ZAFFARONI, Eugênio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal Brasileiro - parte geral. São Paulo: Revista dos Tribunais;

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Código Penal Interpretado São Paulo: Atlas;

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



JESUS, Damásio E. Direito Penal - parte geral - São Paulo: Saraiva, 1o volume;

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal - parte geral. São Paulo: Atlas.

BASTOS JÚNIOR, Edmundo José. Código Penal em exemplos práticos - parte geral. Florianópolis: editora terceiro milênio.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. 3a ed. São Paulo: Saraiva.

JESUS, Damásio E. Novíssimas Questões Criminais. São Paulo: Saraiva.

JESUS, Damásio E. Teoria do Domínio do Fato no Concurso de Pessoas. São Paulo: Saraiva.

NUCCI, Guilherme de S. Manual de Direito Penal. Revista dos Tribunais.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. São Paulo; Martins Fontes.

CARNELUTTI, Francesco. As Misérias do Processo Penal. Conan.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Vozes.

SUANNES, Adauto. Os Fundamentos Éticos do Devido Processo Penal. São Paulo; Revista dos Tribunais.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. Em Busca das Penas Perdidas. Revan

SITES INDICADOS PARA CONSULTA:

Supremo Tribunal Federal: www.stf.gov.br

Superior Tribunal de Justiça: www.stj.gov.br

Tribunal de Justiça de Santa Catarina: www.tj.sc.gov.br

Tribunal de Justiça de São Paulo: www.tj.sp.gov.br

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul: www.tj.rs.gov.br

Tribunal Regional Federal da 4ª Região: www.trf4.gov.br

Senado Federal: www.senado.gov.br

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		002931	Sociologia		
Ciclo Letivo:	2009 - 2º Semestre	Oferta	23	Turma	1659
Carga Horária:	60	Creditos: 4			
Curso(s): Direito BC N TJ					
Professor	JACIR LEONIR CASAGRANDE				

EMENTA

CURRÍCULO ANTIGO

O contexto histórico do surgimento da Sociologia. A Sociologia como ciência e sua relação com as outras Ciências Sociais. A evolução do pensamento sociológico: quadros teóricos clássicos referenciais para o estudo da sociedade. Conceitos básicos da Sociologia.

CURRÍCULOS NOVOS

Contexto histórico do surgimento da Sociologia. O pensamento sociológico: referenciais dos teóricos clássicos para o estudo da sociedade. Questões e problemas para a sociologia contemporânea.

JUSTIFICATIVA

A disciplina Sociologia busca construir um espaço de reflexão sobre a realidade social contemporânea que possibilite abrir caminhos para a compreensão política, cultural, econômica e social das relações humanas na complexidade dos saberes produzidos sobre a sociedade moderna. A pretensão não é a de realizar um estudo aprofundado das matrizes epistemológicas da Sociologia, mas, ao utilizar esses fundamentos, procurar compreender o conhecimento e as práticas sociais que lhe dão origem e o sustentam, visando fortalecer a reflexão que se constrói em oposição à fragmentação e a dispersão na radicalidade dos acontecimentos. Nesse sentido, pela sua característica crítico-criativo, decorrente da abrangência do seu campo de investigação, seu profundo compromisso com a democracia, sua disposição para transgredir consensos teóricos, a Sociologia constitui um campo do saber capaz de estabelecer diálogo com todas as disciplinas e áreas de conhecimento dos diversos cursos da Universidade.

OBJETIVO GERAL

Esta disciplina objetiva oferecer instrumentos ao acadêmico para que ele possa compreender as relações sociais constitutivas da sociedade moderna e contemporânea. Com isso espera acadêmico desenvolva a sua capacidade de reflexão e de criticidade perante os fenômenos sociais e suas próprias ações como cidadão e estudante.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1

Conteúdo

05/08

12/08

19/08

1. Sociologia, conceito e objeto

1.1 - A constituição do método e do objeto sociológico.

1.2 - A Sociologia e a sua relação com as outras ciências.

1.3 - O Renascimento, o Iluminismo, as Revoluções do século XVIII e o surgimento da Sociologia.

1.4 - Comte e o Surgimento da Sociologia.

1.5 - O positivismo Sociológico

1.5 - Instituições sociais: família, religião e educação.

Objetivos Específicos

- Compreender o objeto e método de estudo da Sociologia e as relações com as outras ciências.
- Entender as mudanças promovidas pelo contexto sócio-histórico dos Movimentos Renascentista e Iluminista e das Revoluções Francesa e Revolução Industrial.

- Através do acompanhamento das discussões e dos resultados das reflexões apresentados no quadro ou oralmente, será avaliado a participação e envolvimento do aluno, bem como a capacidade de posicionar-se diante de idéias divergentes relativas aos conceitos e movimentos sócio-históricos.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- Aula expositiva e dialogada para apresentação do programa da disciplina (1,5 horas aula).
- Em equipes de até três componentes, elaboração de um conceito de Sociologia e um de Sociedade e, colocar no quadro para posterior discussão (1,5 horas aula).
- Aula expositiva dialogada (3 horas aula)
- Discussão em equipes, referente a questões propostas seguida de plenário e fechamento (3 horas aula)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- Através do acompanhamento das discussões e dos resultados das reflexões apresentados no quadro ou oralmente, será avaliado a participação e envolvimento do aluno, bem como a capacidade de posicionar-se diante de idéias divergentes relativas aos conceitos e movimentos sócio-históricos.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

2

Conteúdo

26/08

02/09

09/09

2. Durkheim e a socialização

2.1 - O pensamento de Durkheim.

2.2 - Coerção, suicídio e solidariedade.

2.3 - Socialização e processos sociais: contatos sociais, isolamento e interação social.

2.4 - Status, papel social e controle social.

Objetivos Específicos

- Compreender as idéias principais do pensamento sociológico de Emile Durkheim.
- Desenvolver reflexões críticas a respeito das idéias sociológicas apresentadas.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- Aulas expositivas dialogadas seguindo esquema apresentado no quadro branco, retro projetor ou data show (5 horas aula).

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



- Discussão em equipes, de questões apresentadas sobre o conteúdo seguido de plenária e amarrações necessárias (4 horas aula).

- Será avaliado a participação e interesse do aluno nas atividades de equipe, bem como os resultados apresentados nas plenárias.

- Será considerada também a capacidade reflexiva do aluno referente às idéias sociológicas apresentadas.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- Será avaliado a participação e interesse do aluno nas atividades de equipe, bem como os resultados apresentados nas plenárias.

- Será considerada também a capacidade reflexiva do aluno referente às idéias sociológicas apresentadas.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

26/08 - Leitura do texto básico do conteúdo trabalhado em sala de aula (1 hora aula).

02/09 - Leitura do texto básico do conteúdo trabalhado em sala de aula (1 hora aula).

09/09 - Leitura do texto básico do conteúdo trabalhado em sala de aula (1 hora aula).

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

3

Conteúdo

12

16/09

23/09

30/09

3. Pensamento sociológico de Marx

3.1 - A concepção da realidade social de Marx: materialismo histórico e dialético.

3.2 - Economia e sociedade

3.3 - Modos de produção

4.4 - Trabalho e vida econômica: emprego, desemprego e empregabilidade

Objetivos Específicos

- Compreender as idéias principais do pensamento sociológico de Karl Marx.

- Desenvolver reflexões críticas a respeito das idéias sociológicas apresentadas e estabelecer correlações com a sociedade contemporânea.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

-- Devolução com feedback e discussão da avaliação escrita corrigida.

- Organização das equipes e distribuição dos temas para, preparação e apresentação dos seminários das unidades 5 e 6.

- Aulas expositivas dialogadas seguindo esquema apresentado no quadro branco, retro projetor ou data show (9 horas aula).

- Discussão em equipes, de questões apresentadas sobre o conteúdo seguido de plenária e amarrações necessárias (3 horas aula).

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- Será avaliado a participação e interesse do aluno nas atividades de equipe, bem como os resultados apresentados nas plenárias.

- Será considerada também a capacidade reflexiva do aluno referente às idéias sociológicas apresentadas e a capacidade de estabelecer correlações com a sociedade contemporânea.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

16/09 - Leitura do texto básico do conteúdo trabalhado em sala de aula (1 hora aula).

23/09 - Leitura do texto básico do conteúdo trabalhado em sala de aula (1 hora aula).

30/09 - Leitura do texto básico do conteúdo trabalhado em sala de aula (1 hora aula).

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



4

Conteúdo

12

07/10
14/10
21/10

4. Weber e a socialização

4.1 - O pensamento sociológico de Max Weber.

4.2- Ação social e relação social

4.3 - Poder e dominação social

4.4 - Racionalização e Capitalismo e Burocratização da Sociedade.

4.5 - Estratificação, mobilidade e mudança social.

4. 6 - Sociedade e comunicação humana: linguagem e interacionismo simbólico.

4.7 A ética protestante e o espírito do capitalismo

- Atividade prática supervisionada: pesquisa em equipes para a preparação dos conteúdos a serem apresentados nos seminários (03 horas aula).

Objetivos Específicos

- Compreender as idéias principais do pensamento sociológico de Max Weber.

- Desenvolver reflexões críticas a respeito das idéias sociológicas apresentadas.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- Aulas expositivas dialogadas seguindo esquema apresentado no quadro branco, retro projetor ou data show (6 horas aula)

- Discussão em equipes, de questões apresentadas sobre o conteúdo seguido de plenária e amarrações necessárias (6 horas aula)

Instrumentos e Critérios de Avaliação

- Será avaliado a participação e interesse do aluno nas atividades de equipe, bem como os resultados apresentados nas plenárias.

- Será considerada também a capacidade reflexiva do aluno referente às idéias sociológicas apresentadas e as possíveis correlações com a sociedade contemporânea.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

07/10 - Leitura do texto básico do conteúdo trabalhado em sala de aula (1 hora aula).

14/10 - Leitura do texto básico do conteúdo trabalhado em sala de aula (1 hora aula).

21/10- Leitura do texto básico do conteúdo trabalhado em sala de aula (1 hora aula).

5

Conteúdo

6

28/04
04/11

5. Sociologia e sociedade

5.1 - Sociedade e Cultura: identidade, padrão cultural e etnocentrismo.

5. 2 - Direitos humanos, multiculturalismo e nacionalismo.

5.3 - Raça, etnicidade, migração e xenofobia.

5. 4 - Gênero e sexualidade.

5. 5 - Sociologia do corpo: saúde, doença e envelhecimento.

5. 6 - A crise ecológica: o crescimento da população; riscos e impactos do desenvolvimento moderno sobre o meio ambiente.

Objetivos Específicos

Entender alguns componentes básicos da Sociologia da sociedade contemporânea para a produção de melhor qualidade de vida.

Ampliar a concepção sociológica a respeito de temas importantes da sociedade contemporânea e das possibilidades e limites na reprodução da vida..

Identificar as correlações existentes entre os problemas da desigualdade e dos antagonismos sociais e

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



o processo de globalização.

Identificar perspectivas e projeções para a vida social cotidiana das próximas décadas, a fim de buscar uma preparação mais consistente e adequada para melhor enfrentar os desafios da sociedade globalizada.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- Cada equipe apresentará um tema da unidade. Ao final da apresentação a equipe terá que propor três questões relacionadas ao tema apresentado para a discussão. Após as discussões serão apresentadas as considerações do professor.

As equipes poderão escolher a melhor forma de apresentação, podendo utilizar qualquer recurso tecnológico ou formas artístico-criativas.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

As apresentações dos seminários por equipes de até três acadêmicos, com de 15 a 20 minutos serão avaliadas da seguinte forma: serão atribuídos até cinco pontos pela apresentação do seminário, considerando o desempenho da equipe (uso de material visual, preparação e articulação da equipe), até três pontos pelo envolvimento e desempenho individual (participação) e até dois pontos pela apreciação crítica, duas páginas digitadas, em relação ao tema apresentado no seminário.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

6

Conteúdo

9

11/11
18/11
25/11

6.1 - Globalização: blocos de integração econômica e política - regionalismo, transmigração, democracia, cidadania e responsabilidade social.

6.2 - Desigualdade: pobreza, exclusão e o desafio da inclusão.

6.3 - Violência: crime como desvio, crime organizado e segurança pública.

6.4 - Agrupamentos ou grupos sociais: agregados sociais, movimentos sociais.

6.5 - Educação: mudanças no papel da educação, privatização da educação.

6.6 - Sistema penitenciário brasileiro

Semana de defesa de Monografias

17/11 Avaliação escrita, composta de uma questão objetiva com múltiplas alternativas e de três a quatro questões subjetivas

01/12 Avaliação Final

Objetivos Específicos

- Entender alguns componentes básicos da Sociologia da Saúde na sociedade contemporânea para a produção de melhor qualidade de vida.
- Ampliar a concepção sociológica a respeito de temas importantes da sociedade contemporânea e das possibilidades e limites na reprodução da vida..
- Identificar as correlações existentes entre os problemas da desigualdade e dos antagonismos sociais e o processo de globalização.
- Entender a influência da educação e da mídia nas concepções de mundo da sociedade contemporânea.
- Identificar perspectivas e projeções para a vida social cotidiana das próximas décadas, a fim de buscar uma preparação mais consistente e adequada para melhor enfrentar os desafios da sociedade globalizada.
- Desenvolver uma reflexão crítica a respeito do Sistema Penitenciário Brasileiro correlacionando com a possibilidade de reintegração social do penitente.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

- Cada equipe apresentará um tema da unidade. Ao final da apresentação a equipe terá que propor três questões relacionadas ao tema apresentado para a discussão. Após as discussões serão

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



apresentadas as considerações do professor.

As equipes poderão escolher a melhor forma de apresentação, podendo utilizar qualquer recurso tecnológico ou formas artístico-criativas.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

As apresentações dos seminários por equipes de até três acadêmicos, com de 15 a 20 minutos serão avaliadas da seguinte forma: serão atribuídos até cinco pontos pela apresentação do seminário, considerando o desempenho da equipe (uso de material visual, preparação e articulação da equipe), até três pontos pelo envolvimento e desempenho individual (participação) e até dois pontos pela apreciação crítica, duas páginas digitadas, em relação ao tema apresentado no seminário.

- Como parte do Projeto Integrador, o tema do Projeto Integrador, será apresentado por no tempo de aproximadamente 30 minutos. Será feito um debate em seguida, onde todos os alunos terão que posicionar-se em relação ao tema. Serão atribuídos até cinco pontos para esta atividade, considerando a participação, envolvimento e pertinência das discussões. Na parte final da aula, haverá uma atividade escrita individual, para a qual serão atribuídos até cinco pontos, para compor uma nota.

17/11 Avaliação escrita, composta de uma questão objetiva com múltiplas alternativas e de três a quatro questões subjetivas

01/12 Avaliação Final

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

AValiação

A avaliação terá função diagnóstica, e será feita de forma individual e coletiva. Será considerado como parte objetiva do processo, o desenvolvimento da capacidade reflexiva e analítica do acadêmico, através de: a) duas avaliações escritas; b) apresentação, em equipes de até três acadêmicos, de um seminário com duração de 15 minutos. Serão atribuídos até cinco pontos pela apresentação do seminário, considerando o desempenho da equipe (uso de material visual, preparação e articulação da equipe), até três pontos pelo envolvimento e desempenho individual (participação) e até dois pontos pela apreciação crítica, duas páginas digitadas, em relação ao tema apresentado no seminário. A nota do seminário será somada às duas notas das provas escritas, e divididas por três, para se obter a média do semestre, seguindo também o que prevê o regimento da Unisul. c) Haverá uma quarta nota referente ao Projeto Integrador. Esta será resultante de uma discussão que ocorrerá na sala de aula, a respeito da Situação do Sistema Penitenciário Brasileiro. Até cinco pontos serão atribuídos pela participação nos debates e o complemento desta nota, perfazendo até dez pontos, sairá de uma atividade individual escrita durante a segunda parte da aula. O peso a ser atribuído a esta nota será definido com a turma, porém, nunca menor que a metade do peso das outras notas.

Também serão considerados os seguintes critérios para a correção das avaliações: adequação da linguagem científica acadêmica; ortografia correta e legível; utilização das regras gramaticais; coesão e coerência textual, clareza na redação; originalidade nas idéias (autoria); informação e argumentação (capacidade crítica); objetividade nas respostas; utilização e adequação das regras da ABNT; a capacidade do acadêmico em interpretar as questões (identificando seus aspectos principais); a explicação da compreensão dos textos estudados; respostas com clareza lógica e precisão; será atribuída a nota zero ao aluno que na prova utilizar meio fraudulento (cola) para resolver a prova.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARON, Raymond. As Etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1995. [Biblioteca UNISUL].

CASAGRANDE, Jacir L; AMORIM, Tade-Ane. Sociologia. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre: Artmed, 2005. MARTINS, Carlos Benedito. O que é Sociologia? (Coleção: Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 1990. [Biblioteca UNISUL].

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O. de; OLIVEIRA, M. G. de. Um toque de clássicos. Belo Horizonte: UFMG, 1995. [Biblioteca UNISUL].

SELL, Carlos Eduardo. Sociologia Clássica: Durkheim, Weber e Marx. Itajaí: Ed. UNIVALI, 2001. p. 25-39 [Biblioteca

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FORACHI, Marialice Mencarini; MARTINS José de Sousa (Orgs.). Sociologia e sociedade. São Paulo: Ática, 1978. p. 139-144. [Biblioteca UNISUL].

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O Manifesto Comunista. São Paulo: Paz e Terra. 5. ed. 1999. Cap. 1. [Biblioteca UNISUL].

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1993. [Biblioteca UNISUL].

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Datas C a r g a H o r á r i a
Conteúdos

05/08

12/08

19/08 09h

1. Sociologia, conceito e objeto

1.1 - A constituição do método e do objeto sociológico.

1.2 - A Sociologia e a sua relação com as outras ciências.

1.3 - O Renascimento, o Iluminismo, as Revoluções do século XVIII e o surgimento da Sociologia.

1.4 - Comte e o Surgimento da Sociologia.

1.5 - O positivismo Sociológico

1.6 - Instituições sociais: família, religião e educação.

26/08

02/09

09/09 12 h

2. Durkheim e a socialização

2.1 - O pensamento de Durkheim.

2.2 - Consciência individual e coletiva.

2.3 - Solidariedade mecânica e solidariedade orgânica.

2.4 - Integração social e Coerção

2.5 - Suicídio e anomia social.

2.6 - Socialização e processos sociais: contatos sociais, isolamento e interação social.

2.7 - Status, papel social e controle social.

26/08 - Leitura do texto básico do conteúdo trabalhado em sala de aula (1 hora aula).

02/09 - Leitura do texto básico do conteúdo trabalhado em sala de aula (1 hora aula).

09/09 - Leitura do texto básico do conteúdo trabalhado em sala de aula (1 hora aula).

16/09

23/09

30/09 12h

3. Pensamento sociológico de Marx

3.1 - A concepção da realidade social de Marx: materialismo histórico e dialético.

3.2 Economia e Sociedade

3.3 Modos de produção

3.4 Trabalho e vida econômica: emprego, desemprego e empregabilidade.

3.5 Trabalho saúde e doença.

0 2 / 1 0 - 0 3 h
Avaliação escrita, composta de uma questão objetiva com múltiplas alternativas e de três a quatro questões subjetivas.

16/10 - Leitura do texto básico do conteúdo trabalhado em sala de aula (1,5 hora aula).

23/10 - Leitura do texto básico do conteúdo trabalhado em sala de aula (1,5 hora aula).

07/10

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



4. Weber e a socialização

4.1 - O pensamento sociológico de Max Weber.

4.2 Ação social e relação social

4.3 - Poder e dominação social

4.4 - Racionalização e Capitalismo e Burocratização da Sociedade.

4.5 - Estratificação, mobilidade e mudança social.

4.6 - Sociedade e comunicação humana: linguagem e interacionismo simbólico.

4.7 A ética protestante e o espírito do capitalismo

07/10 - Leitura do texto básico do conteúdo trabalhado em sala de aula (1 hora aula).

14/10 - Leitura do texto básico do conteúdo trabalhado em sala de aula (1 hora aula).

21/10 - Leitura do texto básico do conteúdo trabalhado em sala de aula (1 hora aula).

28/10

04/11 - 06h

5. Sociologia e sociedade

5.1 - Sociedade e Cultura: identidade, padrão cultural e etnocentrismo.

5.2 - Direitos humanos, multiculturalismo e nacionalismo.

5.3 - Raça, etnicidade, migração e xenofobia.

5.4 - Gênero e sexualidade.

5.5 - Sociologia do corpo: saúde, doença e envelhecimento.

5.6 - A crise ecológica: o crescimento da população; riscos e impactos do desenvolvimento moderno sobre o meio ambiente.

11/11

18/11

25/11 - 09h

6. Temas de Sociologia Contemporânea

6.1 Globalização: blocos de integração econômica e política, regionalismo, transmigração, democracia, cidadania e responsabilidade social.

6.2 Desigualdade: pobreza, exclusão e o desafio da inclusão.

6.3 Violência: crime como desvio, crime organizado e segurança pública.

6.4 Agrupamentos ou grupos sociais: agregados sociais, movimentos sociais.

6.5 Educação: mudanças no papel da educação, privatização da educação.

6.6 Sistema penitenciário brasileiro

Avaliação de segunda chamada

17/11 03h

Avaliação escrita, composta de uma questão objetiva com múltiplas alternativas e de três a quatro questões subjetivas.

27/11 - Semana de defesas de monografias do Curso de Direito

02/12 Avaliação Final

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		003055 Teoria Geral do Processo	
Ciclo Letivo:	2009 - 2º Semestre	Oferta	10 Turma 1661
Carga Horária:	60	Creditos: 4	
Curso(s): Direito BC N TJ			
Professor	VICTOR JOSE SEBEM FERREIRA		

EMENTA

CURRÍCULO 1996/1

Noções introdutórias. Princípios gerais do Direito Processual. Norma processual. Interpretação. Aplicação. Jurisdição. Competência.

CURRÍCULO 2007/1 e 2011/2

Noções históricas. Direito Processual e Direito Material. Princípios gerais do direito processual. Fontes do direito processual. Norma processual. Interpretação e aplicação da norma processual. Jurisdição. Organização judiciária. Competência. Ação. Condições da ação.

JUSTIFICATIVA

Introduzir o acadêmico no estudo do Direito Processual, como ramo autônomo e independente do Direito Material, destinado à solução dos conflitos de interesses surgidos no seio social, dando-lhe conhecimento de sua origem e evolução histórica, princípios, fontes, interpretação e aplicação da norma processual, jurisdição e competência. Trata-se de disciplina indispensável à formação profissional do bacharel em Direito, cujo conteúdo constituirá a base do conhecimento necessário ao estudo dos sistemas processuais vigentes no ordenamento jurídico brasileiro.

OBJETIVO GERAL

Geral: Transmitir ao acadêmico o conhecimento introdutório necessário sobre a Teoria Geral do Processo, capacitando-o para o desenvolvimento do aprendizado do processo como um todo.

Específicos: Dar ao estudante uma formação que lhe possibilite assimilar e compreender as noções básicas e fundamentais do Direito Processual, em seus vários ramos, desenvolvendo um senso crítico em relação ao sistema processual brasileiro, com ênfase para a função social do Direito Processual e a instrumentalidade do processo. O acadêmico deverá, ao final do semestre, saber as razões e a finalidade da jurisdição e do processo, quais os princípios fundamentais que informam e subordinam o Direito Processual, estabelecer a distinção entre processo e procedimento e ter uma noção geral sobre jurisdição e competência, o conceito de ação e suas condições.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1	Conteúdo 11 O PROCESSO VISÃO PRÁTICA 1.1 Conteúdo: Noções gerais sobre a tramitação dos processos pelo rito comum ordinário e sumário, nas esferas cível e criminal. Objetivos Específicos 1.2 Objetivos específicos (de aprendizagem): Dar ao acadêmico uma noção geral de como se desenvolve um processo civil e um processo penal, pelos ritos comum/ordinário e comum/sumário, favorecendo uma melhor compreensão/assimilação do conteúdo das unidades seguintes. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem 1.3 Estratégias de ensino e aprendizagem: Aulas expositivas e dialogadas, formando-se processos a partir de casos imaginários, dados pelo professor, transcrevendo-se na lousa os roteiros para cada tipo de processo (9 horas-aula) Instrumentos e Critérios de Avaliação 1.4 Instrumentos e critérios de avaliação: Instrumento: Prova escrita individual, abrangendo também a Unidade 2. Critérios: Fundamentação teórica, argumentação, clareza de ideias, correção gramatical. Total de 10 pontos (incluindo também a Unidade 2). Carga horária total da unidade (incluindo avaliação escrita): 9 horas-aula Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Não informado	9
---	--	---

2	Conteúdo Unidade 2 2 SOCIEDADE E TUTELA JURÍDICA. DIREITO MATERIAL E DIREITO PROCESSUAL 2.1 Conteúdo: Sociedade e Direito. Autotutela. Autocomposição, renúncia, transação. Função estatal pacificadora. Jurisdição. Arbitragem e mediação. Acesso à Justiça. Funções do Estado moderno. Legislação e Jurisdição. Direito material e direito processual. Processo. Evolução do processo. Denominação e divisão do Direito Processual. Instrumentalidade. Objetivos Específicos 2.2 Objetivos específicos (de aprendizagem): Identificar as razões da existência do Direito, da necessidade do processo como meio/instrumento de resolução de conflitos; quais os meios alternativos para a solução dos conflitos; o verdadeiro acesso à Justiça, e quais os seus entraves. Distinguir Direito Material de Direito Processual Verificar a evolução que houve em relação ao processo/direito processual, como este já foi denominado e se divide. Perceber que o processo não é um fim em si mesmo, tem como objetivo imediato a resolução do conflito e, mediamente, a paz social e a realização da justiça. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem 2.3 Estratégias de ensino e aprendizagem: Aulas expositivas e dialogadas, indicação de textos para leitura (6 horas-aula). Instrumentos e Critérios de Avaliação 2.4 Instrumentos e critérios de avaliação: Instrumento: Prova escrita individual, abrangendo também a Unidade 1. Critérios: Fundamentação teórica, argumentação, clareza de ideias, correção gramatical. Total de 10 pontos (incluindo também a Unidade 1). Carga horária total da unidade (incluindo avaliação escrita): 7 horas-aula.	7
---	--	---

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
3	Conteúdo Unidade 3 3 PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PROCESSUAL 3.1 Conteúdo: Princípios gerais do Direito Processual. Conceito. Funções. Princípios: da imparcialidade do juiz; da igualdade; do contraditório e da ampla defesa; da ação; processos inquisitivo e acusatório; da disponibilidade e indisponibilidade; da verdade real e da verdade formal; do impulso oficial; da oralidade; da persuasão racional do juiz; da motivação das decisões judiciais; da publicidade; da lealdade processual; da economia processual; da instrumentalidade das formas; do duplo grau de jurisdição; reexames necessários. Objetivos Específicos 3.2 Objetivos específicos (de aprendizagem) Apreender o conceito de princípio e saber quais as funções que ele exerce, especialmente no que diz respeito ao Direito Processual; Identificar quais os princípios fundamentais do Direito Processual e sua aplicação prática no decorrer dos processos. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem 3.3 Estratégias de ensino e aprendizagem: Aulas expositivas e dialogadas, indicação de textos para leitura (12 horas-aula). Instrumentos e Critérios de Avaliação 3.4 Instrumentos e critérios de avaliação: Instrumentos: Prova escrita individual, abrangendo também as unidades 4, 5, 6, 7 e 8.; fichamento de obra; relatório de visita. Critérios: Prova: 10 pontos; fichamento: 10 pontos; Relatório de Visita: 10 pontos. Em todos, observar-se-á a fundamentação teórica, a argumentação, a clareza de ideias e a correção gramatical. Carga horária total da unidade (incluindo avaliação escrita): 15 horas-aula. Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Não informado	15

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
4	Conteúdo Unidade 4 4 FONTES DO DIREITO PROCESSUAL, NORMAS PROCESSUAIS E SUA INTERPRETAÇÃO. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO. 4.1 Conteúdo: Fontes do Direito Processual Normas processuais: Objeto e Natureza. Norma material e norma instrumental. Fontes. Aplicação. Eficácia no tempo e no espaço. Interpretação das normas processuais. Integração. Evolução histórica do Direito Processual no Brasil. Objetivos Específicos 4.2 Objetivos específicos (de aprendizagem): Identificar as fontes do Direito Processual; Identificar o objeto e a natureza das normas processuais, quais suas espécies e suas fontes; Verificar a eficácia da norma processual no tempo e no espaço; Analisar os métodos de interpretação e de integração das normas processuais. Analisar, brevemente, a evolução histórica do Direito Processual no Brasil. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem 4.3 Estratégias de ensino e aprendizagem: Aulas expositivas e dialogadas, indicação de textos para leitura (4,5 horas-aula).	5

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Instrumentos e Critérios de Avaliação

4.4 Instrumentos e critérios de avaliação:

Instrumentos: Prova escrita individual, abrangendo também as unidades 3, 5, 6, 7 e 8.

Critérios: observar-se-á a fundamentação teórica, a argumentação, a clareza de ideias e a correção gramatical.

Total da prova: 10 pontos

Carga horária total da unidade (incluindo avaliação escrita): 5 horas-aula.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
5	Conteúdo Unidade 5 5 JURISDIÇÃO 5.1 Conteúdo: Conceito e princípios fundamentais. Escopo. Características. Lide. Inércia. Definitividade. Espécies: penal/civil; comum/especial. Limites. Objetivos Específicos 5.2 Objetivos específicos (de aprendizagem) Conceituar jurisdição e identificar quais os princípios fundamentais que a regem; Identificar o escopo da jurisdição e suas características. Verificar quais as espécies e os limites da jurisdição. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem 5.3 Estratégias de ensino e aprendizagem: Aulas expositivas e dialogadas, indicação de textos para leitura (3 horas-aula). Instrumentos e Critérios de Avaliação 5.4 Instrumentos e critérios de avaliação: Instrumentos: Prova escrita individual, abrangendo também as unidades 3, 4, 6, 7 e 8. Critérios: observar-se-á a fundamentação teórica, a argumentação, a clareza de ideias e a correção gramatical. Total da prova: 10 pontos Carga horária total da unidade (incluindo avaliação escrita): 3 horas-aula. Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Não informado	2

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
6	Conteúdo Unidade 6 6 ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA 6.1 Conteúdo: Organização judiciária na Constituição. Federal. Estadual. Objetivos Específicos 6.2 Objetivos específicos (de aprendizagem): Conceituar e analisar a organização judiciária existente no Brasil, nas esferas federal e estadual. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem 6.3 Estratégias de ensino e aprendizagem: Aulas expositivas e dialogadas, indicação de textos para leitura (1,5 horas-aula). Instrumentos e Critérios de Avaliação 6.4 Instrumentos e critérios de avaliação: Instrumentos: Prova escrita individual, abrangendo também as unidades 3, 4, 5, 7 e 8. Critérios: observar-se-á a fundamentação teórica, a argumentação, a clareza de ideias e a correção gramatical. Total da prova: 10 pontos	2

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Carga horária total da unidade (incluindo avaliação escrita): 2 horas-aula.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
7	<p>Conteúdo</p> <p>Unidade 7</p> <p>7 COMPETÊNCIA</p> <p>7.1 Conteúdo:</p> <p>Conceito.</p> <p>Espécies.</p> <p>Competência por Distribuição.</p> <p>Competência absoluta e relativa. Prorrogação. Prevenção.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>7.2 Objetivos específicos (de aprendizagem):</p> <p>Apreender o conceito de competência jurisdicional;</p> <p>Classificar as espécies de competência;</p> <p>Identificar quando a competência é absoluta e quando é relativa, quais as causas de prorrogação e de prevenção.</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>7.3 Estratégias de ensino e aprendizagem:</p> <p>Aulas expositivas e dialogadas, indicação de textos para leitura (2,5 horas-aula).</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>7.5 Instrumentos e critérios de avaliação:</p> <p>Instrumentos: Prova escrita individual, abrangendo também as unidades 3, 4, 5, 6 e 8.</p> <p>Critérios: observar-se-á a fundamentação teórica, a argumentação, a clareza de ideias e a correção gramatical.</p> <p>Total da prova: 10 pontos</p> <p>Carga horária total da unidade (incluindo avaliação escrita): 2 horas-aula.</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>7.4 Fichamento da obra: CARNEIRO, Athos Gusmão. Jurisdição e competência. 15ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004. 408 p. Não é necessário fichar os anexos.</p> <p>Obs: o fichamento deverá ser manuscrito (15 horas/aula).</p>	17

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
8	<p>Conteúdo</p> <p>Unidade 8</p> <p>8 AÇÃO. CONDIÇÕES DA AÇÃO.</p> <p>8.1 Conteúdo:</p> <p>Conceito de ação; Teorias da ação.</p> <p>Condições da ação: possibilidade jurídica do pedido, interesse processual, capacidade/legitimidade das partes</p> <p>8.2 Objetivos específicos (de aprendizagem):</p> <p>Conceituar ação e identificar as teorias a respeito da ação processual;</p> <p>Verificar quais as condições de admissibilidade de uma ação judicial.</p> <p>8.3 Estratégias de ensino e aprendizagem: Aulas expositivas e dialogadas, indicação de textos para leitura (2,5 horas-aula).</p> <p>8.4 Instrumentos e critérios de avaliação:</p> <p>Instrumentos: Prova escrita individual, abrangendo também as unidades 3, 4, 5, 6 e 7.</p> <p>Critérios: observar-se-á a fundamentação teórica, a argumentação, a clareza de ideias e a correção gramatical.</p> <p>Total da prova: 10 pontos</p> <p>Carga horária total da unidade (incluindo avaliação escrita): 3 horas-aula.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>8.2 Objetivos específicos (de aprendizagem):</p>	3

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conceituar ação e identificar as teorias a respeito da ação processual;
Verificar quais as condições de admissibilidade de uma ação judicial.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

8.3 Estratégias de ensino e aprendizagem: Aulas expositivas e dialogadas, indicação de textos para leitura.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

8.4 Instrumentos e critérios de avaliação:

Instrumentos: Prova escrita individual, abrangendo também as unidades 3, 4, 5, 6 e 7.

Critérios: observar-se-á a fundamentação teórica, a argumentação, a clareza de ideias e a correção gramatical.

Total da prova: 10 pontos

Carga horária total da unidade (incluindo avaliação escrita): 3 horas-aula.

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

AValiação

De acordo com o estabelecido pela Congregação do Curso de Direito e pelo Regimento da UNISUL, o acadêmico será avaliado com base nos seguintes critérios:

1. Primeira Avaliação - PA - Prova individual com questões dissertativas.

Data da prova: 21 de setembro de 2009

Data da devolução da Prova pelo docente: até 13 de novembro de 2009

2. Segunda Avaliação - SA - Prova individual com questões dissertativas e/ou objetivas

Data da prova: 16 de novembro de 2009

Data da devolução da prova pelo docente: até 30 de novembro de 2009

3. Terceira Avaliação/Fichamento da obra (FO): CARNEIRO, Athos Gusmão. Jurisdição e competência. 15ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004. 408 p. Não é necessário fichar os anexos.

Obs: o fichamento deverá ser manuscrito.

Data para entrega: quando da realização da Segunda Avaliação.

Data para devolução pelo docente: até 30 de novembro de 2009

Técnica do Fichamento: poderão ser utilizados os modelos de fichamento de transcrição textual, fichamento de resumo ou fichamento de comentário, constantes no Caderno de metodologia: Diretrizes para a elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos/Universidade do Sul de Santa Catarina, Grupo de Metodologia Científica; Coordenador Vilson Leonel - 2ª ed. rev. - Tubarão : Unisul, 2003, p. 25-27. Também poderá ser adotado o modelo de fichamento "Ficha Destaques/Referente de obra científica" constante em: PASOLD, Cesar Luiz. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática. 11. Ed. Florianópolis: Conceito Editorial; Millennium Editora, 2008. 217 p. (neste caso, o referente a ser utilizado é: "Jurisdição: Conceito e princípios fundamentais;

escopo; espécies e características; limites. Competência: Conceito; espécies; competência absoluta e relativa; prorrogação e prevenção." A obra, até a 10ª ed., se chamava: Prática da pesquisa jurídica: idéias e ferramentas úteis para o pesquisador do direito. e era editada pela Editora da OAB/SC). Em qualquer modelo a ser utilizado, o(a) acadêmico(a) deverá fazer os seus registros pessoais.

O fichamento deverá ser manuscrito.

Critérios para a atribuição das notas: 1) Nas questões dissertativas, levar-se-á em consideração: a) a estrutura do texto; b) o correto emprego da norma culta da língua portuguesa; c) a clareza e a coerência na redação e na exposição das idéias; d) o correto desenvolvimento de linhas de raciocínio lógico-argumentativo; e) a coerência da resposta com a proposição no enunciado; e f) a apresentação das respostas embasadas no conteúdo da disciplina.

2) No Fichamento da obra, serão considerados: a) a metodologia empregada; b) o conteúdo; c) as considerações pessoais do autor do fichamento.

4. Quarta avaliação/Projeto Integrador: Nota a ser atribuída no Relatório do Projeto Integrador (conforme instruções a serem dadas posteriormente).

OBSERVAÇÕES:

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



- Quando da realização das provas, os(as) acadêmicos(as) poderão utilizar tão somente a legislação não comentada. A critério do professor, poderão ser utilizados textos previamente distribuídos para a solução de questões.
- A segunda chamada de avaliação será realizada mediante apresentação pelo acadêmico de requerimento, conforme disposto no Regimento da UNISUL. Os trabalhos entregues fora do prazo estabelecido somente serão aceitos pelo docente se o(a) acadêmico(a) seguir os procedimentos idênticos para realização de segunda chamada de avaliação. Ao faltar uma avaliação, o(a) acadêmico(a) deve procurar a Secretaria Acadêmica e protocolar requerimento de segunda chamada de avaliação. Ao ser deferido o pedido, deverá apresentá-lo ao docente e preparar-se para realizar a avaliação na data firmada pelo docente ou pela Congregação do Curso de Direito, divulgada pela Coordenação Adjunta do Curso de Direito nesta Unidade ou neste Campus. (Avaliação dissertativa)
- As notas de avaliação e do semestre desta disciplina serão divulgadas pelo docente no mural de sala de aula e no sistema virtual, nos prazos regimentais.
- Os pedidos de revisão de avaliação, devidamente fundamentados, deverão ser protocolados na Secretaria Acadêmica no prazo regimental.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- CINTRA, Antônio Carlos de Araújo et alii. Teoria geral do processo. 23ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2007. 383 p.
- NERY JR., Nelson. Princípios do processo civil na constituição federal. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, 303 p.
- PORTANOVA, Rui. Princípios do processo civil. 3º ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.
- ROCHA, José de Albuquerque. Teoria geral do processo. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

- ARAÚJO, Sérgio Luiz de Souza. Teoria geral do processo penal. Belo Horizonte: Mandamentos, 1999. 430 p.
- CAPPELLETI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Porto Alegre: Fabris, 1988. 168 p.
- CARNEIRO, Athos Gusmão. Jurisdição e competência. 15ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004. 408 p.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.
- SILVA, Ovídio Baptista da; GOMES, Fábio. Teoria Geral do Processo Civil. 3ª ed. rev. e atual. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2002. 351 p.
- TUCCI, Rogério Lauria. Teoria do direito processual penal: jurisdição, ação e processo penal (estudo sistemático). São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2002. 256 p.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

VII CRONOGRAMA

Unidade Ilha-Centro, segundas-feiras, das 19 à 22:15 horas
Agosto/2009 a Novembro/2009: Fichamento de Obra (15 horas aula)

Agosto

- 03- Aula expositivo-dialogada (3 h/a)
- 10 - Aula expositivo-dialogada (3 h/a)
- 17 - Aula expositivo-dialogada (3 h/a)
- 24 - Aula expositivo-dialogada (3 h/a)
- 31 - Aula expositivo-dialogada (3 h/a)

Setembro

- 14 - Aula expositivo-dialogada (3 h/a)
- 21 - Primeira Avaliação (3 h/a)
- 28 - Aula expositivo-dialogada (3 h/a)

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Outubro

05 - Aula expositivo-dialogada (3 h/a)

19 - Aula expositivo-dialogada (3 h/a)

26 - Aula expositivo-dialogada (3 h/a)

Novembro

09 - Aula expositivo-dialogada (3 h/a)

16 - Segunda avaliação escrita/entrega do fichamento (3 h/a)

23 - Semana da monografia (3 h/a)

30 - Aula expositivo-dialogada (3 h/a)

Dezembro

07 - Avaliação final

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		007998	Direito Constitucional I	
Ciclo Letivo:	2009 - 2º Semestre	Oferta	10	Turma 1652
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC N TJ				
Professor	ANDREIA CATINE COSME			

EMENTA

CURRÍCULO 2007/1 e 2011/2

Noções introdutórias ao direito constitucional. Constitucionalismo. Evolução político-constitucional. História do direito constitucional. Constituições brasileiras. Teoria das normas constitucionais. Interpretação no direito constitucional. Poder constituinte. Poder de reforma da Constituição. Princípios constitucionais. Princípios constitucionais do Estado Brasileiro.

JUSTIFICATIVA

O estudo desta disciplina objetiva oportunizar ao estudante uma compreensão do fenômeno constitucional, tanto sob o aspecto teórico como sob o aspecto dogmático-constitucional prático, tornando-o mais crítico e criativo para melhor enfrentar o mercado de trabalho e contribuindo para o exercício da cidadania.

OBJETIVO GERAL

Promover a compreensão do conceito e da importância do Direito constitucional na história do Brasil e das nações.

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

1	<p>Conteúdo</p> <p>UNIDADE 1:</p> <p>1. Noções introdutórias ao Direito Constitucional.</p> <p>1.1 Conteúdo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ¿ Introdução ao estudo constitucional; ¿ Definição do objeto e método do Direito constitucional; ¿ O constitucionalismo; ¿ A estrutura do Estado. <p>Objetivos Específicos</p> <p>1.2 Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ¿ Transmitir o significado dos conceitos e categorias fundamentais do Direito Constitucional; ¿ Analisar os principais conceitos relacionados ao estudo do Estado que se aplicam ao Direito Constitucional. <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>1.3 Estratégias de ensino e aprendizagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> ¿ Aula expositiva e dialogada. ¿ Estudo de texto em equipe EM SALA. 	18
---	---	----

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Instrumentos e Critérios de Avaliação

1.4 Instrumentos e critérios de avaliação:

↳ Instrumento: resolução de exercícios em equipe

↳ Critérios: exercício - fundamentação teórica, clareza de idéias, correção gramatical (1,0 ponto).

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Atividade orientada e supervisionada: pesquisa dirigida para o projeto integrador (2 horas-aula).

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
---------	------------------------	---------------

2	Conteúdo	21
---	-----------------	----

UNIDADE 2:

2. A história constitucional do Brasil e principais conceitos.

2.1 Conteúdo:

↳ A constituição do império;

↳ A constituição de 1891;

↳ As constituições de 34 e 37;

↳ As constituições de 46 e 67;

↳ A constituição de 1988.

Objetivos Específicos

2.2 Objetivos específicos:

↳ Identificar os principais aspectos sociais e políticos dos períodos constitucionais brasileiros;

↳ Analisar e comparar as características mais importantes das constituições destes períodos.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

2.3 Estratégias de ensino e aprendizagem:

↳ Aula expositiva e dialogada.

↳ Estudo de texto em equipe EM SALA.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

2.4 Instrumentos e critérios de avaliação

↳ Instrumento: resolução de exercícios em equipe e prova

↳ Critérios: exercício - fundamentação teórica, clareza de idéias, correção gramatical (1,0 ponto);

prova - fundamentação teórica, clareza de idéias, correção gramatical (10 pontos).

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Atividade orientada e supervisionada: visita à penitenciária (3 horas-aula).

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
---------	------------------------	---------------

3	Conteúdo	21
---	-----------------	----

UNIDADE 3:

3. Conceitos atuais.

3.1 Conteúdo:

↳ Princípios constitucionais fundamentais;

↳ O poder constituinte;

↳ Sistema penitenciário atual.

Objetivos Específicos

3.2 Objetivos específicos:

↳ Compreender os conceitos a partir de questões atuais;

↳ Comparar o princípio da dignidade da pessoa humana com o sistema penitenciário atual.

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

3.3 Estratégias de ensino e aprendizagem:

↳ Aula expositiva e dialogada.

↳ Estudo de texto em equipe EM SALA.

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



3.4 Instrumentos e critérios de avaliação

Instrumento: resolução de exercícios em equipe, prova e produção textual

Critérios: exercício - fundamentação teórica, clareza de idéias, correção gramatical (1,0 ponto); prova - fundamentação teórica, clareza de idéias, correção gramatical (10 pontos); texto - fundamentação teórica, clareza de idéias, correção gramatical (10 pontos).

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Atividade orientada e supervisionada: Produção textual (2 horas-aula) e pesquisa dirigida (2 horas-aula).

AVALIAÇÃO

Provas: Serão duas, com consulta - as datas serão apresentadas no primeiro dia letivo (10 pontos cada).

Trabalho em equipe - Será realizado como atividade orientada e com questões previamente apresentadas para discussão (10 pontos).

Trabalho integrador: Será desenvolvido em equipe, ao longo do semestre (10 pontos).

Participação: A avaliação da participação será feita a partir dos trabalhos extras realizados EM SALA no final de cada aula. Este trabalho não pode ser feito em outra ocasião nem em outro local que não seja a sala de aula no dia em que é apresentado pela professora (10 pontos).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição. São Paulo: Saraiva, 1996.
BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2003.
HESSE, Konrad. A força normativa da Constituição. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1998.
MORAES, Alexandre. Curso de direito constitucional. São Paulo: Atlas, 2003.
SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BONAVIDES, Paulo. História Constitucional do Brasil. Brasília: OAB editora, 2004.
CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
CHIMENTI, Ricardo Cunha et al. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2004.
MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil interpretada. São Paulo: Atlas, 2006.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Avaliações em segunda chamada: Somente por motivos justificados e comprovados. Deverá ser feito requerimento de avaliação em segunda chamada, no Protocolo Acadêmico, juntando-se documentalmente a justificativa da ausência à prova. Esta prova será realizada SEM CONSULTA. Datas das provas: 16/10 e 20/11/2009.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*





Disciplina:		007962	Introdução à Ciência do Direito	
Ciclo Letivo:	2009 - 1º Semestre	Oferta	9	Turma 1993
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC N TJ				
Professor	FLAVIO NODARI MONTEIRO			

EMENTA

CURRÍCULO 2007 e 2010

O conhecimento jurídico. A ciência do Direito como disciplina normativa. Dualismo da ciência jurídica. Fontes do Direito. Introdução ao estudo das normas jurídicas. Introdução à analogia jurídica (Jusnaturalismo e Positivismo Jurídico). Interpretação e argumentação jurídica. Direito Positivo (Ramos do Direito/Relação Jurídica). O Direito e o Ser Humano. Introdução interdisciplinar à História do Direito. Evolução histórica dos direitos humanos. Sistema jurídico romano-germânico. Sistema jurídico da common law. Sistemas jurídicos orientais. História do Direito no Brasil.

JUSTIFICATIVA

Introduzir a Ciência Jurídica, especialmente os aspectos da norma jurídica enquanto fato social, valor ético e ordenamento jurídico. Trata-se de disciplina formativa fundamental para compreender todos os ramos da Ciência do Direito, cujo conteúdo constituirá a base do conhecimento necessário ao estudo técnico da Dogmática Jurídica de cunho substantivo. Busca, ainda introduzir o entendimento histórico das principais instituições jurídicas do direito pátrio, baseado no sistema jurídico romano-germânico, com ênfase nos institutos do Direito de Família. Trata-se de disciplina básica para compreender a origem dos principais institutos jurídicos do Direito Civil, Comercial e Penal.

OBJETIVO GERAL

Oferecer subsídios teóricos à iniciação dos estudantes à Ciência do Direito, capacitando-os para uma interação crítica, fundamentada e propositiva em sociedade e para uma segura atuação técnica e capacitar o acadêmico a enfrentar as demais disciplina jurídicas do curso.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
1	<p>Conteúdo</p> <p>UNIDADE 1 ¿ O conhecimento jurídico e a evolução do pensamento jurídico-científico: O problema do conceito de direito. Breve introdução interdisciplinar (histórica, sociológica e política) ao Direito. (9 h/a)</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Não informado</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Não informado</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Não informado</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	9
2	<p>Conteúdo</p> <p>UNIDADE 2 ¿ Dualismos da ciência jurídica. Direito subjetivo e direito objetivo. Jusnaturalismo e Positivismo Jurídico. Ser e dever-ser. Direito e moral. (9 h/a)</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Não informado</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Não informado</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Não informado</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	9
3	<p>Conteúdo</p> <p>UNIDADE 3 ¿ A norma jurídica. A ciência do Direito como disciplina normativa. Introdução ao estudo das normas jurídicas. Interpretação e argumentação jurídicas. Introdução à analogia jurídica (15 h/a)</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Não informado</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Não informado</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Não informado</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	15

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
4	<p>Conteúdo</p> <p>UNIDADE 4 ¿ Ordenamento Jurídico e Fontes do Direito Positivo. (9 h/a)</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Não informado</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Não informado</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Não informado</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	9

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
5	<p>Conteúdo</p> <p>UNIDADE 5 ¿ Direito Público e Direito Privado. Ramos do Direito Positivo e Introdução à Relação Jurídica. (9 h/a)</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Não informado</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Não informado</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Não informado</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	9

Unidade	Unidades Programáticas	Carga Horária
6	<p>Conteúdo</p> <p>UNIDADE 6 ¿ Principais sistemas jurídicos da atualidade. (3 h/a)</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Não informado</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Não informado</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Não informado</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	3

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



7	Conteúdo UNIDADE 7 ¿ História do Direito no Brasil: Generalidades sobre o histórico da construção do direito positivo brasileiro e das instituições jurídico-políticas, principalmente no Poder Judiciário. (3 h/a) Objetivos Específicos Não informado Estratégias de Ensino e de Aprendizagem Não informado Instrumentos e Critérios de Avaliação Não informado Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Não informado	3
---	--	---

8	Conteúdo CONTEÚDO DE ABORDAGEM TRANS-VERSAL: Histórico dos direitos femininos e carreiras jurídicas (projeto integrador). (3 h/a) Objetivos Específicos Não informado Estratégias de Ensino e de Aprendizagem Não informado Instrumentos e Critérios de Avaliação Não informado Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Não informado	3
---	--	---

AVALIAÇÃO

1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- a) a clareza e a coerência na redação e interpretação de textos e na expressão de idéias;
- b) o uso correto da língua culta e a capacidade de construção de frases e textos estruturados logicamente, com introdução, desenvolvimento e conclusão;
- c) a correção conceitual dos textos e idéias expressadas;
- d) a argumentação, que deve trazer os elementos que fundamentam a opinião com exemplificação, quando for o caso;
- e) a concentração no que for questionado, apresentando respostas com coerência, linearidade e objetividade;
- f) pontualidade.

2. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Cinco instrumentos avaliativos com notas com peso idêntico (2,0), da seguinte forma:

¿ 2 (duas) provas individuais realizadas no transcurso do semestre, com peso 2,0 (dois) cada, corrigidas sobre 10.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
 e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
 constitui-se em crime previsto no
 Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
 autor(a) à respectiva ação penal.*



- ¿ Uma atividade avaliativa individual relativa à obra de leitura obrigatória.
- ¿ Trabalho em grupo referente ao projeto integrador, com regras de forma e conteúdo definidas pelo professor e pelos organizadores do projeto, com peso 2,0.
- ¿ A média das atividades orientadas/supervisionadas realizadas, tais como leitura de textos, questionários, debates sobre tema proposto, trabalhos em grupo, relatório de filme etc. com peso 2,0.

Estas últimas atividades mencionadas, realizadas sem data previamente marcada, serão entregues na data estipulada pelo professor e corrigidas numa escala de 0 a 10. A soma das notas conferidas às atividades, dividida pelo número de atividades realizadas, resultará na média do acadêmico neste item.

A ausência do acadêmico em dia de eventual realização de atividade implica na responsabilidade de entregá-la realizada, de forma individual, na aula de retorno. Para tanto, deve o estudante preocupar-se com o teor do conteúdo e atividades ministradas nas aulas perdidas.

¿ ATIVIDADE DE LEITURA

Para realizar a atividade de leitura obrigatória, a ser entregue no dia estabelecido no cronograma e realizada conforme os parâmetros estabelecidos pelo professor, o aluno deverá ler a seguinte obra:

DIMOULIS, Dimitri. O Caso dos denunciadores invidiosos: introdução prática às relações entre direito, moral e justiça. 3ª. ed. São Paulo: RT, 2006.

Desta forma, o sistema avaliativo do semestre é assim equacionado:

$MS = (NPV1) + (NPV2) + (TPI) + (ALO) + (SNATV / N^o \text{ ATV})$. O resultado desta soma é dividido por cinco, e o resultado final deve ser superior a 7,0

Onde:

MS = Média Semestral;

NPV = Nota da Prova;

TPI = Trabalho referente ao Projeto Integrador

ALO = Atividade de Leitura Obrigatória

SNATV = Soma das Notas de Atividades Avaliativas determinadas pelo professor no curso do semestre;

Nº ATV = Número de A

FREQUÊNCIA

A :

É exigida frequência de 75% das aulas ministradas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

IX - REFERÊNCIAS

A) BÁSICAS DO PROFESSOR (as obras em negrito estão no acervo das bibliotecas da Universidade):

BOBBIO, Norberto. O Positivismo Jurídico: Lições de Filosofia do Direito / compiladas por Nello Morra; tradução e notas de Márcio Pugliesi, Edson Bini, Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

DAVID, René. Os Grandes Sistemas de Direito Contemporâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DIMOULIS, Dimitri. O Caso dos denunciadores invidiosos: introdução prática às relações entre direito, moral e justiça. 3ª. ed. São Paulo: RT, 2006.

_____, Manual de introdução ao estudo do direito. São Paulo: RT, 2003.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Atlas, 1995.

HART, Herbert L. A. O Conceito de Direito. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MONTORO, André Franco. Introdução à ciência do direito. 25ª ed. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. Manual de Introdução ao Estudo do Direito. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

RAO, Vicente. O Direito e a Vida dos Direitos. 5ª ed. São Paulo: RT, 1999.

REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. São Paulo: Saraiva, 1994.

SICHES, Luis Recaséns. Introducción al estudio del derecho. 14ª. ed. México: Porrúa, 2003.

SILVA, De Plácido e. Vocabulário Jurídico - edição universitária. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1987.

B) INSTITUCIONAIS:

DEMO, Wilson. Manual de história do direito. Florianópolis: OAB/SC, 2000.

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 15ª. ed., São Paulo: Saraiva, 2003.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do direito. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

LYRA FILHO, Roberto. O que é Direito? São Paulo: Nova Cultura/Brasiliense, 1985.

SANTOS, Sidney Francisco dos. A justiça brasileira e a modernidade inacabada. Florianópolis: OAB/SC, 2000.

WOLKMER, Antonio Carlos. História do direito no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Não informado

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		007545	Ciência e Pesquisa		
Ciclo Letivo:	2009 - 1º Semestre	Oferta	38	Turma	1992
Carga Horária:	60	Creditos: 4			
Curso(s): Direito BC N TJ					
Professor	GEORGIA MARIA FERRO BENETTI				

EMENTA

CURRÍCULOS NOVOS

Conhecimento, Ciência. Pesquisa e Método Científico. Produção acadêmica. Redação científica.

JUSTIFICATIVA

A produção do conhecimento exige a superação das fronteiras já atingidas, processo que pode ser alcançado através da pesquisa científica. A Universidade é a instituição que possui, por sua natureza, o compromisso de produzir conhecimento e também refletir criticamente sobre o processo e o produto do conhecimento. No atual contexto, é imprescindível que a educação possibilite a compreensão dos fundamentos da ciência e o desenvolvimento de uma postura científica de constante crítica intersubjetiva e criativa diante do saber já elaborado. Neste sentido, esta disciplina oferecerá os conteúdos essenciais para a reflexão sobre a teoria da ciência e da pesquisa. Ao mesmo tempo, instrumentalizará o acadêmico para adentrar nos caminhos da pesquisa científica. A pesquisa também é uma estratégia de ensino (ensinar com pesquisa) pois não se concebe mais que um acadêmico espere receber conhecimentos somente em sala de aula, através dos docentes. É inerente ao processo de vivência universitária que o acadêmico tenha uma atitude de constante busca pela sua formação/educação através da pesquisa.

Deste modo, esta disciplina visa oferecer os pressupostos para que ele possa realizar este processo nas diversas disciplinas e atividades do curso e da universidade, na sua atuação profissional e na vida em geral.

OBJETIVO GERAL

Conhecer, compreender, aplicar, analisar e sintetizar processos e produtos do conhecimento, habilitando-se para a realização de pesquisas científicas e desenvolvendo atitudes que levem a consolidação da formação profissional inicial e continuada por intermédio da pesquisa.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo

Unidade 1 - Conhecimento
O que é conhecimento
Tipos de conhecimento
Conhecimento científico

Objetivos específicos de aprendizagem:

Reconhecer e distinguir tipos de conhecimento.

Analisar criticamente conceitos de conhecimento científico.

Conhecer, compreender e aplicar os fundamentos do conhecimento científico.

Ler, interpretar e produzir textos acadêmicos.

Estratégias de ensino e de aprendizagem:

Aula expositiva e dialogada.

Estudo dirigido.

Seminário.

Jogo sobre a verdade e a consequência.

Atividade orientada e supervisionada (estudo dirigido [4 horas] e fichamento [5 horas]).

Instrumentos de avaliação: a) seminário, b) estudo dirigido e c) fichamento.

Critérios de avaliação do SEMINÁRIO:

i) Clareza e coerência na apresentação; ii) Domínio do conhecimento na exposição; iii) Organização do grupo durante a exposição; iv) Utilização de dinâmicas e/ou recursos audiovisuais e v) Relação teoria-prática, crítica da realidade.

Critérios de avaliação do ESTUDO DIRIGIDO:

i) Identificação de conceitos; ii) clareza nas respostas; iii) relação teoria-prática, crítica da realidade; iv) capacidade de elaboração de síntese.

Critérios de avaliação do FICHAMENTO:

i) capacidade de elaboração de síntese; ii) Clareza e coerência na apresentação; iii) Respeito ao caráter formal de elaboração de fichamentos.

Objetivos Específicos

Não informado

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Não informado

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não informado

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo

Unidade 2 - Ciência
Ciência e tecnologias
A perspectiva histórica da ciência e método científico
Método e método científico.

Objetivos específicos de aprendizagem:

Conhecer, compreender, analisar criticamente e documentar ciência e método científico.

Conhecer, compreender, aplicar, analisar e sintetizar conhecimentos acerca de método científico e métodos de pesquisa.

Ler, interpretar e produzir textos acadêmicos.

Estratégias de ensino e de aprendizagem:

Aula expositiva e dialogada.

Estudo dirigido.

Instrumentos de avaliação: a) prova escrita, b) resumo e c) resenha.

Critérios de avaliação da PROVA ESCRITA (que aborda a unidade 1 e 2):

i) Clareza e objetividade; ii) Demonstração de conhecimento suficiente; iii) Capacidade de sistematização das idéias; iv) Ausência de dispersão ou de redundância das informações e v) Observância das regras da norma culta.

Critérios de avaliação do RESUMO:

i) capacidade de elaboração de síntese; ii) Clareza e coerência na apresentação; iii) Respeito ao caráter formal de elaboração de fichamentos.

Critérios de avaliação da RESENHA:

i) capacidade de elaboração de síntese; ii) Clareza e coerência na apresentação; iii) Respeito ao caráter formal de elaboração de fichamentos e iv) criticidade e fundamentação da crítica.

Objetivos Específicos

Não informado

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Não informado

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não informado

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo

Unidade 3 – Pesquisa e Produção Acadêmica
Conceito
Planejamento da pesquisa
Tipos de Pesquisa
Métodos de Pesquisa

Objetivos específicos de aprendizagem:
Reconhecer, distinguir e descrever tipos de pesquisa.
Propor e planejar pesquisas científicas.
Ler, interpretar e produzir textos acadêmicos.

Estratégias de ensino e de aprendizagem:
Aula expositiva e dialogada.
Estudo dirigido.
Seminário.

Instrumento de avaliação: a) construção da entrevista (projeto integrador), b) prova escrita e c) projeto de pesquisa.

Critérios de avaliação da ENTREVISTA:

i) Clareza e objetividade; ii) Demonstração de conhecimento técnico; iii) Capacidade de sistematização das idéias; iv) Ausência de dispersão ou de redundância das informações e v) Observância das regras da norma culta.

Critérios de avaliação da PROVA ESCRITA:

i) Clareza e objetividade; ii) Demonstração de conhecimento suficiente; iii) Capacidade de sistematização das idéias; iv) Ausência de dispersão ou de redundância das informações e v) Observância das regras da norma culta.

Critérios de avaliação do PROJETO DE PESQUISA:

i) problematização do tema; ii) justificativa da pesquisa por meio de argumentos próprios e da literatura; iii) formulação e adequação de objetivo geral e objetivos específicos; iv) proposição de metodologia; v) proposição de cronograma factível; vi) proposição de referências adequadas, atualizadas e diversificadas; vii) respeito às normas formais de fontes diversas (ABNT etc.).

Objetivos Específicos

Não informado

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Não informado

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não informado

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

AValiação

Aspectos como assiduidade, pontualidade, serão considerados para a composição da nota da disciplina. Para a verificação da assiduidade e pontualidade, será realizada chamada nominal e/ou registro da presença em sala de aula. Sendo que, nos termos da lei, o estudante devesse ter frequência mínima de 75% para continuar cursando e pleitear aprovação na disciplina. Acadêmicos, com frequência igual ou superior a 75%, que obtiverem média inferior a sete, deverão realizar a avaliação final semestral, conforme o regimento da UNISUL.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Instrumentos de avaliação:

1 seminário, 1 estudo dirigido, 1 fichamento (und 1).

1 prova escrita, 1 resumo e 1 resenha (und 2).

1 construção da entrevista (projeto integrador), 1 prova escrita e 1 projeto de pesquisa (und 3).

O valor da nota referente ao aproveitamento semestral será obtido conforme a seguinte equação:

$$([A1 \times 4] + A2 \times 6) + ([PI \times 5] + [Trab(s) \times 5]) / 2 = 10$$
 sendo que:

A1 = 1ª Prova escrita, com peso 4.

A2 = 2ª Prova escrita, com peso 6.

PI = Projeto Integrador (entrevista), com peso 5.

Trab(s) = seminário, estudo dirigido, fichamento, prova escrita, resumo, resenha e projeto de pesquisa, com peso 5.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARVALHO, Maria Cecília M. (org.). Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas. 5. ed. São Paulo: Papirus, 1995.

DEMO, Pedro. Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2000.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e prática de pesquisa. 14. ed. rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 1997.

SALVADOR, A. D. Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica: elaboração e relatórios de estudos científicos. 6. ed. rev. e aum. Porto Alegre: Sulina, 1977.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALVES, Rubem. Filosofia da Ciência: Introdução ao jogo e as suas regras. 12ª ed. São Paulo: Loyola, 2007

BECKER, Howard S. Métodos de pesquisa em ciências sociais. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1994

CAMPENHOUDT, Luc Van, e RAYMOND Quivy, Manual de Investigação em Ciências Sociais, Lisboa, Gradiva, 1997

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no Direito. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004

PASOLD, C. L. . Prática da Pesquisa Jurídica e Metodologia da pesquisa Jurídica. 10. ed. Florianópolis: OAB/SC, 2007

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. Porto, Afrontamento: 2002

Observação: Outras referências, selecionadas conforme as necessidades de aprendizagem da turma, serão incluídas no decorrer do semestre. Todas as referências indicadas e utilizadas nos trabalhos serão registradas no diário de classe

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A disciplina contará com atividades orientadas / supervisionadas.

a) É importante que o estudante leia previamente os textos, anotando as dúvidas para a discussão em sala; b) recomenda-se que os textos lidos sejam trazidos para a aula, bem como um dicionário, tendo em vista que as

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



aulas serão realizadas a partir da leitura, interpretação e discussão dos textos; c) o cronograma esta sujeito a alteração, conforme as necessidades do grupo e contingências do cotidiano; d) não serão aceitos trabalhos enviados pelo correio eletrônico ou deixados no escaninho da professora; e) as atividades, obrigatoriamente, devem ser entregues em mão e na data aprazada; f) plágio acarretará a anulação da avaliação do trabalho, ao qual será atribuída nota zero

Datas importantes:

10/03 início dos encontros da disciplina
21/04 Feriado Nacional
05/05 Primeira avaliação individual
15/05 Prova em segunda chamada
18 a 22/05 Semana de Integração docente e discente
22 a 26/06 Semana de defesa de Monografias
16/06 Segunda Avaliação Individual
26/06 Prova em segunda chamada
07/07 Avaliação Final

Observação: Caso exista necessidade de alterar o cronograma, os(as) alunos serão avisados(as) com antecedência

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		007562		Ciência Política e Teoria Geral do Estado	
Ciclo Letivo:		2009 - 1º Semestre		Oferta	9
				Turma	1990
Carga Horária:		60		Creditos: 4	
Curso(s): Direito BC N TJ					
Professor		MARIA TEREZINHA DA SILVA SACRAMENTO			

EMENTA

Evolução histórica do pensamento político: Platão, Aristóteles, Tomas de Aquino, Maquiavel, Montesquieu, Rousseau, Marx, Tocqueville, Gramsci. Elementos do Estado: povo, território, soberania e finalidade. Formas de Estado, formas de Governo, sistemas ou regimes de governo. Tipos de Estado Contemporâneo: liberal, socialista, do bem-estar social, democrático de direito. A crise e o futuro do Estado-Nação na dinâmica da Globalização.

JUSTIFICATIVA

Introduzir o estudo do Direito Constitucional, particularmente as relações dialéticas entre Estado e o Direito. Trata-se de disciplina formativa indispensável na atuação profissional do operador jurídico, cujo conteúdo constituirá a base do conhecimento necessário ao estudo da teoria das normas constitucionais e do poder constituinte.

OBJETIVO GERAL

Iniciar os alunos na teoria e método da ciência política e na Teoria Geral do Estado visando capacitá-los para o exercício da cidadania e para a compreensão do papel histórico das instituições políticas e jurídicas no mundo contemporâneo.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo

1. Evolução histórica do pensamento político.

1.1. Conteúdo:

Introdução ao estudo da Política: Origem da Política

A Política como Ciência: Metodologia - conceitos e definições

Desenvolvimento histórico da Ciência Política

As primeiras doutrinas:

Platão

Aristóteles

O Pensamento político do século XIII ao século XX

Tomas de Aquino

Nicolau Maquiavel

Thomas Hobbes

John Locke

Montesquieu

Rousseau

Tocqueville

Kant

Hegel

Marx

Weber

Gramsci

1.2. Objetivos de aprendizagem:

Identificar no tempo e espaço a origem da política como ciência e estabelecer relações entre as diferentes interpretações sobre as formas de poder, no curso da História.

Compreender as condições sócio-histórica das idéias políticas e a partir delas explicar as rupturas da História e da evolução do conceito de liberdade e igualdade conciliando os fatos políticos com as ideologias.

1.3. Estratégia de ensino e de aprendizagem:

Aula expositiva/dialogada para a apresentação da Unidade (6 horas-aula)

Seminário: Apresentação das sínteses e debate (3 horas)

Atividade orientada /supervisionada - leitura orientada dos textos e artigos indicados (1 hora)

1.4. Instrumentos de Avaliação e Critérios de Avaliação:

Instrumento: Prova escrita: Questões discursivas e objetivas

Critérios: Capacidade de fundamentação teórica, de argumentação, clareza de idéias e correção gramatical.

Carga horária da unidade I: 10 horas

Objetivos Específicos

Não informado

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Não informado

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não informado

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo

2. Elementos do Estado: Povo, Território, Soberania e Finalidade

2.1. Conteúdo

Teoria Geral do Estado: A origem da palavra e a evolução histórica do Estado:

Teorias sobre a origem do Estado:

Teoria Teológica

Teoria matriarcal

Teoria familiar

Teoria patriarcal

Teoria contratualista

Teoria evolucionista

Tipos históricos de Estado:

Estado oriental

Estado helênico

Estado romano

O Estado na Idade Média

Estado moderno.

Elementos do Estado

Povo: Conceito

Evolução histórica da noção de povo

População

Cidadania

Território: Noções gerais

Características;

Função;

Limites.

Soberania: Conceito e Fundamentos

Fontes do poder soberano

Teorias da soberania.

Finalidade: Funções e fins do Estado

A idéia do bem comum como finalidade essencial do Estado

Classificação dos fins do Estado

Teorias sobre a finalidade do Estado

2.2. Objetivos de aprendizagem:

Contextualizar a origem da palavra Estado e a evolução do Estado como forma de organização social.

Analisar as mudanças e rupturas sociais, intelectuais e morais através dos fatos políticos e das doutrinas políticas, justificando a passagem do direito natural para o direito positivo.

2.3. Estratégia de ensino e de aprendizagem:

Aula expositiva/dialogada para a apresentação da Unidade II (6 horas-aula)

Painel: Apresentação das sínteses e debate (3 horas)

Atividade orientada /supervisionada - leitura orientada dos textos e artigos indicados(1 hora)

2.4. Instrumentos de Avaliação e Critérios de Avaliação:

Instrumento: Prova escrita: Questões discursivas e objetivas

Critérios: Capacidade de fundamentação teórica metodológica, clareza de idéias e correção gramatical e de organização dos temas no contexto sócio político.

Carga horária da Unidade II : 10 horas-aula

Objetivos Específicos

Não informado

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Não informado

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

3

Conteúdo

7

3. Formas de Estado

3.1. Conteúdo:

Conceitos e formas de Estado:

Estado Unitário

Estado regional

Estado autônomo

Estado composto

Estado federal

Confederação

3.2. Objetivos de aprendizagem:

Caracterizar as formas de Estado procurando a correlação direta entre os meios e os fins e o estágio no processo de avanço da democracia.

Recortar no contexto sócio político questões referentes a evolução institucional do Estado, em razão de sua organização e da execução dos fins a que se propõe.

3.3. Estratégia de ensino e de aprendizagem:

Aula expositiva/dialogada para apresentação da Unidade III (3 horas aulas)

Leitura orientada de artigos e textos de obras indicadas, (1 hora-aula)

Atividade em grupos com formulação de questões sobre as formas de institucionalização e de funcionamento do Estado (3 horas-aula)

3.4. Instrumentos de Avaliação e Critérios de Avaliação:

Prova escrita: : Questões discursivas e objetivas. (5,0 pontos)

Seminário: Critérios: Capacidade de fundamentação teórica metodológica (5,0 pontos)

Carga horária da Unidade III: 7 horas-aula

Objetivos Específicos

Não informado

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Não informado

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não informado

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo

4. Formas de Governo

4.1. Conteúdo:

Conceito e tipologias

Teorias das formas de governo

Monarquia:

Absoluta

Constitucional

Parlamentar

República: Tipologias

República aristocrática

República democrática

Características das modernas formas de governo

Temas contemporâneos:

Ação dos governos, Direitos humanos e política global

4.2. Objetivos de aprendizagem:

Identificar nas diferentes abordagens do poder, e no contexto histórico da organização sócio política, os tipos de governo, os critérios da titularidade do poder constituinte, associando à questão da legalidade e legitimidade do governo.

Relacionar e analisar as ações de governos com as funções constitucionais a fim de desenvolver senso crítico com base nos fundamentos da legalidade e legitimidade do poder.

4.3. Estratégia de ensino e de aprendizagem:

Aula expositiva e dialogada (3 horas-aula)

Filmes com debates (2 horas-aula)

Seminário: apresentação de sínteses de leitura de acordo com o tema indicado (3 horas aula)

4.4. Instrumentos de Avaliação e Critérios de Avaliação:

Prova escrita: Questões discursivas e objetivas (5,0 pontos)

Produção textual e seminário

Pesquisa orientada e supervisionada em outras fontes e base de dados. (5,0 pontos)

Carga horária da Unidade III: 8 horas-aula

Objetivos Específicos

Não informado

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Não informado

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não informado

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo

5. Tipos de Estado Contemporâneo: Liberal, Socialista, do bem estar social, democrático de direito.

5.1. Conteúdo:

Conceitos - Ideologias - características e temas relevantes

Liberalismo: Fundamentos

A concepção pluralista de democracia

As reformas do Estado

Socialismo: Fundamentos

O pensamento socialista no pós-Guerra

O Socialismo no mundo contemporâneo

Estado do bem estar social: Perspectivas teóricas

A redefinição das responsabilidades do Estado

O Estado e a concepção política de Justiça na atualidade

O debate sobre a democracia e a concepção política de justiça

Estado Democrático de Direito:

Os direitos fundamentais e a reforma do Estado

Democracia e representação

5.2. Objetivos de aprendizagem:

Caracterizar os tipos de Estado que surgiram a partir do século XVIII até o século XX contextualizando o aparecimento, a extinção e/ou a continuidade no tempo e espaço.

Estabelecer relações crítica e analítica entre as ideologias e as forças da sociedade, especificando os atores de maior atuação na História.

Aplicar os fundamentos teórico metodológicos na identificação e classificação das ideologias.

Recortar questões na história e nos fatos políticos e responder analítica e criticamente com base na filosofia e na ciência política, as formas de dominação e as consequências dos regimes políticos.

5.3. Estratégia de ensino e de aprendizagem:

Aula expositiva e dialogada (3 horas-aula)

Atividade orientada: Leitura com produção textual com base em textos de obras e artigos indicados (2 horas-aula)

Filme com debates apoiados na leitura e aula expositiva. (2 horas-aula)

Painel: Debate apoiado na síntese de leitura dos textos indicados (3 horas-aula)

5.4. Instrumentos de Avaliação e Critérios de Avaliação:

Prova escrita: Questões discursivas e objetivas (5,0 pontos)

Apresentação oral (5,0 pontos)

Carga horária da Unidade III: 10 horas-aula

Objetivos Específicos

Não informado

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Não informado

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não informado

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Conteúdo

6. A Crise e o Futuro do Estado-Nação na dinâmica da Globalização.

6.1. Conteúdo:

O Estado de Direito e o debate internacional da inclusão social.

A globalização e a soberania nacional e os paradoxos da nova ordem política transnacional.

O multiculturalismo como debate político e a universalização dos Direitos Humanos.

6.2. Objetivos de aprendizagem:

Refletir sobre a realidade sócio política ao longo da História e demonstrar através de produção textual e recorte de questões temáticas, as tensões permanentes que atravessam a história, no curso da luta pela conquista do poder.

Sustentar, no conceito de globalização, através de produção textual com base nos fundamentos teórico metodológicos da Filosofia e da Ciência Política, a contemporaneidade das tensões e o Estado como o campo de batalha ideológico dessas tensões.

Estabelecer relações crítica e analítica do conceito de democracia na contemporaneidade, identificando as amarras paradoxais entre a universalidade do Direito e os direitos dos povos de serem diferentes política, econômica e etnicamente.

6.3. Estratégia de ensino e de aprendizagem:

Aula expositiva e dialogada (6 horas-aula)

Atividade orientada: Leitura com produção textual com base em obras e artigos indicados (2 horas-aula)

Pesquisa: atividade orientada/supervisionada: (2 horas-aula)

Seminário temático: debates sustentados em teses e critérios teórico metodológico estudados, aprendidos e produzidos nas unidades anteriores, sobre o papel do Estado de Direito nas democracias contemporâneas, questões sobre o Estado nacional e a emergência de Estados transnacionais, atores políticos internacionais e as contradições nos conflitos de interesses: protecionismos e tribunais internacionais. (3 horas-aulas)

6.4. Instrumentos de Avaliação e Critérios de Avaliação:

Prova escrita: Questões discursivas e objetivas (5,0 pontos)

Apresentação oral e argumentação em debates (5,0 pontos)

Carga horária da Unidade III: 13 horas-aula

Objetivos Específicos

Não informado

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Não informado

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não informado

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

AValiação**AValiação**

De acordo com o que estabelece a Congregação do Curso de Direito e o Regimento da UNISUL, o acadêmico será avaliado com base nos seguintes critérios:

hPrimeira Avaliação - PA - Prova individual com questões objetivas e dissertativas. Data da prova: 02 de Abril de 2009. (NOTA de 0 a 10,0).

hSegunda Avaliação - SA - Prova individual com questões objetivas e dissertativas. Data da prova: 07 de Maio de 2009. (NOTAS: de 0 a 10,0).

hTerceira Avaliação - TA - Prova individual com questões objetivas e dissertativas. Data da prova: 18 de Junho de 2009. (Notas: de 0 a 10,0).

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



FREQÜÊNCIA: o acadêmico deverá freqüentar 75% das aulas para obter aprovação.

$$\text{Média} = \frac{\text{PA} + \text{SA} + \text{TA}}{3} = X$$

Se X igual ou superior a 7,0 e a freqüência mínima confirmada, o acadêmico estará aprovado.

Se X menor do que 7,0 e a freqüência mínima confirmada, o acadêmico será submetido à avaliação final, conforme dispõe o Regimento da UNISUL. (AF)

$$\text{Média Final} = \frac{X + \text{AF}}{2} = Y$$

Se Y igual ou superior a 6,0, o acadêmico estará aprovado.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. 4 ed. Brasília:Edunb, 1992. Vol.I e II.

BONAVIDES, Paulo. Teoria do estado. 3 e 3d. São Paulo: Malheiros, 1995.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. São Paulo: Saraiva, 1981

STRECK, Luiz Lênio, MORAIS, José Luiz Bolsan de. Ciência política e teoria geral do estado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000. 183p.

WEFFORT, Francisco. C. (org.). Os clássicos da política. V. 1 e 2. 3 ed. São Paulo: Ática, 1991.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOBBIO, Norberto. Para uma teoria geral da política, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1998, pp. 33 a 52.

_____, A era dos direitos, Rio de Janeiro: Campus, 1992, pp. 85 a 113.

_____, Estado, governo e sociedade, São Paulo: Editora Paz e terra S.A., 2001.

GIDDENS, Anthony. Para além da esquerda e da direita. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____, O Estado-nação e a violência, São Paulo: EDUSP, 2001.

GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989, pp 5 a 111.

HABERMAS, Jürgen. O Estado democrático de direito- uma amarração paradoxal de princípios contraditórios. In __Era das transições. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HUNTINGTON, Samuel. O choque de civilizações. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda, 1997, pp. 17 a 55.

MORRALL, John B. Aristóteles. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

MOSCA, G. e GASTON, B. A história das doutrinas políticas: desde a antiguidade. Rio de Janeiro: Editora Guanabara S.A, 1987, pp. 11 a 38.

RUIZ, Rafael. A cisão da ética e da política no contexto social da modernidade. In: __Revista Tempo Brasileiro, jul-set-2003, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro ed.pp17-45.

SARTORI, Giovanni. A política. Brasília: Editora UnB, 1997.

TOURAINE, O que é a democracia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, 1ª Parte, (Caps. I e II, pp. 17- 53).

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2003.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

OBSERVAÇÃO

S Os trabalhos entregues fora do prazo estabelecido, somente serão aceitos pelo docente se o acadêmico comprovar o motivo, mediante procedimento idêntico ao critério de realização de segunda chamada de avaliação,

- Em caso de falta a uma avaliação, o acadêmico deve procurar a Secretaria Acadêmica e protocolar requerimento de segunda chamada de avaliação. Ao ser deferido o pedido, deverá apresentá-lo ao docente e preparar-se para realizar a avaliação na data firmada pela Congregação do Curso de Direito e divulgada pela Coordenação Adjunta do Curso de Direito da Unidade ou do Campus.

- Todo e qualquer tipo de plágio, desde que comprovado, será recusado e uma representação contra o aluno será enviada à Coordenação do curso.

- Este Plano de Ensino poderá ser modificado no curso de sua execução desde que seja verificada a necessidade de adaptação pedagógica ou de outra natureza, conforme a peculiaridade da turma.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



- O cronograma poderá ser alterado se houver modificação no planejamento pedagógico, convocação do docente para participar de atividades não previstas no calendário acadêmico ou evento acadêmico.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		005343	Filosofia
Ciclo Letivo:	2009 - 1º Semestre	Oferta	28 Turma 1989
Carga Horária:	60	Creditos: 4	
Curso(s): Direito BC N TJ			
Professor	MARCIEL EVANGELISTA CATANEO		

EMENTA

Tópicos do pensamento ocidental: Teoria do Conhecimento e ética.

JUSTIFICATIVA

A formação universitária abarca um conjunto de aspectos fundamentais ao pleno exercício da cidadania e das atividades profissionais, entre eles, ao menos, a capacidade de reflexão crítica e rigorosa sobre questões que envolvem o ser humano e sua relação com o mundo e com os outros. Tal aspecto implica: a identificação e delimitação de problemas; a análise e síntese deles; a proposição de solução aos problemas identificados e delimitados; a avaliação das proposições... Neste sentido, o exercício filosófico pode contribuir para a formação universitária pois é da natureza de tal exercício a reflexão crítica e rigorosa sobre questões que envolvem o ser humano e sua relação com o mundo e com os outros.

A partir dessa perspectiva, os tópicos Teoria do Conhecimento e Ética ficam estruturados, respectivamente: problemas sobre a origem do conhecimento, formas de conhecimento (Filosofia, Mito e Ciência) e valor e justificação de conhecimentos; fundamentos da Ética, Teorias Éticas e seus desmembramentos nas questões éticas contemporâneas.

OBJETIVO GERAL

A disciplina visa favorecer a compreensão filosófica da história e da atualidade, contribuindo com o conhecimento do ser humano como uma interação complexa entre ele com ele mesmo e com todos os sistemas exteriores que consigo interagem. Saber avaliar e decidir.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1

Conteúdo

6

Unidade 1 - O mundo da Filosofia

1.1. Conteúdo: O desejo de compreender o mundo. O que é Filosofia. Os primórdios da Filosofia.

1.2. Objetivos Específicos: Apresentar os conceitos de filosofia e reflexão filosófica. Apresentar a filosofia como instrumento de reflexão, análise e entendimento do pensamento ocidental.

1.3. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem: Aula expositiva e dialogada para a apresentação da disciplina e sua relação com o Direito.

1.4. Instrumento e Critérios de Avaliação: Participação na exposição e debates. Critérios de avaliação da participação: contribuição nas discussões, nas atividades em grupo; a presença e a permanência em sala de aula.

Objetivos Específicos

Não informado

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Não informado

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não informado

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

2

Conteúdo

6

Unidade 2 - O conhecimento

2.1. Conteúdo: O que é conhecimento. Ciência e Filosofia. Comunicar e compreender. O Filósofo.

2.2. Objetivo Específico: Relacionar conhecimento e conhecimento filosófico com o curso de Direito.

2.3. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem: Aula expositiva e dialogada com reflexão sobre texto de apoio.

2.4. Instrumento e Critérios de Avaliação: Participação na exposição e debates. Critérios de avaliação da participação: contribuição nas discussões, nas atividades em grupo; a presença e a permanência em sala de aula.

Objetivos Específicos

Não informado

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Não informado

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não informado

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



3

Conteúdo

6

Unidade 3 - Filosofia e História

3.1. Conteúdo: Filosofia e História. Filosofia Antiga e Medieval. Filosofia Moderna. Filosofia do Século XX. A Racionalidade Ocidental.

3.2. Objetivos Específicos: Relacionar conhecimento e conhecimento filosófico com o curso de Direito. Estimular a reflexão e o debate.

3.3. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem: Aula expositiva e dialogada.

3.4. Instrumento e Critérios de Avaliação: Participação na exposição e debates. Critérios de avaliação da participação: contribuição nas discussões, nas atividades em grupo; a presença e a permanência em sala de aula.

Objetivos Específicos

Não informado

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Não informado

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não informado

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

4

Conteúdo

9

Unidade 4 - Os grandes temas da Filosofia

4.1. Conteúdo: O Homem. O Mundo. A Cultura. A Cidade e o Estado. A Religião. A Arte. Disciplinas Clássicas da Filosofia.

4.2. Objetivos Específicos: Apresentar os grandes temas que se tornaram objetos de estudo dos filósofos. Favorecer a reflexão e o debate.

4.3. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem: Aula expositiva e dialogada. Texto. Estudo em grupo e apresentação de conteúdos do material didático.

4.4. Instrumento e Critérios de Avaliação: Participação na exposição e debates. Critérios de avaliação da participação: contribuição nas discussões, nas atividades em grupo; a presença e a permanência em sala de aula.

Objetivos Específicos

Não informado

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Não informado

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não informado

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



- 5 **Conteúdo** 12
- Unidade 5 - A Filosofia na Vida e a Vida na Filosofia.
- 5.1. Conteúdo: A Filosofia e a Vida. Ter objetivos é preciso. A Filosofia do cuidado.
- 5.2. Objetivos Específicos: Desenvolver a capacidade de análise, raciocínio e redação. Perceber a necessidade da reflexão e tomada de posição frente à realidade.
- 5.3. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem: Aula expositiva e dialogada. Texto (6 horas-aula). Leitura do Livro "Que é filosofia" - Atividade extra-classe (6 horas-aula). Avaliação: relatório a ser entregue no dia 29 de junho.
- 5.4. Instrumento e Critérios de Avaliação: Participação na exposição e debates. Critérios de avaliação da participação: contribuição nas discussões, nas atividades em grupo; a presença e a permanência em sala de aula. Prova. Critérios de avaliação das provas: expressão escrita (ortografia, gramática, coerência lógica do texto - 1/10 pontos); originalidade e criatividade na apresentação de idéias; observância de regras metodológicas.

Objetivos Específicos

Não informado

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Não informado

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não informado

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

- 6 **Conteúdo** 6
- Unidade 6 - Ética e Moral
- 6.1. Conteúdo: O que é Ética? O que é Moral? As teorias éticas do Ocidente. Ética, Moral e Sociedade.
- 6.2. Objetivos Específicos: Refletir sobre os conceitos de Ética e Moral, diferenças e aproximações. Ressaltar a importância da reflexão ética para a realização pessoal e profissional.
- 6.3. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem: Aula expositiva e dialogada. Texto. Pesquisa temática e entrevistas.
- 6.4. Instrumento e Critérios de Avaliação: Participação na exposição e debates. Produção textual. Critérios de avaliação da participação: contribuição nas discussões, nas atividades em grupo; a presença e a permanência em sala de aula. Critérios de avaliação da produção textual: expressão escrita (ortografia, gramática, coerência lógica do texto - 1/10 pontos); originalidade e criatividade na apresentação de idéias; observância de regras metodológicas.

Objetivos Específicos

Não informado

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Não informado

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não informado

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



7

Conteúdo

6

Unidade 7 - Propostas éticas modernas e contemporâneas.

7.1. Conteúdo: Aristóteles e a Virtude. Kant e o Dever. Mill e a Utilidade. O martelo de Nietzsche. Foucault e o cuidado de si. A teoria da justiça de Rawls. Singer e a ética prática.

7.2. Objetivo Específico: Apresentar as principais teorias éticas modernas e contemporâneas e sua pertinência na sociedade atual.

7.3. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem: Aula expositiva e dialogada. Texto. Exercícios dirigidos.

7.4. Instrumento e Critérios de Avaliação: Participação na exposição e debates. Critérios de avaliação da participação: contribuição nas discussões, nas atividades em grupo; a presença e a permanência em sala de aula.

Objetivos Específicos

Não informado

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Não informado

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não informado

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

8

Conteúdo

9

Unidade 8 - Ética e Sociedade de Mercado

8.1. Conteúdo: O mercado e a vida. É preciso mudar. A conduta Ética.

8.2. Objetivos Específicos: Desenvolver a capacidade de análise, raciocínio e redação. Estimular a reflexão e o debate.

8.3. Estratégias de Ensino e de Aprendizagem: Aula expositiva e dialogada. Texto. Avaliação dos conteúdos.

8.4. Instrumento e Critérios de Avaliação: Participação na exposição e debates. Critérios de avaliação da participação: contribuição nas discussões, nas atividades em grupo; a presença e a permanência em sala de aula. Prova. Critérios de avaliação das provas: expressão escrita (ortografia, gramática, coerência lógica do texto - 1/10 pontos); originalidade e criatividade na apresentação de idéias; observância de regras metodológicas.

Objetivos Específicos

Não informado

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Não informado

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não informado

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

AValiação

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Critérios de avaliação das provas e textos: expressão escrita (ortografia, gramática, coerência lógica do texto - 1/10 pontos); originalidade e criatividade na apresentação de idéias; observância de regras metodológicas.

Critérios de avaliação da participação: contribuição nas discussões, nas atividades em grupo; a presença e a permanência em sala de aula;

1ª Prova (peso 10);

2ª Prova (peso 10);

3ª Nota: Participação nas atividades em sala de aulas e interação no grupo e análises e reflexões, feitas por escrito no decorrer das aulas e Projeto Integrador (5 pontos); Relatório sobre leitura e debate do livro proposto (5 pontos)

Média maior ou igual a 7,0 = Aprovado

Média menor que 7,0 = Avaliação Final em 08/12

Média maior ou igual a 6,0 = Aprovado

Média menor que 6,0 = Reprovado.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANDERY, Maria Amália P. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Espaço e tempo. 2002.

BORGES, Maria de Lourdes et all. O que você precisa saber sobre Ética. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CHALMERS, Alan F. O que é ciência, afinal? Trad. Raul Fiker. São Paulo; Brasiliense, 1993.

CHÂTELET, F. História da Filosofia, Idéias, Doutrinas, (8 vol.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1973.

MARCONDES, D. Iniciação à História da Filosofia: dos Pré-socráticos a Wittengstein. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1997.

REALE, G. História da Filosofia. (3 vol.). São Paulo: Ed. Paulinas, 1990.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Complementar:

HEERDT, Mauri Luiz. Pensando para viver: alguns caminhos da filosofia.

Florianópolis: Sophos, 2000.

CHAUÍ. Marilena. Convite à Filosofia. 12. ed. São Paulo : Ática. 2002.

VAZQUEZ, A. S. Ética. R.J. Civilização Brasileira, 1970.

LUCKESI, Cipriano C. e PASSOS, Elizete. Introdução à Filosofia. 2. ed . São Paulo

Cortez Editora. 1996.

SAVATER, Fernando. Ética como amor próprio. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

LARA. Tiago adão. A Filosofia Ocidental do Renascimento aos nossos dias. 6. ed. Petrópolis: Vozes. 1999.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1987.

COTRIN, Gilberto. Fundamentos da filosofia: ser, saber e fazer. 12. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1996.

GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia: romance da história da filosofia. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

MONDIN, Batista. Curso de filosofia. Vol. 1, 2 e 3. São Paulo: Paulinas, 1994.

PRADO, Caio Jr. O que é filosofia. Coleção Primeiros Passos. 17. ed.. São Paulo: Brasiliense, 1990.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Cronograma das Atividades:

DATA CONTEÚDO

05/03 Apresentar o Programa da disciplina. Ressaltar a importância da Filosofia.

12/03 Definir Filosofia e Atitude Filosófica.

19/03 Definir Conhecimento, Ciência e Filosofia.

26/03 Filosofia e História. Apresentar a Filosofia Antiga.

02/04 Filosofia e História. Apresentar a Filosofia Medieval e Moderna.

16/04 Apresentar a Filosofia Moderna e a Racionalidade Ocidental.

23/04 O homem, o mundo e a cultura.

30/04 A Cidade e o Estado, A Religião e a Arte.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



07/05 Revisão dos conteúdos.
14/05 Prova 1: Favorecer a reflexão e produção textual e checar conteúdos apreendidos.
21/05 Semana de Integração Docente e Discente. Atividade Extra Classe: Leitura e Debate do livro - O que é filosofia. Relatório.
28/05 Apresentar os conceitos de Ética e Moral.
04/06 Refletir sobre a ética de Aristóteles, Kant e Mill.
18/06 Apresentar concepções éticas contemporâneas. Refletir sobre ética e economia.
25/06 Semana de Monografias. Entrega do relatório: livro "O que é filosofia". Prova em 2ª Chamada dia 26 (sexta-feira, às 14h às 17h e 30 min.).
02/07 Prova 2. Favorecer a reflexão e produção textual e checar conteúdos apreendidos.
09/07 Prova de Recuperação. Oportunizar a recuperação de conteúdos.

Em todas as aulas usaremos o material didático (apostila) com os conteúdos das unidades. Você encontra este material no xerox WR (Direito - Filosofia - Prof. Marciel).

Email: marciel.cataneo@unisul.br

Fone: 8429-0990

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Disciplina:		001843	Leitura e Produção Textual	
Ciclo Letivo:	2009 - 1º Semestre	Oferta	42	Turma 1998
Carga Horária:	60	Creditos: 4		
Curso(s): Direito BC N TJ				
Professor	GABRIEL HENRIQUE COLLAÇO			

EMENTA

CURRÍCULOS ANTIGOS

Leitura. Construção do texto. Linguagem e tipologia textual. Produção textual.

CURRÍCULOS NOVOS

Níveis de linguagem: características dos diversos tipos de linguagem e suas funções. Leitura: compreensão e análise crítica de um texto. Produção de texto: tipologias e gêneros textuais; coerência e coesão; adequação à norma culta da língua.

JUSTIFICATIVA

A disciplina de Leitura e Produção Textual é pautada na necessidade que todos têm de dominar as diversas linguagens que compõem a nossa língua. É sabido que para sermos estudantes e profissionais bem sucedidos precisamos compreender, interpretar e interagir de forma que haja um entendimento mútuo. Assim sendo, faz-se necessário o exercício da prática da leitura como uma atividade que leva à indagação do texto, por meio de uma análise crítica, abrangendo as mais diferentes áreas de conhecimento. Conjugada à leitura, temos a produção textual. Esta prática visa ao aperfeiçoamento das competências lingüísticas do estudante, a fim de que possa redigir textos, adequados à norma padrão da língua, com clareza, concisão e objetividade.

OBJETIVO GERAL

Propiciar ao acadêmico o domínio das habilidades de enunciação do discurso oral e escrito. O acadêmico redigirá textos e apresentará sua performance. O padrão lingüístico adotado será o culto.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



1	<p>Conteúdo</p> <p>1.1 Conteúdo</p> <p>Linguagem</p> <p>Fala e escrita</p> <p>Características da redação técnico-científica e acadêmica</p> <p>Níveis de linguagem: culto, coloquial, regional, vulgar, grupal e técnico e gíria.</p> <p>Particularidades Gramaticais</p> <p>1.2 Objetivos específicos (de aprendizagem)</p> <p>Identificar os elementos que diferenciam a fala da escrita e</p> <p>Conhecer e aplicar os níveis de linguagem comumente encontrados no exercício acadêmico e na profissão jurídica</p> <p>Conhecer particularidades gramaticais</p> <p>1.3 Estratégias de ensino e de aprendizagem</p> <p>Aula expositivo-dialogada, oficina de texto, assistência de curtas-metragens.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Não informado</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Não informado</p> <p>Instrumentos e Critérios de Avaliação</p> <p>Não informado</p> <p>Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas</p> <p>Não informado</p>	12
---	---	----

2	<p>Conteúdo</p> <p>2.1 Conteúdo</p> <p>Leitura</p> <p>Tipo de leitores</p> <p>Possíveis leituras e entrelinhas</p> <p>Particularidades gramaticais</p> <p>2.2 Objetivos específicos (de aprendizagem)</p> <p>Conhecer os tipos de leitores</p> <p>Diferenciar, a partir de características específicas, textos literários e não-literários</p> <p>Compreender o processo de leitura como construção de sentido envolvendo conhecimento contextual</p> <p>Perceber no processo de leitura a extrapolação do nível explícito de informação</p> <p>Conhecer particularidades gramaticais</p> <p>2.3 Estratégias de ensino e de aprendizagem</p> <p>Aula expositivo-dialogada, leituras e assistência de longas-metragens</p> <p>Atividades orientadas/supervisionadas: Leitura do livro obrigatório da disciplina indicado nas referências (3 horas-aula)</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Não informado</p> <p>Estratégias de Ensino e de Aprendizagem</p> <p>Não informado</p>	12
---	---	----

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
 e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
 constitui-se em crime previsto no
 Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
 autor(a) à respectiva ação penal.*



Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não informado

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

Unidade Unidades Programáticas

Carga Horária

3	Conteúdo 3.1 Conteúdo Produção textual Características da redação técnico-científica e acadêmica Particularidades Gramaticais 3.2 Objetivos específicos (de aprendizagem) Reconhecer a importância das características para construção do texto Classificar as características da redação técnico-jurídica - coerência, coesão, uniformidade, clareza, revisão e precisão Identificar em textos a ausência de características que o tornam legível e inteligível Conhecer particularidades gramaticais 3.3 Estratégias de ensino e de aprendizagem Aula expositivo-dialogada e leituras dirigidas Atividades orientadas/supervisionadas: Pesquisa de Campo do projeto integrador - entrevista com profissionais da carreira jurídica sorteada (3 horas-aula) 3.4 Instrumentos e critérios de avaliação Instrumento: Questionário e compilação de entrevista Critérios: clareza, organização de idéias, estabelecimento de hipóteses, estabelecimento de relações, interpretar fatos. Objetivos Específicos Não informado Estratégias de Ensino e de Aprendizagem Não informado Instrumentos e Critérios de Avaliação Não informado Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas Não informado	15
---	---	----

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:
<http://www.unisul.br/validadordocumentos>
e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



4

Conteúdo

4.1 Conteúdo

Técnica Legislativa

Ato normativo

A estrutura de ato normativo

Citação de ato normativo

Interpretação de ato normativo

4.2 Objetivos específicos (de aprendizagem)

Estudar a definição de ato normativo

Compreender a estrutura de ato normativo

Aplicar os elementos da técnica legislativa em textos acadêmicos

Interpretar ato normativo

4.3 Estratégias de ensino e de aprendizagem

Aula expositivo-dialogada, atividades práticas treinando conteúdos teóricos e leituras orientadas

Estudo de atos normativos que serão indicados pelo docente e trazidos para classe pelos acadêmicos

Atividades orientadas/supervisionadas: pesquisa de texto (atos normativos) com inadequações em virtude da ausência de características da técnica legislativa (3 horas-aula)

4.4 Instrumentos e critérios de avaliação

Instrumento: Prova individual

Critérios: Demonstração de conhecimento suficiente. Observância das regras da norma culta e da redação técnico-científica.

Objetivos Específicos

Não informado

Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Não informado

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não informado

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

5

Conteúdo

5.1 Conteúdo

Oratória, Retórica e eloquência.

Elementos: voz, expressão corporal e facial, postura, memória, dramatização, vocabulário

5.2 Objetivos específicos (de aprendizagem)

praticar a oratória a partir da redação e enunciação de discurso

5.3 Estratégias de ensino e de aprendizagem

Oficina de expressão oral

5.4 Instrumentos e critérios de avaliação

Instrumento: Discurso Final

Critérios: conhecimento, continuidade, progressão, não-contradição, articulação, informação, poder de argumentação e de sustentação, coerência do discurso com o tema escolhido

Objetivos Específicos

Não informado

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Estratégias de Ensino e de Aprendizagem

Não informado

Instrumentos e Critérios de Avaliação

Não informado

Atividades Orientadas e/ou Supervisionadas

Não informado

AVALIAÇÃO

1. Primeira Avaliação - PA - Prova individual com questões objetivas e dissertativa, sem consulta. (NOTA de 0 a 10,0).
2. Segunda Avaliação - SA - Discurso Final: individual, oral e escrito. (NOTA de 0 a 10,0, sendo até 5,0 pontos para a apresentação oral e até 5,0 pontos para o discurso escrito).
3. Terceira Avaliação - TA - Questionário e compilação de dados do Projeto Integrador (NOTA de 0 a 10,0, sendo até 2,0 pontos para a apresentação oral e até 8,0 pontos para o discurso escrito).

FREQÜÊNCIA: o acadêmico deverá freqüentar 75% das aulas para obter aprovação. Será efetuada chamada oral dos nomes dos acadêmicos constantes do diário de classe pelo menos uma vez a cada dia de aula.

O horário de aula estabelecido pela UNISUL para o período:

Matutino: das 8 horas às 9 horas e 30 minutos; das 9 horas e 50 minutos às 11 horas e 20 minutos.

Noturno: das 19 horas às 20 horas e 30 minutos; das 20 horas e 45 minutos às 22 horas e 15 minutos.

Sendo assim, fica proibido o trânsito (entrada e saída) de acadêmicos no horário de aula.

Média = $\frac{PA+SA+TA}{3} = X$

3

Se X igual ou superior a 7,0 e a freqüência mínima confirmada, o acadêmico estará aprovado.

Se X menor do que 7,0 e a freqüência mínima confirmada, o acadêmico será submetido à avaliação final, conforme dispõe o Regimento da UNISUL. (AF)

Média Final = $\frac{X + AF}{2} = Y$

2

Se Y igual ou superior a 6,0, o acadêmico estará aprovado.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CEREJA, Roberto William; MAGALHÃES. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação. São Paulo: Atual, 1999.

FARACO, Carlos Alberto e TEZZA, Cristóvão. Prática de texto: língua portuguesa para nossos estudantes. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 1992.

GARCIA, Othon. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1985.

NFANTE, Ulisses. Do texto ao texto. 5. ed. São Paulo: Scipione, 1998.

MANDRIK, David e FARACO, Carlos Alberto. Prática de redação para estudantes universitários. Petrópolis: Vozes, 1987.

SAVIOLI, Francisco Platão e FIORIN, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1992.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ACADEMIA BRASILEIRA DA LETRAS. Dicionário escolar da língua portuguesa. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

AQUINO, R. Português para concursos: teoria e 900 questões. 15. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.

_____. Redação para concursos: teoria e teses. 8.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.

_____. Interpretação de Textos. 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.

BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. 20. ed. São Paulo: Ática, 2002. 96 p.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CEREJA, Roberto William; MAGALHÃES. Gramática reflexiva: texto, semântica e interação. São Paulo: Atual, 1999.

FARACO, Carlos Alberto e TEZZA, Cristóvão. Prática de texto: língua portuguesa para nossos estudantes. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 1992.

GRANATIC, Branca. Técnicas básicas de redação. São Paulo: Scipione, 1989.

INFANTE, Ulisses. Do texto ao texto. 5. ed. São Paulo: Scipione, 1998.

MARTINS, Dileta Silveira e ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental. Porto Alegre: Prodil, 1979.

O JUDICIÁRIO AO ALCANCE DE TODOS: noções básicas de juridiquês. Brasília: AMB, 2005. Disponível em: <<http://www.amb.com.br/portal/juridiques/livro.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2009.

PIMENTA, R. Português Urgente! Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SAVIOLI, Francisco Platão e FIORIN, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1992.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Este Programa de Disciplina poderá ser modificado no curso de sua execução quando for identificada a necessidade de adaptação pedagógica à peculiaridade de cada turma de sala de aula. O cronograma poderá ser alterado se houver modificação no planejamento pedagógico, convocação do docente para participar de atividade não prevista no calendário acadêmico ou evento acadêmico.

As produções escritas somente serão aceitas e corrigidas pelo docente se digitadas, sendo impresso o original de acordo com os procedimentos estabelecidos em sala de aula. É vedada a entrega de avaliações pela Internet, em meio magnético (disquete), em CD, por fax. Se porventura a produção escrita contiver inadequação lingüística, serão descontados 0,2 (dois décimos) para cada erro.

Ética - A utilização da Internet tornou mais fácil a cópia de textos para trabalhos e provas. Todo e qualquer tipo de plágio, desde que comprovado, acarreta nota zero. Lei dos Direitos Autorais. Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

É proibido filmar, fotografar ou gravar em áudio as aulas ministradas pelo prof. Gabriel Collaço.

Os aparelhos celulares e similares (Bip) devem permanecer desligados durante as aulas. Portanto, é vedado ao acadêmico utilizar, em classe, quaisquer equipamentos de chamada a distância.

Serão realizadas atividades em classe e extraclasse, em grupo ou individualmente, de acordo com a solicitação do docente e as instruções por ele distribuídas e explicadas em sala de aula, que não computarão nota para a disciplina, entretanto, servem para o desenvolvimento de habilidades (capacidade de comunicação interpessoal, verbal e escrita; capacidade de interpretação textual; capacidade de utilização de termos técnico-jurídicos; raciocínio lógico, crítico e analítico; iniciativa e espírito empreendedor) e determinam o comportamento do acadêmico do curso de Direito.

As notas de avaliação e do semestre desta disciplina serão divulgadas pelo docente no ambiente virtual no prazo regimental, salvo se outro critério for adotado pela UNISUL.

O docente utilizará a lousa, se a Unisul não disponibilizar para as aulas os recursos didáticos, conforme descrito no item Estratégias de ensino e de aprendizagem, como equipamento multimídia e aparelho de som, dentre outros.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 160452277703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*



Este Programa de Disciplina será disponibilizado virtualmente até o dia 30 de março de 2009, nos termos da normativa institucional.

MATERIAL OBRIGATÓRIO

Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, atualizada.

Dicionário de Língua Portuguesa.

Cópia dos textos indicados pelo docente - O acadêmico não deverá limitar seus estudos ao material compilado.

Livro indicado para leitura obrigatória: O judiciário ao alcance de todos: noções básicas de juridiquês.

Para validar a autenticidade deste documento, acesse:

<http://www.unisul.br/validadordocumentos>

e utilize o código de validação: 1604522777703

*A falsificação deste documento
constitui-se em crime previsto no
Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a)
autor(a) à respectiva ação penal.*

